

**Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Novembro
2005**

O Ecomuseu de Barroso.

A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local.

**Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, em Património e Turismo,
sob a orientação do Professor Doutor Jean-Yves Dominique Durand.**

David José Varela Teixeira

AGRADECIMENTO

A Todos que me ensinaram

A admirar a Natureza, respeitando-a sempre;

Criando com ela uma relação serena, de total empatia.

Resumo da Tese

O vasto território de Barroso é um dos vectores de actuação do Ecomuseu. O termo *Ecomuseu* está ligado à política francesa de desenvolvimento iniciada no ano de 1963. Caracteriza-se por ser um espaço aberto, um espaço da povoação, do ordenamento do território, da identidade da população, tendo em atenção os valores do presente, do passado e do futuro. Neste espaço o visitante converte-se em actor-participante.

O Ecomuseu situa objectos no seu contexto, preserva conhecimentos técnicos e saberes locais, consciencializa e educa acerca dos valores do património cultural; implica interpretar os diferentes espaços que compõem uma paisagem; permite desenvolver programas de participação popular e contribui para o desenvolvimento da comunidade.

O Ecomuseu de Barroso tem dado continuidade ao trabalho de pesquisa sistemática, já iniciado, tarefa que permite inventariar a globalidade de património construído do território de Montalegre, tendo em vista a posterior salvaguarda e valorização dos espécimes seleccionados pelo seu particular interesse patrimonial. A análise das construções associadas à conservação e à transformação dos produtos tem permitido um melhor conhecimento da arquitectura popular da região, nomeadamente dos canastros, dos moinhos, dos fornos, das fontes, dos pisões e dos lagares, entre outros edifícios de produção agrícola que contribuirão para o reencontro com a identidade cultural local.

A ideia de um Ecomuseu para a região de Barroso resulta da consciência, mas também da preocupação de salvaguardar um património, nas suas múltiplas componentes, natural, cultural e socio-económica, com uma finalidade de contribuir para o desenvolvimento das populações. Por isso se adopta um conceito de *Museu do Território*, o qual repousa na valorização dos seus recursos chave: as populações e o património natural e cultural.

Procurando manter os níveis de sustentabilidade do desenvolvimento e alcançar mesmo uma revitalização agrícola do território, o Ecomuseu de Barroso, em colaboração com a Comunidade envolvida, procura incentivar os processos de diversificação das actividades, nomeadamente as associadas ao ecoturismo e outras que propiciem uma melhoria socio-económica e permitam encontrar novos motivos de fixação à terra.

O Ecomuseu de Barroso é um espaço de memória vocacionado para o desenvolvimento. Nenhum desenvolvimento poderá ser sustentável, num concelho com 805 quilómetros quadrados, se a população local não reconhecer as riquezas do local onde vive e se não começar a ter dividendos da valorização desses sítios, a que alguns chamam património enquanto outros apenas vêem “patrimonos”. Esta nova visão terá implicação no modo de vida da população e na sua forma de encarar o futuro.

Resumo da Tese em Francês

Le vaste territoire du Barroso est l'un des vecteurs de l'action de l'écomusée. Le terme Ecomusée provient d'une politique de développement française qui débuta en 1963. Il se caractérise par un espace ouvert, un espace de peuplement, de la planification du territoire, de l'identité des populations avec une attention aux valeurs du présent, du passé et du futur.

Dans cet espace le visiteur se transforme en acteur-participant.

L'écomusée situe les objets dans leur contexte, préserve les connaissances techniques et les savoirs locaux, il rend conscient et éduque à propos des valeurs du patrimoine culturel ; il implique l'interprétation des différents espaces qui composent un paysage ; il permet de développer des programmes de participation populaire et contribue au développement de la communauté.

L'Écomusée de Barroso prolonge le travail de recherche systématique, déjà commencé, entreprise qui a permis d'inventorier la globalité du patrimoine construit du territoire de Montalegre, en vue de l'ultérieure défense et valorisation des spécimens choisis pour leur particulier intérêt patrimonial. L'analyse des constructions associées à la conservation et à la transformation des produits locaux a permis une meilleure connaissance de l'architecture populaire de la région, particulièrement des greniers à maïs, des moulins, des fours, des fontaines, des foulons et des pressoirs, entre autres édifices liés à la production agricole qui contribueront à une nouvelle rencontre avec l'identité culturelle locale.

L'idée d'un écomusée pour la région du Barroso résulte de la conscience de l'existence d'un patrimoine, mais aussi de la préoccupation de le protéger, dans ces multiples aspects naturels, culturels et socio-économiques, dans le but de contribuer au développement des populations. C'est pour cela que fut adopté un concept de Musée du Territoire, qui repose sur la valorisation des ressources-clés: les populations et le patrimoine naturel et culturel.

Cherchant à garantir la durabilité du développement et même à réussir une revitalisation agricole du territoire, l'Écomusée de Barroso, en coopération avec la communauté locale, cherche à stimuler les processus de diversification des activités, notamment celles associées à l'écotourisme et celles qui permettent une amélioration socio-économique et l'apparition de nouvelles raisons de fixation dans la région.

L'Écomusée de Barroso est un espace de mémoire ayant pour vocation le développement. Aucun développement ne pourra être durable, dans un (*Concelho*) («canton») de 805 kilomètres carrés, si la population locale ne reconnaît pas les richesses

de la région ou elle vit et si elle ne commence pas à tirer quelque profit de leur valorisation, certains appelant patrimoine ce que d'autres ne voient que comme des «patrimonos»), des traces d'un passé définitivement tué par sa muséalisation. Cette nouvelle vision aura des conséquences sur le mode de vie de la population et sur sa forme d'envisager le futur.

Índice

RESUMO DA TESE.....	III
RESUMO DA TESE EM FRANCES	IV
ÍNDICE	VI
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	VIII
INTRODUÇÃO	IX
1. A NOVA MUSEOLOGIA - TENTATIVA DE MUSEUS AO AR LIVRE	1
2. O CONCEITO “ECOMUSEU” EM OPOSIÇÃO AOS MUSEUS CLÁSSICOS.....	1
3. A ECOMUSEOLOGIA.....	5
3.1. Os ECOMUSEUS EM PORTUGAL	6
4. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	10
4.1. O PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS.....	10
4.2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	16
4.2.1. Caracterização Socio-económica.....	18
4.2.1.1. Demografia.....	18
4.2.1.2. Transportes e Comunicações	22
4.2.1.3. Saúde Pública e Segurança.....	26
4.2.1.4. O Ensino.....	27
4.2.1.5. Cultura, Recreio e Desporto	28
4.2.1.6. Serviços e Comércio	31
4.2.1.7. Desenvolvimento Económico	32
4.2.1.8. Povoamento e Espaço Construído.....	34
4.2.1.9. O Sector Turístico em Montalegre.....	38
4.2.1.10. Actividades Turísticas Existentes na Região	40
4.2.1.11. Alojamento.....	41
4.2.1.12. A Restauração e os seus empresários.....	42
4.2.1.13. Artesanato.....	44
5. PATRIMÓNIO LOCAL.....	45
5.1. ALDEIAS A VISITAR	45
5.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	49
5.3. O PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO.....	52
5.3.1. Energia Limpa ou Poluição Visual.....	53
5.3.2. A Natureza e o Desporto	54
5.4. PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	55
5.5. PATRIMÓNIO SOCIAL E CULTURAL	56
5.6. O PATRIMÓNIO HISTÓRICO MAIS RELEVANTE.....	56
6. HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DO ECOMUSEU DE BARROSO	58
6.1. A CRIAÇÃO DO ECOMUSEU DE BARROSO.....	63
6.2. O FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	67
6.3. PLANO DE ACTIVIDADES.....	68
6.3.1. Actividades de 2003.....	68
6.3.2. Actividades de 2004	70
6.3.2.1. Actividades relevantes.....	71
6.3.3. Actividades de 2005.....	72
7. O PROJECTO DE MUSEALIZAÇÃO	73
7.1. OS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS.....	73
7.2. A SEDE DO ECOMUSEU DE BARROSO	73
7.3. PÓLO MUSEOLÓGICO – CASA DO CAPITÃO DE SALTO.....	79
7.4. PÓLO MUSEOLÓGICO DE PITÕES DAS JÚNIAS	80
7.5. PÓLO MUSEOLÓGICO DE TOURÉM	81
8. PÓLOS A DESENVOLVER NO FUTURO.....	83

8.1. O CASTELO DE MONTALEGRE	83
8.2. MUSEU DA MÚSICA E DOS CANTARES POPULARES / MUSEU DA MEMÓRIA	83
8.3. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICO.....	84
8.4. MUSEU DAS CRENÇAS POPULARES.....	85
8.5. MUSEU DO TEMPO	86
8.6. MUSEU DO ESPAÇO.....	87
8.7. CASA DO FUMEIRO	88
8.7.1. A Gastronomia.....	88
8.8. MUSEU DA TERRA	90
8.9. FORNO E FORJA DE PAREDES DE RIO	90
8.10. FORJA DE MONTALEGRE.....	91
8.11. PISÃO DE TABUADELA	92
8.12. FORNO DE TOURÉM.....	93
8.13. LAGAR DE AZEITE DE CABRIL	94
8.14. MUSEU DA PESSOA - NO BARROSO	94
8.15. COMPLEXO INDUSTRIAL E MINEIRO DA BORALHA	94
9. A IMAGEM DE MARCA DO CONCELHO.....	96
9.1. A RAÇA AUTÓCTONE - BARROSA.....	96
9.2. A CHEGA DE BOIS.....	97
10. FEIRAS, FESTAS E ACTIVIDADES RECREATIVAS E DE LAZER	100
11. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	102
12. REVITALIZAÇÃO DA MEMÓRIA	104
12.1. O CANTAR DOS REIS NA ALDEIA DE COVELÃES	104
12.2. A SEGADA E MALHADA DO CENTEIO EM PAREDES DO RIO.....	105
12.3. MATANÇA DO PORCO DE RAÇA BÍSARA	106
12.4. O JANTAR CULTURAL.....	107
12.6. ENCONTRO DE COGUMELOS.....	107
12.5. ENCONTRO DE MUSEOLOGIA DO MINOM	108
14. PROJECTOS SIMILARES.....	109
14.1. ECOMUSEUS FRANCESES VISITADOS	109
14.1.1. <i>Ecomuseu de Margeride</i>	109
14.1.2. <i>Écomusée de la Bresse bourguignonne</i>	112
14.2. ECOMUSEUS ESPANHOIS VISITADOS	114
14.2.1. <i>Ecomuseu de Saja-Nansa, na Cantábria</i>	114
14.2.2. <i>Ecomuseu de Somiedo, nas Astúrias</i>	115
CONCLUSÃO	117
BIBLIOGRAFIA.....	121
ANEXO I – COMISSÃO LOCAL PARA O PATRIMÓNIO E ECOMUSEU.....	125
ANEXO II - REDE DE PERCURSOS PEDESTRES DE BARROSO	132
ANEXO III - ENCONTRO DO MINOM	159
ANEXO IV - ESTUDO DE MERCADO	166
ANEXO V - JANELAS DE BARROSO PARA O MUNDO.....	186
ANEXO VI – ÁLBUM DE BARROSO –MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	197
ANEXO VII - O RELATADOR DAS CHEGAS DE BOIS.....	213

Lista de abreviaturas e siglas

- APOM – Associação Portuguesa de Museologia
CCDR-N – Comissão de Coordenação da Região Norte
CLPE - Comissão local para o Património e Ecomuseu
CMM – Câmara Municipal e Montalegre
DGT – Direcção Geral de Turismo
ICN – Instituto de Conservação da Natureza
ICOM - International Council of Museums – Conselho Internacional de Museus
IPA - Instituto Português do Património Arqueológico
IPM – Instituto Português de Museus
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
GR – Percurso Grande Rota
MINOM – Movimento para uma nova Museologia
PAC - Política Agrícola Comum
PNPG – Parque Nacional da Peneda Gerês
PR – Percurso de Pequena Rota
RPM – Rede Portuguesa de Museus
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SNPRCN - Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza
UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro

Introdução

É no “País Barrosão”, território de fronteira com a Galiza, plantado nos vales dos rios Cavado e Rabagão, com as serras das Alturas e do Larouco, sempre vigilantes, e um terço do seu território classificado com único Parque Nacional Português, o do Gerês, que se centra toda a análise e reflexão sobre o desenvolvimento local e os projectos de turismo sustentado que dão corpo a uma política desconcentrada e descentralizada.

A localiza do concelho de Montalegre é fabulosa, tem um clima frio a maior parte do ano, mas onde chove pouco, o que se revela muito importante para a realização de eventos ao ar livre, de contacto directo com a natureza. As suas gentes são à imagem do clima, frias no início da relação, mas acolhedoras e sem fingimento ou desconfiança. É desta região, que se conhece a expressão “Entre quem é...”, para qualquer pessoa que bata à porta, só depois se preocupa de saber quem entrou.

As acessibilidades não são as melhores, embora sejam essenciais para o aumento do número de visitantes, elas são também as grandes responsáveis da não destruição massiva e da existência de tanto património, espalhado por todo o concelho.

Temos uma paisagem única, a fazer inveja aos picos da Europa, temos um clima frio, mas também boas lareiras, temos muito património, temos uma gastronomia que atrai qualquer “bom garfo”, temos segurança e meios de primeiros socorros de qualidade, temos gente acolhedora que gosta sempre de oferecer o melhor e que não se preocupa muito com a especulação económica, que preza mais o seu bem estar e a sua vida pacata do que o stress dos grandes encargos. Aqui começam as nossas dificuldades de imprimir uma dinâmica saudável de desenvolvimento local sustentável. É que as gerações mais novas, têm a mesma mentalidade, mas como a agricultura e a pastorícia estão numa fase de algum desalento e de algum abandono, eles precisam de ter rendimentos suficientes para que decidam permanecer nas aldeias. A ideia que passa por todas as gerações, um pouco através do inconsciente colectivo “*é que em terras pequenas não há homens grandes*”.

Esta região é linda para passar férias, mas para os jovens viverem todos os dias, terão de abdicar de muito conforto, e limpeza nas ruas, de actividades culturais, de preços baixos nos centros comerciais, de serviços de saúde rápidos e de vias rápidas ou auto estradas.

É neste palco que surge a necessidade de criação de um Ecomuseu, que aproveitando o que de melhor a região ainda conserva, consiga gerar uma dinâmica num primeiro momento local e só depois esta comunidade se abra aos turistas e saiba concretamente o que vai oferecer e o seu real valor.

Estamos conscientes que a discussão teórica se encontra inclinada para o abandono o termo “ecomuseu”, mas que nós conhecendo o verdadeiro conceito de ecomuseu e qual a intenção dos seus criadores, assumimos o risco de atribuir a este projecto o nome de **Ecomuseu de Barroso**.

A ideia de um Ecomuseu para a região de Barroso resulta da consciência, mas também da preocupação de salvaguardar um património, nas suas múltiplas componentes, natural, cultural e socio-económica, com uma finalidade de contribuir para o desenvolvimento das populações. Por isso se adopta um conceito de Museu do Território, o qual repousa na valorização dos seus recursos chave: as populações e o património natural e cultural.

O Ecomuseu de Barroso tem dado continuidade ao trabalho de pesquisa sistemática, já iniciado, tarefa que permite inventariar a globalidade de património construído do território de Montalegre, tendo em vista a posterior salvaguarda e valorização dos espécimes seleccionados pelo seu particular interesse patrimonial. A análise das construções associadas à conservação e à transformação dos produtos, tem permitido um melhor conhecimento da arquitectura popular da região, nomeadamente dos canastros, dos moinhos, dos fornos, das fontes, dos pisões e dos lagares, entre outros edifícios de produção agrícola que contribuirão para o reencontro com a identidade cultural local.

Procurando manter os níveis de sustentabilidade do desenvolvimento e alcançar uma revitalização agrícola do território, o Ecomuseu de Barroso, em colaboração com a comunidade local, procura incentivar os processos de diversificação das actividades, nomeadamente as associadas ao ecoturismo e outras que propiciem uma melhoria socio-económica e permitam encontrar novos motivos de fixação à terra.

O Ecomuseu situa objectos no seu contexto, preserva conhecimentos técnicos e saberes locais, consciencializa e educa para os valores do património cultural; permite desenvolver programas de participação popular e contribui para o desenvolvimento da própria comunidade.

Os museus devem agentes turísticos de qualidade, com capacidade de cativar novos públicos e de os fixar durante vários dias na descoberta dos valores da região. Nesta perspectiva, o museu é um gerador de dinâmicas culturais e como está ao serviço do interesse geral da população, terá como missão ser um agitador de ideias.

Ao longo deste trabalho, proponho-me lançar um olhar crítico, sobre a questão da museologia, mas sobretudo da ecomuseologia, começando por um resenha histórica dos conceitos e do seu enquadramento, quer no mundo, quer em Portugal. Farei um paralelismo entre a missão dos parques naturais, a sua inoperacionalidade e a necessidade urgente de criação de novas estruturas para colmatar essas falhas. Fica-me, por vezes a sensação de

que os parques são feitos contra os seus habitantes e este é o pior pressuposto que por si só justifica o insucesso destas iniciativas, lideradas de gabinetes a muitos quilómetros de distancia.

De seguida, farei uma caracterização aprofundada do concelho de Montalegre, realçando os seus pontos fortes e pontos francos, as suas oportunidades e ameaças, para que se entenda o aparecimento do Ecomuseu de Barroso e quais deverão ser as linhas orientadoras para o futuro.

O aparecimento do Ecomuseu, as suas iniciativas, as ideias em excussão, as edições, a dependência no organigrama da Câmara, as dificuldades, a falta de pessoal, a oportunidade de realização de diversos estágios, como força de trabalho privilegiada, bem como os projectos futuros mais emblemáticos, serão o corpo central deste trabalho, que não pretende ser mais do que um olhar crítico, mas apaixonado por um projecto que é muito mais que um simples museu.

No final, irei apresentar de forma sumária o resultado de umas férias, a percorrer projectos similares em Espanha e França e que em muito tem a ver com este ecomuseu. Os anexos servem para comprovar o funcionamento do projecto, é o caso do regulamento interno, da comissão local para o património e ecomuseu, do projecto da rede de percursos pedestres de Barros, de um estudo de mercado, sobre os visitantes de Montalegre, de uma recolha das páginas web que existem sobre barroso e que são veículo de divulgação deste região, de um recorte de jornal sobre uma realidade inédita no mundo, que é o relatador de chega de bois e um álbum de fotos da região e das actividades do Ecomuseu de Barroso.

1. A Nova Museologia - Tentativa de Museus ao ar livre

O conceito de Nova Museologia começou a delinear-se a partir dos anos 60/70, com maior incidência a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972 no âmbito do Conselho Internacional dos Museus (ICOM). A Nova Museologia surge então, como forma de renovação da Museologia Tradicional, na medida em que mantém, como afirma César Lopes, *“uma relação de oposição a tudo o que é velho, baseando-se no princípio de que os detentores de uma identidade cultural e de um saber deverão ser os protagonistas dessa mesma cultura. Isto é, em vez de consumidores de um certo produto cultural que lhe é estranho e integrador, deverão ser os indivíduos e as comunidades a criar a sua própria cultura, o seu próprio desenvolvimento, a serem os actores da mudança, utilizando o seu património como um instrumento útil a estes objectivos”*.¹

É neste novo contexto que se inserem os Novos Museus, que representam uma nova concepção da museologia, na qual em vez de um edifício, considera-se uma região, em vez de uma colecção, um património regional, em vez de um público consumidor, uma comunidade regional participativa.

Através deste novo conceito, o objecto deixa de estar no centro das atenções do museu, valorizando-se cada vez mais o sujeito social. A memória colectiva torna-se o património por excelência destes museus e a interdisciplinaridade a linha de conduta dos programas desenvolvidos com a participação activa das populações.

A museologia começa assim a desenvolver-se a nível local, dando origem a diferenciados tipos de museus. Não existe uma única metodologia na Nova Museologia, pois cada região é caracterizada de forma diversa. O tratamento museográfico e a metodologia a adoptar varia conforme a diversidade e os condicionalismos de cada região.

No contexto da Nova Museologia, desenvolveram-se em diversos países, importantes e inovadoras experiências que revelam de forma exemplar, aquilo que vulgarmente escapa ao museu tradicional – a identidade de cada região.

2. O Conceito “Ecomuseu” em oposição aos Museus Clássicos

Este conceito surgiu em França após a II Guerra Mundial, graças aos trabalhos desenvolvidos por Georges Henri Rivière e Hughes de Varine, homens de ideologia política de esquerda. Por outro lado, a importância que exerceram a nível museológico deve-se

¹ César Lopes, 1991, pag. 53

também ao facto de terem sido os primeiros secretários gerais do ICOM (International Council of Museums – Conselho Internacional de Museus). Rivière é mesmo considerado, por muitos como o grande homem da museologia moderna, tendo sido o criador do Museu do Homem e do Museu das Artes e Tradições Populares em Paris, animador da criação do museu da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa e fundador de museus e de ecomuseus em todo o mundo.

O nascimento dos ecomuseus está estreitamente ligado às transformações da sociedade francesa dos anos 60. Este facto deve-se, segundo François Hubert (*cit in Rivière, 1989, pag 128*), por um lado, ao desenvolvimento de uma política favorável à sua realização e por outro porque os ecomuseus se vão alimentar das novas preocupações que surgiram na sociedade.

De facto, nos anos 50 e início dos anos 60, o estado Francês consciencializa-se do seu excessivo centralismo, da ausência de uma política económica adequada. Daí resultaram problemas como o êxodo rural, o baixo nível de vida e o aumento dos encargos colectivos nas grandes vilas devido às concentrações industriais. Assim, a partir de 1963, inicia-se a aplicação de uma política de ordenamento do território, que terá a seu cargo o turismo, o qual se tornou uma grande fonte de receita.

Esta política beneficiará determinadas zonas rurais, fundamentalmente aquelas que se situam em áreas protegidas, com a criação em 1967 dos parques naturais regionais. Estas decisões revelam-se de extrema importância, na medida em que estando situados nas proximidades dos grandes centros urbanos assumem-se como o pulmão verde dessas regiões e oferecem potencialidades económicas e turísticas relevantes.

Por outro lado, trata-se de regiões privilegiadas sob o ponto de vista da sua gestão, onde se dá particular atenção à salvaguarda do património natural e cultural e às relações entre as comunidades e o meio ambiente, valorizando-se a participação activa das populações locais. Deste modo, os financiamentos de que beneficiam os parques permitem a criação de estruturas museográficas susceptíveis de atrair visitantes e de valorizar o meio rural.

A partir dos finais dos anos 60 com a criação dos Parques Naturais Franceses, as ideias de Rivière vão sendo postas em prática de forma mais concreta, e na década seguinte, encontram-se plenamente implantadas, até porque também correspondem às preocupações dos homens do seu tempo.

É de facto na década de 70 que o conceito de ecomuseu se implanta e se desenvolve, criando um estatuto próprio. Por conseguinte, nos finais dessa década assiste-se a uma multiplicidade de ecomuseus em França, registando-se então o interesse de outros países nessa matéria, como por exemplo a região do Quebeque, no Canadá.

O ecomuseu nasceu, como acabamos de referir, de um novo contexto político, económico e social, que proporcionou a sua valorização e que se opõe ao museu tradicional, templo da cultura, universal e intemporal.

Mas, apesar da ecomuseologia ter nascido em França, como afirmou vincadamente Rivière (1989), a sua história é indissociável da do ICOM, não só pelo facto dos seus criadores estarem ligados a essa organização, mas sobretudo porque, como diz Hubert (*cit in Rivière, 1989*), *só somos capazes de a compreender à luz da experiência internacional e da Nova Museologia*.

O conceito de ecomuseu é evolutivo e como tal não pode ser definido de forma estática, acompanha pois a evolução da sociedade, é uma instituição dinâmica, como afirma G. H. Rivière. Sendo assim, não é possível prever concretamente no que se tornará.

Por tudo o que foi referido, os investigadores da ecomuseologia consideram impraticável avançar com um modelo único de ecomuseu, pois a multiplicidade de aspectos a considerar e a especificidade de cada região, limitam à partida a possibilidade de consenso e a capacidade de abarcar num único modelo todas as componentes do ecomuseu.

No entanto, ele pretende ser, de acordo com as palavras de quem o imaginou, *“um espelho onde a população se contempla, para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com a das populações que a precederam, da descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que a população mostra aos seus hóspedes para que eles a compreendam melhor, no respeito pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, pela sua intimidade”*.²

Assim o ecomuseu combina o tempo, o espaço e o contexto social, ou seja, tem que ter obrigatoriamente por base um território determinado, no qual vive uma população com uma identidade própria, caso contrário, como atesta Rivière, não conseguirá subsistir.

A noção de ecomuseu inspira-se, segundo Hubert (*cit in Rivière*), na ideia de um *“museu integral”*. Isto remete-nos de imediato para dois aspectos essenciais de qualquer ecomuseu: o espaço e o tempo. A este propósito o Arquitecto Paisagista Fernando Pessoa³ acrescenta: *“é ao mesmo tempo um museu do tempo e do espaço, congregando a exposição do fio condutor da duração dos séculos com a presença real do espaço que guarda as marcas do passado”*.

O ecomuseu é apenas um fio condutor da História, subscrita a um espaço físico definido, em que as populações que dele fazem parte são os seus principais protagonistas. De facto, trata-se de um museu que se dirige em primeiro lugar à comunidade local, para que ela se

² Rivière, 1989., pag142

³ Exerceu as funções de Director do Parque Natural da Serra da Estrela e a Presidência do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

reconheça, para que reanime a sua vida no conhecimento das suas raízes, perpetuando assim, o legado deixado pelos seus antepassados, a sua identidade.

Por outro lado, a possibilidade de gestão local do ecomuseu, permite-lhe gerir a sua própria imagem de identidade cultural e social, aproximando-o o mais possível das populações locais e do saber fazer artesanal, salvaguardando e valorizando os recursos locais, naturais e culturais, dando um novo uso social e didáctico a esse património.

Este tipo de museu compreende pólos museológicos temáticos, distribuídos por um território bem definido. Deste modo, o ecomuseu pretende situar os objectos no espaço e no tempo, recorrendo àqueles que sempre utilizaram esses objectos para o continuarem a fazer, dando-lhes vida e restituindo-lhes o seu sentido prático, pois faz parte do ecomuseu tudo quanto tem valor cultural e tudo o que está vivo e é utilizável pela população.

O enraizamento do ecomuseu na comunidade local é fundamental e isso só é possível com a participação activa e voluntária da população nas actividades desenvolvidas. Assim, é essencial motivar, esclarecer, auscultar e acima de tudo envolver essa população nos projectos a criar.

Neste sentido, o ecomuseu assume-se como o agente da identidade cultural de um grupo, o motor cultural polivalente. Torna-se o espelho das comunidades locais, onde estas se revêem e se identificam.

O ecomuseu, muito mais que uma simples instituição museológica, é uma instituição política, cultural e regional. Não se pretende negar ao homem rural os benefícios da tecnologia moderna pois se assim fosse haveria o risco, como afirma Rivière, de colocar uma população numa gaiola e o risco de a manipular. Trata-se sim, de procurar que ela encontre tais benefícios sem alienação da personalidade própria da comunidade a que pertence.

O papel de G. H. Rivière foi fundamental em todo este processo, porque ele, muito mais do que inventar a ecomuseologia, como afirma Hubert (*cit in Rivière*), inventou um sistema que coloca o museu a prestar atenção ao seu tempo.

Assim, podemos afirmar que o ecomuseu é a revelação do dinamismo duma vida humana local intimamente ligada à natureza e ao território, de forte equilíbrio ecológico, que tem como um dos principais objectivos, o desenvolvimento local. De facto, a interligação entre o património construído e o património natural, assume-se como ponto de partida no desenvolvimento do turismo local.

A componente científica é também indispensável num ecomuseu. Neste sentido, o ecomuseu assume-se como o meio por excelência da investigação científica das comunidades e do seu meio, favorecendo a formação de especialistas nesses domínios, em cooperação com as entidades exteriores de investigação, nomeadamente as universidades.

Por outro lado, as dificuldades que os museus locais enfrentam são variadas, mas na sua maior parte prendem-se com aspectos financeiros. A nível do financiamento existe uma grande disparidade de museu para museu. Enquanto alguns estão inteiramente a cargo das colectividades territoriais, outros vivem com dificuldades, dependendo de subsídios reduzidos. Outros ainda, têm uma parte de autofinanciamento tão importante que se tornam verdadeiras empresas culturais. Deste modo, para ultrapassar problemas financeiros, museus e algumas empresas de carácter artesanal, procuram cada vez mais o autofinanciamento, noção cada vez mais indispensável para a viabilidade dos investimentos.

3. A Ecomuseologia

A economuseologia tem, nos dias de hoje, um papel de destaque na museologia. Em países como o Canadá, sobretudo na região do Quebeque, este conceito tem tido bastante êxito, levando mesmo até à criação da Fundação dos Economuseus do Quebeque, fundada por Cyril Simard, o autor deste novo conceito museológico.

O economuseu é pois um conceito museológico e, traduz, cada vez mais, uma opção cultural, segundo a qual a pequena empresa artesanal é associada à museologia. Consiste num sistema misto de empresa/museu, tendo como objectivos principais o auto-financiamento, a originalidade, a qualidade de produto e a valorização da empresa/museu, numa perspectiva cultural e ambiental, tendo em vista o turismo cultural e científico.

Em princípio, trata-se de uma pequena empresa, de tipo artesanal, que está em funcionamento, produzindo objectos tradicionais e/ou contemporâneos que, pela sua especificidade ou originalidade, mostram a identidade cultural de um povo. De certa forma, procura-se promover a inovação numa pequena empresa, respeitando as suas raízes.

Por outro lado, é fundamental a existência no local de um centro de animação e interpretação, ou seja, uma oficina para que o visitante se aperceba do processo de fabrico daquilo que é produzido. Em resumo, podemos dizer que se trata de valorizar museologicamente uma pequena actividade artesanal, a qual tem que ser rentável, o que implica uma boa gestão, dinamismo e criatividade.

Este tipo de museologia está perfeitamente bem implantado no Quebeque, onde experiências deste género têm tido um enorme sucesso. Um exemplo específico é a Papelaria de Saint-Gilles. Trata-se de uma antiga oficina de fabrico artesanal de papel de qualidade que, após a morte do seu fundador e proprietário entrou em falência. A sua reconversão em economuseu contribuiu para o êxito que actualmente tem. É um espaço

expositivo dedicado ao seu fundador, um atelier de fabrico de papel feito à mão e de um centro de interpretação de produção artesanal, de uma exposição de colecções de objectos de arte e utilitários actuais, em papel, um centro de documentação e arquivo, uma sala polivalente com a passagem continua de um vídeo sobre a localidade e uma papelaria. Nesta sala estão também dispostos os objectos para venda, cujas receitas contribuem para o seu auto-financiamento. Este papel artesanal, de alta qualidade e criatividade, tornou-se rapidamente matéria nobre, sendo utilizado por artistas, políticos e empresários como um produto requintado e de elevado valor cultural.

3.1. Os Ecomuseus em Portugal

Em Portugal, a partir de 25 de Abril de 1974, assistiu-se a um acentuado desenvolvimento da museologia, nomeadamente a nível da Nova Museologia, com um crescente interesse na problemática da cultura local e do seu aproveitamento museográfico. Por isso, como afirma António Nabais, os museus locais saíram beneficiados com os efeitos da política democrática em geral e da gestão autárquica em particular, que os desenvolveu e dinamizou.

Os novos conceitos no campo museológico, entram assim em Portugal e a ideia de criar um ecomuseu surgiu nos finais da década de 70. À semelhança do que aconteceu em França, também no nosso país o ecomuseu nasce associado às áreas protegidas, com a valorização da realidade homem/natureza, na sua complexa interligação.

Em 1977 veio a Portugal, por iniciativa do então Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza⁴, Georges Henri Rivière em visita ao Parque Natural da Serra da Estrela, com a finalidade de aí se criar um ecomuseu. Supervisiona um grupo de trabalho, de que faziam parte ilustres nomes das universidades portuguesas, estabelecendo-se contactos com a população local, recolhendo-se material etnográfico, adquirindo-se edifícios de arquitectura de características locais e iniciou a pesquisa científica com base na interdisciplinaridade. O projecto não avançou por razões de carácter político, que se devem á instabilidade dos governos da altura, cujos interesses se viravam mais para as realizações de resultado a curto prazo.

Posteriormente Rivière voltou a Portugal, proferindo conferências, estabelecendo planos de execução, sensibilizando as entidades para a riqueza dos seus valores patrimoniais e

⁴ Actualmente Instituto da Conservação da Natureza - ICN

para a necessidade de os preservar. Neste sentido, terá afirmado que em Portugal o ecomuseu não precisa ser inventado, pois ele existe à espera que o organizem; não é preciso mandar fazer ferramentas ou oficinas, elas existem ; não é preciso treinar os artesãos, os agricultores, os pastores, eles são ainda hoje intervenientes da vida local, nos campos e nas montanhas.

Apesar do insucesso dos ecomuseus em Portugal como criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, eles acabam por se implantar no nosso país a partir da década de oitenta, através do esforço empreendido, fundamentalmente pelas entidades locais, como é o caso das autarquias, das associações de desenvolvimento, das empresas, etc.

É de facto a partir desta altura, que surge "um novo conceito de património museológico e de museu [o qual] tem orientado a criação de novos museus locais".

Assim, a mudança gerada no campo museológico, com os novos conceitos, novos espaços e novas colecções, gera diferentes designações como, ecomuseu, vila museu, museu polinucleado, museu multipolar, museu local, museu de região, museu de aldeia, que têm campos de intervenção que vão para além do edifício e das colecções.

Trata-se de práticas museológicas que tentam encontrar soluções adequadas a situações concretas. Deste modo, procuram representar a identidade própria de cada região o mais fielmente possível, tendo em conta as necessidades, interesses e problemas da sua comunidade.

Neste contexto, podemos enumerar diversas experiências bem sucedidas, levadas a cabo em diferentes regiões do país e que traduzem plenamente a problemática das novas práticas museológicas. Temos como exemplo, o Ecomuseu Municipal do Seixal, o Museu de Mértola, o Museu Municipal de Alcochete, o Museu Rural do Vinho do Concelho do Cartaxo, o Museu Municipal de Loures e o Museu de Monte Redondo.

O Ecomuseu Municipal do Seixal e o Museu de Mértola são exemplos privilegiados e inovadores de instituições vivas, participativas, de carácter pluridisciplinar em que o museu não se limita de forma alguma a um edifício que recebe os objectos. Bem pelo contrário, são museus polinucleados que abrangem um território definido, onde os bens são preservados e valorizados, sempre que possível, *in situ* e em actividade.

Estas duas unidades museológicas são experiências de grande sucesso, apesar de se distinguirem em vários aspectos, na medida em que, se inserem em realidades económicas, sociais e culturais específicas. Enquanto no Seixal a Câmara Municipal financia os projectos e o funcionamento de uma estrutura com cerca de 50 técnicos, em Mértola esta situação é diferente, pelo facto da autarquia não possuir autonomia financeiras, para assegurar o

funcionamento e execução dos projectos. Por isso, os técnicos e os investigadores, que na sua maior parte não fazem parte dos quadros do município, candidatam-se a bolsas de investigação, promovem cursos de formação profissional, recorrem ao financiamento de programas comunitários e ao mecenato, através de várias associações que se coordenam entre si.

O Ecomuseu do Seixal valoriza muito a vertente didáctica do museu, existindo uma grande ligação às escolas do concelho. Por outro lado, o Museu de Mértola, dá mais atenção à investigação do património cultural, o seu grande potencial endógeno.

Como podemos constatar, há diferenças a nível da estrutura e funcionamento destes museus. Mas, a Nova Museologia não pretende criar um protótipo definido, antes pelo contrário, considera-se essencial a adaptação destes museus à sua realidade. Além disso, o campo de acção do ecomuseu não é estanque, verifica-se mesmo que o conceito se tem alargado cada vez mais, devido às características e problemas específicos de cada comunidade. Por exemplo, em Mértola, como afirma Cláudio Torres, o trabalho desenvolvido está em primeiro lugar virado para a sua região, mas sem nunca se fechar ao exterior, diz mesmo, que não se deve criar uma fronteira artificial e por isso a equipa de trabalho de Mértola, faz trabalhos de investigação científica nos concelhos limítrofes. Desta forma recolhe elementos importantes sobre a sua área de intervenção original, colaborando com as outras autarquias no seu desenvolvimento.

Nos dois locais verifica-se uma convergência no que é essencial, o desenvolvimento global da região. Neste âmbito, tem como principais objectivos, a salvaguarda e valorização do património cultural e natural em benefício das comunidades locais; investigar de forma pluridisciplinar o meio em que se inserem; sensibilizar as populações para a sua participação activa nos projectos a desenvolver; incrementar o turismo cultural; etc., etc.

No caso de Mértola o combate á desertificação humana assumiu especial interesse e prioridade dada a proporção que esta assumia. Como causas, salienta-se a pouca produtividade dos solos e a Política Agrícola Comum (PAC), que torna inviável a agricultura com baixas taxas de produção. Estes dois factos, associados a secas cíclicas levavam as populações a partir para os grandes centros urbanos do país ou a emigrar, na procura de melhores condições de vida. Aqui a criação de emprego assumia uma grande importância para absorver mão de obra excedentária da agricultura. A cultura e o turismo foram os grandes vectores de inversão da situação. Assim, recrear artes e ofícios tradicionais, musealizar sítios, envolver a população nos projectos de investigação científica, acompanhada de uma boa promoção turística, foi a forma de se criar uma nova dinâmica económica no meio rural.

A componente natural é também muito valorizada na Nova Museologia. Em Mértola foi implantado uma das últimas áreas protegidas – o Parque Natural do Vale do Guadiana - que contribui para a preservação do património natural e cultural. Se as águias, abutres, lontras e outras espécies protegidas que povoam o Alentejo são beneficiadas pela protecção e controlo da capacidade de carga, que vai ser exercida sobre o meio, também a população vai ser beneficiada com as acções a desenvolver, pela qualidade de vida, com o homem como parte integrante do meio, a viver em equilíbrio e a valorizar a sua preservação.

Como vemos, os objectivos destes museus não se traduzem na simples acumulação de colecções num determinado local, pelo contrário, procuram a utilização dos testemunhos materiais e imateriais que ajudem a compreender, explicar e experimentar a realidade social, económica, tecnológica e histórica das diversas comunidades locais (Nabais, 1989).⁵

Trata-se pois, de espaços museológicos que se estendem ao seu território com os seus vestígios materiais, monumentos, sítios e conjuntos e que pretende responder aos problemas e necessidades da população.

Paralelamente as instituições museais passam a ser vistas de forma diferente, pois graças às suas atitudes, permitem criar condições para o desenvolvimento económico, turístico e comunitário, na medida em que se criam postos de trabalho, incrementam a produção tradicional, levam à atracção turística, desenvolvem o comércio e valorizam a identidade cultural.

Como podemos concluir, as novas práticas museológicas que vão proliferando no nosso país, funcionam por um lado, como instrumentos de protecção e valorização dos nossos valores culturais e patrimoniais e por outro lado, mostram a individualidade de cada região. Vivendo numa Europa sem fronteiras, numa Europa das regiões, torna-se importante a afirmação de cada região, pelo que promover e incrementar estas práticas, ajudará a preservar, valorizar e promover a nossa identidade.

⁵ Nabais, 1989, pág 47.

4. Caracterização do espaço

4.1. O Parque Nacional da Peneda Gerês

A serra do Gerês tem um comprimento de 35 km entre Fonte Fria, 3km a NO de Pitões das Júnias, no concelho de Montalegre, e o Rio Caldo, 5km a Sul das Caldas do Gerês; a sua largura máxima é de 18km. No cume dos Carris a serra atinge 1507 metros de altitude, atingindo junto à raia, o pico da Cabreira 1534 metros e o Altar dos Cabrões 1544 metros. O Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG) foi criado em 1971, abrangendo a serra do Gerês entre o Cávado e o Lima e parte da serra da Peneda, constituindo um todo com a área de 71 422 hectares.

Esta serra integra-se no Maciço Ibérico que constitui uma das unidades estruturais da Península Ibérica e um segmento da Cordilheira Varisca da Europa. O Maciço Ibérico apresenta-se zonado, definindo-se habitualmente cinco zonas com características paleogeográficas, tectónicas, magmáticas e metamórficas distintas. A área do PNPG situa-se na Zona Centro-Ibérica (a zona mais interna da Cadeia Varisca). Esta zona é genericamente caracterizada pela existência de rochas muito deformadas e afectadas por elevado grau de metamorfismo e ainda pela predominância de rochas graníticas.

“Zonas paleogeográficas e tectónicas do Maciço Ibérico segundo Lotze (1945), ZC- Zona Cantábrica; ZAL- Zona Asturo-Leonesa; ZCI- Zona Centro-Ibérica; ZOM- Zona de Ossa-Morena; ZSP- Zona Sul Portuguesa.”⁶

À semelhança de toda a região Noroeste de Portugal, predominam, no Parque rochas graníticas que se instalaram na crosta terrestre no decurso da orogenia Varisca. As rochas graníticas mais antigas (aprox. 320-310 Ma) afloram na Serra do Soajo, Serra Amarela, planalto de Castro Laboreiro e no extremo oriental da Serra do Gerês. Na restante área afloram os granitos mais recentes, com cerca de 297-290 Ma de idade. Estes granitos destacam-se perfeitamente na paisagem dado que conferem àquelas serras um relevo mais vigoroso e desnudado do que a área circundante.⁷

A fauna e a flora da serra são as mais ricas de Portugal. A esta riqueza singular alia a amplitude da paisagem e a abundância das águas que alimentam os rios Cávado e Homem. Não admira por isso que o homem nela tenha deixado sinais da sua presença desde os tempos pré-históricos, reforçando o já notável valor ecológico com valiosos elementos culturais.

⁶ Conf. www.serra-do-geres.com

⁷ Directiva 92/43/CEE (Directiva Habitats)

Acima dos 1400 m. de altitude apenas subsistem arbustos rasteiros. Entre os 1400 e os 1200 m. encontram-se o teixo, o vidoeiro e o pinheiro que por vezes atinge entre 15 e 20mt. de altura, o que não sucede noutro lugar em Portugal. Até aos 1200 mt. a arborização é densa, apresentando exemplares de grande porte, espécies arbóreas como o carvalho e o medronheiro, entre outras. A *Iris boissieii* é um lírio violáceo que apenas se vê no Gerês, outra flor violácea e também rosácea é a *Prythroninca deuscanis*, produzida por uma árvore muito rara; a *Hypericum androsaemum*, de flor amarela, constitui o hipericão-do-gerês usado com fins medicinais.⁸

No respeitante à fauna esta é a região do País mais rica em caça grossa, apesar de ter sido extinta, pela acção do homem, a cabra selvagem. Além de javalis e de lobos, a serra tem veados, texugos, lontras, martas, tourões, etc. A águia-real, apesar de rara, persiste na vigilância dos cumes do Gerês, como também subsiste a perdiz-cinzenta, espécie pouco comum.

À diversidade da flora corresponde a diversidade da fauna, sendo a última mais vulnerável sofrendo com as alterações da flora, que já não apresenta a riqueza que, em tempos passados, fazia do Gerês um verdadeiro santuário faunístico.

O Norte de Portugal, com influência Atlântica, Sub-atlântica e Mediterrânica é dominado por florestas de folhosas, *Quercus* – carvalhais – que deveriam constituir a formação vegetal dominante, associadas a coníferas - *Pinus*, *Juniperus*.

É possível encontrar, em regiões de altitude intermédia, algumas manchas florestais de dimensão razoável e que podemos considerar como representativas da floresta primitiva (a mata de Albergaria, a mata de Cabril, a mata do Beredo, a mata do Ramiscal e os carvalhais da Peneda). Todas estas zonas estão incluídas em áreas de reserva, pelo que é condicionada a sua visita.

Os matos arbustivos, que ocupam grande área do Parque, resultam fundamentalmente da degradação da floresta climácica pela actividade humana, como consequência de uma pastorícia à base do fogo. São compostos essencialmente por tojos e urzes e, apesar de constituírem sistemas degradados, encontram-se geralmente em situação estável, albergando uma comunidade animal rica. Em zonas próximas dos 1300 a 1400 metros podemos encontrar matos tipicamente de altitude e que não resultam da degradação antropogénica da floresta. Constituem a transição das zonas florestais para as de vegetação alpina, e que têm pouca representatividade devido à escassa altitude máxima do Parque. Estas regiões são de difícil acesso e apresentam formas de relevo de grande beleza.

⁸ Apoio do Biólogo Francisco Álvares

As zonas agrícolas dos grandes vales e dos planaltos elevados apresentam grandes diferenças entre si. Condiionadas pelo relevo, pelo clima e pela natureza dos solos, as populações humanas adoptaram soluções distintas para garantir a sua sobrevivência. Instaladas sobre solos aluvionais, as populações das zonas mais baixas conseguem bons níveis de produtividade agrícola, mesmo que à custa de uma completa humanização da paisagem. Regiões de elevada densidade populacional, nelas não há grande espaço para a vida selvagem.

Nas regiões mais elevadas, como as que correspondem às zonas agrícolas dos planaltos de Castro Laboreiro e da Mourela, porque assentes em solos mais pobres, apenas suportam culturas arvenses de sequeiro e de regadio. É a área produtora de gado por excelência e das pequenas aldeias de montanha. Em redor destas aldeias forma-se um sistema misto de campos de cultivo, lameiros e florestas, unidos por corredores florestais, que dão à paisagem de montanha um aspecto característico. A flora e a fauna destes sistemas são de uma grande riqueza, dependendo intimamente da actividade humana para a sua manutenção.⁹

Foi devido ao relativo isolamento de parte importante da sua superfície, que ainda persistem algumas das espécies que mais nos atraem, ligadas ao nosso imaginário, como é o caso da águia-real, do lobo Ibérico, do corço e dos garranos.

Animal forte, de rija têmpera, o garrano tem por habitat principal o vale do Gerês alimentando-se de grande variedade de vegetais. Apesar dos sucessivos cruzamentos que suportou ao longo dos séculos, o garrano é provavelmente um representante longínquo da fauna glacial do fim do Paleolítico.¹⁰

Já Fr. Bernardo de Brito, na sua *Geographia Antiga da Lusitânia*, observava possuir o Gerês «grande número de veação, como são cabras selvagens, corças, Porcos-monteses, veados e alguns ursos».¹¹

O urso terá desaparecido da região no decorrer do século XVIII, vítima da caça, dos incêndios e das transformações entretanto ocorridas no seu habitat. A mesma sorte, aliás, teve um outro animal, a cabra-do-gerês, de que a última referência data de 1892, e que frequentava a vasta zona serrana compreendida entre a Portela do Homem e os Cornos da Fonte Fria, ao longo da raia de Espanha. Resta-nos a esperança de que um casal desta raça que fugido do parque espanhol começa a aumentar a sua descendência, a olhos vistos, nas áreas de Pitões das Júnias.

⁹ Conf. www.atahca.pt/mixobotao-6.html

¹⁰ Conf. www.serra-do-geres.com/inicial.htm

¹¹ *Ibidem*.

Com o urso extinto, restam-nos as cilhas. Com o isolamento que caracteriza esta zona serrana e a protecção acrescida que deriva da própria natureza do terreno, está criada a possibilidade de permanência de toda uma variedade de animais, com especial referência para a avifauna, em que se destacam as aves de presa diurnas - águia-real, milhafre-real, águia-de-asa-redonda, falcão, etc. - para além de nocturnas, como o bufo-real, a coruja-do-mato e o mocho-de-orelhas-pequenas.

Quanto aos répteis, podem citar-se a víbora-negra, a cobra-d'água e o Lagarto-d'água, tritões e salamandras.

Quanto aos mamíferos, o Gerês alberga lobos, corços, javalis, garranos selvagens, lontras, gatos-bravos, fuinhas e recentemente a cabra selvagem, a velha cabra montês. De entre todas as espécies mencionadas há, no entanto, algumas em perigo de extinção ou muito ameaçadas, pelas profundas relações que desde há muito mantêm com o quotidiano local e pelo modo como nós próprios as encaramos.

Quantas histórias e quantas lendas se contaram acerca do lobo, animal que desde logo se associa ao agreste da paisagem. Perseguido por toda a parte e dado como extinto na maioria do continente europeu, a espécie ainda ocorre em Portugal ao longo da fronteira norte e numa ou outra região de Montanha do Norte e Centro. Abatido como predador de gado, sobretudo ovino, sobrevivendo com dificuldade devido ao desaparecimento da caça maior, outra fonte importante da sua alimentação, e profundamente afectado pelas alterações ocorridas no seu habitat natural, o lobo é de facto uma espécie ameaçada.

Estudos recentes do Biólogo Francisco Álvares, sobre as alcateias locais trazem nova esperança a esta espécie, a viver na Região do Barroso. Em causa fica a política de indemnizações praticada pelo Parque Nacional da Peneda-Gêres aos produtores prejudicados e a maldade de muitos que para apanhar javalis vão destruindo espécies mais ameaçadas.

À fauna selvagem há, que acrescentar duas espécies domésticas de elevado valor: o cão de Castro Laboreiro e o Boi-Barrosão. Nativo da serra do Soajo e do planalto de Castro Laborei, este cão é um animal de aspecto rude e bravo, que outrora era utilizado na caça grossa. Apesar de manso e fiel guardador, ainda hoje muita gente o considera aparentado ao lobo, ideia que é reforçada pelo facto de este cão sorver a água em vez de a lamber.

O boi-barrosão, presente sobretudo no sector oriental do Parque Nacional, tal como todas as raças serranas, apresenta notáveis características de resistência e grande adaptabilidade ao trabalho. «Estas qualidades» de acordo com Vergílio Taborda, «a tornam estimada nestas terras montanhosas. São as vacas que fazem todo o trabalho da lavoura, já de si limitado e fácil pela grande quantidade de animais que o agricultor possui.

O trabalho jamais aperta; de resto, o agricultor tem o cuidado de poupar o seu gado, que para ele vale sobretudo pela criação.»¹²

Os povos serranos governaram-se durante séculos por um regime comunitário tradicional, o comunitarismo, escolhendo cada povoado os seus organismos próprios para zelarem pelos interesses comuns dos moradores; deste regime subsistem ainda alguns usos relativos à utilização de certas zonas de pastoreio e à lavoura dos campos.

O homem teve e tem um papel fundamental na modelação destas paisagens magníficas, as quais constituem quadros vivos, dignos de um Museu a céu aberto, em permanente mutação visual ao longo do ano e onde a dinâmica da vida encontrou sábia sequência no equilíbrio entre a natureza e a cultura.

Os primeiros vestígios de uma permanência humana remontam ao quarto e terceiro milénio antes de Cristo, ocupavam povoados muito possivelmente sazonais, cujas marcas estão ainda por identificar. São as necrópoles de dólmens e mamoaas que melhor documentam esta primeira ocupação efectiva da região, vincando uma forte religiosidade ligada essencialmente ao fenómeno da morte física. Ainda hoje, atestando a solidez destas primitivas construções funerárias e territoriais, vastas necrópoles megalíticas (das maiores em número de todo o Norte de Portugal) pontilham quer os planaltos elevados de Castro Laboreiro e da Mourela, quer as inúmeras chãs das diversas serranias», e elas desenvolveram sistemas peculiares de agricultura, assentes sobretudo na exploração do gado.

Os testemunhos mais antigos das Terras do Gerês referem-se, à cultura megalítica, representada por dólmens e cistas com cerca de seis mil anos. Dos finais do Neolítico ou do início da idade do Bronze, surgem menires e gravações em rochas. É, no entanto, durante a idade do Bronze e a do Ferro que se processa o povoamento sistemático das mais importantes cumeadas que separam as águas dos rios. Os povos constroem castros e desenvolvem uma agricultura primitiva de sequeiro e a pastorícia.

São desta época os castros de Calcedónia, Outeiro, Castelo e Ermida. Foi, porém, a Romanização, após uma possível influência Grega, que deu origem à actual estrutura paisagística assente numa economia de subsistência no que diz respeito à agricultura e em que o gado é, e continuará a ser, a principal fonte de riqueza da população.

Aos Romanos se deve o desbravamento do fundo dos vales, da vegetação selvagem que os revestia e, portanto, o início da descida das populações das cumeadas para o sopé das encostas. A Geira (estrada romana) que segue o vale do rio Homem e quatro conjuntos de marcos miliários (Bico da Geira, Volta do Covo, Albergaria e Portela do Homem) atestam a

¹² Conf. www.serra-do-geres.com

acção decisiva da romanização neste território. Estas acções são imediatamente continuadas pelos primeiros conventos e cenóbios cristãos, que cimentam a cultura anterior com a influência germânica que se lhe seguiu de Suevos e Godos.

Quando chegava a Páscoa, as famílias subiam para maiores altitudes, acima dos mil metros, onde passavam na «branda» a Primavera, o Verão e parte do Outono. Aí, os gados encontravam pastos mais viçosos e frescos.

A agressividade do clima, o isolamento das aldeias e os recursos parcos que obrigavam a uma gestão sábia deram origem a hábitos comunitários, de que ainda perduram alguns vestígios.

Cada aldeia era uma comunidade organizada, onde as questões de justiça e os assuntos de interesse colectivo eram resolvidos por um conselho dos homens-bons da terra, que reuniam no largo do pelourinho, existindo por vezes uma bancada ou recinto especialmente concebidos para essas reuniões.

Os rebanhos pastavam em comum nos baldios (a vezeira), o pão de cada família era cozido (e ainda hoje o é, em alguns povoados) no forno do povo e a farinha moída no moinho comunitário, existia em cada aldeia o boi do povo, para a cobrição e para lutar (as chegadas de bois) que era alimentado por todos; azenhas, pisões, fontes e lavadouros, forjas, enfim, as principais actividades de subsistência eram tratadas em regime comunitário.

Esta forma de vida tende a desaparecer, mas para já é uma fonte de espanto e de atracção de turistas desejosos de uma vida calma, onde possam saborear o tempo a passar, onde o sol seja o único relógio e os amigos sejam os responsáveis pela alteração desta paz e tranquilidade que só o interior ainda conserva, enquanto não for invadido de turistas que querem tudo que vêm, não se importando de sujar e destruir o que quer que seja.

É talvez este o ponto chave para os locais recusarem as auto-estradas e defenderem o seu isolamento.

4.2. Caracterização da Região

Montalegre ocupa o coração do planalto Barrosão, com um grande território de 805Km², abrangendo um conjunto de 35 freguesias e 136 aldeias. Este planalto situa-se a Noroeste do distrito de Vila Real, limitado a Norte pela província da Galiza (75 km de fronteira com Espanha), a Poente pelo município de Terras de Bouro, a Sul pelos municípios de Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto, e a Nascente pelos municípios de Boticas e Chaves.

Situa-se a 35 Km de Chaves e 90 km de Braga. O percurso de e para esta última cidade é de uma beleza única, porque a EN 103 contorna a serra da Cabreira com os penhascos do Gerês a seu lado, avistando de onde a onde lençóis de água, as albufeiras dos rios Cávado e Rabagão.

O Barroso está enquadrado no maciço Galaico/Douriense, sendo delimitado pelas serras do Gerês (1.434 mt. de alt.) a Oeste, do Larouco (1.525 mt. de alt.) a Nordeste, da Cabreira (1.262 mt. de alt.) a Sueste, das Alturas (ou Barroso) (1.279 mt. de alt.) a Sul e do Leiranco (1.156 mt. de alt.) a Nordeste/Sudeste.

Os antepassados de há 3500-4000 anos deixaram manifestações que revelam preocupações com o além da morte, erguendo rudes monumentos funerários como as antas da Mourela e da Veiga ou a cista da Vila da Ponte. Estes vestígios juntam-se a tantos outros que provam que a área do concelho de Montalegre já era povoada na época dos metais, a fazer fé nesses vestígios que nos chegam da longínqua pré-história.

Os Celtas “semearam”, neste território castros em número pelo menos igual ao das povoações do concelho. Com a chegada dos romanos, a região é atravessada pela Via Imperial – Via XVII e suas pontes, altura em que são também romanizados alguns castros. Existiram, nesta região, grandes cidades romanas, de referir:

Praesidium (na aldeia da Vila da Ponte, chamada popularmente como Sabaraz) e Caladunum (no castro de Pedrário), das quais há alguns vestígios.¹³ Esta terá sido a sede de uma Casta que povoou toda esta região, “os *Caladuni*”.

Dos Mouros não há indícios documentais que atestem a sua presença, exceptuando a tradição oral que lhes atribui tudo quanto de extraordinário e antiquíssimo existe.

Com o nascimento da nacionalidade, D. Afonso Henriques doou porções de terra ou coutos onde floresceram albergarias (Salto), hospitais (Vilar de Perdizes e Dornelas) ou mosteiros (Pitões). Sendo uma zona de fronteira com o reino da Galiza, são erguidos com preocupações defensivas; o castelo de Tourém - da Piconha e mais tarde o castelo do

¹³ Costa, João Gonçalves da – Montalegre e Terras de Barroso, p. 52

4.2.1. Caracterização Socio-económica

4.2.1.1. Demografia

O crescimento demográfico que se vinha a registar desde o século anterior tem o seu ponto máximo nos anos 50. As primeiras perdas populacionais ocorrem com as migrações ultramarinas de princípios do século. No entanto, é nos anos 20, e consequência da epidemia pneumónica de 1919, que a queda se generaliza. Nos anos 60/70 registam-se perdas substanciais como consequência da excessiva pressão demográfica pelo elevado número de habitantes, a par do tipo de intervenção dos serviços florestais nos baldios, num meio onde a produção estava vocacionada para a subsistência.

Só depois de 1974 os baldios voltaram a ser geridos pelas populações que, em muitos casos, procederam à queima sistemática de grande parte da área florestada, para recuperação de pastos, reanimando desta forma o sistema tradicional.

Dá-se uma profunda mudança da estrutura demográfica com a diminuição e o envelhecimento da população. O desequilíbrio da organização social implica alguns reajustes na quantidade de gado, tendo como principal consequência a descida do número de efectivos.

Consequentemente, a diminuição da diversidade na utilização do espaço e a maior dependência do exterior fazem com que o sistema actual de gestão seja frágil e vulnerável.

Contudo, as mudanças recentes põem em relevo, com maior evidência, a fragilidade da montanha e sobretudo tornam-na muito vulnerável ao apoiar-se, o seu sistema produtivo numa pequena porção do espaço económico disponível.

A obtenção da máxima produtividade por indivíduo para equiparar os seus salários aos habitantes de outras zonas, passará pela especialização produtiva em produtos de alta qualidade, assim como pela complementaridade com outras actividades não agrícolas, como o turismo ou actividades relacionadas com o meio.

A nível demográfico é essencial referir a crescente diminuição da população residente, com especial incidência o período de 1991 a 2001.

Ao analisarmos os dados dos períodos anteriores a 1991 é curioso vermos a evolução populacional e o seu acentuado decréscimo. De facto, a população residente no concelho em 1960 era quase o dobro do que era em 1991. A diminuição mais drástica da população ocorre entre as décadas de 60 e 70 devido ao fenómeno imigratório ter afectado com acentuada intensidade a região.

1060	32 728
1970	22 925
1981	19 403
1991	15 464
2001	12 762
Taxa de variação 1960/1970	- 34,7%
Taxa de variação 1981/1990	- 20,3%
Taxa de variação 1991/2000	- 17,47%

Fonte: INE

Inicialmente o fluxo migratório ocorria com maior evidência para o Brasil e para os EUA. Contudo, hoje em dia as preferências alteraram-se para destinos como França, Alemanha e Suíça. De facto, por ser uma zona de fronteira, as fugas para outros países está fortemente marcada, especialmente para a vizinha Espanha/Andorra. Mas, não é só os fluxos migratórios externos que acentuam o declínio da população residente, este é afectado também pelos fluxos migratórios internos para os centros urbanos, de modo especial Braga, onde quase existem prédios inteiros dos Barroões.

É de salientar ainda que nenhuma das freguesias do concelho, nem mesmo a própria sede do concelho, conseguiu apresentar um crescimento populacional entre 1991 e 2001, como se pode verificar no Quadro 2.

Freguesias	1991	2001	Variação - %
Cabril	721	640	-11,23
Cambeses do Rio	210	141	-33,85
Cervos	428	328	-23,36
Chã	1 042	928	-10,94
Contim	138	100	-27,93
Covelães	246	186	-24,39
Covelo do Gerês	302	254	-15,89
Donões	83	72	-13,25
Ferral	646	547	-15,32
Fervidelas	152	116	-23,68
Fiães do Rio	152	104	-31,57
Gralhas	339	235	-30,67
Meixedo	334	235	-29,64
Meixide	127	127	0
Montalegre	1 990	1 817	-8,69
Morgade	317	275	-13,25
Mourilhe	197	144	-26,9
Negrões	222	196	-11,71
Outeiro	238	203	-14,7
Padornelos	198	151	-23,73

Padroso	140	119	-15
Paradela	274	221	-19,34
Pitões das Júnias	226	201	-11,06
Pondras	268	193	-27,98
Reigoso	280	200	-28,57
Salto	2 375	1 867	-21,39
Santo André	329	271	-17,63
Vilar de Perdizes	587	532	-9,37
Sarraquinhos	509	378	-25,73
Sezelhe	183	145	-20,76
Solveira	266	214	-19,54
Tourém	218	185	-15,13
Venda Nova	421	401	-4,75
Viade de Baixo	1 001	781	-21,97
Vila da Ponte	305	255	-16,39

Fonte: INE

Ao analisarmos o Quadro 3 e comparando com as regiões mais próximas, constatamos que o concelho de Montalegre regista uma densidade populacional muito reduzida. Esta realidade pode ser causada pela dimensão do concelho, mas também pela oferta não ser atractiva e não cativar a permanência de novas pessoas.

Ao compararmos a estrutura da população por idades entre 1991 e 2001, representado no Quadro 3, verificamos que o concelho de Montalegre tem tido um decréscimo em todos os grandes grupos de idades menos nos mais idosos, ou seja, o grupo com 65 anos ou mais, em que houve um aumento, fazendo assim, com que o índice de envelhecimento¹⁵ se tenha vindo a agravar.

Quadro 3: Estrutura da População por Grandes Grupos de Idade em 1991 e 2001

	0 a 14 anos		15 a 24 anos		25 a 64 anos		65 e mais anos	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Boticas	1 561	821	1 141	819	3 718	3 046	1 516	1 731
Chaves	8 236	6 269	6 626	6 251	19 671	22 511	6 407	8 636
Montalegre	3 120	1 671	2 079	1 639	7 086	5 960	3 179	3 492
Valpaços	4 523	2 654	3 633	2 504	10 550	9 507	3 880	4 847
Vila Pouca de Aguiar	3 946	2 275	2 766	2 151	7 800	7 471	2 569	3 101

No caso do concelho de Montalegre, o envelhecimento populacional traduz-se especialmente em situações de isolamento face à sociedade exterior¹⁶, abandono e declínio social das pessoas, más condições de habitabilidade e de alimentação, forte apego à casa e pouco envolvimento e participação na vida social. Acresce, que nesta região a forte dispersão geográfica condiciona o contacto e as redes de relações sociais.

¹⁵ Relação entre a população residente com mais de 65 anos e a população dos 15 aos 64 anos

¹⁶ Muitos idosos encontram-se em situações de abandono e de solidão especialmente porque os seus familiares mais próximos emigraram

Contudo, é de salientar os esforços por parte de algumas associações que prestam apoio domiciliário e que têm proporcionado uma diminuição do grau de isolamento e de abandono dos idosos.

O envelhecimento populacional é na generalidade acompanhado por um aumento de dependência pecuniária face às prestações sociais do Estado e crescente incapacidade de dinamização de uma agricultura de sobrevivência, anterior salvação para situações de precariedade económica. Aqui a maioria da população activa trabalha no sector primário.

Sendo que as qualificações profissionais são muito carenciadas, o que acaba por ter incidências negativas a nível de acesso e a nível da criação de novos empregos. Como tal, é evidente a carência de recursos humanos tecnicamente qualificados, bem como actividades empresariais que possibilitem oportunidades de emprego e capacidade de fixação local, especialmente das camadas mais jovens. Torna-se crucial a aposta na educação e na formação. Pois segundo dados de 2001 o concelho apresentou uma taxa de analfabetismo de 32,85 %.

Quadro 4: Taxa de Analfabetismo nas Freguesias do Concelho de Montalegre em 2001	
Freguesias	%
Cabril	33,9
Cambeses do Rio	28,7
Cervos	23,9
Chã	23,1
Contim	42,4
Covelães	32,9
Covelo do Gerês	24,5
Donões	24,7
Ferral	22,1
Fervidelas	28,9
Fiães do Rio	21,7
Gralhas	42,5
Meixedo	33,7
Meixide	22,2
Montalegre	11
Morgade	34,6
Mourilhe	42,7
Negrões	41,5
Outeiro	30,3
Padornelos	32,6
Padroso	20,6
Paradela	29,3
Pitões das Júnias	32,3
Pondras	16,5
Reigoso	22,3
Salto	16,9
Santo André	18,5
Vilar de Perdizes	24,2

Sarraquinhos	27,8
Sezelhe	38,2
Solveira	49,3
Tourém	28,3
Venda Nova	15
Viade de Baixo	25,4
Vila da Ponte	19,2
Concelho	32,85

Fonte: INE

Resumindo, as dinâmicas demográficas do concelho de Montalegre são marcadas por um progressivo e persistente envelhecimento populacional e apelam a um reconhecimento desse factor bem como para a existência de um esforço no sentido de um maior reconhecimento social das idades pós-activas, através da criação de incentivos para a criação de novas oportunidades de emprego e re-inserção social. Por outro lado, conjugando as principais características demográficas com as debilidades das competências educativas e profissionais da população, num contexto de emprego marcadamente insuficiente e tradicional, poderemos antever a necessidade de reestruturação urgente da oferta de formação e de educação e da dinâmica empresarial local no intuito de responder à composição e ao perfil da mão-de-obra local. A falta de dinamismo populacional torna evidente a falta de dinamismo da economia local.

Em termos de estrangulamentos populacionais, podemos apontar a manutenção dos movimentos migratórios, a estrutura etária duplamente envelhecida, o continuo decréscimo populacional, a incapacidade de renovação das gerações, as projecções demográficas negativas, a perda generalizada de população em quase todos os aglomerados e o isolamento da população mais jovem.

Quanto a potencialidades populacionais, podemos indicar os movimentos internos de população para os centros principais, o crescimento populacional, a melhoria da oferta de equipamentos e serviços, a diversificação económica e a melhoria da qualidade de vida na vila de Montalegre.

4.2.1.2. Transportes e Comunicações

O concelho de Montalegre dispõe de uma central de camionagem localizada na sede do concelho, que diariamente efectua viagem entre Montalegre – Chaves/Chaves – Montalegre; Montalegre – Braga/Braga – Montalegre; Montalegre – Venda Nova.

Em termos de taxis existentes no concelho, salienta-se que quase todas as freguesias dispõem de, pelo menos, um taxi, como se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro 5: N° de Táxis no Concelho	
Freguesia	N° de Táxis
Cabril	3
Cervos	1
Chã	2
Covelães	1
Ferral	1
Gralhas	1
Montalegre	6
Morgade	1
Mourilhe	1
Outeiro	1
Paradela	2
Pitões das Júnias	1
Salto	4
Tourém	1
Venda Nova	2
Viade de Baixo	2
Vila da Ponte	1
Vilar de Perdizes	1

Fonte: INE

Quanto a telefones públicos é de salientar que algumas freguesias do concelho têm um ou mais, e há outras que continuam sem telefones públicos, como se pode confirmar no quadro número 5, ilustrado abaixo.

Quadro 6: Número de Telefones Públicos no Concelho	
Freguesia	N.º de Telefones Públicos
Cabril	6
Cambeses do Rio	0
Cervos	1
Chã	1
Contim	1
Covelães	0
Covelo do Gerês	1
Donões	0
Ferral	0
Fervidelas	1
Fiães do Rio	1
Gralhas	1
Meixedo	1
Meixide	1
Montalegre	1
Morgade	0
Mourilhe	3
Negrões	0
Outeiro	1
Padornelos	1
Padroso	1
Paradela	1

Pitões das Júnias	1
Pondras	1
Reigoso	1
Salto	1
Santo André	1
Vilar de Perdizes	0
Sarraquinhos	1
Sezelhe	1
Solveira	0
Tourém	1
Venda Nova	1
Viade de Baixo	1
Vila da Ponte	0

Fonte: INE

Em termos de meios de divulgação da região, são muitas as pequenas publicações locais que vão dando vida a este local. Existem os jornais dos tempos da 1ª República que iniciaram a publicação em 1912: “O Barrosão” e “O Povo de Barroso”; em 1913 “O Montalegrense”, “O Combate”, “Voz da Democracia” e o “O Crente de Barroso”.

Os jornais sempre contribuíram para o conhecimento dessa época e desta região. Actualmente a comunicação social em Montalegre atravessa uma fase de nítida expansão. A imprensa escrita, bem como a Rádio de Montalegre apostam cada vez mais na modernização.

Nota-se que há uma revitalização na estrutura dos órgãos informativos com o intuito de acompanharem a reestruturação da região e do concelho, de forma especial, a nível das tecnologias, com o surgimento de muitas páginas web, portais e mesmo blogs.¹⁷

Actualmente existem os seguintes meios de divulgação da região, na imprensa escrita:

Correio do Planalto

Dir. Dr. Bento da Cruz
Mensal
Fundado em 1974
R. Rodrigo Álvares, 61, 2º D.º
4300 PORTO
Tel. 276 512 575
Fax. 225 503 367

O Povo de Barroso

Dir. Prof. Roque
Quinzenal
Centro Comercial Cabrilho
Loja 12, Apartado 36
5470 MONTALEGRE
Tel. 276 512 285
Fax. 276 511 079

Barroso a Terra e a Gente

Dir. Manuel António Pereira
Mensal
Residência Paroquial de
Montalegre
5470 MONTALEGRE
Tel. 276 512 153
Fax. 276 512 188

Notícias de Barroso

Dir. Padre Lourenço Fontes
Mensal
Fundado em 1972
VILAR DE PERDIZES
5470 MONTALEGRE
Tel. 276 536 143
Fax. 276 536 143

¹⁷ Vide anexo V – Janelas de Barroso para o mundo

Terras de Barroso

Boletim da Câmara
Dir. Presidente da Câmara
Fundado em 1986
Câmara Municipal de Montalegre
Praça do Município
5470 Montalegre
Telefones: 276 512 254 – 276 512 256
Fax: 276 512 871
Email: cm.montalegre@mail.telepac.pt

Rádio Montalegre

Emite em 97.5 FM
Dir. Dr. Ricardo Moura
Travessa Luís de Camões
5470 Montalegre
Tel. 276 511 048
Fax. 276 511 064

Montalegrense

Dir. Carvalho de Moura
Mensal
Montalegre

Repórter TRANSMONTANO

Dir. Jorge Sousa
Semanário
Tel. 255 432 900

Notícias de Chaves

Semanário Regionalista
Rua de S. António, 39 –
Apartado 66
5400 Chaves

A Voz de Chaves

Semanário
Rua Artur Maria Afonso, 26
Apartado 125 - 5400 Chaves
avozdechaves@mail.telepac.pt

Trás-os-Montes possui, ainda, actualmente, a RTP regional, e correspondentes da SIC e TVI; muitas rádios locais e os correspondentes da Rádio Renascença e TSF. As pequenas publicações, além de animarem a vida local permitem uma ligação muito desejada aos emigrantes que se encontram espalhados por todo o mundo, sendo estes os leitores mais assíduos.

Existem também vários *sites de Internet* que divulgam e promovem a região.¹⁸

As **vias de comunicação** existentes no concelho são as seguintes:

- EN 103 – Viana do Castelo – Barcelos – Póvoa de Lanhoso – Vieira do Minho – Montalegre – Boticas – Chaves – Vinhais – Bragança;
- EN 103 – 8 – Montalegre – proximidade de Vieira do Minho;
- EN 308 – Montalegre – proximidades de Vieira do Minho;
- EN 308 – 4 – Montalegre;
- EN 308 – 5 – Montalegre;
- EN 311 – Fafe – Cabeceiras de Basto – Montalegre – Boticas – Chaves;
- EN 311 – 1 – Montalegre.

A rede viária apresenta condições físicas desfavoráveis (território bastante acidentado), apresenta uma fraca acessibilidade inter-regional e às grandes vias

¹⁸ Vide Anexo V – Janelas de Barroso para o mundo

estruturantes da região e apresenta deficiências na largura, pavimentação e traçado das vias existentes.

Contudo, a rede viária apresenta, também, potencialidades tais como: a manutenção das estradas 103 e parte da 308 na rede nacional, a melhoria de parte das estradas que ligam o concelho ao exterior e conectam com aglomerados importantes, as intervenções nos acessos à sede de concelho e a existência de programas de apoio financeiro à melhoria das acessibilidades.

A região não tem muitas alternativas de transporte, pois não é coberta por uma rede ferroviária nem por uma rede aérea.

No que diz respeito aos transportes e às vias de comunicação podemos constatar que entre alguns aglomerados e a sede de concelho os transportes públicos estão ausentes, existe uma rarefação da procura de transportes públicos dificultando a rentabilização de novos circuitos, o número de telefones é reduzido e no quadrante sul do concelho existem equipamentos reduzidos nos serviços de correios. Mas existem programas que financiam o melhoramento das redes nas áreas rurais, que podem ser usados para as melhorar.

4.2.1.3. Saúde Pública e Segurança

O Centro de Saúde de Montalegre encontra-se subaproveitado devido à falta de médicos e técnicos de saúde. A distribuição da população, a dispersão das aldeias e as acessibilidades das freguesias, exigem nove Extensões do Centro de Saúde espalhadas pelo concelho.

As farmácias existentes no concelho são 6, distribuídos por apenas 4 freguesias.

A inexistência de serviços médicos especializados, obriga, muitas vezes, a população a procurá-los nos concelhos vizinhos de Chaves e Braga e também na vizinha Galiza.

Existem 11 Jardins-de-infância no concelho, em que os das freguesias de Montalegre e de Salto se encontram sobreocupados e os restantes sub-ocupados devido à falta de crianças.

O concelho dispõe apenas de 2 Lares de Idosos, um da Santa Casa da Misericórdia – Lar de São José – localizado na sede do concelho e outro na freguesia de Salto e um Centro de Dia na freguesia de Vilar de Perdizes.

No concelho existem estrangulamentos na saúde e na segurança social nomeadamente o sub-aproveitamento das instalações e equipamentos do Centro de Saúde de Montalegre, o reduzido leque de serviços e valências prestados, dificuldades de fixação de médicos e

técnicos de saúde no concelho, penalização da população na obtenção de cuidados diferenciados, dificuldades de responder à procura no período estival, estrangulamento funcional da extensão de Saúde de Salto, inexistência de rede de equipamentos de apoio à terceira idade, sobrecarga do lar de S. José em Montalegre e apoio domiciliário à terceira idade pouco divulgado.

Contudo no concelho também existe um número e distribuição espacial dos equipamentos de saúde adequados à população, melhoria da acessibilidade aos equipamentos, boas instalações do Lar de S. José e iniciativas espontâneas de apoio aos idosos.

No que respeita à Protecção Civil, embora os meios disponíveis apresentem capacidade de resposta às solicitações, o concelho apresenta um baixo índice de profissionalismo das associações de Bombeiros e a inexistência de instalações próprias para os Bombeiros do Baixo Barroso – Salto.

Existe também um posto da GNR na vila de Montalegre e um em Venda Nova.

4.2.1.4. O Ensino

No concelho existem os seguintes estabelecimentos de ensino:

- ➔ N° de estabelecimentos de educação pré-escolar – 18;
- ➔ N° de estabelecimentos de ensino básico de 1º Ciclo – 57;
- ➔ N° de estabelecimentos de ensino Básico 2º Ciclo – 2;
- ➔ N° de estabelecimentos de ensino Básico 3º Ciclo – 2.

No geral os equipamentos de educação apresentam alguns estrangulamentos, nomeadamente o forte isolamento dos alunos; a escassez de equipamentos e infra-estruturas de apoio, na maioria das escolas; necessidade de obras de conservação em alguns estabelecimentos; fraca integração da escola na comunidade; a reestruturação da rede escolar que trás encargos suplementares à autarquia; população adversa ao encerramento de escolas; pulverização de competências e conseqüentemente compartimentação de visões.

Os jardins de infância apresentam condições precárias de funcionamento, reduzido número de utentes em aglomerados isolados e sobrelotação e prestação de serviços complementares em más condições no jardim-de-infância de Montalegre.

Cerca de 50% das escolas do 1º ciclo funcionam com menos de 10 alunos.

No 2º, 3º ciclo e secundário existem em funcionamento várias tele-escolas com razoável número de alunos, existe uma escola preparatória em instalações provisórias, existe uma dificuldade de acesso ao ensino secundário da população das freguesias mais excêntricas e

existe uma fraca diversificação e adequação local/regional do ensino vocacional e técnico-profissional.

Contudo, o concelho apresenta também algumas potencialidades, como o funcionamento de um novo jardim-de-infância em Montalegre, o encerramento de equipamentos sub-lotados e isolados e conseqüente melhoria das escolas a funcionar, a existência da Escola Profissional da Borralha, equipamentos de ensino ajustados à distribuição da população e a abrangência razoável da rede de transportes escolares.

4.2.1.5. Cultura, Recreio e Desporto

O concelho de Montalegre dispõe de uma Biblioteca Municipal aberta ao público localizada na vila de Montalegre.

Abriu muito recentemente um espaço dedicado à Internet, na vila de Montalegre, que pode ser utilizado a título gratuito.

Neste momento está encerrado para obras, o **Museu** de Montalegre que se encontra instalado no Castelo e onde se podem encontrar achados arqueológicos e variadas peças de artesanato local. Também existe uma exposição do património etnográfico na sala do Centro Social e Cultural de Vilar de Perdizes.

Quadro 7: Núcleos Culturais, Associações Desportivas e Recreativas	
Freguesia	Nome da Associação
Cabril	Associação de Caçadores de Cabril
	Associação de Caçadores de Fafião
	Cooperativa de Ocupação dos Tempos Livres – Trote Gerês
Cervos	Associação “A Colmeia”.- Barracão
	Associação de Caçadores do Leiranco
Chã	Clube de Caça e Pesca do Alto Rabagão
Covelães	Associação de Caçadores da Mourela
Covelo do Gerês	Associação de Caçadores de Covelo do Gerês
Gralhas	Associação Cultural de Gralhas
Meixide	Grupo Etnográfico de Meixide
Montalegre	AJAB – Associação de Jovens Agricultores de Barroso
	Associação Clube de Caça e Pesca “Os Barrosões
	Associação Cultural de Barroso
	Associação de Caçadores e Pescadores Montalegrenses
	Associação de Defesa e Animação do Património Cultural de Barroso - “A Croça”
	Associação Defesa do Ambiente
	Associação Animalegres - Monteatro
	Associação “O Boi do Povo”
	Associação “O Burel”

	Centro Desportivo e Cultural de Montalegre
	Grupo Desportivo e Cultural de Montalegre
	Grupo Nacional de Escutas – Agrupamento 1115 Montalegre
	Papaventos – Clube de Desportos de Montanha
Morgade	Associação Desportiva e Cultural Colmeia
Outeiro	Associação Amigos da Cabana – Associação Cultural e Recreativa
	Associação de Caçadores e Pescadores “A Cernada”
Padornelos	Associação Cinegética do Larouco
Paradela	Associação de Caçadores e Pescadores “A Cernada”
	Centro Cultural de Paradela
	Clube de Caça e Pesca de Paradela do Rio
Pitões das Júnias	Associação de Caçadores da Mourela
	O Fiadeiro de Pitões das Júnias
	Rancho Folclórico de Pitões
Salto	Associação das Minas da Borralha
	Associação de Caçadores da “Serra da Maça” - Minas da Borralha
	Associação de Caçadores do Alto da Seixa
	Associação Florestal do Barroso
	Grupo de Cantares de Salto
	Grupo Desportivo e Cultural das Minas da Borralha
	Grupo Desportivo e Cultural de Salto
	Grupo do Jogo do Pau
Travassos	Associação de Caçadores de Sezelhe
Venda Nova	Rancho Folclórico de Venda Nova
Viade de Baixo	Associação Cultural de Parafita
Vilar de Perdizes	Associação de Caça de Vilar de Perdizes
	Associação de Defesa o Património Cultural de Vilar de Perdizes
	Carqueja – Plantas Aromáticas de Vilar de Perdizes
	Grupo Desportivo e Associação Cultural e Recreativa de Vilar de Perdizes
	Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes
	Grupo Etnográfico de Vilar de Perdizes
	Rancho Folclórico de Vilar de perdizes

Fonte: Câmara Municipal de Montalegre

Em termos de equipamentos desportivos, o concelho dispõem essencialmente, de equipamentos virados para o futebol, como se pode verificar pelo quadro abaixo ilustrado, embora recentemente tenham aberto as Piscinas Municipais, e estão neste momento a iniciar as obras do futuro pavilhão multiusos.

Quadro 8: Equipamentos Existentes no Concelho	
Freguesia	Equipamento
Cabril	3 Grandes Campos de Jogos
Cambeses do Rio	Grande Campo de Jogos
Cervos	Grande Campo de Jogos
Chã	Campo Eiras
	Campo Penedo
Covelães	Grande Campo de Jogos

Covelo do Gerês	2 Grandes Campos de Jogos
Ferral	EDP – Vila Nova
Fervidelas	Grande Campo de Jogos
Gralhas	Grande Campo de Jogos
Meixedo	Campo Bola
Meixide	Grande Campo de Jogos
Montalegre	Campo Rolo
	Campo Rolo – Pista de Atletismo
	Escola secundária – Polidesportivo
	Pavilhão Gimnodesportivo – Sala de desporto
	Pavilhão Gimnodesportivo (C.M.M.)
	Piscinas Municipais
Morgade	Campo Criande
	Campo Futebol
Mourilhe	Grande Campo de Jogos
Padroso	Campo Beçais
Paradela	Grande Campo de Jogos
Pitões das Júnias	Campo Outeiro Seco
Salto	Campo P. Manuel Jorge
	Campo António Santos – Borralha
	Pavilhão Polivalente – Borralha
Santo André	Grande Campo de Jogos
Serraquinhos	Campo Moutas
	Campo Futebol
Sezelhe	Grande Campo de Jogos
Solveira	Campo Futebol Lomba
Tourém	Grande Campo de Jogos
Venda Nova	Grande Campo de Jogos
Viade de Baixo	Grande Campo de Jogos
Vilar de Perdizes	Campo Laje

Fonte: Câmara Municipal de Montalegre

O concelho dispõe também de alguns salões de festas utilizados em diversas ocasiões.

Quadro 9: Salões de Festas Existentes no Concelho	
Freguesia	Número de Salões de Festas
Chã	1
Covelo do Gerês	1
Ferral	1
Montalegre	1
Paradela	1
Santo André	1

Fonte: Câmara Municipal de Montalegre

Em todo o Concelho de Montalegre existem apenas duas escolas de música/dança e artes: uma na freguesia de Ferral e outra na vila de Montalegre.

Em termos de estrangulamentos na área da cultura, recreio e desporto existem dificuldades de manutenção e dinamização das associações culturais e recreativas, existe uma precariedade da capacidade financeira das associações, existe uma oferta pouco

diversificada de iniciativas (essencialmente desportivas), predominam os equipamentos desportivos de base, existe uma degradação de alguns equipamentos desportivos por falta de uso, existem dificuldades no equipamento e manutenção da Biblioteca Municipal e existe pouca abertura e integração dos equipamentos topo de gama com a realidade local.

Contudo, o concelho apresenta também algumas potencialidades como um número e distribuição espacial aceitável de associações de carácter recreativo e cultural, apresentação de um forte dinamismo das associações locais, a instalação recente da Biblioteca Municipal, com um espólio de 20 000 livros, a constituição do Ecomuseu do Barroso, o contributo do turismo para a dinamização de iniciativas e dos equipamentos existentes e a exploração do património cultural e natural existente no concelho.

4.2.1.6. Serviços e Comércio

As instituições públicas como a Repartição de Finanças, o Cartório Notarial, a Conservatória do Registo Civil, a Conservatória do Registo Predial, a Conservatória do Registo Comercial, o Tribunal e o Posto Policial estão localizadas na sede de Concelho.

O concelho dispõe da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montalegre e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Baixo Barroso na freguesia de Salto.

Existem 5 agências bancárias na freguesia de Montalegre e uma na freguesia de Salto que disponibilizam também serviço de multibanco.

Também somente localizadas na vila de Montalegre existem uma agência de seguros, uma agência imobiliária, uma agência de viagens, seis escritórios de advocacia, o mercado municipal e dois gabinetes de construção civil.

No que respeita a escolas de condução, existem duas no concelho: uma na freguesia de Montalegre e uma na freguesia de Salto.

Quanto a gabinetes de contabilidade existem três na freguesia de Montalegre e um na freguesia de Salto.

Respeitante a reparação de veículos motorizados existem 5 postos na freguesia de Montalegre e três na freguesia de Salto.

Referente a mercearias que oferecem vários serviços, a realidade é que existe pelo menos uma em cada freguesia do concelho.

Em termos de lojas mais especializadas estas encontram-se especialmente localizadas na freguesia de Montalegre.

4.2.1.7. Desenvolvimento Económico

Montalegre enquadra-se na região agrária de Trás-os-Montes, caracterizada por um território de matriz predominante rural, onde se podem encontrar alguns núcleos urbanos de pequena dimensão.

Os constantes movimentos migratórios e as tendências de regressão demográfica têm atingido a vida rural e a própria agricultura numa tendência de desequilíbrio e de retracção.

Hoje, a agricultura, para além da sua função primordial, que se prende com a produção de bens alimentares, cumpre ainda outras funções de grande relevância para a estruturação do território: a sua ocupação geográfica, a dinamização de outras actividades no meio rural, como por exemplo o artesanato, o turismo, a gastronomia, a manutenção das paisagens, dos agro-sistemas, do ambiente, etc.

Em comparação com as regiões do Alto Tâmega, o concelho de Montalegre é o que apresenta maior área de terrenos incultos, na sua maioria utilizados fundamentalmente com prados e pastagens comunitárias (baldios).

A base produtiva do sector agrícola assenta em explorações fundiárias de pequena dimensão, e na maior parte dos casos de natureza familiar, onde predomina uma agricultura de subsistência em minifúndio. O sector é, por isso, pouco produtivo, pouco rentável, pouco modernizado, sem recurso a novas tecnologias, praticado por uma população maioritariamente idosa e sem qualificação escolar e profissional.¹⁹ Devido a estes factos, os agregados familiares, em especial os do sexo masculino, têm vindo a procurar outras fontes de rendimento, principalmente na construção civil.

Em termos de tipologia de utilização da terra assumem especial relevo os prados e as pastagens permanentes, os cereais para grão, a batata de semente, as hortas familiares, os prados temporários e os prados e pastagens permanentes. Contudo, o grande destaque do concelho de Montalegre prende-se com a produção de carne e do fumeiro tradicional.

A comercialização dos produtos locais é ainda realizada sob moldes tradicionais, sendo de destacar a existência de dificuldades a nível de escoamento de produtos devido à deficiente rede de acessos ao concelho e à debilidade de estruturas de comercialização e de normalização a nível local.

Devido a diversos factores que estão neste momento a debilitar o sector agrícola e até o abandono da actividade, é imperioso encontrar novas formas de reestruturação das áreas rurais.

¹⁹ António Fragata e José Portela, "Agricultores idosos de Trás-os-Montes: Exclusão e Reconhecimento", in *Análise Social*, n.º 156, Vol. XXXV, 2000

A riqueza patrimonial e paisagística do concelho pode ser rentabilizada através de uma série de usos com fins recreativos, lúdicos e de entretenimento. A crescente procura do concelho pode proporcionar o desenvolvimento de actividades económicas que se relacionam directa e indirectamente com o turismo.

O aumento da procura de residências secundárias nas aldeias, assume um papel importante de recuperação ou reconstrução de casas degradadas, que podem e devem manter a traça arquitectónica tradicional.

Predomina a agricultura familiar, praticada por uma população envelhecida e pouco qualificada, com fracos escoamentos de produtos, financeiramente debilitada, mas produtora de uma grande diversidade agro-ecológica e com produtos de reconhecido valor.

Devido às alterações sofridas pelo meio rural, o aproveitamento dos espaços de grande qualidade ambiental e paisagística é feito através de actividades de lazer²⁰.

As actividades primárias apresentam uma forte dependência, a integração sectorial é reduzida, a diversificação e o dinamismo do tecido produtivo é fraca, com uma dependência do mercado local reduzido e pouco exigente, com um fraco dinamismo empresarial, existem empresas de pequenas dimensões com estrutura familiar; má qualificação dos empresários e da mão-de-obra, e um desconhecimento geral dos sistemas de incentivos à actividade produtiva e existe um sub-aproveitamento dos recursos endógenos.

A população activa no concelho de Montalegre é de 3 818. Apresentando o sector primário 1035 activos, o sector secundário 1011 e o sector terciário 1718 (na sua grande maioria da função pública).

A actividade mais representativa no sector secundário é o ramo da construção civil, obras públicas que tem um peso maior, seguido pela extracção de minerais.

A fraca capacidade empresarial instalada e canais de comercialização pouco desenvolvidos, impedem a fixação dos investimentos. O PIB deste território é um dos mais baixos do país, o que traduz a necessidade de concertar forças e formas de criação de riqueza regional.

No sector primário, há uma reduzida dimensão e elevada fragmentação das explorações, com uma área irrigada pouco significativa, e um forte envelhecimento dos empresários agrícolas, existe uma fraca integração do sector animal e vegetal, e uma baixa taxa de arborização, com um carácter depreciativo e residual que a floresta assumiu e grandes dificuldades de escoamento dos produtos.

²⁰ Muito ligado à liberdade de escolha. É um conceito mais restrito que tempo livre. Tempo em que, depois (e dentro do tempo livre) de todas as obrigações realizadas, temos para fazer actividades de que gostamos (passeio) está relacionado com o conceito de tempo e espaço, tenho de ter espaço para praticar as actividades. Está ligado a uma actividade de espírito.

No respeitante ao sector secundário existe uma reduzida representatividade do sector industrial e o recurso a tecnologias, métodos de trabalho e de gestão tradicionais.

No respeitante ao sector terciário não existem instalações específicas para o comércio retalhista no Sul do concelho, mas sim um fraco desenvolvimento e diversificação do sector; os serviços existentes coincidem praticamente com a administração pública e os de apoio à população (educação e saúde) e existe uma fraca qualidade na prestação de serviços, nomeadamente na hotelaria e restauração.

No entanto, o concelho apresenta também potencialidades como a especialização em culturas adaptadas às condições climáticas (ex. batata de semente); condições propícias ao incremento das culturas forrageiras; condições fortemente favoráveis ao desenvolvimento da pecuária; produção de madeiras de qualidade; existência de regimes de dupla-actividade e pluri-rendimento; existência de um pólo da Direcção Regional de Agricultura, e potencial investigação da agricultura de montanha; possibilidade de desenvolver a articulação sectorial, onde os produtos primários sejam transformados no concelho através, por exemplo, das artes e ofícios tradicionais; implementação da área industrial de Montalegre; desenvolvimento de aquacultura nas águas das albufeiras; condições favoráveis à exploração de rochas ornamentais; temos condições extremamente favoráveis às actividades turísticas (recursos cinegéticos, riquíssimo património natural, histórico e arqueológico, gastronomia, etnografia e qualidade da paisagem) e o concelho encontra-se integrado numa região de turismo; consumo de serviços em crescimento e os sistemas de incentivos existentes, para os três sectores de actividade, apresentam majoração na taxa de subsídios.

4.2.1.8. Povoamento e Espaço Construído

Devido à existência de uma população com fracos recursos financeiros, as condições de habitabilidade e de conforto não são agradáveis, uma vez que ainda faltam infra-estruturas básicas nos alojamentos e muitas casas têm carência de conservação.

A população emigrante tem tendência a construir, fora do centro da aldeia, casas de materiais não tradicionais, que não respeitam a arquitectura tradicional e que desfigura a paisagem. Contudo, a crescente procura de casas nas aldeias para residência secundária é um veículo motor para a dinamização de espaços abandonados.

O topo da serra, tem como recurso fundamental o pasto, que em alguns casos é completado pelo cultivo de terras. A intensificação agrícola é apoiada pela fertilização das

terras por parte do gado, assim como pela presença permanente de água para rega, principalmente dos pastos.

O nível de culturas permanentes situa-se nas partes baixas das encostas onde os solos são mais profundos e férteis pelos contínuos fornecimentos minerais, orgânicos e hídricos desde as vertentes, assim como pelo uso continuado, com o conseqüente aumento de fertilizantes ou condicionamento do terreno.

Nos meses de verão, a falta de precipitações, a estagnação dos cursos de água, de carácter pluvial e o forte escoamento produzido pelos acentuados declives, resulta num défice hídrico, dependendo das possibilidades de regas. A criação de uma rede de regadios que traduzem água captada nas partes mais altas da montanhas, nas nascentes dos cursos de água, e durante quilómetros de percurso é distribuída pelos campos através de um complexo para rega.

A organização social baseia-se na abundância de mão-de-obra e uma forte coesão nas relações de trabalho. Uma vez que só assim se podem manter os sistemas de pastoreio (vezeiras) e investiram-se grandes esforços na conservação das estruturas de exploração (trilhos, etc.) e na sustentação de práticas comunitárias na gestão do espaço.

As condições naturais unidas à forte fragmentação do relevo, provocam a divisão do meio condicionando a sua ocupação. A distribuição do povoamento reflecte a influência dum conjunto de condicionantes físicas muito marcadas, consequência da evolução do meio e dos processos que afectaram o espaço geográfico, tanto do ponto de vista dos processos naturais como dos de carácter humano. Assim, a ocupação do espaço relaciona-se com a actividade económica, com os diferentes usos do solo no que diz respeito à sua aptidão, e com o comportamento integral de toda a área como consequência das fortes restrições que o meio impõe.

Os núcleos de povoamento concentram-se numa reduzida área, no sopé das montanhas, ficando a maior parte do território isenta de ocupação habitacional se bem que não de uso.

O funcionamento em sistema fechado e auto-suficiente implicou um mecanismo auto-limitante: o território foi explorado ao máximo das suas capacidades sem ultrapassar os seus limites de produção e renovação, sob pena de destruir o património natural e os suportes produtivos para as gerações futuras. Trata-se de um sistema inteligentemente estruturado e funcional, com um longuíssimo tempo de amadurecimento, a aptação e experimentação, o qual, pela sua solidez resistiu às adversidades políticas, sociais e económicas ao longo dos anos, permanecendo em funcionamento até aos nossos dias.

Da observação do terreno parece ser que os primeiros lugares, num processo de ocupação progressiva, foram localizados nas áreas mais favoráveis, onde puderam, com menor dificuldade, explorar maior área de cultivo.

Ao abordar o habitat rural em zonas de montanha, deparamos com invariáveis nos factores de localização dos lugares – o Homem elegeu a implantação da sua ladeia em função de condicionantes e requisitos básicos ao desenvolvimento da actividade agro-pastoril. Respondeu à localização numa área intermédia entre campos e serra, ao aproveitamento máximo do terreno arável, à escolha de um local protegido das enxurradas, provido de água, resguardado dos ventos e bem orientado.

Para além da condicionante geográfica, o modelo cultural e a economia agro-pastoril têm também um papel decisivo na interpretação do aglomerado. Cada núcleo em si, resulta de um processo de ocupação relativamente alargado no tempo. Deste decurso no tempo resulta necessariamente um conjunto de imponderáveis traduzido no carácter espontâneo que achamos na fisionomia dos aglomerados.

Embora a forma dos aglomerados surja assim condicionada por factores físicos e humanos e cada um dos locais de implantação dê lugar a soluções próprias, existem, dado que se trata de uma mesma concepção de espaços e de uma idêntica cultura aplicadas em situações distintas, esquemas funcionais e de estrutura semelhantes.

A forma do núcleo aproxima-se à da área de menor ou nula aptidão agrícola, seleccionada para a sua implantação. A estrutura da rede de caminhos no interior do aglomerado é condicionada pela necessidade de acesso aos campos, aos regadios, às eiras e aos locais de trabalho. O conjunto edificado adquire um carácter homogéneo, resultado da repetição constante de pequenas unidades de construção que se associam por forma a criar uma variedade de soluções. À excepção das eiras, os espaços livres entre construções são os estritamente necessários para a passagem de pessoas, carros de bois e para algumas actividades de trabalho.

As aldeias Barrosãs são pequenas e estreitamente aglomeradas, e localizam-se distantes umas das outras, nos vales ou nas encostas, protegidas assim contra as ventanias. As casas, alinhadas ao longo de ruelas tortuosas, em regra toscamente calcetadas, são ajustadas a uma economia pobre e de pequena propriedade; extremamente rudes e primitivas, de granito, pequenas, quase sempre em blocos apenas talhados à medida e sem qualquer reboco exterior, têm dois pisos, com escassas e toscas aberturas, antigamente com cobertura de colmo, e abrigam, algumas delas, as pessoas no andar de cima e os animais e produtos da terra no andar de baixo.

Estas aldeias possuíam uma organização e determinadas instituições de tipo comunitário, que ainda podem ser visíveis hoje; ex. a Vezeira – cada pessoa levava, à vez, para os pastos do monte o boi do povo que tinha estábulo e pastagens próprias, a cargo de todos; cada aldeia dispunha de um conselho, onde em conjunto deliberavam acerca de questões que respeitavam à comunidade, utilização de baldios comunais, a vezeira, o boi do povo, etc.; há moinhos, forjas, fornos do pão, etc.

De economia ainda hoje rural, agrícola e pastoril e o isolamento em que o Barroso viveu até há poucos decénios dão a razão de uma atmosfera muito especial, de um grande arcaísmo e cariz comunitário, que se respeita nestas aldeias, e da sobrevivência, de algumas destas remotas formas, respeitantes às actividades pastoris e à criação de gado, e também a determinados aspectos da vida do grupo, em especial aqueles em que se evidencia um forte sentido de unidade e coesão vicinal como os trabalhos agrícolas que requerem muita gente e animais ao mesmo tempo.

Com a melhoria das condições de vida das populações, devida em grande parte à emigração, iniciou-se um grande surto de construção, com utilização de novos materiais actualmente disponíveis, mas nem sempre bem utilizados construtiva e economicamente.

O desperdício de dinheiro começa quase sempre pela demolição das casas velhas, sem condições de habitabilidade, para que no espaço deixado livre se erga um novo edifício que vá enfim proporcionar a comodidade desejada. Mas cada vez que uma casa velha é destruída, desaparece um pouco da vivência colectiva.

O homem construía as casas para se defender e abrigar da própria natureza. As casas tradicionais são o resultado de milhares de anos de aperfeiçoamento e adaptação ao meio ambiente. Os homens construía as próprias casas, com os materiais que a experiência recomendava e a maneira de construir era um conhecimento comum, pois pertencia à cultura dos povos.

Todos os povos têm a sua cultura e a arquitectura popular é sem dúvida um dos seus aspectos mais importantes. Com a evolução da técnica, surgiram novos materiais de construção cuja aplicação garante bons resultados, mas não resultam da experiência e conhecimento popular. Com a aplicação destes novos materiais e de outras formas e processos de construção, trazidos de outras terras e aos quais se chegou pelas condições climáticas e ambientais desses locais, vem-se perdendo o conhecimento popular da construção, ou seja, parte da própria cultura.

O desaparecimento constante de construções que testemunham toda uma organização agro-pastoril do mundo rural, tem preocupado várias gerações. Os espigueiros, moinhos, fornos, lagares de azeite, pisões, serrações de madeira e abrigos do gado e do pastor são

peças etnográficas e arquitectónicas de elevado valor que fazem parte do nosso património histórico e antropológico. O seu enquadramento paisagístico, as diversas formas de adaptação ao local, os vários exemplos de aproveitamento energético, todo o tipo de trabalhos comunitários que os envolve, entre outros aspectos, fazem deles elementos importantes na história destas comunidades serranas. Representam importantes testemunhos de um tipo de organização sócio-económica, de raiz antiga e aperfeiçoada geração após geração em que o Homem dominava uma tecnologia simples de aplicação de força animal e energia hidráulica, enfrentando no dia-a-dia o desafio da auto-suficiência e da sobrevivência com os simples trunfos da perseverança, da solidariedade da comunidade e do respeito pela natureza.

4.2.1.9. O Sector Turístico em Montalegre

A região de Montalegre aparenta problemas de carácter estrutural, uma posição periférica e marginal no território e no processo de desenvolvimento nacional, acentuada por uma acessibilidade reduzida, pela insuficiência de recursos humanos jovens qualificados, pela desvitalização social das comunidades locais e pela fraca capacidade reivindicativa face à administração central.

Apresenta ainda estrangulamentos específicos no sector do turismo, bem como algumas potencialidades:

Estrangulamentos	Potencialidades
Reduzida capacidade de alojamento turístico e crescente degradação de alguma oferta mais antiga	Reservas naturais de grande valor
Escassez de equipamentos complementares e de apoio ao turismo e de animação turística	Grandiosidade e originalidade paisagística
Subaproveitamento dos recursos endógenos e dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento do turismo	Riqueza de património histórico, arquitectónico e cultural
Grande dependência face a operadores de viagens e turismo externo à região	Elevado potencial par a prática de desportos aquáticos, pesca e caça
Afastamento dos principais centros emissores de turistas e fraca procura turística interna	Expansão e modernização da oferta de alojamento hoteleiro e de parques de campismo
Escassez de recursos humanos e falta de formação profissional e empresarial ligada ao sector	Participação crescente da população nas iniciativas turísticas

Insuficiente promoção turística	Aumento dos fluxos turísticos inter-regionais de âmbito peninsular
Pouca capacidade de investimento	Possibilidade de coordenação e cooperação turística ao nível transfronteiriço

É necessário ter em conta que o novo quadro de acessibilidades e o posicionamento fronteiriço são potenciadores do incremento das relações com outras regiões do país e com o território espanhol.

O desenvolvimento da região passa também pelo desenvolvimento turístico que deve ser apostado não só pela Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso mas, primeiramente pela Município de Montalegre.

A região, só pela oferta existente é uma grande atracção turística, digna de ser visitada durante todo o ano, quer por turistas nacionais, quer por estrangeiros.

Em termos de turismo podemos constatar que a actividade económica tradicional está a diminuir progressivamente, que a falta de profissionais na área recreativa é uma ameaça para o desenvolvimento turístico da região e que os estabelecimentos existentes empregam profissionais sem formação e sem qualificação.

Contudo, em termos turísticos, a região pode fazer um melhor aproveitamento da rede viária transfronteiriça, onde as relações vivas com a Galiza podem ser dinamizadas através da criação de áreas de influência por parte de entidades responsáveis de Portugal e Espanha. O acréscimo de fluxos turísticos transfronteiriços através da aposta na maior divulgação da região é uma oportunidade existente, bem como a oferta de um turismo diversificado: turismo ambiental²¹, turismo rural, turismo cultural e a valorização do património histórico existente.

Ainda em termos de turismo a região detém alguns pontos fracos, nomeadamente: a falta de qualificação no comércio tradicional, a falta de actividades de âmbito cultural; a falta de espaços recreativos e culturais, a falta de profissionais na área recreativa e a falta de apoio à preservação do património histórico existente.

Por último, em termos de turismo, a região detém também alguns pontos fortes, tais como: a facilidade da entrada de fluxos turísticos de Espanha; a facilidade de prática de actividades como a caça, a pesca, desportos de aventura, pedestrianismo, bicicleta todo o terreno, entre outras; a possibilidade de certificação de produtos de produção local e a oferta gastronómica fortemente ligada aos produtos regionais pode ser inserida em programas de promoção turística.

²¹ Orienta-se para actividades em áreas remotas de interesse paisagístico, referindo-se a turistas que viajam para um determinado sítio natural tendo apenas em conta a amenidade e o valor recreativo resultantes do contacto com alguns aspectos do mundo natural.

Nesta região, a aposta numa estratégia de desenvolvimento turístico passará por:

- Aproveitamento do potencial turístico das albufeiras e rios do concelho;
- Valorização do património natural, cultural e histórico através do encorajamento aos jovens para a prática de actividades de lazer, através de promoção de eventos gastronómicos e de artesanato, através do levantamento do património histórico existente, através de uma sinalética de informação turística de qualidade;
- Formação de recursos humanos através da informação aos estabelecimentos de turismo rural existentes, através do apoio a cursos de formação de activos na área da hotelaria e restauração em colaboração com o Centro de Formação Profissional;
- Estabelecimento de parcerias entre o sector publico e o sector privado através da promoção de sessões de esclarecimento sobre a qualificação profissional no sector turístico;
- Plano de marketing proposto por entidades responsáveis onde seria envolvida toda a comunidade relacionada directa e indirectamente com o turismo.

4.2.1.10. Actividades Turísticas Existentes na Região

As actividades de lazer praticadas na região são variadas: percursos pedestres, bicicleta todo terreno, escalada, montanhismo, orientação e parapente.²²

Quadro 10: Empresas de Animação Turística que Actuam no Concelho		
Empresa	Contactos	Tipo de Actividades
Glaciar Aventura e Lazer	Av. Cidade de Orense - Lote-2, Loja- 2 5000 – 673 Vila Real www.glaciaraventura.com	Actividades de montanha,
Desafios Desporto & Aventura, L.da	Vila Fria – Silva Escura 3740-343 Sever do Vouga www.desafios-lda.pt	Actividades de montanha
NaTurBarroso – Promoção e Organização de Eventos, L.da	Terreiro do Açougue 5470 Montalegre	Percursos pedestres, BTT e escalada

Existe um clube de desportos de montanha chamado Papaventos com sede em Montalegre, que organiza percursos pedestres, passeios de bicicleta todo terreno, mas está mais virado para o parapente, e em 2003 organizou o Campeonato Mundial a ter lugar na Serra do Larouco.

²² Vide anexo IV – Estudo de mercado.

As práticas possíveis de desportos de Natureza no concelho de Montalegre, que constituem um enorme ponto atractivo dos quais se irão tirar vantagens, passam por:

- Pedestrianismo – em toda a área de percursos marcados, ou dentro dos limites do Ecomuseu;
- Escalada – Ponteira – Paradela do Rio;
- Orientação – nos locais já com mapa de orientação;
- Actividades Equestres – em toda a área do concelho de Montalegre, em especial na Serra do Larouco e Salto;
- Ciclismo – estradões de Montalegre e percursos no mapa oficial;
- B.T.T. – em toda a área com percursos marcados e caminhos antigos;
- Desportos de Recreio Motorizado – pista de Karting de Montalegre;
- Desportos aquáticos e náuticos não motorizados – barragens;
- Desportos náuticos motorizados – Barragem do Alto Rabagão desde que sejam utilizados motor e combustível ecológicos e controlada a sua utilização nas barragens de forma a não haverem impactes negativos;
- Voo Livre – Serras do Larouco e Ourigo;
- Jogos Populares – em áreas preparadas para esse fim, no concelho de Montalegre.

4.2.1.11. Alojamento

Embora existam estabelecimentos de alojamento em todo o concelho enunciam-se somente os que de maior qualidade. A imagem e a dimensão do turismo, em Montalegre está intimamente ligada com a capacidade de alojamento de grupos e a satisfação do cliente em relação à imagem que o turista tem do concelho. Isto é alojamento simples, limpo, agradável e quente para contrastar com o clima.

Quadro 11: Alojamento Existente no Concelho			
Nome	Morada	Telefone e Fax	N.º de Quartos
Albergaria do Castelo	R. do Castelo, 5470-242 MONTALEGRE	Tel.: 276 512 501	16
Albergaria Pedreira	Av. D. Afonso III, 5740- 242 MONTALEGRE	Tel.: 276 512 501	14
Casa da Travessa – TR	Paredes do Rio, 5470-092 COVELÃES	Tel. 276 566 121 Fax: 276 566 121	3 3 suites
Casa Sala do Capitão - Casa de Campo	S. Vicente de Chã, 5470- 077 CHÃ	Tel.: 276 549330	3

Hospedaria Girassol	R. da Portela, 5470-219 MONTALEGRE	Tel.: 276 512 462	7
Hotel Quality Inn ****	R. do Avelar, 2, 5470-235 MONTALEGRE	Tel.: 276 510 220 Fax: 276 510 229	42
O Rocha	Paredes do Rio, 5470-092 COVELÃES	Tel.: 276 566 147	12
Residencial Fidalgo	R. da Corujeira, 5470-219 MONTALEGRE	Tel.: 276 512 462	10
Residencial Girassol	R. Lama do Moinho, 5470- 370 MONTALEGRE	Tel.: 276 512 715	7
Turismo de Aldeia	Inatel Linhares - Penedones, 5470 MONTALEGRE	Tel.: 253 613 320 Fax: 253 214 202	13
Hotel Rural Casa do Outão	Mourilhe	Tel. 276 510 260	16
Hotel Rural Casa dos Braganças	5470-490 Tourém	Tel. 276 579 138 Tm. 919869300	10
Casa dos Freitas	Montalegre	965437143	8

Uma falha que a nossa oferta de alojamento ainda não resolveu, é não responder à necessidade de estadia dos mais novos, que não se importam de dormir em camaratas ou abrigos de montanha, desde que seja um local limpo e com aquecimento. O mesmo se passa com os praticantes de actividades de montanha e radicais, gente disposta a gastar o seu dinheiro em comida e actividades do que num alojamento que pouco tempo lá vão estar, preferem desfrutar da região e das coisas boas que ela tenha para lhe oferecer.

4.2.1.12. A Restauração e os seus empresários

Não existe uma gastronomia específica desta região. Ela enquadra-se na típica gastronomia minhota e transmontana com os seus pratos suculentos, abundantes e variados. Essa variedade é dada tanto pela diversidade da paisagem como, também, pela diversidade de povos que têm vindo a habitar esta região.

Predominam claramente as carnes, quer as fumadas (enchidos, presunto), quer as frescas (porco, vitela, vaca), quer a caça. As sopas, à base de carne e legumes. Peixes, a truta, ou espécies estranhas introduzidas agora nas albufeiras (barbo, boga e escalo), ou o bacalhau tradicional.

A bola de carne ou folar; Feijoadada e cozido, são pratos fortes desta região. Abóbora, chila, noz, amêndoa, são frequentemente empregues na doçaria, onde pode entrar também o sangue de porco. Mas , dentro deste contexto o Alto Barroso apresenta especificidade. Uma sopa de água de unto; uma truta frita, com presunto; um bacalhau assado com pão

centeio ou um bacalhau podre; um arroz de afogado, à base de sangue e miúdos de cabrito; filhós no dia da matança, onde participa o sangue sacrificado do suíno.

Há porco fumado, cabrito estufado, assado ou em caldeirada, vitela barrosã assada, cozida, frita ou grelhada, chouriça ou alheira com grelos.

Segue-se a apresentação dos restaurantes existentes no concelho, que podem servir também de chamariz para a prova da gastronomia local.

Quadro 12: Restaurantes Existentes no Concelho		
Nome	Morada	Telefone
Adega O Fumeiro	R. D. Afonso III 5470-241 MONTALEGRE	276 512 501
D. João	R. dos Ferradores 5470-242 MONTALEGRE	276 512 705
Falta d'Ar	R. do Avelar 5470-235 MONTALEGRE	276 512 644
Floresta	R. da Corujeira 5470-219 MONTALEGRE	276 512 420
Foz do Rabagão	S. Vicente da Chã 5470-071 CHÃ	276 549 328
Girassol	R. Lama do Moinho 5470-370 MONTALEGRE	276 512 715
Nevada	Bairro do Crasto 5470-362 MONTALEGRE	276 512 411
O Brasileiro	Praça do Município 5470-214 MONTALEGRE	276 512 161
O Pote Barrosão	R. do Outeiro 5470-237 MONTALEGRE	276 512 152
Pedreira	Av. D. Afonso III 5470-241 MONTALEGRE	276 512 501
Piano Bar O Castelo	Terreiro do Açougue 5470-235 MONTALEGRE	276 511 237
Pizzaria Avenida	Av. Nun'Alvares Pereira 5470-203 MONTALEGRE	276 512 558
Quality Inn	R. do Avelar 5470-225 MONTALEGRE	276 510 220 / 29
Ricotero	R.Reigoso 5470-238 MONTALEGRE	276 512 122
Rocha	Paredes 5470-092 COVELÃES	276 566 147
Rua	S. Vicente da Chã 5470-071 CHÃ	
Terra Fria	R. Dr. Victor Branco 5470-245 MONTALEGRE	276 512 101
Terra Fria II - A Muralha	R. do Reigoso 5470-238 MONTALEGRE	276 512 240

4.2.1.13. Artesanato

Sendo esta uma região com uma cultura própria e antiga é natural que ao longo deste território se encontrem vários saberes.

O artesanato é essencialmente de teor agrícola. Desde os jugos, arados, cestos, à capa de burel usada nos dias frios de Inverno, até à croça de juncos usada pelos pastores, passando pelos socos, pelas rendes e bordados em linho e trabalhos em tecelagem, o povo de Barroso ocupa bem o seu tempo com trabalhos artesanais.

Quadro 13: Artesãos Existentes no Concelho			
Nome do Estabelecimento	Localidade	Artesãos	Material
Arte da Terra	Paradela do Rio	José Teixeira Maria Carvalho	Barro
	Parafita	Justina Afonso	Croças
	Salto	Constantino Fernandes	Croças
	Ponteira	Maria Pereira	Croças
	Montalegre	João Baptista	Couros
	Montalegre	Manuel Barroso	Latoaria
	Santo André	António Rolo	Madeira
	Montalegre	Manuel Alves Duarte	Madeira
	Caníço – Salto	Abrão Dias Pereira	Madeira
ModaBarr	Montalegre	Agnès Pires	Roupa
	Vila da Ponte	José do Alvar	Pedra
	Montalegre	Maria Joaquina Moreira	Rendas e Bordados
	Outeiro	Maria da Glória Rodrigues	Tecedeira
	Outeiro	Ana Afonso Miranda	Tecedeira
	Covelães	Clorinda dos Anjos Pires	Tecedeira
	Covelães	Senhorinha Dias do Canto	Tecedeira
	Tabuadela - Salto		Pisoeiro
	Padornelos	António Afonso Alves	Madeira
	Vilar de Perdizes	Lucas	Madeira

A longo prazo teremos um problema, difícil de resolver, a idade avançada dos artesãos. Não há nenhum com menos de quarenta anos e a grande maioria tem mais de sessenta. O desafio, neste campo é duplo. Temos de ser capazes de criar artesanato que tenha utilidade e não apenas decorativo, e dentro desta nova perspectiva teremos de saber cativar novos talentos para estas artes. Possivelmente teremos de colocar novos designers a pegar nos materiais tradicionais.

5. Património local

5.1. Aldeias a Visitar

Pitões das Júnias no cerne da serra do Gerês tem um convento encaixado num vale, por onde corre o rio Campesinho. O Mosteiro visto de cima, distingue-se-lhe nitidamente a distribuição dos espaços em que está repartido. O conjunto edificado é modesto, e os escassos arcos que restam do claustro, pela sua escala tão reduzida, dão a ideia do que foi este Convento Cisterciense dedicado a Santa Maria. De todas as construções, apenas a Igreja se conserva telhada, sendo o resto paredes de ruína.

Este Mosteiro de Santa Maria de Júnias fica em território outrora completamente isolado e inóspito, consagrado à Senhora que o povo crismou de Senhora das Unhas, por simplificação fonética. A casa religiosa era independente do poder episcopal e estava submetida ao Convento de Santa Maria de Ouseira, Mosteiro Cisterciense da irmã e vizinha Galiza, instalado a umas três dezenas de quilómetros a norte de Ourense.

Como noutros casos análogos, o tempo, a história, as suas brumas, escondem o nascimento do Mosteiro. A ausência de dados faz com que se lhe aplique um modelo comum para explicar as raízes e a formação de outros mosteiros, assente numa lenda.

Tudo começa nos finais do século IX, com eremitas sequiosos de solidão que se estabelecem neste vale estreito onde corre a ribeira de Campesinho. Depois, juntam-se e organizam-se passando a reger-se pelas regras de vida comunitária traçadas por S. Bento de Núrsia, o fundador do Mosteiro Itálico de Monte Cassino, no século VI. Esta adopção da regra Beneditina ocorreria no deserto de Pitões no final do século XI, início do seguinte.

É já em meados do século XIII, em 1247, que o Papa Inocêncio IV trata de intimidar o arcebispo de Braga a renunciar à sua oposição a que o mosteiro se filie na ordem cisterciense fundada por Bernardo de Claraval, determinação a que, em 1248, o arcebispo João Egas declara submeter-se. A filiação fez-se, nesta altura, ao Mosteiro de Santa Maria do Bouro, tendo Júnias passado depois, em data indeterminada, a depender do Convento Galego de Ouseira - Ourense.

A verdade, porém, é que alguma relação de dependência de Ouseira estaria estabelecida quase um século antes de Santa Maria de Júnias ter começado a reger-se pelos estatutos Bernardinos. É o que um autor deduz, a partir de um documento datado de 1157 e referido a um certo «canal de Olleros», priorado de Ouseira.²³ O documento, que tem aposta a assinatura do abade de Júnias, permitiria estabelecer tais laços entre os dois

²³ <http://www.geira.pt/pnpg/index.html>

conventos, o Galego e o Português (de facto ambos galegos, no sentido mais fundo da designação).

A antiguidade do edifício da Igreja, para além da datação que possa fazer-se através da análise tipológica dos seus elementos, é atestada pela inscrição gravada na face exterior do muro da Igreja que delimita o cemitério, junto à porta lateral: ERA: MCLXXXV (segundo estudo de Lourenço Fontes, assim gravada: É MCSXXXV), em leitura feita em Quinhentos. De qualquer maneira, reduzindo a era de César à de Cristo, este ano de 1147 será a data provável da fundação do Mosteiro das Júnias, meia dúzia de anos apenas após a fundação da casa de Ouseira (em 1141)²⁴. A história do modesto cenóbio (os documentos que se lhe referem encontram-se fundamentalmente no Arquivo Provincial de Ourense) não deixou grandes traços. Personagem digna de nota ligado ao convento é Frei Gonçalo Coelho, a quem a desgraça e santidade conferem lugar de monta. Flaviense, já devota fama no mosteiro Beneditino de Santo Tirso, donde viera, o frade é nomeado abade de Júnias em 1499.

Paroquiando Pitões e Cela (do outro lado da fronteira), achou-se, nos primeiros dias de Fevereiro de 1501 no meio de um nevão quando regressava da paróquia Galega. Pois ali, à vista dos Cornos da Fria, se quedou o abade enregelado, enterrado na neve. Já Santo de fama, voou-lhe a fama mais ainda e Frei Gonçalo mais Santo e venerado ficou.

Como relíquia adoraram-lhe a cabeça que se quedou ali na igreja do convento, juntamente com outros venerados e preciosos fragmentos destacados de Santa Maria Madalena e de S. Martinho. Levada, mais tarde, a cabeça de S. Gonçalo para a Igreja de Pitões, não teve a relíquia boa fortuna pois, no século XVII, durante as guerras da restauração no trono de uma dinastia portuguesa, um magote de Espanhóis decidiu atacar a aldeia. Chegados a Pitões, culminaram os nossos caríssimos irmãos as tropelias bélicas com uma fogueira que abrasou todo o povoado, incluindo a cabeça de S. Gonçalo.

Em Janeiro de 1533 Edme de Saulieu, abade visitador de Claraval, desembocando em Júnias, lamenta-se amargamente por encontrar o Convento em ruínas e deserto de frades. De pé mantinha-se a Igreja. Mas durante os séculos seguintes o Mosteiro revive e repovoase. Sabe-se, por exemplo, que no início do segundo quartel do século XVIII se fizeram obras de certo vulto na parte conventual do edifício.

No momento da extinção das ordens religiosas, em 1834, o Mosteiro estava habitado. Frei Benito Gonçalves era um religioso espanhol que ali professava, e veio a ser cura de Pitões, tendo morrido em 1850. Já na segunda metade de Oitocentos, uns «moços foliões»,

²⁴ Idem

como são designados no Guia de Portugal, fizeram arder as instalações conventuais, mas a pobre da igreja, na sua modéstia, lá escapou ao incêndio.

Chega-se ao Mosteiro por uma calçada, seguida de um caminho de pé posto, a partir do cemitério de Pitões. Do alto da ladeira íngreme que leva a Sta. Maria de Júnias tem-se uma bela visão de conjunto dos edifícios que compõem o cenóbio e da sua envolvente, ficando a dúvida se este seria um local de sacrifícios ou de belo repouso luxuoso.

O espaço ocupado forma um quadrado irregular. Sobre a nossa esquerda, o corpo da igreja com a fachada principal virada para nós e a capela-mor junto ao ribeiro (o Campesinho corre no sentido NE/SO). Mais para a esquerda da Igreja, murado, o espaço do cemitério. Para o lado oposto, a partir da fachada principal, a portaria, com acesso ao conjunto dos edifícios residenciais, virados para um pátio central.

No centro do quadrado, o vazio do claustro de que restam apenas três arcadas quase anãs. Perpendicular à Igreja, nascendo da capela-mor e acompanhando o correr do ribeiro, o resto de um corpo de dois pisos que compreenderia, a partir do templo, a sacristia e a casa do abade.

A Aldeia de Tourém fica a 30 Km a NO de Montalegre, perto da fronteira com a Galiza, com um cruzeiro mutilado, casas toscas e ruelas tortuosas e a memória do seu Castelo de Piconha, altaneiro frente à vizinha aldeia galega de Randim.

Múltiplos encantos podem ser citados sobre Tourém, em primeiro lugar o conjunto do casario granítico, que as casas novas vão descaracterizando. Individualizando, talvez fosse de destacar, antes de mais, pelo seu significado social e pela sua tipologia, o forno comum. É um edifício em pedra, com o próprio telhado composto de lajes de granito, certamente para prevenir os perigos que a sua função, de rotina acarreta.

Não ficará no esquecimento, quem fez por se dar a conhecer às gerações futuras. É prova disso a Igreja granítica de Tourém, provavelmente quinhentista, característica também da linha do extremo oriental transmontano (portal de volta redonda, de sete aduelas).

Tourém é um naco de terra portuguesa que mais se afigura uma seta cravada em Espanha. Esta aldeia portuguesa quase perdida lá pelos montados do Barroso onde Portugal e Espanha quase se confundem dada a dificuldade em localizarem em que sítio um país acaba e outro começa. É o chamado Couto Misto, território que não se submetia nem às leis Espanholas, nem às leis Portuguesas. Aldeias onde: "vivem misturados galegos e portugueses, uns metidos por outros e não acerta divisão entre uns nem outros".²⁵ Foi o primeiro exemplo de democracia.

²⁵ Etnografia do Barroso. Padre Fontes. Pag 51.

Tourém cultiva, no entanto, a identidade cultural ainda que as suas gentes se sintam esquecidas por quem tem a obrigação de também olhar por elas. Até meados do século XIX, imperava entre eles uma certa indefinição relativamente às suas raízes. Reza o velho manuscrito que, quando os habitantes "fazer casa nova, perguntam aí se a fazem por de Portugal se por de Galiza e, se dizem por de Portugal, são-no, e se de Galiza, também; e hoje são todos galegos e amanhã portugueses".

Em função da assinatura, há cerca de 130 anos, do Tratado de Limites, o povo de Tourém viu definida a sua nacionalidade e, a partir de então, Portugal passou a ser, de facto, a sua Pátria, tal como a sua língua, que não deixam poluir com o castelhano.

O Forno do Povo é um edifício feito inteiramente em pedra: fachada sustentada por três pesados e grossos gigantes sobre os quais descarregam os arcos que, sustentam a cobertura. No interior pode observar-se, em frente à porta, o tendal, lage comprida, coberta de colmo de centeio, sobre o qual é colocado o lençol que embrulha a massa trazida de casa pelas mulheres e onde estas tendem o pão. À direita, sobre um balcão de pedra, está o forno. No lado oposto, saliente da parede fica uma capoeira.

Todas as segundas-feiras há um homem, o quantador, a quem cabe a vez de aquecer o forno. Essa tarefa é distribuída ao longo do ano "à roda pelo povo".

A aldeia de Paredes do Rio é sede de um engenho fabuloso digno de uma viagem de vários quilómetros para ser visitado: O Pisão. Num só edifício de pedra coberto de colmo e com a mesma levada de água acciona vários serviços: O Moinho, o dínamo, a serra de madeira e o pisão que pisoava a lã, ao mesmo tempo que era banhada com água a ferver até atingir as características de isolamento do burel. Também o seu forno ainda em uso, a Igreja, os espigueiros e a casa de Turismo Rural justificam uma visita.

Cervos é uma pequena Aldeia, sede de freguesia, com uma construção de granito invejável e uma variedade de estilos e formas de construção que pasmam qualquer visitante; não esquecendo a sua localização elevada, perto da serra do Leiranco, desfrutando da bela paisagem do vale do Rabagão. No Património construído salienta-se a Igreja, a fonte de mergulho, o forno e as muitas casas de lavradores abastados. O Castro e a via Romana reforçam a ideia de importância e valor, desta pequena aldeia por vezes esquecida.

5.2. Património Arqueológico

As mamoas localizam-se em terrenos aptos para a agricultura e apropriados para um cultivo de cereais em rotação com prado, mas também há algumas em baixo monte ou rochedo por falta de matérias primas. São de terra e pedra, quase sempre de forma aproximada a uma semi-esfera, que assinalam o lugar de um ou vários enterramentos. Os diâmetros oscilam entre os 15 e os 25-30 metros, mas alguns túmulos não chegam a alcançar, em alguns casos, os 10 metros.

O túmulo devia cumprir uma função polivalente, que iria desde a própria finalidade de suporte das pressões exercidas pela estrutura sepulcral, até outra de tipo ritual no sentido de ocultação do enterramento. Por outro lado, a mamoa deve considerar-se como um todo ordenado no que a massa tumular é tão importante como a sepultura que guarda o seu interior.

Em geral no centro da mamoa encontra-se um sepulcro de câmara poligonal com ou sem corredor, normalmente orientado para o Leste.

Em linhas gerais, as antas apresentam 4 variantes bem definidas:

- a) câmaras poligonais fechadas de tamanho pequeno;
- b) câmaras poligonais com porta e sem corredor;
- c) câmaras poligonais com tendência ao círculo e corredor curto;
- d) câmaras rectangulares, tipo cista megalítica.

A região do Barroso foi habitada pelo homem desde os longínquos tempos da pré-história. Os documentos mais antigos que conhecemos sobre o Barroso da Idade da Pedra datam de há quatro ou cinco mil anos. É extraordinariamente grande o número de resíduos dolménicos que a região possui. Fernando Braga Barreiros inventariou a região em 1914, e publicou-o no *Arqueólogo Português*, em 1919.

Localização	Achado Arqueológico
Cambezes	1 dólmen
Cervos	1 anta
Covelães	3 dólmenes
Férvidas	8 dólmenes
Frades da chã	diversas antas
Frades do Rio	diversas antas
Medeiros	4 dólmenes
Meixedo	1 dólmen
Montalegre	13 dólmenes
Padroso	10 dólmenes
Padornelos	5 dólmenes
Paradela	diversas antas

Pedrário	2 dólmenes
Penedones	3 dólmenes
Pitões	4 dólmenes
Santo André	2 dólmenes
São Vicente	3 dólmenes
Sarraquinhos	1 anta
Tourém	diversos dólmenes
Travassos da chã	1 anta
Vilar de Perdizes	4 dólmenes

Infelizmente, muitos destes singulares edifícios pré-históricos estão arruinados e alguns quase irreconhecíveis. Dos objectos achados, de trabalho ou de guerra, recolhidos de alguns destes dólmenes, importa destacar quatro utensílios de bronze (um machado de latão, duas pontas de lança e uma espécie de garfo de trinchar), provenientes da freguesia de Solveira, e cinco machados planos de bronze encontrados a uns 600 metros a Norte de Montalegre, num local chamado Agro Velho.

As pontas de lança encontradas testemunham, pelo menos a partir do final da Idade do Bronze, que o Barrosão empregava o bronze no fabrico de armas bélicas.

Por volta do ano mil antes da nossa Era, a região do Barroso era habitada pelos Oestrímnios, povo que ocupava o Noroeste da Península. Nos fins do século VII a. C. ou nos princípios do século seguinte, todo o Noroeste da Península, parece ter sido invadido por uma das torrentes emigratórias dos Celtas. Após os primeiros tempos de lutas, invasores e autóctones teriam compreendido a necessidade da conciliação. Daí teria nascido a designada cultura dos castros.

Para a construção do castro, escolhiam-se lugares naturalmente de defesa, como pequenos montes de forma cónica, esporões íngremes, colinas de difícil acesso, etc.

Passada a etapa de ensaio de diversas formas (séculos VIII – IV a.C.), adquire-se uma consolidação dos elementos que se vêem definindo como características do mundo castrejo, com uma arquitectura mais acabada na que se faz patente a experiência secular adquirida no trabalho da pedra (séculos IV - I a.C.).

Entre finais do século I a.c. e a primeira metade do século I - dC., dá-se a fase do clímax da cultura castreja, na que alcançam a sua plenitude todas as manifestações que se vêem considerando tradicionalmente características deste mundo.

Já nos finais dos século I - dC. assiste-se à fase de declínio, coincidindo com o apogeu da romanização, que afecta todos os âmbitos da cultura, desde os aspectos técnicos aos aspectos religiosos, produz-se a transformação do mundo castrejo, por um processo de aculturação, na cultura galaico-romana, uma de tantas variedades da cultura provincial romana das áreas periféricas. A partir desta altura abandonaram-se um número muito

elevado de castros tradicionais, pois o seu papel já não tinha sentido no contexto da nova sociedade.

O número de castros que a região possui é significativo. Braga Barreiros tentou inventariá-los, e registou 53, embora se pense que poderão ser mais.

Grande parte das aldeias têm a sua origem nas vizinhanças de um castro. Este facto é evidente pela toponímia das aldeias. Exemplos: Castro de Montalegre, Castro da Veiga, Castro do Portelo, Castro de Soutelo, Castro da Mina, Castro de Pedrário, Castro de Medeiros, Castro de S. Vicente da Chã, Castro de São Romão, Castro de Codeçoso do Arco, Castro de Pitões, Castro de Tourém, Castro da Piconha, Castro de Frades e Castro de Donões.

Na via romana que atravessava Barroso pelo vale do Rabagão, de Vilarinho dos Padrões a Arcos, havia numerosos marcos miliários. Alguns foram levados para Braga, outros destruíram-se com o tempo, muitos foram utilizados na construção de casas ou de muros de propriedades.

Local	Nº de Marcas	Descrição
Vilarinho de Padrões	3	Um do Século XVIII, outro marcava a distância de 42 000 passos e outro era dedicado a Tibério, e indicava a distancia de 20 000 passos.
Saguinhedo	3	Um dedicado a Cláudio, aponta a distancia de 35 000 passos e é do ano 44 da nossa era; outro dedicado ao imperador Adriano e aponta a distancia de 42 000 passos, sendo datado de 104; o outro dedicado a Trajano marca 42 000 passos (referentes a Chaves).
Lama do Carvalhal (entre Codeçoso e Currais)	1	Dedicado a Tibério
Antigo de Arcos	1	Dedicado a Tibério, com indicação de 59 000 passos (referentes a Braga)
Arcos	1	Dedicado a Cláudio

Foram encontradas diversas moedas romanas e metais nesta região. Em Penedones foram encontradas, há mais de um século, quinze moedas romanas dos imperadores Trajano e Vespasiano; Em 1954, no couto mineiro da Borralha, foram descobertas três mil moedas romanas do imperador Galieno, Cláudio, Gaio, Valeriano, Emiliano, Macrino, Quintilo, Aureliano, e outros. Recentemente a Câmara Municipal adquiriu, de um particular, moedas romanas, encontradas em Montalegre, que estão neste momento a ser estudadas.

O concelho é atravessado por três vias militares, imperiais: uma que proviria de Slamonche e Ruivães, por Venda Nova, Codeçoso, Pondras, Vila da Ponte, Penedones: outra que ligaria Montalegre com Chaves, Zebreal, Ardãos, Pastoria, Noval, Vale de Anta, e a terceira, que em Venda Nova se desviava da primeira para se reencontrar em Sapiãos, passando pelas Cova de Barroso, Carvalhelhos e Boticas.

5.3. O Património Paisagístico

O concelho de Montalegre é detentor de cenários deslumbrantes, as quais têm pontos de degradação, que urge recuperar. Assim a requalificação de zonas degradadas (tratamento das escombrelas das minas da Borralha), mas também a recolha de detritos e de monstros abandonados à beira dos caminhos é uma acção prioritária, pois a paisagem assume-se cada vez mais como um valor económico, fundamental para o desenvolvimento regional.

Pretende-se também fazer a valorização dos centros cívicos das freguesias, dando ao centro das aldeias (local onde se reúne habitualmente o povo) uma melhor imagem, melhorando o bem estar das populações locais e atraindo os visitantes e turistas que passarão ou ficarão nas aldeias percorrendo os percursos pedestres ou alojando-se nas unidades de Turismo em Espaço Rural.

Fundamental será também a identificação dos aglomerados rurais e espaços naturais de interesse paisagístico e fazer todo o processo de possível classificação quer municipal, quer nacional, a fim de se proteger essas áreas (Carvalhal do Avelar e do Vale do Cávado, serra do Cávado e Barragem dos Pisões).

A elaboração de um regulamento municipal a incluir no futuro Plano Director Municipal, de definição de tipologias construtivas, de materiais e cores a utilizar na edificação em aglomerados rurais e em construções isoladas, será um aspecto de grande importância para o início do processo de recuperação da paisagem, cujo primeiro passo será não piorar a situação actual.

Os edifícios agrícolas de construção recente são um outro elemento de degradação da paisagem rural, pelo que será fundamental a redefinição das tipologias aceites, das volumetrias, da localização e dos materiais de construção.

Para uma melhor interpretação da paisagem, será fundamental a colocação de leitores de paisagens nos miradouros e nos percursos de visita sempre com um intuito formativo.

A marcação de percursos por todo o concelho de Montalegre será uma das melhores formas de permitir ao visitante uma melhor usufruição da paisagem e observação da fauna e flora.²⁶

5.3.1. Energia Limpa ou Poluição Visual

O ano 2000 trouxe ao concelho de Montalegre uma polémica que dividiu as opiniões, não só dos políticos como da população anónima. Apostar ou não nas energias alternativas? A criação dos Parques Eólicos seria uma “mina” para o futuro? Estaremos a hipotecar o futuro? Será que todos os montes têm de ser vendidos da mesma forma? Quando os parques forem desactivados que terá de os desmantelar?

Se os argumentos a favor das energias limpas conseguiram demover um pequeno reduto já desacreditado com a história recente da EDP, a localização dos aerogeradores foi a batalha mais dura que não conseguiu reunir consensos.

As grandes empresas tiveram uma postura demasiado empresarial, fizeram contratos com todos os presidentes das Juntas de freguesia que tinham serra. A oferta variava entre os dois mil e quinhentos euros e os cinco mil euros, para cada junta. Quando os presidentes tentavam negociar entre as duas ou três empresas interessadas a oferta de uma carrinha de nove lugares forçava a opção. Neste momento temos todos os montes com contratos de exclusividade de uso dos terrenos por dez anos, contrato renovável automaticamente até dez anos, desde que a empresa não o denuncie, que o parque eólico nasça ou não.

Parque Eólico do Alto do Cabeço está situado na Serra do Larouco, freguesia de Mourilhe junto da Aldeia de Sabuzedo, que deverá produzir energia eléctrica suficiente para responder ao consumo de um aglomerado de cerca de 15.000 habitantes.

Uma das exigências da Câmara de Montalegre foi a constituição de uma empresa com sede em Montalegre para que as contribuições fossem geradoras de capitais locais. Essa empresa é a PESL (Parque Eólico Serra do Larouco) com (250.000 contos) 1.246.994 Euros de Capital Social e (1.688.000 contos) 8.419.708 Euros de Capital Próprio, para criar e gerir dois Parques, um no Alto do Cabeço em Montalegre, com 9 Aerogeradores e um outro na Lomba da Seixa em Salto, com 10 Aerogeradores. A PESL, SA foi constituída em 27 de Novembro de 1997 com o objectivo de promover a produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis no concelho de Montalegre. É produto da vontade dos seus

²⁶ Vide anexo II - Rede de percursos pedestres de Barroso

principais promotores, ENERSIS, SA que se dedica exclusivamente a este sector desde a sua constituição em 15 de Maio de 1988 e EHATB, SA que representa os municípios do Alto Tâmega e Barroso, com 20% de um capital social de 1,25 milhões de Euros, que darão origem a 3.392 Euros de facturação/ano.

	Cabeço Alto	Lomba da Seixa
Investimento	2.800.000 contos / 13.966 341 Euros	2.600.000 contos / 12.968 745 Euros
Empréstimos Taxa 0 Progr. Energia	1.100.000 contos / 5.486 776 Euros	1.070.000 contos / 5.337 137 Euros
Empréstimo da PESL	800.000 contos / 3.990 383 Euros	800.000 contos / 3.990 383
Potência	9 Aerogeradores – 11.700KW	10 Aerogeradores–13.000KW
Produção /ano	27 GWH/Ano	30 GWH/Ano
Facturação / Ano	324.000 contos / 1.616 105 Euros	360.000 contos / 1.795 672 Euros

5.3.2. A Natureza e o Desporto

A região de Montalegre, distingue-se pela beleza que reside nas suas serras, regatos límpidos com trutas saltitantes, ribeiros gelados, vales e pequenos planaltos, aldeias concentradas com suas gentes boas. A vegetação local pinta-a ao longo das estações de verdes, amarelos e castanhos compondo paisagens que deslumbram qualquer olhar curioso.

Para relaxar, o visitante poderá fazer passeios pedestres²⁷ ou de BTT (estão sinalizados com as marcações oficiais, com a homologação da Federação Portuguesa de Campismo, em 6 percursos), escolhendo o percurso conforme o tipo de paisagem que mais gosta. Os desportos aquáticos podem ser praticados nas albufeiras. A barragem do Alto-Rabagão cria um espelho de água deslumbrante, desafiando á prática de desportos como o remo, a vela, a canoagem, a natação e por vezes as motas de água. Também a pesca é uma actividade muito praticada, quer seja nas barragens, quer seja nos Rios Cávado e Rabagão, ou em qualquer regato de águas frias da montanha as trutas, o escalo e a boga são os ingredientes de luxo, para muitos apaixonados deste desporto.

²⁷ Vide anexo II - Rede de percursos pedestres de Barroso

O rappel e a escalada são das actividades radicais que se fazem esporadicamente, embora as condições no terreno sejam boas para sua prática. Já o Canyoning e o rafting não encontram condições de rápidos com caudal suficiente para a sua execução. Os amantes da caça, embora de forma discutível, juntam as estas paisagens maravilhosas a emoção de um tiro certo. Esta pode ser praticada nos regimes cinético geral ou cinético associativo e em crescente está a zona de caça municipal. Nesta paisagem podemos encontrar espécies muito variadas como a rola, pombo, codorniz, o pato bravo, galinhola a perdiz vermelha, a galinha d'água, a lebre, o coelho bravo e o javali.

O Centro Hípico da Serra do Larouco e a Trote Gerês impulsionam os passeios a cavalo, quer em recinto fechado como em plena serra, para os mais conhecedores.

Tendo a Serra do Larouco 1525 metros de altura é um constante desafio às modalidades aéreas, sendo o Parapente e a Asa Delta as mais praticadas. Os voos começaram à cinco anos chegando, hoje a ser considerada, pelos praticantes da modalidade, o ex-libris deste desporto, afirmando depois da realização do Campeonato do Mundo, que esta é a melhor pista artificial do mundo. O clube local Papaventos colabora em várias provas como o Campeonato Nacional, Campeonato de Espanha, Taça Luso-Galaica, Taça do Mundo e Campeonato do Mundo de Parapente de Montalegre 2003.

A apanha dos cogumelos silvestres, tem nos meses de Outubro e Novembro o seu ponto alto e arrasta ao concelho de Montalegre centenas de pessoas.

5.4. Património Artístico

No âmbito deste projecto está previsto a divulgação do Castelo de Montalegre, do Mosteiro de Santa Maria das Júnias – em Pitões das Júnias e da Igreja de S. Vicente da Chã, todos classificados como Monumentos Nacionais.

Para se manter e incrementar o desenvolvimento de actividades está planeado a organização de uma escola de artesãos, em madeira, cantaria, croças, burel, bordados, lã, soqueiro, cesteiro, latoeiro, tecedeira, criando assim postos de trabalho e aumentando a oferta de produtos de origem local.

A arquitectura religiosa é muito importante, pois o Barroso tem inúmeras igrejas e capelas, distribuídas por todas as aldeias, algumas com rica decoração e de alto nível artístico, que é urgente inventariar e salvaguardar. Para além do caso do Mosteiro de Santa Maria das Júnias, há monumentos praticamente desconhecidos, que se poderão revelar,

como os restos românicos da igreja de Tourém, entre outros. Algumas igrejas e capelas necessitam de ser restauradas, podendo, no seu conjunto e quando for suficientemente significativas, integrar-se em trilhos interpretados. Pensamos, que se deve promover a recuperação de outros elementos religiosos, como as vias sacras, dando como exemplo as aldeias de Paredes do Rio e Tourém e as suas alminhas, existentes praticamente em todas as aldeias.

5.5. Património Social e Cultural

Está previsto a realização de estudos sobre a vida tradicional, estudos etnológicos e etnográficos. Estes estudos devem versar sobre a cozinha Barrosã e o seu papel na organização do espaço habitacional, procedendo-se a um inventário das cozinhas tradicionais, ao levantamento e sistematização da gastronomia Barrosã, e à sua promoção em concursos feiras gastronómicas, como já se vêm realizando.

Outros estudos se deverão realizar sobre a presença do lobo na mitologia e no imaginário e nos fojos, sobre as lendas e tradições populares, as saberes populares e a farmacopeia popular; os curandeiros e a medicina tradicional popular e as mulheres do Barroso e o que é visto como a psicologia do Barrosão, conhecido pela sua franqueza na relação e disponibilidade no receber, sempre com o seu convite barrosão: “*entre quem é...*”

Também extremamente importante será estudar a água na região, com os sistemas de rega e os moinhos. Enfim, a importância dos ciclos da água, do linho e do pão no Barroso. Em resumo, a identidade cultural de Barroso, é e será o que dá coesão e sentido à criação de um Ecomuseu neste concelho.

5.6. O Património histórico mais relevante

A história de Montalegre remonta há muitos séculos atrás, sendo a sua origem datada do Neolítico. Foram muitos os povos que passaram nestas terras, ficando mais ou menos tempo, mas todos deixando sinais da sua Identidade e estilo de vida ancestral. Segue-se

uma apresentação de algum do vasto património²⁸ que ao longo dos séculos foi sendo construído:

Património e Pontos de Interesse

- Casa do Cerrado - Montalegre
- Casa da Fonte – Corva (Salto)
- Casa do Navegador Cabrilho - Lapela
- Casa do Outão – Mourilhe
- Casa dos Queridos – Viade de Baixo
- Casa do Seminário de Gralhas
- Castelo de Montalegre
- Castro de Pedrário
- Igreja Românica de S. Vicente
- Igreja do Castelo - Montalegre
- Mamoas da Veiga - Montalegre
- Mosteiro de Pitões das Júnias
- Paço de Vilar de Perdizes
- Ponte da Misarela em Ferral
- Ponte Romana de Peirezes
- Sepulturas Antropomórficas
- Marcos Miliários
- Via Romana Vila da Ponte

Património Etnográfico e Comunitário

- Espigueiro com relógio de Sol - Paredes
- Fonte Romana de Arcos
- Fojo do Lobo – Fafião
- Fojo do Lobo – Parada
- Forno de Padornelos
- Forno de Tourém
- Lagar de Azeite – Cabril
- Moinho de Paredes
- Moinho de Vila da Ponte
- Pisão Hidráulico - Paredes

Locais de Interesse Paisagístico e Ecológico

- Serra do Larouco
- Albufeira dos Pisões; Salas; Venda Nova
- Miradouro da Corujeira - Montalegre
- Miradouro da Senhora das Treburas
- Cascata de Pitões
- Mata do Avelar
- Olas de Santa – Marinha
- Piscinas Naturais no rio Fafião
- Cornos das Alturas
- S. João da Fraga – Pitões
- Pedra Bolideira – Ponteira
- Lagoas do Gerês
- Cistas da Vila da Ponte
- Currais de Lama Longa – Gerês
- Capela da Santa Barbara
- Toco – Cascata, Piscinas Naturais

²⁸ Confrontar anexo VI – Álbum de fotos de Barroso

6. História e Evolução do Ecomuseu de Barroso

O Ecomuseu de Barroso é um projecto que abrange todo o concelho de Montalegre, mas poderá alargar-se a toda a região do Barroso, permitindo , através do envolvimento de todos os seus agentes, o desenvolvimento de uma forma equilibrada e sustentada, otimizando os pontos de vista cultural e natural.

A terra do Barroso é uma região única, chamada terra fria transmontana, dos frios e rigorosos Invernos e dos escaldantes Verões. A identidade desta região é tão evidente que muitos autores a classificam mesmo como o País Barrosão, com uma especificidade que lhe advém de ser uma região de ligação do Minho a Trás-os-Montes, entre o individualismo minhoto e o gregarismo comunitarista transmontano.

O Barroso é uma mancha de amplos horizontes, terras elevadas, graníticas, nevadas e ventosas, onde os aldeamentos são concentrados e a dureza dos elementos aproximou as gentes. As comunidades aldeãs do Barroso, que outrora formavam uma espécie de pequenas repúblicas regidas por leis próprias, que o direito consuetudinário de há muito consagrara, trouxeram até aos nossos dias um conjunto de costumes e de tradições que há muito se julgavam perdidas.

O projecto do “Ecomuseu do Barroso,” teve o seu início há longa data, remontando a uma das visitas de Georges Henri Revière a Portugal, nos anos 70. Este antropólogo sugeriu a realização de determinadas acções nesta região, como a criação do Museu do Tempo e do Espaço. Assim, o projecto inovador da criação do “Ecomuseu do Barroso”, por ele proposto era penas para as aldeias dentro do Parque Nacional.

António Martinho Baptista e Fernando Pessoa, arqueólogo e arquitecto paisagista, respectivamente, do então Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), são duas personagens que iniciaram o projecto que depois será apresentado, ampliado uma vez que expandiu a sua área territorial para fora do Parque Nacional da Peneda Gerês, abrangendo a sede do concelho Montalegre e a aldeia de Vilar de Perdizes, deram sugestões e soluções que ainda hoje se encontram perfeitamente actuais, razão pela qual se mantêm no projecto que actualmente se começou a implementar. Num texto produzido em 1992 para o ICN, intitulado “museologia das áreas protegidas” no que diz respeito ao Parque Nacional Peneda-Gerês, essa proposta museológica contemplava a criação do Ecomuseu das Terras de Barroso, instituição museológica á qual dedicariam um estudo pormenorizado da organização dos respectivos museus do Tempo e do Espaço.

Com o título de “Ecomuseu do Barroso”, António Martinho Baptista elabora nesse ano um documento que enuncia os limites territoriais desse Ecomuseu: “todo o território do concelho de Montalegre integrado no PNPG, alargando-se ainda o seu âmbito, pelo menos à região entre a fronteira galaico-portuguesa e o rio Cávado”.

É anunciada também uma “rede de infra-estruturas locais” e avançadas as acções a desenvolver no território de Montalegre abrangido pelo Parque Nacional.

Neste pré-projecto previa-se, para além da criação de um edifício-sede do ecomuseu, também a construção do museu do Espaço – servindo de centro informativo dos motivos de interesse da área contemplada, entre os quais uma rede de trilhos “interpretados” - etnográficos, históricos e naturais - remetendo os visitantes para a descoberta do território, e ainda a criação de antenas museológicas – constituídas por edifícios, sítios ou paisagens “interpretadas”, sempre em ligação com a referida rede de trilhos.

Na edição de 31 de Agosto de 1993 do jornal “O Povo de Barroso”, num completo artigo intitulado “Ecomuseu do Barroso”, este mesmo autor dá a conhecer publicamente estas propostas. Em vários números seguintes, respondendo ao repto lançado, várias personalidades da cultura local dão a sua opinião – ora mais entusiasta, ora mais cautelosa – quanto à implementação do ecomuseu.

Com referência de 1994 e intitulado “Museu de Interpretação das Terras de Barroso”, num texto também do ICN, Santos Pessoa retoma, com ligeira reformulação, o fundamental das propostas do relatório anterior, realçando que esse museu pode ser – e deve ser - um projecto ambicioso.

Contudo, no final desse texto, deixa uma frase premonitória: “Montalegre, sede do concelho, com muito interesse patrimonial, e uma Câmara Municipal a acreditar - disponibilizando os meios ao seu alcance - que o Parque vai mesmo criar o seu Museu! Vamos a ver se o Parque cumpre!” Mas apesar das tentativas de renascimento destes projectos por parte do ICN, a verdade é que nenhum deles foi concretizado devido, como mais tarde diria este mesmo autor, “à incompreensão de alguns e ao desinteresse declarado de outros”.

As aldeias de Barroso possuem de um modo geral um grande valor cénico e cultural, pelo que estas povoações devem ser consideradas, no seu conjunto como partes do Ecomuseu. Esta ideia sempre esteve e sempre presidirá aos planos de acção deste projecto que cada vez mais se afirma como um Projecto de Desenvolvimento Local. Senão vejamos. As aldeias que faziam parte do projecto original do “Ecomuseu do Barroso” são quatro, designadamente, Travassos do Rio, Paredes, núcleo antigo de Pitões das Júnias e Fafião.

A aldeia de Travassos do Rio, é uma aldeia com muito interesse arquitectónico, sendo aqui que se situava o Museu do Tempo, um dos principais pólos do Ecomuseu. Nesta aldeia pretendia-se musealizar a moagem do cereal no moinho existente, onde estava prevista uma sala temática sobre o tempo, o fabrico do pão no forno comunitário. Junto do moinho e ocupando parte dele, previa-se colocar uma exposição demonstrativa do ciclo do pão, desde o cereal ao fabrico do pão.

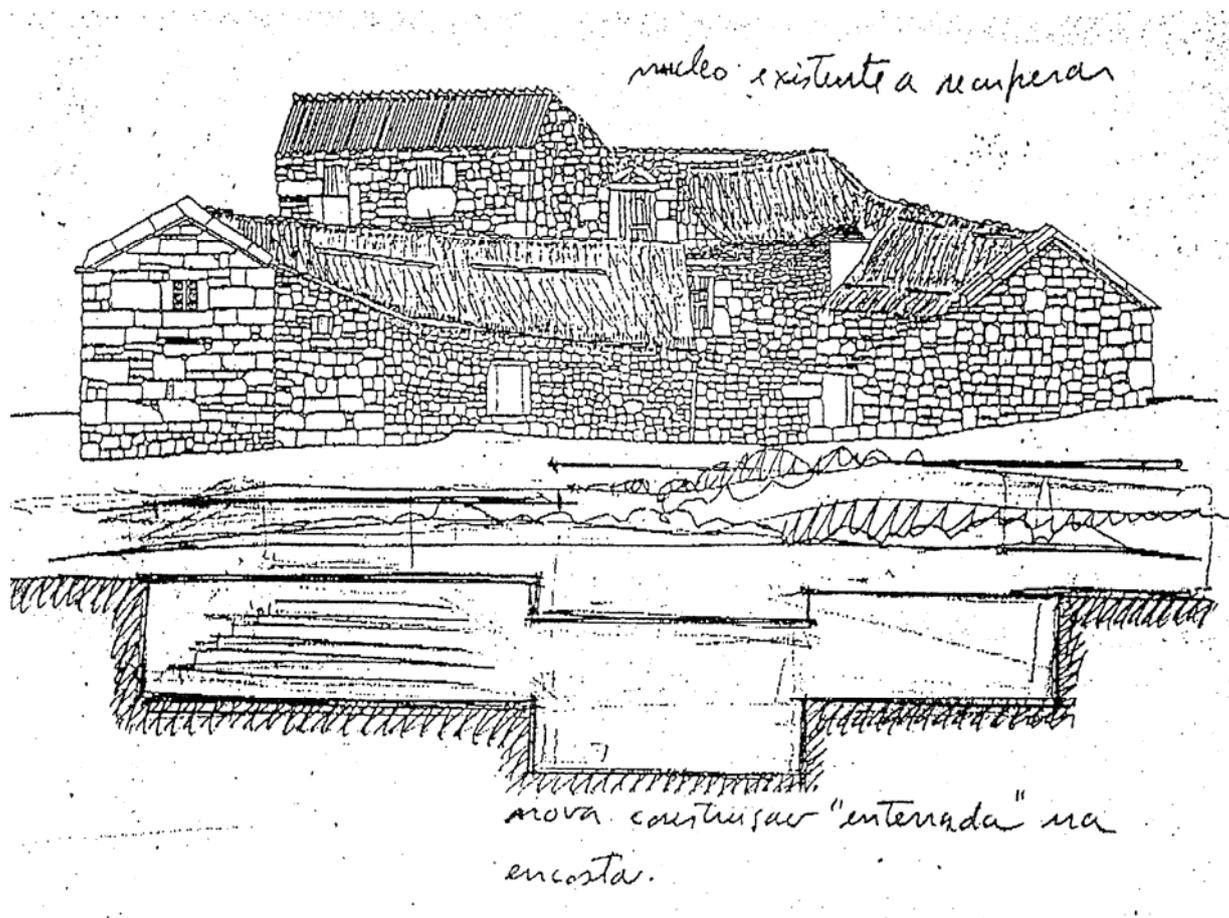


Fig. 1 – Proposta para conjunto rural de Travassos do Rio, do Arq. Sérgio Infante

Um outro espaço que era tido em conta neste projecto era a corte do boi do povo, através do qual seria possível fazer-se uma homenagem ao “boi Barrosão”. Nesta aldeia estava previsto ficar a sede do Ecomuseu do Barroso, num conjunto muito interessante de construções adquiridas pela Câmara Municipal de Montalegre e para as quais se apresentou na altura um esboço de adaptação. Nesta aldeia, contava-se a história da vida da região, com documentos, peças de uso diário, artesanato, gravuras, tudo quanto possa documentar de forma simples e dinâmica esta região.

A aldeia de Paredes, era um dos pólos do Museu, onde estava previsto recuperar algumas das habitações. Existe um pisão que foi na altura reconstruído e numa casa que se pretendia reabilitar pensava-se instalar uma sala temática dedicada ao conhecimento das

práticas agrícolas e das culturas tradicionais da batata e o centeio. Próximo deste espaço, estava previsto uma horta onde se mantivessem as culturas locais como as frutas, os legumes, os cereais, e as batatas.

Em relação a Pitões das Júnias, já na altura era referido a necessidade de reabilitação urbana dos edifícios do núcleo antigo da aldeia para travar o avanço da descaracterização com construções aberrantes. Esta necessidade é hoje muito mais notória, pois a degradação do aglomerado continuou, pelo que o objectivo deve continuar a ser um dos principais objectivos da Câmara Municipal de Montalegre e do PNPG. Pretendia-se que a Câmara Municipal adquirisse alguns edifícios para aí instalar uma sala temática, dedicada ao comunitarismo, suas raízes e práticas; e um espaço dedicado ao fumeiro da região. Na sala do fumeiro estava planeado que ao visitante fosse facultado, através do bilhete de ingresso, uma prova de fumeiro acompanhada de pão e vinho regionais.

O Mosteiro de Santa Maria²⁹, após a sua reconstrução, estava planeada a sua musealização tendo em conta a temática das crenças e medicinas populares. No jardim do Mosteiro previa-se instalar uma colecção de plantas medicinais e aromáticas, prática que esteve sempre ligada aos conventos.

A aldeia de Tourém, é já em si um museu vivo, onde se pretendia instalar um espaço temático sobre a vida social tradicional e as relações de vizinhança com a Espanha e o Couto Franco (Couto Misto) que permaneceu até aos nossos dias.

Fafião é uma aldeia ainda com muito interesse, onde existe um lagar de azeite, que necessitava de ser reconstruído e um fojo de lobo (de paredes convergentes) que também deverá fazer parte do projecto do museu. Aqui instalava-se um espaço temático dedicada ao boi do Povo.

No Castelo de Montalegre, que é uma bela peça de arquitectura militar medieval, previa-se a colocação de uma exposição temática sobre a arquitectura do Barroso, desde as construções megalíticas às dos vários séculos subsequentes, tanto civis como religiosas e militares.

Sugeria-se neste primeiro projecto a construção de uma Pousada Regional, aliada ao Ecomuseu. Um dos aspectos caracterizadores da vida do Barroso era e é a sua gastronomia e especificidade da vida caseira, daí a importância da pousada, com mobiliário antigo e utensílios domésticos tradicionais, para um acolhimento de qualidade. Em termos gastronómicos já na altura se pensava em fazer um regulamento que estipule a cozinha regional a fornecer obrigatoriamente, por uma questão de identidade local. A pousada, pensava-se vir a ocupar um antigo solar ou casa senhorial, de que há belos exemplares em

²⁹ Foto no anexo VI – Álbum de Fotos de Barroso.

várias aldeias. Pitões das Júnias, por exemplo, possui uma excelente casa de lavrador abastado, onde existe espaço para a finalidade de uma pequena pousada e restaurante, onde o acolhimento e a gastronomia se complementem sob as formas tradicionais do Barroso.

As estruturas interpretadas em utilização, estavam intimamente relacionadas com o Museu do Tempo e com o Museu do Espaço.

O Museu do Tempo, possuía a sua estrutura central, museológica, em Travassos do Rio. Adquirir alguns anexos permitiria a realização de uma intervenção arquitectónica de qualidade, onde simultaneamente se resguarde o ambiente típico de aldeia, se historie o passado barrosão e se projecte a visão de um Barroso do nosso tempo. O Museu do Tempo, conta toda a história do Barroso, desde a sua formação e evolução geomorfológica e geológica, aos ecossistemas que se constituíram, aos grupos humanos que se fixaram na região, até aos nossos dias.

No Museu do Espaço, estava já previsto recorrer-se às mais modernas técnicas de intervenção museológica e museográfica, em que toda a região seria sinteticamente interpretada e sinalizados todos os seus motivos de interesse nas suas mais diversas áreas. Assim, quer as redes de trilhos interpretados (históricos, arqueológicos, naturais ou de descoberta da natureza), quer a gastronomia regional, o artesanato, a própria vida económica no seu todo, entre outros aspectos, aqui seriam sistematizadas, esclarecendo e remetendo os visitantes interessados à descoberta de todas as situações.

Os Museus do Espaço e do Tempo, estavam intimamente ligados às estruturas de interpretação em utilização e às estruturas fora de uso, pois este conjunto de estruturas em harmonioso funcionamento e não individualmente, iriam valorizar, dinamizar a história da região e da sua vida económica.

Deste projecto inicial apenas alguns elementos patrimoniais foram recuperados e alguma documentação foi editada pelo S.N.P.R.C.N. As principais razões devem-se à escassez de recursos financeiros e às mudanças governativas, nomeadamente a saída da presidência do S.N.P.R.C.N. do principal impulsionador deste projecto, o Arq. Fernando Pessoa.

Apesar de pouco se ter implementado no terreno o Ecomuseu do Barroso, marcou vários elementos ligados ao projecto e deixou uma semente que se quer agora pôr a germinar. A este projecto, associaram-se diversos estudos regionais, muito importantes para as comunidades envolventes, pois nestes estudos e investigações contemplou-se a inventariação dos bens patrimoniais (naturais e arquitectónicos) existentes.

6.1. A criação do Ecomuseu de Barroso

O nome do Projecto é fruto de uma evolução. Nasceu “*Ecomuseu do Barroso*” sendo a designação usada publicamente, mas nunca foi consensual, até que com o contributo da Comissão local para o património e ecomuseu se concluiu que o mais correcto deveria ser “**Ecomuseu de Barroso**”.³⁰

A decisão da implementação em definitivo do “*Ecomuseu do Barroso*” remonta ao ano 2000, quando o Professor Fernando Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Montalegre contratou a empresa Quatenaire Portugal para a elaboração de um estudo para caracterização da região e apontasse um plano de trabalhos para a implementação, nos próximos anos, de um ecomuseu.

A Quatenaire Portugal, depois do trabalho de campo, orientado pelo Dr. Hugues de Varine, apresentou em Maio de 2001 o seu relatório final intitulado: “*Estudo de Concepção e de Programa do Ecomuseu do Barroso.*” Este trabalho contou com o apoio de muitas organizações e pessoas locais, sempre dirigido por uma equipa de base, coordenado pela Dr.ª Elisa Pérez Babo, com a Eng. Mariana Brandão e Eng. Paula Guerra, estando a consultoria externa a cargo de um especialista, co-criador do conceito do ecomuseu, de mérito reconhecido mundialmente, o Dr. Hugues de Varine.

Sendo o Ecomuseu assumido como projecto municipal, desde novembro de 2001 começou a ser constituída uma equipa local para a sua implantação. Em reunião, no Salão Nobre da Câmara Municipal, onde estiveram diversos técnicos das associações de desenvolvimento local e regional, da Câmara Municipal, os técnicos da Quatenaire e algumas pessoas convidadas. Hugues de Varine transmitiu a ideia de um Ecomuseu – Projecto de desenvolvimento local, levando os presentes a tentar escolher para a liderança uma equipa dinâmica e com iniciativa. O Senhor Presidente propôs o nome do Dr. Montalvão Machado, da Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega – ADRAT, para coordenar o projecto, mas este argumentou que daria todo o apoio mas devia ficar uma pessoa nova e de Montalegre, a liderar o Ecomuseu.

Foi contratado a termo certo por dois anos o técnico David José Varela Teixeira. A escolha terá sido pelo trabalho feito na Empresa de Promoção e Organização de eventos, em Montalegre, a NaTurBarroso e por ser a primeira pessoa do concelho que possuía formação Superior em Turismo. Para que o Ecomuseu de Barroso tivesse o seu aparecimento nas aldeias e de entre as associações, o técnico teria de ser alguém em quem a população local tivesse confiança. Para trabalhar com as pessoas simples, o conhecer a mãe, o pai e a

³⁰ Vido logótipo anexo VI.

avó é o primeiro passo para merecer a adesão dos Barrosões, e neste caso o neto da Sr.ª Maria do correio, reunia essas características. A minha avó e o meu pai eram as pessoas que faziam o correio para as aldeias de Meixedo, Gralhas, Sto. André, Solveira e Vilar de Perdizes. Claro que a avó tinha como meio de transporte o burro, que utilizava para levar e trazer favores a todos que lhe pediam, como ela dizia muitas vezes: “os alforques do meu burro andavam sempre cheios” e “os meus filhos nunca tiveram fome”. O meu pai, já rapaz novo, quando não havia neve e gelo trocava o burro pela bicicleta. Não transportava tantas coisas, mas tinha a vantagem de ler as cartas, às velhinhas, dos filhos que estavam na França ou na América, ou mesmo da guerra do ultramar, para onde acabou por ir cumprir o serviço militar. O ser neta da Maria do correio, foi sinónimo do ser recebido sem desconfianças, mas foi também sinónimo de grande apego à terra e às gentes, que cá vivem. Fui sempre um elemento activo nas associações locais e mesmo na paróquia. Quando estudava no Porto, o não vir a Montalegre todas as semanas era o suficiente para uma semana tensa e aborrecida. Confidenciava muitas vezes aos colegas de viagem, quando começava a descer para a Vila e respirava o ar da serra, “já podia voltar para o Porto, já respirei este arzinho...” e o desejo de voltar à terra e conseguir desenvolver um projecto em que aumentassem as condições de vida das pessoas tornou-se possível.

O desafio tinha tanto de belo como de megalómano. Aquilo que aterrorizava a maioria dos colegas “velhos do restelo” era o que mais me incentivou a agarrar este projecto. A ideia de um Ecomuseu para o Barroso resultava da consciência e da necessidade de salvaguardar o património do Barroso, nas suas múltiplas componentes, naturais, culturais, históricas e socio-económicas, aliando-se a tudo isto a finalidade de contribuir para o desenvolvimento das populações locais, assumindo a valorização dos recursos humanos e do património existente, em paralelo com a criação de uma nova imagem dos produtos locais, aumentando a sua rentabilidade. O território surge como matriz de referência das pessoas a um património natural e cultural, matriz de identidade(s), cada vez mais decisiva na formação de uma sociedade global que procura não perder o sentido do local.

Nesta medida o Ecomuseu de Barroso pretende afirmar-se como espaço de valorização e divulgação dos recursos e do património do Barroso, de representação identitária, de formação, de participação e de cidadania, de concertação e de cooperação e, de inovação e de mobilização das pessoas para novas actividades.

O Ecomuseu pretende no futuro diversificar os meios e os espaços de exposição e divulgação dos seus recursos, abordando discursos expositivos diferenciados. Serão progressivamente constituídos, ou consolidados, núcleos museológicos, em diferentes aldeias, que possam conter exposições de várias colecções, enriquecidas com elementos noutros

suportes comunicacionais, como vídeo, multimédia ou outros; percursos no territórios (homologados pela Federação Portuguesa de Campismo), circuitos de património, pontos de interpretação da cultura e do ambiente desta região, locais de experimentação ou de aprendizagem de saberes, costumes e saberes-fazer tradicionais.

Para além do efeito mobilizador interno, o Ecomuseu do Barroso assume-se como espaço de ligação desta comunidade com o exterior, privilegiando atitudes e iniciativas de cooperação e de parceria com outros museus e outros territórios. Este projecto terá sempre presente a promoção turística da região como actividade geradora de riqueza.

Os primeiros meses foram passados a conhecer o estudo de concepção e a definir a prioridade dos projectos. Com a assessoria da Quaternaire durante 6 meses, fui definindo os espaços necessários no projecto arquitectónico do núcleo central a instalar nas casas antigas, junto ao Castelo de Montalegre. O projecto de arquitectura deu início à criação de acompanhamento pela Rede Portuguesa de Museus e pelo IPPAR, e a necessidade de financiamento impulsionou a elaboração de uma candidatura à medida 1.4 da ON, na CCDR-N. no Porto.

Do apoio da Rede Portuguesa de Museus surgiu a necessidade de contrato de um Antropólogo, com formação em Museologia para se iniciar o inventário do Património e cumprir a exigência de ter quadros com a formação adequada. João Azenha foi o Antropólogo escolhido no concurso e que deu início à equipa do Ecomuseu de Barroso.

Neste momento, várias parcerias foram criadas, entre universidades e diversas organizações, como o PNPG, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, A Universidade Fernando Pessoa, associações locais e juntas de freguesia, dando origem a diversos projectos, já em excussão. Em parceria com a UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) temos um protocolo de estágios curriculares. No ano 2003 dois alunos de Antropologia e um de Recreação, Turismo e Lazer, estagiaram no Ecomuseu. Com o apoio do Centro de emprego teve lugar um estágio profissional para uma licenciada em Turismo e Ambiente. Com a escola secundária Dr. Bento da Cruz estamos a desenvolver uma parceria com o grupo de estagiários de Biologia / Geologia que no ano lectivo 2002/2003 resultou na caracterização geológica dos percurso pedestres editados pelo Ecomuseu e uma sessão de sensibilização ambiental na escola que culminou na libertação de duas Águias de asa redonda (Buteos Buteos). No presente ano lectivo está a ser criado um roteiro geológico na aldeia de Vilar de Perdizes.

Além do inventário do património que continuamos a realizar, estamos a desenvolver os projectos museológicos para o núcleo sede, para o pólo de Pitões das Júnias, para o pólo de Tourém e para a casa do Capitão, em Salto, bem como todo o apoio concedido às

escolas do concelho, nas suas áreas de projecto e acompanhamos grupos de alunos que nos solicitam visitas temáticas.

Um trabalho que nos tem ocupado muito tempo é a realização e acompanhamento de algumas candidaturas a financiamento de diversos projectos:

Rede de Percursos Pedestres do Barroso, com o agrupamento de Escuteiros 1115 de Montalegre; recuperação do Forno Comunitário de Paredes do rio, com a Associação Social e Cultural de Paredes do Rio – recuperação e valorização do forno e forja; recuperação da Forja do Vilarelho, candidatura em parceria com o Ferreiro; recuperação do Pisão de Tabuadela, com o Piseiro, todos candidatados ao Programa LEADER+.

Foi aprovado INTERREG III A para a revalorização da Via Romana (Via XVII de Braga a Astorga) em que participaram todos os municípios, por onde passa a VIA. Hoje temos o problema de dois presidentes da junta da Aldeia de Currais e de Cervos, que vendo o aumento do número de visitantes aos traços de calçada original, decidiram melhorar os caminhos para que mais facilmente as pessoas circulem. Não sendo fácil fazer-lhes entender que o valor patrimonial está na calçada tosca e não na história da passagem dos romanos que se conta.

6.2. O Financiamento Comunitário

Os pólos temáticos, situados nas aldeias de Pitões as Júnias e Tourém, sendo espaços comunitário, têm a parceria do ecomuseu na elaboração e execução de candidaturas ao programa AGRIS, medida 7.1. À espera de aprovação estão as candidaturas das Aldeias de Fafião, Sirvozelo e Borralha. Tendo havido unidade de Gestão dia 16 de Abril de 2004 foram aprovadas as candidaturas de Sirvozelo e Fafião, foram homologadas pelo Sr. Ministro da Agricultura, e estão em execução.

O programa AGRIS – medida 7.1 permite o investimento em espaços públicos e em espaços privados, o que possibilita uma recuperação de espaços e edifícios numa lógica de concentração de investimento e de exemplaridade de experiências. Os espaços públicos que estão a ser valorizados e beneficiam todos os habitantes são os seguintes: na aldeia de Pitões das Júnias, o forno comunitário, um canastro, um moinho (que mesmo sendo de herdeiros foi por estes cedido para visitas livres, embora o uso/fruto apenas seja dos antigos herdeiros e também dois percursos de acesso ao porto da lage e ao mosteiro de Sta Maria das Júnias. O maior investimento é feito na antiga corte do boi, que se irá converter em pólo temático. No investimento privado, que é cerca de 50% da totalidade do projecto apenas se pode recuperar fachadas me caixilharias e telhados.

Na aldeia de Tourém a recuperação dos espaços públicos incidirá no largo do forno, na recuperação das fontes sua envolvente e a recuperação da corte do boi para espaço de exposição, como pólo do Ecomuseu. Esta aldeia possui um forno comunitário de arquitectura medieval que está a sofrer obras de melhoramento, financiadas pelo Programa POA – Programa Operacional do Ambiente, lideradas pelo PNPG.

A candidatura à CCDR-N, medida 1.4 – Promoção e Valorização do Ecomuseu de Barroso foi aprovada finalmente, em Janeiro de 2004. Esta candidatura permitirá a constituição do Arquivo Audio-Visual, com a Universidade Fernando Pessoa, teremos financiamento para material informático, para a produção de painéis expositores de sensibilização e educação para o património e para uma linha de edições de 2 livros e 5 desdobráveis temáticos, fruto do inventário que se tem vindo a fazer.

A recuperação da Forja do Bilarelho, do Forno e forja de Paredes do Rio, na aldeia de paredes do Rio, com o apoio da Associação Social e Cultural de Paredes do rio e a Criação da Rede de Percurso Pedestres de Barroso, com a parceria doo Agrupamento de Escutas de Montalegre 1115, foram financiadas pelo Programa LEADRE +, sendo o processo liderado pelo ecomuseu.

6.3. Plano de Actividades

O Ecomuseu de Barroso, definiu como filosofia de trabalho, procurar sempre parcerias para organizar qualquer evento, não por razões financeiras, ou por escassez de pessoal, mas ao trabalhar em equipa, estamos a sensibilizar um conjunto de pessoas para os temas em questão.

O maior exemplo deste diálogo com a comunidade é a criação da “Comissão Local para o Património e Ecomuseu (CLPE)” que reúne de dois em dois meses como espaço de discussão e de propostas para influenciar a orientação do projecto.³¹

A CLPE é constituída por quinze pessoas, com trabalho feito na área da cultura, do artesanato, da agricultura, do turismo, do PNPG e dos desportos de montanha, que se comportam como olhos do Ecomuseu no meio da sua organização social e têm a capacidade de transportar para o ecomuseu as dificuldades e os desafios da comunidade.

6.3.1. Actividades de 2003

4 de Janeiro – “*Cantar dos Reis*” aldeia de Covelães

4 de Março – “*Carnaval de Tourém*” aldeia de Tourém

13 de Junho – “*Noite das Bruxas*” em Montalegre

Agosto – “*Malhada Tradicional*” aldeia de Paredes do Rio

11 de Novembro – “*Magusto de S. Martinho*” aldeia de Pitões das Júnias

Dezembro – “*Matança do Porco Bísaro*” aldeia de Paredes

* Actividades realizadas em parceria o PNPG e Associações locais

CCR - Registo Audio-Visual de âmbito alargado (eventos, etnografia, memória oral...)

Inventário do Património

Edição de pelo menos uma obra (ex. moinhos; alminhas; ... do concelho de Montalegre)

Edição de painéis promocionais da região

Apoio às escolas no desenvolvimento de trabalhos de Área Escola e Área de Projecto

Apoio ao Museu da Pessoa – projecto “Barroso e suas Histórias de Vida” – U.Minho

Estudo e intervenção nas Turfeiras; com a Universidade de Santiago de Compostela

³¹ Vide anexo I - CLPE

Continuação da parceria com a UTAD e com a Unidade de Arqueologia da U. Minho

Elaboração de projectos com a Comissão Local para o Património e Ecomuseu

1,2,3,4 de Maio – IV Jornadas Nacionais de Pedestrianismo

- Marcação de 6 Percursos Pedestres com cerca de 120 Km

Apoio à execução do AGRIS de Tourém – Projecto museológico da Corte do Boi

Apoio à execução do AGRIS de Pitões – Projecto museológico da Corte do Boi

Parceria com o PNPG e a Zona Agrária na elaboração do “*Plano de Acção Local –PAL*”

Núcleo Central – acompanhamento do projecto de Arquitectura e definição do projecto Museológico. Início das Obras.

Apoio aos espaços expositivos existentes: (inventário e técnicas de conservação e exposição)

- *Vilar de Perdizes; Viade de Baixo; Vila da Ponte; Barracão; Posto Experimental; Paradela; Venda Nova e Borralha.*

INTERREG em Parceria com PNPG:

* Escola da Pedra – 8 pessoas

Escola de Recuperação Ambiental e de sítios arqueológicos – 12 Pessoas

SIG – Sistema de Informação Geográfica

Central de Reservas e um gabinete de apoio aos empreendimentos turísticos

Recuperação de 5 lagares de Azeite, moinhos e pisão de Paredes

* Valorização da Via Romana e dos caminhos de Santiago

* Projecto museológico do Núcleo Central do Ecomuseu

* Projecto museológico para a Casa da Capitão de Salto e para as Minas da Borralha

Apoio ao Programa LEADER + para a Forja de Montalegre e Forno de Paredes

6.3.2. Actividades de 2004

Janeiro

Cantar dos Reis - Aldeia de Covelães

Fevereiro

Dia 13 Noite de Bruxas

Dia 22 Desfile do Entrudo – Aldeia de Tourém

Dia 24 Desfile do Entrudo – Aldeia de Vilar de Perdizes

Março

Dia 21 Percurso Pedestre GR 25.1 – com as Escolas do Concelho

Abril

Dia 10 Queima do Judas

Maio

Tratamento do acervo recolhido nas aldeias (Polo de Salto, Pitões e Tourém)

Junho

Dia 5 Grande Caminhada Ibérica – 46 Km (Conjunto de 3 circuitos a iniciar e finalizar na CMM) – Chamadas Carrilheiras de Barroso.

Dia 6 Percurso Pedestre; PR4 Trilho do Rio – 23 Km

Julho

Prova de Parapente

Encontro anual das escolas com Clube do “Ar Livre”, do Norte de Portugal

Agosto

Dia 8 Segada e malhada do centeio, com malhos – Aldeia de Paredes do Rio

Malhada do centeio, com malhadeira – Aldeia de Sto. André

Dia 13 Noite Celta / Noite das Bruxas

Setembro

Percurso Pedestre, PR5 Trilho do Rabagão

Outubro

Percurso Pedestre, PR2 Trilho do Leiranco

Exposição de Níscaros

Novembro

Magusto de S. Martinho – Aldeia de Pitões das Júnias

Dezembro

Dia 5 Matança Tradicional do Porco – Aldeia de Paredes do Rio

CANDIDATURAS ELABORADAS EM 2004

ON - CCDR-N medida 1.4:

Promoção e Valorização do Ecomuseu de Barroso – Aprovada

LEADER +:

Forja do Vilarelho, Montalegre – Aprovada em execução

Forno e Forja de Paredes do rio – Aprovada e concluída

Rede de Percursos Pedestres de Barroso – Aprovada em execução

Pisão de Tabualdela – Recusada (integrada numa candidatura INTERREG III A)

INTERREG III A: (segunda Fase)

VIAS AUGUSTAS – Via Romana – em execução (INTERREG III A – 1ª Fase)

VIAS AUGUSTAS II – Carta arqueológica

Recuperação de Património Fronteiriço

Ecologia – Centro de reintroductão de espécies, limpeza de barragens e plantaçã

Campo Lameiro – margens do Cávado, Edições temáticas, SIG e central de reservas
Couto Mixto – Sinalética turística e recuperação de património

POA :

Ecomuseu núcleo sede – aguarda parecer

AGRIS medida 7.1:

Aldeia de Fafião – Aprovada aguarda homologação

Aldeia de Sirvozelo – Aprovada aguarda homologação

Aldeia da Borralha – Aguarda parecer

6.3.2.1. Actividades relevantes

Salientamos a recuperação do Fojo do Avelar

Carrilheiras de Barroso pareceria com as caminhadas galegas de Allariz e Entrimo, encontro Luso Galaico – 50 km.

Campeonato Absoluto de Orientação em BTT - 8 e 9 de Maio, pareceria do clube montes e vales e Papaventos, decisão dos campeões Nacionais, que representarão Portugal na Austrália.

Jantar cultural – dia 4 de Junho

Noite das Bruxas e o Festival de musica Celta

Jornadas micológicas

Trabalho dos estagiários da UTAD

Os serviços educativos – parceria coma as escolas do 1º ciclo:

Vilar de Perdizes, Escola de Viade de Baixo, Escola nº2 de Montalegre, Escola de Pitões das Júnias e o Projecto do Espigueiro – Novas tecnologias, pág. Web.

Dias 17 e 24 de Junho recepção das escolas do 1º Ciclo de Esposende com parceria com turmas do 1º ciclo de Montalegre sob o tema “Rio Cávado da nascente até à Foz”.

6.3.3. Actividades de 2005

Encontro do Movimento da Nova Museologia

Feira Medieval – Sexta 13 de Maio

Pequenas edições Temáticas

Manutenção e criação de um percurso pedestre

Musealização do Núcleo sede do Ecomuseu

Musealização/equipamento do pólo de Tourém

Musealização/equipamento do pólo de Pitões

Musealização/equipamento do pólo da Casa do Capitão

Candidaturas:

Medida 1.4 CCDR – em execução

INTERREG III B – com a AdDRAT

AGRIS medida 7.1 – Borralha

Apoio em materiais para a reconstrução de moinhos, fornos e canastros, por nós seleccionados.

Actividades tradicionais:

Cantar dos Reis

Entrudo

Segada e Malhada de Centeio

Matança do Porco

Magusto

Parapente Prova Ibérica

Carrilheiras de Barroso

Festival de Música Celta

Parque de campismo

Edição do Livro – Memórias paroquiais e Antologia da Chega dos Bois

7. O Projecto de Musealização

7.1. Os Espaços Museológicos

Sendo a filosofia de acção do Ecomuseu de Barroso a valorização do património “*in situ*” em toda a extensão do concelho, sempre que isso seja possível, propomos a criação de vários pólos museológicos, com uma ligação permanente ao Núcleo Sede, representando a identidade mais específica da área em que está inserido, envolvendo sempre as populações locais, para que elas reconheçam e aproveitem as novas possibilidades de rendimentos extra às suas profissões tradicionais.

“*O museu procura fazer descobrir o património de um território aos seus habitantes e aos seus visitantes. Diversifica a oferta cultura...*”³²

7.2. A Sede do Ecomuseu de Barroso

O desenvolvimento do projecto do espaço central do Ecomuseu a instalar na zona histórica de Montalegre exige um esforço concentrado dos recursos humanos.

O Núcleo sede será instalado na envolvente do Castelo de Montalegre sendo o projecto de arquitectura da responsabilidade do Arq. Jaime Eusébio, que tem trabalhado com os técnicos do Ecomuseu no terreno e recebeu o apoio da Arq. Teresa, da Rede Portuguesa de Museus, para facilitar uma coerência entre o projecto de arquitectura e o programa museológico. Deste programa dependem as opções arquitectónicas em matéria de iluminação natural e artificial, de controlo de temperatura, de humidade e de organização dos espaços (implantação de aberturas, circuitos de visita, acessos a pessoas diminuídas físicas, revestimentos, condições acústicas, infra-estruturas informáticas, sinalética e elementos gráficos e segurança).

Foi um ano de trabalho em equipa com algumas viagens ao Porto, para sucessivas negociações com os técnicos do IPPAR, que ao contrário da imagem generalizada, sempre se mostraram muito dispostos a dialogar e abertos às nossas propostas. O projecto é um bom projecto, o local pequeno e recortado exigia uma proposta imaginativa e funcional e penso que foi conseguido. Na fase de excussão da obra, registo uma crítica ao IPPAR, não acompanha o evoluir da obra e se algo não é feito como desejavam, apenas apontam o dedo, sem terem feito uma “medicação preventiva” de acompanhamento.

³² François Sauty, pag 13.

Os objectivos gerais formulados para esta estrutura são concentrar as funções de natureza organizativa centrais com vista à dinamização e gestão do Ecomuseu de Barroso; dotar o Ecomuseu de recursos e competências necessários ao desempenho das funções de natureza científica, museológica e de comunicação/educação (interpretação e exposição) no âmbito da valorização e promoção do património do Barroso. Na perspectiva do apoio técnico a fornecer aos diferentes pólos a criar nas unidades distribuídas pelo território e da colaboração com outras instituições locais e regionais no sentido de uma qualificação das capacidades existentes e; dotar o Ecomuseu de instalações adequadas ao funcionamento do seu dispositivo de coordenação operacional e de representação institucional, designadamente, da equipa técnica responsável pela coordenação do projecto na sua fase de arranque.

A criação do núcleo sede do Ecomuseu não deverá ter por objectivos nem a centralização das funções museológicas e de gestão do património, nem a concentração nas suas instalações do acervo a constituir. Trata-se, pelo contrário, de constituir uma unidade dentro do projecto global que assuma algumas das funções de gestão, orientação e apoio técnico às inúmeras iniciativas e actividades distribuídas pelo território e pelos seus actores, em função das capacidades locais de mobilização das pessoas e da emergência de pólos de animação.

As instalações da sede do Ecomuseu de Barroso são concebidas e projectadas para responder às necessidades de implementação das actividades de estudo, documentação, preservação e reserva preventiva, interpretação do património do Barroso e orientação dos públicos, para o conhecimento deste território, gestão e apoio técnico, especialmente vocacionado para o suporte o funcionamento dos pólos museológicos e de actividades integrantes do Ecomuseu.

Os edifícios e instalações do núcleo sede do Ecomuseu estão organizados segundo três categorias de espaços:

- *Espaços públicos*: acessíveis a todos, sem restrições, segundo um regulamento a estabelecer e a fazer cumprir, onde sejam estipulados designadamente os preços de entrada e os horários de acesso;

- *Espaços semi-públicos*: acessíveis a pessoas do exterior sujeitos a modalidades prefiguradas, incluindo, marcação de visitas guiadas, seminários, estudos ou investigações, animações organizadas (escolares e outras), para outras prestações de serviço, etc.;

- *Espaços privados*: acessíveis exclusivamente aos membros da equipa ou a pessoas autorizadas (políticos, pessoal dos serviços municipais, investigadores, colaboradores ou prestadores de serviços, etc.).

Neste projecto considera-se que deverão fazer parte das várias categorias de espaços as seguintes componentes:

- *Espaços públicos*: os espaços exteriores entre os edifícios (que serão objecto de tratamento paisagístico), a recepção e átrio de entrada, incluindo serviços (balcão de venda de bilhetes, bengaleiro, W.C., outros), a sala ou espaço de audiovisual, o circuito de exposição e a sala de exposições temporárias, a loja turística, o centro de informação e o parque de estacionamento.

- *Espaços Semi-públicos*: sala pedagógica, sala de reuniões, sala de inventário do património, reservas.

- *Espaços Privados*: gabinetes, atelier de montagem e manutenção, recepção para elementos de exposição, ateliers gerais (técnicos, de construção e de conservação).

Propomos um circuito permanente de exposição em que o seu conteúdo deverá ser actualizado e evolutivo, com revisões eventualmente anuais, em função da avaliação da sua eficácia e da evolução do próprio projecto do Ecomuseu no seu todo. Neste sentido, as soluções expositivas e museográficas não deverão ser nem demasiado rígidas nem demasiado onerosas, de modo a viabilizar as alterações pretendidas.

Relativamente aos conteúdos museográficos a inserir na exposição permanente, não se pretende com a exposição tratar o Barroso de forma exaustiva, temática ou sintética. Pressupõe-se, de acordo com os princípios de construção do Ecomuseu, que seja o próprio território a integrar as suas colecções, pelo que é necessário visitá-lo e usufruí-lo. Para além disso, os diferentes temas com interesse serão abordados quer nos pólos territoriais, quer em exposições temporárias, quer em actividades complementares à exposição permanente, como podem ser alguns suportes audiovisuais, conferências, debates e publicações.

Neste sentido, partimos dos seguintes elementos preliminares para trabalhar o discurso expositivo e as soluções museográficas da exposição:

Painel da escadaria: o objectivo central da mensagem é a tomada de conhecimento do Barroso com base numa apresentação cartográfica de qualidade, uma dimensão entre os 4 e os 6 metros de altura, com a informação a constar será relativa às paisagens, aos sítios mais importantes e da multiplicidade de pólos territoriais, assim como das entradas e saídas do território.

Sala dos cinco sentidos – Dedicada à descoberta sensitiva do Barroso, através dos 5 sentidos, designadamente:

- Visão, através de audiovisuais curtos e interactivos (da paisagem natural e humana);
- Audição, por gravações de vozes, pequenos contos, dos sons dos animais, dos barulhos das cascatas e rios, do barulho do vento, dos teares, das alfaias agrícolas;

- Tacto, pelo toque de amostras de pedra e de terra, de folhas, de tecidos naturais;
- Gosto, pela prova de pequenos pedaços de fumeiro, de frutas da época, da batata;
- Olfacto, através da oferta de cheiros característicos, flores de montanha, ervas aromáticas, fumo;

Este conjunto de elementos /informação sensitiva deverá inserir-se numa exposição de fotografias e de objectos representativos do habitat, da vida quotidiana, das tradições, do ambiente, da religião, do clima, etc., dispensando um discurso pedagógico, mas apelando à imaginação dos visitantes e fornecendo dimensões variadas do território.

Sala de orientação – Será uma espécie de central de encaminhamento, onde o visitante poderá escolher o que pretende fazer para descobrir o Barroso, para percorrer a região, para conhecer: - escolha do modo de transporte (carro, bicicleta, marcha, individual ou em grupo, acompanhado ou não), escolha do destino e do tempo de visita, detalhes sobre os diferentes sectores oferecidos à visita, etc.

O objectivo será fornecer informação suficiente de modo a suscitar nos visitantes o desejo de conhecer melhor e permitir a escolha, mas sem se tornar exaustivo. Esta área expositiva será, sem sombra de dúvidas, a que maior flexibilidade deverá ter, uma vez que a oferta apresentada deverá mudar sistematicamente a par da evolução e do crescimento do Ecomuseu.

As informações dadas nesta sala de orientação poderão ser aprofundadas com material disponível na loja, incluindo guias, cartas/mapas e publicações, que se destinem igualmente a apoiar as visitas no terreno.

Sala do simbólico – Dedicada à compreensão das componentes simbólicas da região do Barroso, da sua cultura e das suas gentes, dos seus modos de vida.

Esta sala poderá utilizar o “léxico” do território e da população como um dos elementos de identificação e interpretação dessa dimensão, para além de outras formas de linguagem (imagens, objectos, música).

Esta parte da exposição apela a uma grande participação das competências locais. A compreensão das tradições (vida comunitária, forno do povo, as crenças, as festas, etc.), das relações pessoais e familiares, das actividades económicas de base (a pastorícia, o fumeiro, as produções agrícolas, etc.), das particularidades linguísticas, de outras manifestações sociais como o contrabando, a emigração, a bruxaria, a água e a serra poderão ser exploradas através de diferentes formas de linguagem.

A concepção e produção desta exposição, na sua globalidade, deverá envolver um grupo de trabalho que associe profissionais com voluntários, no sentido de chegar a um programa detalhado, incluindo cenário museológico e sua posterior execução.

A concepção e produção da exposição permanente, incluindo estes vários espaços, deverá entrar em consideração com a diversidade de público-alvo a que se destina. Teremos neste núcleo central do Ecomuseu fundamentalmente quatro grandes segmentos de público, com motivações, interesses e capacidades de interpretação diferenciados:

- o público escolar, que em princípio vem acompanhado por alguém que assume um papel de intermediação em relação à exposição e que, abarca motivações e interesses muito diferentes em função do seu grupo etário;

- a população do Barroso, que vem principalmente para ver o que lhe pertence, que tem facilidade de apreensão dos códigos presentes, de interpretação dos objectos, com motivações essencialmente voltadas para o acompanhamento de amigos ou para a busca de momentos de convívio, de recordação e de sociabilidade;

- os visitantes portugueses, que dominam alguns dos códigos presentes na exposição;

- os visitantes estrangeiros que não possuem qualquer conhecimento desses códigos, não dominam a língua e que vêm essencialmente por motivos turísticos.

Destes quatro segmentos aqueles com quem, à partida, poderá ser mais difícil o diálogo são os dos visitantes portugueses e estrangeiros. Colocam-se dois tipos de problemas, na escolha das imagens e na escolha dos textos explicativos. O texto deverá ser sobretudo orientado para os visitantes portugueses, que dominam a língua. A apresentação audiovisual a inserir no início do percurso da visita deverá ser orientada especialmente para os visitantes estrangeiros e, por isso mesmo, ter como objectivo central a divulgação e promoção turísticas.

Há outros espaços públicos que devem ser pensados como complemento à visita da exposição permanente, mas igualmente com a possibilidade de se aceder a eles sem ter necessariamente de se fazer a visita dessa exposição de introdução do Barroso.

Inclui-se neste grupo de espaços públicos os seguintes:

Espaço audiovisual – Esta sala (ou área), que fica situada na proximidade da entrada e do acolhimento do Núcleo central, deverá ser orientada para diferentes segmentos de público e diferentes utilizações. Deverá estar equipado com tecnologias audiovisuais e multimédia modernas e deverá ser dotado de um isolamento acústico bem adequado face ao interior e ao exterior.

Preferencialmente será destinada aos visitantes exteriores, portugueses e estrangeiros, que têm necessidade de uma iniciação ao Barroso ou que desejam aprofundar um tema particular; é necessário dispor de produtos audiovisuais multilingues e ter uma articulação estreita com a mediateca do museu e com outros equipamentos ou instituições municipais ou locais.

Será utilizada por grupos escolares e de estudantes, com sessões formativas ou ainda para os habitantes (pessoas/recursos, membros dos grupos locais), para o conhecimento geral do território, para a apresentação de certas partes desse território ou para ver alguns documentos audiovisuais específicos.

A programação desta sala audiovisual deve cumprir um esquema que permita uma utilização partilhada pelos diferentes segmentos de público, sem problemas de sobreposição de interesses e concorrência.

A utilização que se pretende vir a fazer do audiovisual como suporte de informação e de interpretação neste núcleo central do Ecomuseu, exige, desde já, um esforço na realização de alguns produtos ou na eventual aquisição (por exemplo, o filme realizado em Tourém sobre o ciclo do linho, o filme de Per-Uno Agren sobre os sistemas de drenagem-irrigação dos lameiros, o Boi do Povo), no sentido de poder dispor de material no momento da inauguração.

Sala de exposições temporárias – Será destinada a exposições temáticas ou itinerantes.

Loja Turística – Será destinada à venda de produtos do Ecomuseu, do Barroso e dos seus artífices; espaço que deverá ter acesso livre.

Centro de informação e comunicação – Tem uma concepção mais ampla que um posto de informação ao visitante, especialmente de natureza turística, podendo abranger o apoio a diferentes segmentos de destinatários:

- os visitantes, que procuram informação de natureza especialmente turística, incluindo informação sobre alojamentos, restauração, transportes, horários dos serviços, eventos, informação esta que extravase a informação mais cultural oferecida pelo Ecomuseu;

- a população local, que poderá dirigir-se a este centro para se inteirar das actividades do Ecomuseu, das oportunidades que este lhe oferece em matéria de actividades, de escoamento de produtos, de participação em actividades culturais e de valorização do património, ou ainda, para obtenção de informações sobre programas e projectos que favoreçam a sua actividade e lhes facultem oportunidades de uma participação no processo de desenvolvimento económico e social do concelho;

- os correspondentes de fora, que podem, via Internet, comunicar com o Ecomuseu no sentido de acompanharem as actividades e projectos em curso ou de oferecerem informação sobre outras experiências.

O programa deste núcleo central admite a integração de actividades monitoradas e orientadas pelos serviços do Ecomuseu, designadamente de natureza educativa e pedagógica. Nesta medida entende-se que o espaço mais importante seja:

A *sala pedagógica* para acolhimento de grupos de visitantes, na sua maioria grupos escolares, mas também grupos organizados. A sua capacidade máxima deverá permitir a instalação de cerca de 25/30 pessoas, com flexibilidade para funcionar em formato de sala de formação ou de auditório, com equipamento audiovisual e multimédia, incluindo um écran, podendo incluir acções de formação em oficina de trabalho (exemplos como no campo do artesanato).

A *sala de documentação* que deverá ser dotada de equipamentos informáticos e multimédia adequados e de mobiliário de armazenagem de documentos (papel, fotos, filmes, cassetes, etc.), com acesso previsto a investigadores e colaboradores do Ecomuseu que poderão aí trabalhar e aceder à informação documental existente em suporte de sistema de bases informatizado;

Haverá espaços privados destinados ao funcionamento normal e quotidiano do Ecomuseu, que não se limitando ao funcionamento do seu núcleo central, são reservados à sua equipa técnica e aos seus colaboradores temporários ou permanentes. É o caso dos *gabinetes* e outras dependências a eles associadas, da *reserva* de objectos de pequena dimensão e da *oficina*.

7.3. Pólo Museológico – Casa do Capitão de Salto

É uma grande casa Senhorial antiga, em granito, que foi adquirida pela Câmara Municipal de Montalegre, depois de ter sofrido um grande incêndio e ter ficado abandonada durante alguns anos. Este edifício pertenceu ao Capitão da Aldeia, digníssimo representante da autoridade e do poder, a nível local.

Este espaço teve uma reconstrução atribulada, devido á dificuldade de reconstrução que foi apresentando, devido ao incêndio que tinha danificado mais do que esperado a estrutura do edifício. A primeira empresa, da aldeia de Salto pouco mais fez do que destruir o existente e reconstruir de forma tosca e atabalhoada algumas das paredes em granito. A segunda empresa que pegou na obra, é do concelho de Valpaços, tentou terminar o que já tinha começado mal e a nível de acabamentos também não foi muito feliz, especialmente a colocação de uma grande clarabóia que ainda ninguém conseguiu que vedasse a água da chuva.

Estando a obra praticamente terminada surgiu o desafio do Sr. Presidente da Câmara ao Ecomuseu, para apresentar uma proposta de utilização deste espaço. O local era bonito

mas as deficiências de construção eram demasiado evidentes para uma ocupação museológica. Mas algo teria de ser feito e com estas condições maior era o desafio.

Os técnicos do Ecomuseu combinaram uma reunião com o Vice Presidente e vereador da cultura que é também morador da aldeia de Salto, para em conjunto desenharem uma proposta de utilização. Surge mais uma dificuldade, o Sr. Vereador sonhava criar um centro cultural, com uma decoração mais pessoal e regional.

Depois de apresentadas as diferentes expectativas de uso do espaço, e já com o apoio de um Arquitecto que teria de resolver as diligências da casa, o Sr. Presidente decide pela proposta de criação de um Pólo do Ecomuseu, na senda do projecto do núcleo sede.

A Casa do Capitão será um museu que disponibiliza aos seus visitantes um conjunto de serviços, que fará com que eles façam as pazes com este espaço. A recepção estará ligada em rede com o município e permitirá pagar a água e os saneamento aos munícipes, tem um gabinete para que o Vice Presidente possa fazer atendimento ao público uma vez por semana, uma pequena biblioteca e um auditório para visionamento de filmes do ecomuseu ou reuniões de trabalho. Os restantes espaços permitem um percurso museológico coerente. No rés do chão ficam as alfaias agrícolas de grande porte, que permitiam o cultivo da terra, na galaria de acesso ao auditório evocamos as minas de volfrâmio da Borralha, no piso superior apresentamos o pau e os seus diferentes usos, no dia-a-dia. A sala maior tratará os ofícios (artes e saberes) bem como o tema do pastoreio e da raça autóctone Barrosã. Esta fará a ligação do tema dos cereais á grande cozinha tradicional que é indispensável nestas casa. O percurso não ficará completo sem evocar o D. Nuno Alves Pereira, que tanto tempo calcorreou estas terras, treinando as suas tropas no monte da corneta, aqui tão perto. Todos estes saberes poderão ser reflectidos degustando os sabores locais, na cafetaria do museu, que tem ao seu dispor os chás de ervas medicinais e os licores, as compotas caseiras, o pão centeio e o fumeiro de Barroso.

7.4. Pólo Museológico de Pitões das Júnias

Será instalado na antiga corte do boi, lugar onde eram guardados os dois Bois do Povo. Esta era uma das poucas Aldeias que tinha possibilidade para manter dois bois, um para garantir a descendência das vacas limpas (fêmea que nuca abortou) e outro para as vacas estragadas (vacas que já abortaram), e ambos defendiam a honra da aldeia nas tradicionais “chegas dos bois”.

Esta valorização integra-se num plano mais vasto de recuperação de alguns espaços da aldeia, financiado pelo programa comunitário AGRIS medida 7.1, na qual alguns privados obtêm ajuda para a requalificação de fachadas, caixilharias e telhados.

Nos espaços comunitários, pretendemos requalificar o forno da aldeia que irá dar apoio a uma padaria de Pitões, o canastro, o moinho no largo do eiró e o percurso pedonal para o Mosteiros e para a capelinha de S. João da Fraga. Na corte do Boi ficará instalado o pólo do Ecomuseu, com as seguintes temáticas: A pastorícia em regime extensivo, a agricultura de montanha, o boi do povo, o lobo ibérico e o Parque Nacional da Peneda Gerês. O inventário do Património imóvel foi inventariado durante três meses, por uma estagiária de Antropologia, no Ecomuseu. Está também, a ser feito o programa museológico do pólo sendo feito o registo de algumas peças particulares, que têm interesse para o museu. Este pólo terá uma pequena loja de produtos da terra e de artesanato local, que se pretende que seja um ponto de divulgação e de rentabilidade, ficando uma pequena percentagem para os gastos de funcionamento do espaço. As entradas terão um pequeno valor, mais para controlo de entradas, que poderá não ser pago desde que os visitantes sejam convidados de um habitante da aldeia e que seja ele próprio a acompanhar a visita.

Nos meses de maior turismo, haverá uma pessoa permanente, nos restantes meses as visitas serão marcadas previamente e acompanhadas pelos técnicos da sede.

7.5. Pólo Museológico de Tourém

O espaço comunitário escolhido para a instalação do pólo é a corte do Boi do Povo, antiga casa de colmo, abandonada, faz já algumas dezenas de anos. Este projecto está, também enquadrado no âmbito de AGRIS 7.1.

Nesta aldeia de fronteira, onde o comércio atinge uma expressão de muito peso na economia da aldeia, as temáticas a tratar diferem um pouco, do habitual. Será tratado o tema da fronteira e das suas implicações, do contrabando, da presença dos guerrilheiros anti-franquistas, dos casamentos ibéricos, do couto misto e do imenso património natural existente, especialmente aves na barragem de Sallas.

O inventário do património imóvel, foi realizado pelos estagiários de Antropologia da Universidade de Trás-os-Montes, Paula Alves e Victor Chaves, que durante três meses viveram nesta aldeia, acompanhando pastores, visitando todas as casas, gravando histórias, registando saberes, que a memória vai atraindo cada dia, recordando histórias de vida de uma relação difícil com a fronteira e a pobreza.

Os pólos do Ecomuseu de Barroso estarão ligados em rede ao núcleo sede, fazendo este a gestão dos mesmos, marcando visitas, acompanhando grupos, dando sequência ao inventário do património. A sede e a casa do Capitão estarão permanentemente abertos por causa dos serviços municipais que disponibilizam. Os restantes, apenas abrem ao fim de semana e feriados, e permanentemente apenas nos dias de verão (Julho a Outubro) assumindo a Câmara os encargos financeiros. As restantes visitas serão marcadas com antecedência e poderão ter o acompanhamento dos técnicos da sede ou requisitar guias dos pólos.

Também este espaço terá uma área - loja rural, para os habitantes locais poderem expor e vender os produtos da terra e ajudar à dinamização do museu e ao financiamento dos gastos correntes.

Importa salientar que esta aldeia está a fazer uma recuperação das habitações, de forma exemplar, tornando-se a aldeia mais bem conservada do concelho, motivo suficiente para que haja investimentos avultados, como é o caso do Hotel rural “Casa dos Braganças” e futuramente uma nova residencial.

8. Pólos a desenvolver no futuro

8.1. O Castelo de Montalegre

Mandado construir no ano 1273 por D. Afonso III, sofreu rudes ataques na defesa da região, sendo parcialmente destruído algumas vezes. É uma construção com quatro torres, de diferentes alturas, ligadas entre si por robusta muralha, conhecidas por torre de "menagem", "furada", do "relógio" e "pequena". A torre de "menagem", a mais alta, do lado Norte, de planta quadrada, é rematada por ameias pentagonais, e o andar superior rodeado por mata-cães e alongadas mísulas. O interior, com acesso através de uma porta elevada, tem quatro pisos, três deles em soalho e o terceiro assente em interessante abóbada de cantaria de granito. A torre "furada", também chamada de "Torre da Rainha", mais baixa, do lado Sul, de planta quadrada, tem acesso através da "praça de armas", e uma porta ao nível do adarve mas sem comunicação com o mesmo. Tem algumas frestas e é rematada igualmente por ameias pentagonais. As torres do "relógio" e "pequena" só têm acesso através do adarve e são constituídas por um único espaço interior de forma rectangular. A muralha, simples, com adarve (reconstruído) descoberto, tem uma porta a nascente e configura a "praça de armas" de forma circular, onde se abre uma cisterna, bastante profunda, com acesso através de uma escada que se desenvolve no seu perímetro. Circundavam o castelo duas linhas de muralhamento, com fossos, hoje entulhados. Junto à torre de menagem, existem ainda vestígios de duas barbacãs.

Este Castelo encontra-se em fase de consolidação de estruturas internas para albergar, posteriormente, nas duas torres maiores duas exposições: uma sobre a história da Vila de Montalegre e uma outra sobre a arquitectura militar e a história do próprio Castelo. Pena é que este Castelo não seja o local escolhido para uma exposição arqueológica representativa do deste concelho, desde os marcos milário da Via XVII, alguns exemplares do tesouro de moedas romanas do baixo Império até aos torques de ouro e materiais recolhidos nos diversos castros.

8.2. Museu da Música e dos Cantares Populares / Museu da memória

Pretende-se construir um pequeno auditório, e centro de investigação e recolha de património musical (cantares ao desafio, bandas musicais, cantigas de lavoura, musicas de raiz Celta), no novo edifício que vai ser construído para a escola de música da Banda de

Parafita. Este projecto será desenvolver na aldeia de Parafita, com o apoio da Banda Musical de Parafita ou em Pitões das Júnias com o apoio do grupo de Gaiteiros. O auditório servirá para os ensaios do grupo e para pequenas actuações locais e o centro de investigação e recolha servirá para compilar a história do grupo e da música do concelho.

Pretendemos com este desafio despertar a sociedade local, para a necessidade urgente de compilação e recolha de muitas das canções de trabalho e histórias ditas nos fornos comunitários e às lareiras, que todos os dias nos desaparecem e se tornam mais distantes. Queremos que este espaço tenha todas as condições de gravação e tratamento de som, que qualquer espaço de recolha da memória necessita.

8.3. Centro de Interpretação Arqueológico

Pretende-se criar um Centro de Interpretação Arqueológico junto ao Castro de Codeçoso, na Venda Nova, devido ao seu estado de conservação e à sua proximidade com a Via Romana, que neste momento se encontra submersa, nesse local, pelas águas da barragem da Venda Nova. Este local terá um trabalho de limpeza e valorização e servirá como de “Porta de entrada” no concelho de Montalegre, de quem se desloca de Braga, pela estrada nacional (EN)103, fazendo uma breve abordagem do grande projecto do Ecomuseu de Barroso e estará sempre em ligação com o Núcleo Sede - Montalegre

Um outro centro de interpretação arqueológico será valorizado na Aldeia de Vilar de Perdizes, onde se situam diversas gravuras rupestres, penedo de Ramezeiros, penedo de Caparinho, altar de Penascrita, pegadas da burrinha e onde as sucessivas escavações arqueológicas têm revelado achados de grande valor. Os últimos achados foram dois moinhos e um pequeno vaso, do paleolítico superior. É um local que pelas suas características permite fazer a reconstituição da ocupação deste espaço desde . á milhões de anos.

Serão expostas as moedas encontradas nas escavações arqueológicas e as 1000 moedas romanas do Baixo Império adquiridas pela Câmara Municipal de Montalegre e os machados de Bronze encontrados na aldeia de Solveira, datados de cerca do ano 1000 a.C. e se possível a cista, vaso com 4000 anos, bem como os torques de ouro, actualmente no museu nacional de arqueologia, no Mosteiro dos Jerónimos.

Os monumentos arqueológicos, podem revelar a cultura, sociedade, economia e os aspectos religiosos na região da história que nos antecede. Assim, deve-se proceder à escavação de certos monumentos, como a cidade de Grou, o Castro de Codeçoso na Venda

Nova, no Castelo de Montalegre e as Mamoas da Veiga de Montalegre e do planalto da Mourela, começados a pesquisar há mais de um século e justificando actualmente uma revisão.

Devem ser realizadas escavações, em diversos lugares, nomeadamente no Castelo Roqueiro do Juríz e na aldeia anexa, entre outros sítios que se revelem pertinentes. As gravuras rupestres, santuários de ar livre, castros, castelos, necessitam de uma intervenção no sentido da sua investigação e preparação para receber visitantes.

A arqueologia é uma ciência de investigação que se baseia em aspectos das ciências sociais e físicas. Para melhor se conhecer a história de Montalegre, é necessário a criação de uma unidade de investigação, que vá recolhendo os vestígios e efectuando escavações de emergência e outras devidamente programadas. Assim dever-se-ia criar um Gabinete de Arqueologia para funcionar como uma unidade local em inter-relação com universidades e museus nacionais e regionais.

Um outro aspecto de grande valor para um melhor conhecimento do património local seria a limpeza e sinalização da Via Romana que ligava *Bracara Augusta* a *Aqua Flavia*, hoje Braga e Chaves, apontando para pequenos pólos de interesse e manchas de valor natural e cultural, e Marcos Miliários existentes. Este trabalho está já a ser realizado com o apoio financeiro do INTERREG III A – VIAS AUGUSTAS, cujo chefe de fila é Astorga.

Seria também importante a criação de circuitos arqueológicos, valorizando o traçado da Via Romana e os diversos elementos patrimoniais que existem de um passado longínquo.

Para uma melhor sistematização da informação e gestão do património será fundamental a criação da carta Arqueológica Municipal, cujo aspecto mais significativos será o conhecimento e a localização dos sítios, para assim melhor se poder actuar em termos de protecção desses locais. O conteúdo dessa carta deveria verter para o Plano Director Municipal, para assim poder ter valor legal.

8.4. Museu das Crenças Populares

Antes de mais, importa esclarecer que o uso do termo “crenças” está aplicado no sentido do acreditar popular, num crer pela experiência feita ao longo dos anos, embora nada ou muito pouco esteja provado cientificamente. Não é usado na perspectiva da fé cega e subserviente, pelo consumidor dependente de bruxarias e adivinhações que muito pouco ajudam quem a si recorre, mas aumenta de forma considerável a conta de quem encarna esses papeis de representação.

A farmacopeia popular, com os curandeiros e plantas de virtude, podem constituir um núcleo museológico só dedicado a este tema, pois os Congressos de Medicina Popular, organizados, na aldeia de Vilar de Perdizes pelo Padre Lourenço Fontes, têm ganho muitos adeptos nos últimos anos. O congresso tem o apoio do Município de Montalegre, que nos últimos anos tem sido pressionado para atribuir a organização do Congresso, ao Ecomuseu, para que seja possível que da apresentação livre dos temas, haja uma análise séria e de toda a discussão sejam editados todos os anos uma separata com as conclusões a que se vai chegando, para que se vá fazendo saber.

Uma outra ideia, que ajudaria a credibilizar o congresso seria arranjar um espaço, e o mais indicado passaria por um acordo com o proprietário do Paço, pelas características únicas deste edifício e pela existência da botica, dos caminhos de Santiago situada bem no coração deste conjunto arquitectónico invejável, para instalar o tão desejado museu. Este museu pouco mais seria que revitalizar a antiga botica.

Vilar de Perdizes necessita de uma forte reabilitação urbana, pois a imagem que foi transmitida pelos meios de comunicação social, desilude qualquer visitante pelos caos urbanístico da aldeia. Uma forte arborização parece ser a solução mais viável para o enquadramento das construções de diferentes tipologias, volumes e formas.

A necessidade de abrir grandes espaços públicos é inquestionável, para que a grande afluência de visitantes não impeça normal fervilhar da vida agrícola, ainda tão arreigada nesta aldeia de fortes tradições de contrabando. O tema do contrabando reúne aqui todas as condições para ser tratado e estudado, mas dado que o Pólo de Tourém estará mais vocacionado para este tipo de relações de fronteira, ficará com a responsabilidade de congregar toda esta memória.

8.5. Museu do Tempo

A aldeia de Travassos do Rio, é uma aldeia com um grande interesse arquitectónico, sendo aqui que estava previsto inicialmente o Museu do Tempo. Tendo em conta o avançado estado de degradação da casa escolhida, este edifício será encaminhado para turismo em espaço rural.

Nesta aldeia pretende-se musealizar uma “Casa Típica” do Barroso, de uma família de lavrador e uma moagem de cereal, o moinho - com uma sala temática sobre o tempo, o

fabrico do pão no forno comunitário. Junto do moinho e ocupando parte dele, previa-se colocar uma exposição demonstrativa do ciclo do pão, desde o cereal ao fabrico do pão.

Seria um local de passagem obrigatória no âmbito do percurso do pão que se pretende implantar, em conjunto com as aldeias vizinhas de Covelães e Paredes do Rio onde a Associação local, todos os anos sega e malha o centeio de forma artesanal, transformando esses dia em motivo de forte atracção turística e grande dinâmica local.

Nesta actividade tradicional, vivida pela população da aldeia, não há representações, há sim um povo que volta a encontrar com a sua história, com o seu passado, que revive os seus saberes e tem imenso orgulho em os ensinar aos mais novos e aos visitantes. Sobressai, nestes dias o valor do sentido de festa, do lúdico em si mesmo, como momento de libertação das regras rígidas do antigo comunitarismo, por vezes severo e violador do gosto própria e mesmo da privacidade familiar.

A recolha de imagens, foto e vídeo, da região e especialmente destes recortes da vida tradicional, torna-se urgente a elaboração um filme genérico e explicativo do Ecomuseu e de diversos filmes temáticos.

8.6. Museu do Espaço

No Museu do Espaço, pretende-se recorrer-se às mais modernas técnicas de intervenção museológica e museográfica, tal como estava inicialmente previsto, em que toda a região será sinteticamente interpretada, e sinalizados todos os seus motivos de interesse nas suas mais diversas áreas. Assim, quer a rede de trilhos interpretados (históricos, arqueológicos, naturais ou de descoberta da natureza), quer a gastronomia regional, o artesanato, a própria vida económica no seu todo, entre outros aspectos, aqui seriam sistematizados, esclarecendo e remetendo os visitantes interessados à descoberta de todas as situações.

Desejamos conseguir, muito em breve georeferenciar todo o património e todos os pontos de interesse, para que possamos disponibilizar guias electrónicos, as PDA com GPS, para que os visitantes possam escolher a rota que mais lhe interessa e na tranquilidade da sua família ou ao ritmo do seu grupo, possa ir recebendo toda a informação disponível. Estes equipamentos poderão ser adquiridos nos hotéis ou residenciais, quer do concelho quer fora dele e garantir a permanência dos visitantes por mais tempo.

O Museu do Espaço e do Tempo, está intimamente ligados às estruturas de interpretação em utilização e às estruturas fora dela, pois este conjunto de estruturas em harmonioso

funcionamento e não individualmente, irão valorizar, dinamizar a história da região e a economia.

Pretende-se fazer um filme sobre a evolução geomorfológica, geologia e da tectónica do Barroso e o seu enquadramento no Noroeste Ibérico, para a sua inclusão no Museu do Espaço.

8.7. Casa do Fumeiro

Pretende-se que a Câmara Municipal venha a adquirir uma casa típica da região, com uma construção tradicional, possivelmente em Cambeses ou Travassos da Chã, para aí instalar uma sala temática dedicada ao fumeiro da região. A casa barrosã será musealizada, como garante de preservação da forma de vida deste povo.

Sendo a qualidade do fumeiro, actualmente, um dos *ex-libris* promocionais deste concelho, vendendo na feira anual do fumeiro mais de 50 toneladas, o desafio está em criar condições para que durante o ano este produto de qualidade possa ser vendido e ajude a rentabilizar este pólo museológico.

Na sala do fumeiro (junta á lareira) poderá ser facultado ao visitante uma prova de fumeiro acompanhada de pão centeio e vinho maduro para acompanhar. Este espaço seria uma verdadeira tasquinha, onde apenas se dava a provar o fumeiro da região, abrindo, assim o apetite dos mais gulosos para carregar os sacos para a viagem.

Este investimento teria, ainda mais duas vantagens, por um lado permitia a divulgação do saber fazer ancestral do fumeiro de barroso e por outro possibilitava às pessoas que não têm um espaço para fumar as carnes, que o utilizassem sem impedimento.

8.7.1. A Gastronomia

A gastronomia é uma das mais valias desta região pela qualidade dos produtos aqui produzidos. O serviço não corresponde à qualidade dos alimentos que aqui são confeccionados, pelo que a formação profissional nesta área é fundamental, para dar resposta às exigências de um fluxo turístico de qualidade.

Sopa: Caldo do Lavrador, Sopa de Pedra, Sopa de Ortigas

Peixe: Truta da pinta vermelha (do rio) e Truta Salmonada da Albufeira

Carne: Javali com Batata Cozida, coelho e perdiz do monte, Cozido à Barrosã, Vitela do Barroso (a posta e o churrasco), Presunto e qualquer prato de enchidos

Doces: (É Sazonal) Doce de Cabaça com amêndoas

Vinho: Como se compra é do melhor.

A restauração tem, sem dúvida, uma perspectiva de investimento com maior margem de sucesso, com boas possibilidades de ainda crescer. Embora sintamos uma grande dificuldade, para estruturar a oferta da restauração, homogeneizando serviço, as ementas e os preços, isto devido ao facto de os donos dos restaurantes terem outras profissões e não viverem exclusivamente do resultado obtido no restaurante. Uma outra dificuldade sente-se durante a realização dos grandes eventos, em Montalegre, pois os restaurantes não têm capacidade para sentar muita gente e servi-la bem, não se aproveitando, na hora de pagar.

Sendo o turismo gastronómico um grande vector do turismo local, tem havido um grande empenho na valorização dos produtos regionais, com a realização de grandes eventos gastronómicos como a Feira do Fumeiro e presunto do Barroso, Festival Gastronómico do Cabrito, Feira da Vitela dos Lameiros de Barroso, Feira da Batata e do pão centeio, Feira do Prémio do Gado Barrosão, Maronês e Mirandês e feira Agro-Barroso numa realização bianual.

Uma das medidas que se pretende implantar é a valorização dos produtos locais, com a certificação da vitela dos lameiros do Barroso, o cabrito e os fumeiros, com uma denominação de origem. Esta aposta, está integrada em acções de organização de exposições, melhoria da embalagem e da imagem do produto.

Nas aldeias havia geralmente em cada uma delas uma mercearia local, que fornecia os alimentos complementares à corte, à horta e à seara. A recuperação das mercearias de aldeia é uma forma de revitalizar o espaço rural, transformando-as em lojas de tradição, continuando com a função de comercialização dos géneros de apoio à população, com a comercialização de produtos locais e fornecimento de pratos da gastronomia tradicional, articulados com os percursos temáticos a desenvolver no concelho. O turismo será assim um elemento de suporte de um estabelecimento comercial rural.

Esta mudança de venda tradicional para loja de tradição implicará atender um novo público muito mais exigente em termos de higiene e segurança no trabalho, gastronomia, atendimento e comercialização. Assim será necessário implementar pequenos cursos de formação nestas áreas.

A criação de rotas temáticas, designadamente a rota do pão, que englobará os moinhos de cereais, os fornos, os campos de cultivo de cereais e as comidas á base de pão (pão de

centeio, sopas de burro cansado, açorda de presunto, alheiras e as águas de unto) serão também uma forma de promoção destas pequenas lojas de tradição e dos restaurantes que têm vindo a abrir um pouco por todo o concelho.

Os excursionistas e grupos com menores recursos económicos trazem por vezes os seus farnéis, pelo que será importante a criação de novos parques de merendas, em locais de acesso rodoviário como o Parque da Corujeira e a variante do Rio Cávado..

8.8. Museu da Terra

Com a criação do Museu da Terra, no local do antigo posto experimental agrícola, com forte expressão nas pessoas, nas culturas, nos animais e sobretudo na evolução das alfaías agrícolas. Este espaço apesar de magnífico pela sua paisagem, tem todo um ambiente agrícola que convida à musealização, não cristalizada mas numa dinâmica de eventos cíclicos representativos da verdadeira cultura Barrosã.

Interligando com este museu serão criados sítios musealizados, todos eles relacionados com as lides do mundo rural, reactivando-se deste modo práticas que cada vez mais vão sendo esquecidas.

Será, também neste local paradisíaco que se irá manter genuína as raças autóctones Barrosã, do porco bísaro, do garrano e do burro mirandês. Pretende-se que estes animais sejam de raça pura e que a sua reprodução, além de benefício para o Ecomuseu, sirva para a promoção das espécies por todo o concelho.

8.9. Forno e Forja de Paredes de Rio

O Forno e a Forja de Paredes do Rio, foi recentemente vendido, pela família Gil à Associação Social e Cultural criada na mesma aldeia, para que esta o reconstrua e o devolva ao povo que ainda o usa.

Este forno é o símbolo da vida comunitária, concentrando em si histórias de acordos entre o povo e a família do Gil. Recorda muitas noites em que abrigou “os da volta”, o que originou o incêndio que o destruiu dando origem à cobertura em lousa. Foi testemunha de muitas expressões de saber e sobretudo de saber fazer que só perpetuadas em vídeo nos deixa a esperança de não as perdermos completamente.

O Ecomuseu de Barroso em conjunto com a Associação Cultural de Paredes promoveu uma candidatura ao programa de financiamento LEADER + para a sua reconstrução imediata, pois é um forno que ainda serve a população da aldeia.

8.10. Forja de Montalegre

A Forja do Bilarelho é um dos projectos mais interessantes pelo facto de ser um local de trabalho, com todas as ferramentas ainda em uso e que, o proprietário se disponibiliza a ordenar (musealizar) o espaço continuando a laborar e disponibilizando-se a receber qualquer tipo de visitantes.

O actual proprietário é o Sr. Fernando Xavier Carvalhal. Nasceu e mora no piso superior da forja. Desde criança que ali trabalha, embora tenha mudado de profissão, ficou sempre a trabalhar na forja, de modo subsidiário. O seu apego ao local faz com que comprasse o edifício aos seus irmãos.

Foi o seu pai que construiu a forja, era ele o ferreiro da zona, fazia arados, foices, foicinhos e outras “ferramentas da lavoura”.

O equipamento técnico da forja é constituído por malho- pilão que serve para “bater o ferro”, sobretudo para bater o “ferro grosso”, como é exemplo o ferro dos arados (o ferro dos arados era a peça que o actual dono mais gostava de fazer e continua, ainda hoje, a fazer).

Este malho-pilão que foi comprado, já usado no Alto da Lixa, está fixo a uma grande coluna de pedra que tem cerca de 1m, abaixo do chão, para conferir maior solidez ao conjunto; a pedra para esta coluna, cortada na altura para o efeito, veio da pedreira de Gralhas. Este mecanismo está fixo a meio do espaço da forja.

A forja, propriamente dita, consta de uma fornalha de pedra, sobre a qual se aquecia, e ainda aquece, o ferro para ser batido. O ferro não é temperado, mas o aço exige uma tempera (a temperatura necessária para não partir ou esmurrar). Quando atinge a temperatura desejada, acaba-se de arrefecer o metal, o aço: nalguns casos é arrefecido na água, noutros casos ao ar, sendo outros ainda enterrados na terra que se encontra junto ao malho- pilão. Todos os elementos da natureza são usados.

O cepo (de carvalho), a bigorna e a “safra” servem para bater o ferro, à mão, na fase de acabamento das peças saídas do malho. Ao lado, a pia da pedra, para “temperar” a ferramenta tem dentro a pedra tosca que serve para amaciar as peças saídas do esmeril,

três tenazes para pegar nos objectos quentes saídos da fornalha, e um ferro de arado, tudo mergulhado na água da pia.

Ao lado da fornalha, encontra-se a carvoeira, depósito do carvão que alimenta a fornalha. Na parede que separa este espaço da fornalha, foi instalada há já vários anos uma ventoinha que veio substituir o antigo fole.

Tratando-se de um ofício em vias de desaparecimento, seria relevante proceder à recuperação do edifício (limpeza de paredes, renovação das portas e da janela, colocação de revestimento, talvez pedra de calçada, colocação da placa divisória dos pisos), e à promoção deste ofício, com fins didácticos- o ferreiro disponibiliza-se a ensinar os mais novos.

Edifício com a candidatura aprovada no programa LEADER + está terminada a sua requalificação.

8.11. Pisão de Tabuadela

O Pisão de Tabuadela, situa-se na aldeia de Tabuadela, freguesia de Salto, no concelho de Montalegre. Enquanto na área de Montalegre a lã é retirada uma vez ao ano, na zona do Salto tiram a lã às ovelhas 2 vezes por ano, o que faz com que haja mais matéria prima.

Pela altura do S. Miguel, como havia muitas mantas para apisoar, e/ou havia falta de água, o pai do actual proprietário chegava a pedir ao dono do pisão de Bucos para lá ir pisoar, ao que este acedia. Hoje quase não se faz o borel branco, só do negro e do riscado (foi há pouco feito de “riscas quadradas” para Bucos). O pagamento era feito segundo a quantidade de pano pisoado, medido com uma vara. Além da vara para medir, havia uma vara de enrolar o borel. Este local comporta ainda um lagar, onde o pai do actual dono fazia e bebia o seu vinho.

O Ecomuseu do Barroso irá ter em conta a realidade do Pisão e do seu dono e decidir apoiar a candidatura ao programa LEADER +, para que as condições de trabalho aumentem e possam dar mais rentabilidade aos seus promotores. Foi também inserido numa candidatura global de 250.000 Euros feita pela Câmara de Montalegre ao programa de financiamento INTERREG III A, para recuperação de património construído. Se este financiamento comunitário não for conseguido, tudo faremos para que o Município de

Montalegre financie a reconstrução deste edifício, único no concelho e possivelmente no mundo.

O pisão será um pólo - vivo, do Ecomuseu, cheio de todo o saber que só o Sr. Francisco consegue carregar tal responsabilidade. A visita a este espaço será indispensável para se compreender o ciclo da lã, e também muito pedagógico na temática das energias alternativas.

8.12. Forno de Tourém

O Forno de Tourém é um edifício emblemático na região, situado no Parque Nacional da Peneda-Gêres. Este forno comunitário data dos meados do século IX e é totalmente construído de pedra para evitar que algum pedinte mais friorento lhe ateasse fogo.

É um edifício de planta sub-rectangular, massa simples, coberto por telhado de duas águas formado por cápeas de granito, reforçado por contrafortes exteriores de secção rectangular. Porta de verga recta situada lateralmente entre o cunhal do edifício e o primeiro contraforte. Interior com cobertura assente em estrutura de 3 arcos diafragma, de volta perfeita, pavimento de terra batida, iluminado por fresta de recorte rectangular situada em plano elevado entre o primeiro e o segundo arco. Defronte da entrada, adossada às paredes, uma banca "de tender" de grande dimensão, maciça e de frontal de alvenaria. À direita, sobre plataforma, a estrutura do forno, possuindo câmara de pavimento lajeado e estrutura abobadada de frontal de alvenaria com abertura larga de verga recta. Inserido na parede de topo, à esquerda, nicho quadrado, de verga recta e mesa sub-circular, espessa e saliente. Na ombreira esquerda da porta está a data de 1868.

Este forno continua a exercer a sua função pelo que os seus utilizadores pedem obras que recomponham o chão do forno e diminuam o seu tamanho, porque as fornadas grandes já não são necessárias e o custo de aquecer tamanho forno não se justifica. As obras terão uma equipa de trabalho tripartida: PNPG; Junta de Freguesia (população da aldeia) e o Ecomuseu de Barroso. Importa salientar que este forno terá painéis interpretativos, sobre o ciclo do pão e o seu uso ancestral.

8.13. Lagar de Azeite de Cabril

O Lagar de Azeite de Cabril, engenho hidráulico que se situa junto á entrada da Aldeia (vindo de Montalegre), e possibilitou durante muitos anos a feitura do azeite desta região. Actualmente já não funciona, seja por falta de azeitonas, seja por existirem meios mais simples e que não exijam quantidades tão grandes, ou pelo mau estado do engenho.

O seu estado de conservação não é muito bom, mas possui os elementos essenciais para ser musealizado com muito rigor e permitir a recuperação da tradição para fins de registo filmico.

A candidatura pretende pôr o engenho a funcionar de novo embora numa perspectiva demonstrativa e formativa, assegurando que o problema das águas russas não será deixado de lado.

8.14. Museu da Pessoa - no Barroso

O Museu da Pessoa existe em colaboração com a Biblioteca Municipal de Montalegre e a Universidade do Minho, em parceria com algumas escolas primárias do nosso concelho. É um projecto com um produto final virtual, “um Museu Virtual” sendo apenas visitável, o seu acervo pela Internet. Consiste na recolha da memória Oral Barrosã, intitulando-se o projecto: “*Barroso e suas histórias de Vida*”

Este museu tem um engenheiro de sistemas e uma técnica superior do Departamento de Ciências Sociais a fazer todo o trabalho de formação aos professores e de tratamento de dados recolhidos, tendo no primeiro ano editado em livro todo o trabalho recolhido.

Este projecto museológico deverá marcar presença em todos os pólos Ecomuseológicos, em especial no antigo complexo mineiro da Borralha, como mais um elemento revitalizador da aldeia mineira.

8.15. Complexo Industrial e Mineiro da Boralha

O antigo complexo industrial e mineiro da Borralha é um espaço degradado do ponto de vista biofísico e social. A extracção de volfrâmio já não tem viabilidade económica, pelo que a população se encontra maioritariamente desempregada e reformada, sendo de

grande importância encontrar soluções de dinamização económica e social do espaço. Pretende-se com este projecto instalar num edifício das minas da Borralha um Museu Mineiro, tendo em conta a história da Borralha e a importância que chegou a atingir no desenvolvimento do concelho. É de extrema importância a valorização de alguns pólos como os compressores, o arquivo (ainda intacto) e uma galeria.

Pretende-se criar um centro de estudos universitários, provocando o aparecimento de alguns investimentos privados e conseqüente aumento de empregos que muita falta faz aos residentes, numa grande percentagem em idade laboral.

Mais do que musealizar todo o complexo (o que é economicamente impossível) o Ecomuseu pretende criar uma dinâmica de acções e projectos numa consonância com uma Universidade que valorize um centro de estudos nesta área. É prioritária uma intervenção a nível ambiental para minorar impactos, sejam eles de que ordem forem.

O espaço poderá também dar origem a um complexo turístico, que permita recuperar alguns dos muitos edifícios que se encontram abandonados.

Todos estes investimentos estruturam a oferta turística de qualidade, abrem caminho a uma dinâmica cultural diversificada, criam empregos directos e geram outros indirectos. Com uma diversidade tão grande de opções, o turista sentir-se-á tentado a percorrer alguns quilómetros em busca de um património de qualidade. É neste âmbito que a população local tem uma grande responsabilidade de preservação e divulgação do seu património, sendo ela mesma a principal beneficiária da rentabilidade desse mesmo património.

9. A Imagem de Marca do Concelho

9.1. A Raça autóctone - Barrosã

Os bovinos de pelagem da cor do barro, com fêmeas de estatura média e chifres em forma de lira, força desmedida, mas feitio dócil e mimado; e machos corpulentos, garantes da descendência e da honra da aldeia, são a ração Barrosã. Esta raça é em si mesma o garante de uma imagem para este concelho, pelas suas qualidades de resistência física e de docilidade afectiva, embora os bois tourões sejam mais violentos e possantes. Estes animais, porque nasceram em montanha, foram a força aliada do Barrosão, no cultivo da terra, nos carros da lenha, nas carradas do centeio, nas zorras que arrastão as pedras maiores para as paredes de casas e lameiros ou mesmo quando garantem a sua descendência, irão permitir a única entrada de dinheiro vivo em casa, a quando da venda dos vitelos.

“ A raça barrosã produz-se principalmente nas terras que na província de Trás-os-Montes se estendem desde a raia da Galiza ao rio Tâmega... formando o país conhecido de há muito tempo pelo nome de Barroso. ... compreende ele dois concelhos: o de Montalegre e o de Boticas. É principalmente nas terras do concelho de Montalegre e nas da freguesia das Alturas, que pertence ao de Boticas, isto é, na parte mais elevada, fria e ingrata do país, no alto Barroso, onde a raça barrosã tem o seu centro de produção, o seu verdadeiro solar.”³³

Com a liberalização do mercado e o fim das fronteiras começaram a ser conhecidas outras raças, umas mais corpulentas, outras mais leiteiras, apenas para o trabalho não apareceram grandes novidades. A realidade é demasiado dura para os amantes da raça barrosã, as vitelas barrosãs crescem metade de outros animais de outras raças. É neste ponto que a Associação dos Produtores de raça Barrosã se têm batido e conseguiram apoios financeiros importantes para compensar este desfasamento no crescimento.

Pessoalmente estou convencido que a diferenciação terá de ser feita no preço de venda da carne, porque esta carne barrosã é incomparavelmente mais saborosa que a restante e não nos podemos esquecer que até hoje não há registo de aparecimento de qualquer exemplar com o doença das vacas loucas.

A cooperativa agrícola de Montalegre, cometeu um erro histórico, quando por uma guerra de protagonismo com Boticas, para ser a detentora do livro genealógico da raça e a sua certificação, decide criar uma denominação de origem para o gado “Cruzado dos lameiros de Barroso”, que mais não é do que aproveitar o cruzamento possível entre seis

³³ LIMA, Silvestre Bernardo. “Bovídeos e Suídeos” Boletim do Ministério da Agricultura. 1919. Pag 10 e 11.

raças diferentes e dizer que se vivem neste concelho, são boas. Teve uma vantagem, protegeu a raça barrosã de ser comida completamente, num ano ou dois de boas vendas.

Aceito o argumento científico que afirma que oitenta por cento da qualidade da carne está directamente ligado com o tipo de alimentação do animal, mas tenho certeza absoluta que a raça barrosã é autóctone de Barroso (até deu o nome á região), e que a qualidade da carne é superior a qualquer outra. A promoção deste concelho de montanha, onde a maioria da riqueza que se produz vem da pastorícia, não pode perder as suas pérolas, de sanidade animal e as qualidades da raça autóctone. Estes são os melhores argumentos para uma promoção que se deseja de sucesso.

9.2. A Chega de Bois

A “chega dos bois” é a maior manifestação cultural representativa da identidade barrosã, não só de cada aldeia mas também do ser de um povo com características bem definidas.

Se o Ecomuseu de Barroso quiser apresentar um símbolo ou uma manifestação cultural que por si só seja o logótipo da região, onde tanto os locais como os visitantes reconheçam a imagem da região, apenas a “Chega dos Bois “ será consensual.

A chega de bois teve a sua origem na existência do Boi do povo. Este animal sendo muito corpulento era difícil de alimentar, por apenas um agricultor. Uma vez que as nossas aldeias viviam de forma comunitária, a existência do boi do Povo era uma necessidade inquestionável. Eram os mais novos que mais se ocupavam do tratamento de tal animal, desde roubar milho e centeio nos terrenos das aldeias vizinhas, a pernoitar no sobrado da corte do boi para que ninguém ou solte de noite para fazer alguma chega nocturna. O boi tinha tratamento vip, sendo mesmo considerado uma peça central na organização da comunidade, exemplo disso é a existência de sino na sua corte, ter uma “lama” um lameiro para pastar sozinho ou mesmo a torre sineira de Travassos do Rio com a cabeça do touro, no torreão. O bicho apenas tinha de se empenhar na garantia da descendência na aldeia e representar o orgulho da aldeia nas lutas, ou seja nas chegadas dos bois.

O boi era tão importante na vida da aldeia, que em aldeias mais ricas havia dois animais, para que um fosse o reprodutor na vacas que nunca abortaram e o outro fosse usado nas vacas “estragadas”, aquelas que abortaram ou tinham alguma doença.

Os dias de chega eram dias muito importantes na aldeia. Os rituais começavam semanas antes com os longos passeios á serra, para que o boi tivesse maior preparação física. Nessas semanas dormia sempre alguém no palheiro, para não permitir que os rapazes das aldeias vizinha tentassem qualquer brincadeira de mau gosto, que seria soltar o animal, dar-lhe alguma coisa para o adoecer, ou leva-lo a fazer a chega com o outro boi que viria a turrar mais tarde, para lhe baterem para que ele apanhe medo ao outro boi e quando for a chega oficial este fuja. No dia anterior leva-se o boi a conhecer o terreno combinado para a chega e à noite a aldeia reúne-se e reza o terço, dando voltas, atrás do boi no adro da capela do padroeiro da aldeia. No dia combinado está tudo a postos, o boi com os corno afiados, os paus escondidos estrategicamente pelos membros da aldeia, para que se as coisas não estiverem a correr bem (o que acontecia quase sempre), os aldeões tivessem algo a que recorrer. Como era proibido andar de pau, apenas o que tocava o boi, o podia fazer, se perdiam a chega teriam de ganhar à paulada.

Para quem ganhava a chega era o êxtase total. Começava ali um jogo erótico em que as moças novas tiravam os saiotos (que nesse dia era sempre vermelho) para os colocar nos cornos do boi, dando início ao cortejo de vitória de regresso á aldeia, onde as mulheres mais velhas já tinham preparado uns petiscos e muito vinho, para todos, não esquecendo o boi. Esta festa podia demorar dois ou três dias, dependendo se a aldeia perdedora era mais ou menos rival. Ao rival perdedor só lhe resta um fim, como dizem ainda hoje os Barrosões de verdade: *“Boi que perde vai para o talho.”*

O boi, era o garante da honra e da supremacia sobre os povos vizinhos. Compreende-se, agora melhor o lugar de destaque que o boi do povo atingiu nas nossa aldeias barrosãs.

Hoje, com o aumento da riqueza das famílias, o boi do povo perde importância, apenas existe um, na aldeia de Covelães, porque os grandes agricultores têm capacidade de o manter. Isto leva a que as chegadas se tornem um negócio de dinheiro, o que leva a que os animais façam mais chegadas e os espetáculos sejam mais fracos. Aparece uma componente nova do acontecimento que é o bilhete para ver a chega e está destruído o orgulho da aldeia.

Em Montalegre, surge uma nova vertente do espetáculo, o relator da chega. Ainda só há um, o Sr. Fernando do Barracão, que não perde uma chega e grava para a rádio Montalegre o relato, como de um jogo de futebol se tratasse. Entrevista os donos, recolhe as suas impressões para a chega e no final dá-lhes voz para que possam desculpar se da derrota do seu boi. ³⁴

³⁴ JN, dia 07-11-2005, pag. 12

Mesmo tendo perdido o fulgor e o radicalismo, possivelmente exagerado de antigamente, as chegas dos bois continuam a ser o grande acontecimento que arrasta milhares de pessoas. Agora as chegas começam a ser feitas por bois de várias raças que não a barrosã, o que fez perder muito do brilho que a raça barrosã proporciona, no jogo e som dos cornos, bem como da capacidade de garra para a luta. No mês de Agosto é a loucura dos nossos emigrantes, povo que cristalizou de forma sólida o modo de vida que tinham antes de sair do país. São eles os melhores informantes relativamente às tradições que se baseiem em vivências.

A chega dos bois está sempre presente em qualquer comício político, como motor de movimentação de multidões e como predisposição para a festa e a alegria que estes momentos necessitam.

Muitos escritores se sentiram inspirados a escrever sobre algo, que não é único no mundo, também o Irão, a Indonésia e o Japão as têm embora mais na vertente das apostas. Em Montalegre a única aposta que pode acontecer é ser feita uma chega de “rapa” o boi que perder fica a pertencer ao dono do outro boi, mas isto acontece cada vez menos vezes, talvez os donos tenham deixado de ser tão corajosos ou os bois não sejam tanto de confiança.

Para guardar esta memória colectiva e perpetuar os inúmeros artigos publicados sobre as chegas dos bois, quer pelos escritores locais, quer por grandes nomes como Miguel Torga, o Ecomuseu tem preparada uma edição muito interessante: “*As Chegas de Bois – Uma Antologia*” que será lançada no mercado até dia ao final do ano de 2005.

10. Feiras, Festas e Actividades recreativas e de Lazer

Quinzenalmente realiza-se a feira de Montalegre, para que as pessoas das aldeias se possam adquirir roupas, sapatos, ferragens, alfaias agrícolas, ou mesmo vender o seu gado, não esquecendo o importante ponto de encontro dos amigos das mais variadas aldeias, que à “mesa” almoçam a dose de polvo espanhol.

Regularmente fazem-se as conhecidas Chega de Bois, não caindo na exploração desumana dos animais, mas mantendo uma tradição identitária da região, que possa dar aos agricultores locais um extra financeiro, para continuar a sustentar os grandes bois tourões. Cada aldeia tinha o seu boi, que se trás para o recinto do espectáculo, para que estes lutem entre si numa demonstração de força, em que o mais fraco abandona por si a arena. Perante a desilusão da comunidade a quem pertencia o boi.

A valorização dos usos e costumes tradicionais em termos de festas populares é uma das acções a implementar, não concentrando as festas num só dia mas fomentar que cada aldeia continue a fazer a sua festa popular mantendo as especificidades próprias, devendo ser mais publicitadas dentro e fora do concelho de Montalegre, especialmente no tempo de verão com os emigrantes. Estamos a pensar na cegada e malhada do centeio, o cantar dos reis pelo povo da aldeia, a matança do porco, o magusto no forno da aldeia ou a festa do fumeiro que temos vindo a divulgar e cada vez contamos com a presença de mais visitantes, quer locais quer de fora.

Uma das acções que se aconselha é a realização de concertos de música (percussão e Gaitas de foles com inspiração Celta) nos meses de Verão e de eventos de forte atractividade em relação ao Norte de Portugal e Galiza. Neste sentido, foi realizada no mês de Julho de 2005 a primeira Feira Celta, com a presença de diversos artesãos locais e convidados, culminando numa ceia colectiva para mais de duzentos comensais. Este evento teve nas duas noites a realização do segundo festival de Musica Celta – CELTIROCK, que é organizado por uma Associação Juvenil – Invensions, com o apoio do ecomuseu e a Câmara municipal de Montalegre.

A criação de um desfile de moda artesanal, baseada em linho, lãs e burel é uma acção promocional dos produtos tradicionais a implementar, a que se associa um aspecto de modernidade, projectando pelo brilho das luzes os tecidos, feitos em velhos teares. Este poderia ser o momento alto de uma feira de produtos da terra, onde os locais apresentavam o que de melhor se cultiva no Barroso.

As actividades náuticas nas barragens em termos de campeonatos nacionais de *hoovercraft*, vela, remo e mota de água, geram fluxos turísticos significativos, que ocupam as unidades de alojamento e as unidades de restauração, deixando mais valias localmente.

A organização de actividades radicais de contacto com a natureza, como o rapel e o parapente, tal como as actividades náuticas, geram fluxos turísticos com capacidade económica, que são naturalmente importantes para um concelho em que quase não há indústria.

O turismo activo pode contar com duas actividades crescentes em Montalegre, que muito têm projectado esta região no mundo, é o caso do parapente na serra do larouco e os percursos pedestres, com mais de cento e vinte kilometros homologados pela Federação Portuguesa de Montanhismo.

A criação de uma zona de caça municipal vai captar um outro segmento de mercado, permitindo uma melhor ocupação na época baixa. A gestão seria repartida entre os clubes de caça locais e a Câmara Municipal de Montalegre.

Uma área de lazer junto ao rio Cávado, dentro da Vila de Montalegre com espaços para desportos e criação de uma estrutura permanente de desportos radicais junta á albufeira dos Pisões e ao parque de campismo municipal servirão a população local, mas também os visitantes que terão um local agradável para usufruir.

A organização de eventos ligados à pesca é também uma forma de dinamização territorial, aproveitando o valioso potencial piscícola, quer dos rios Cávado e Rabagão, quer das albufeiras, ou mesmo dos inúmeros regatos de montanha.

11. Investigação e Desenvolvimento

A criação do Ecomuseu de Barroso, que se pretende que venha a envolver toda a região do Barroso, neste momento apenas inclui o concelho de Montalegre. Apesar disso a investigação e os projectos de desenvolvimento deverão ser mais amplos que o concelho, num processo de cooperação trans-regional e transnacional.

Para que um processo de desenvolvimento se construa mais facilmente é necessário a organização da informação existente para lhe melhor aceder e melhorar o processo de decisão. Essas bases de dados e de informação existentes estão por vezes desconexas e de difícil acesso, pelo que se pretende fazer a sua organização num Sistema de Informação Geográfica (SIG). Este sistema de informação será construído a vários níveis, consoante a tipologia da informação a introduzir.

O projecto para ser implementado necessita de estudos a vários níveis, pelo que poderia receber contributos variados de investigadores, residentes, estagiários, pelo que se entende ser importante a criação de um Centro de Estudos sobre o Barroso, que poderá ficar localizado junto da sede do Ecomuseu do Barroso, a qual teria como função estimular a concentração de estudos sobre o Barroso, direccionar áreas de investigação, organizar encontros, e outras acções de interesse cultural.

A criação de um gabinete e de uma equipa técnica permanente (sendo fundamental incluir na equipa um desenhador etnográfico), que funcionará em paralelo com outra equipa de terreno, constituída esta pelo menos por três elementos. As equipas devem fazer uma prospecção sistemática dos diversos valores locais, inventariar todos os seus recursos e abrir as portas a toda a investigação de base. A equipa de base deve ser constituída por um ou mesmo dois habitantes locais. A equipa deve ter um carácter de permanência, devido à vastidão do projecto e à necessidade de canalizar o dinamismo entretanto desperto nas populações.

A realização de estudos sobre “Os Caminhos de Santiago” no Barroso, pensamos, que é muito importante, pois é uma forma de reanimar a mística que caracterizam estes caminhos e de revaloriza-los de forma a que voltem a ser calcorreados, a exemplo do que foi feito com todos os municípios de Braga a Astorga, com a valorização da Via Romana XVII, do itinerário de Antonino, permitindo a sua circulação pedestre (GR 117 – Via Romana) percurso pedestre de Grande Rota homologado pela Federação de Montanhismo de Portugal. Este projecto conseguiu trazer para a discussão a necessidade de classificação da

Via, de forma urgente todos os tramos de calçada original, ainda tão bem conservados. No nosso concelho tivemos a dificuldade de em dois dos melhores traçados, na aldeia de Currais (cerca de 3 Km de calçada) e na Aldeia de Arcos (mais de 2 km de passadiço) depois da inauguração os presidentes da junta decidirem cobrir tudo de terra, com o medo de não poderem melhorar o caminho, depois de classificado. Só a intervenção inérgica do Ecomuseu, do IPA e do Sr. Presidente da Câmara dão esperança de preservação do património, neste caso difícil. Eu tento compreender a população e a sua necessidade de passar com tractores e máquinas maiores nestas calçadas romanas e não ser nada agradável, mas um desenvolvimento sustentado terá de ser capaz de abrir novos caminhos com maiores condições de acessibilidades e preservar a Via Romana que começa a atrair visitantes à aldeia.

Em parceria com a Universidade Fernando Pessoa, estamos a desenvolver o Arquivo Áudio Visual do Ecomuseu. Desta parceria está a nascer o sistema informático que permitirá fazer o inventário das colecções deste ecomuseu, tendo as fichas de inventário feitas à medida do inventariante, num processo que nunca está terminado e em qualquer momento se pode atribuir novos campos ou criar novas relações entre fichas.

A grande mais valia desta base de dados, é possibilitar que um informação apenas seja introduzida uma vez e possa aparecer relacionada com todas as fichas que foram construídas e que têm algo a ver com ela.

Tendo este inventário por base iremos disponibilizar toda a informação recolhida num portal web – www.ecomuseu.org, onde desejamos que todos tenham acesso, diferenciamos a oferta para públicos especiais, desde crianças a investigadores. Queremos que esta seja a janela privilegiada de todos os visitantes na busca da descoberta da verdadeira identidade barrosã. O Ecomuseu pretende ser um agente turístico ³⁵ como é suposto que um ecomuseu crie processos culturais dinâmicos, cada vez mais ao serviço do desenvolvimento local. Ao criar a loja dos produtos da terra virtual, estamos a criar um espaço onde os agentes locais possam divulgar os seus produtos e desenvolver o seu negócio.

³⁵ SAUTY, François – Écomusées et musées de société au service du développement local, utopie ou réalité? SOURCE. Pag.26

12. Revitalização da Memória

O ecomuseu tem como princípio organizar eventos, sempre em parceria com as forças vivas do concelho. O envolvimento da população local é essencial, porque facilita a sua sensibilização e mais facilmente se vai criando um movimento de preservação, garantido assim a sustentabilidade das organizações.

Os eventos organizados pelo ecomuseu têm duas vertentes. A mais usual é a recuperação de tradições que se encontram em risco de desaparecer, como é o caso das antigas cegadas do centeio á mão, a malhada a malho ou com a velhinha malhadeira ou mesmo a volta á aldeia para cantar os reis aos vizinhos. Uma outra razão para a organização de novos eventos é a tentativa de despertar a população para novos desafios que tendo a veia do turismo sustentado, como regra de desenvolvimento, podemos criar novas profissões e dar a conhecer pequenos nichos de mercado que merecem ser desenvolvidos e aproveitados, como é o caso da apanha de cogumelo silvestres e a organização de provas de turismo activo de natureza, de BTT e pedestres (Carrilheiras de Barrosos).

12.1. O cantar dos Reis na Aldeia de Covelães

É uma tradição que corre sérios risco de desaparecer. Esta tradição remonta a tempos imemoriais quando os jovens saíam à rua para catar uma sequencia de versos, de cariz religiosos e passando de casa em casa vão recolhendo bens e dinheiro que depois irão leiloar, no adro da Igreja, revertendo o dinheiro para a Igreja. Claro está, que não o faziam só pela fé, aproveitavam para trazer consigo, enquanto cantavam, um segundo saco para ir lembrando os vizinhos que podem oferecer alguma coisa para que no final, possam fazer um convívio.

Na aldeia de Covelães a tradição continua a ser vivida, no dia 6 de Janeiro, pelos mais idosos, que são agora a grande maioria dos habitantes da aldeia e está a tornar-se, com o apoio do ecomuseu, um acontecimento turístico, com algumas dezenas de visitantes, que acompanham a volta à aldeia, terminando com um convívio comunitário, onde se degusta o que de melhor foi oferecido.

O leilão, para a Igreja continua a ser feito e tendo em conta que o que mais é oferecido é fumeiro, o leilão termina rapidamente amealhando a Santa Igreja uma boa quantia em euros.

12.2. A Segada e Malhada do Centeio em Paredes do Rio

Esta é a actividade que mais pessoas reúne na segunda semana de Agosto, na Aldeia de Paredes do Rio. Por um lado o regresso dos emigrantes, por outro o tempo que habitualmente está convidativo a este tipo de actividades agrárias de sequeiro e a alegria que a população local tem em receber e ensinar o modo de vida de há quarenta ou cinquenta anos atrás.

Este evento acontece em dois dias. No primeiro dia, os habitantes da aldeia reúnem-se pela tarde, ao grito do dono da terra que repete: “à terra... à terra...” e dirigem-se para a seara. Chegando à terra decidem o melhor lado para iniciar a ceifa e ao som de cânticos o centeio lá vai caindo aos molhos, pela terra fora. Depois de atados serão carregados no carro das vacas e levados até à eira para nascer a meda. O sinal de que a ceifa terminou é a entrega do ramo, pelo chefe do grupo dos ceifeiros, ao dono da terra, que retribui com a oferta da merenda.³⁶

No dia seguinte, bem cedo o som que ecoa pelas ruas da aldeia, convida a todos para o início dos trabalhos: “à eiraaaa... à eiraaaa...”. Tem início a malhada do centeio, onde se separa o grão da palha e se escolhe a palha maior e mais direita - o colmo, para ser usada como cobertura de casas e palheiros. Este é um dia de esforço físico, como todos os trabalhos agrícolas exigem numa agricultura artesanal. O centeio é espalhado, na eira de pedra, em quantidade suficiente para que ao bater com os malhos, de madeira, o grão salte sem a pancada ser muito violenta, no chão. O rimo é cadenciado e lento, cinco homens de cada lado, vão percorrendo toda a área da eira, batendo com força até que a palha não tenha a semente. As mulheres pegam num lençol de estopa e protegem o grão para que ao bater com os malhos, perto da lateral da eira, este não seja projectado para fora e se perca. A meio da manhã são distribuídas as “sopas de burro cansado” para dar energia, não esqueçamos que é pão ensopado em vinho e açúcar.

A palha retirada para colmar as beiradas fica em molhos, a restante palha é colocada em meda para se conservar durante o Inverno e por vezes mais de um ano. Se o grão for muito e a aldeia tiver mais malhadas para fazer o centeio é empurrado para a tulha e espera dias mais calmos, das lides agrícolas para ser crivado e limpo do cosco. Se o centeio for pouco, o que acontece neste pito de eventos, depois de retirada a palha, as mulheres varem a eira e começam a limpar o grão. Os sacos de cereal são cheios e levados para as grandes caixas de armazenamento, onde se espera que os ratos não tenham acesso.

³⁶ Ver anexo VI.

Deste local, o centeio sai para dar de comer aos animais ou para moer, nos moinhos de água para se transformar em farinha e depois de amassado e levedado, ir ao forno a lenha, para se tornar o gostoso pão centeio.

Este evento é de uma riqueza imensa, no que diz respeito ao repositório da memória. Aqui a população não representa para turista ver, ela vive e tem gosto em ensinar como se faz, porque a plena consciência de que poucos sabem fazer aquilo que eles sempre fizeram. Também o sentido de festa que estes trabalhos comunitários exigem, é central neste reviver das tradições e acaba por ser uma das grandes razões da participação dos elementos da comunidade local.

12.3. Matança do porco de raça Bísara

Aconteceu no dia 12 de Dezembro de 2004, a terceira iniciativa comunitária que a edição do Jornal de Notícias de segunda-feira, seguinte relata.

Esta deve ser a tradição que não corre risco de desaparecer, pois a maioria dos habitantes do concelho ainda matam o seu porquinho, que desde sempre garantiu que não houvesse fome neste concelho.

O que pode desaparecer é o encontro comunitário, dos vizinhos mais amigos que marcavam um dia para cada um fazer a matança do porco. O dia começava, logo cedo com o “mata bicho”, uma espécie de pequeno almoço mais guarnecido onde não falta o cálice de bagaço. De seguida os mais velhos picam os porcos, na corte, para dificultar as coisas aos mais novos que irão ter de os agarrar, ou fugir á sua frente. Depois de mortos, chamuscados e lavados, o matador, personagem com tratamento fidalgo, abre o porco deixando-o pronto para escorrer pendurado numa trave da despensa.³⁷

Todo este processo é cumprido fielmente, neste dia de festa do porco, que se revela, cada vez mais com muitos adeptos. Tudo termina com um grande cozido à Barrosã, para todos os presentes, locais e visitantes. É à mesa que se recordam histórias de lobos, de tornas de água e de caçadas nocturnas ao javali.

³⁷ Ver anexo VI.

12.4. O Jantar Cultural

Teve lugar no Salão de eventos do Hotel Quality Inn Montalegre, dinamizado pelo tão conhecido Elísio Amaral Neves, de Vila Real, com todo o apoio da divisão sócio-cultura, em Maio de 2004.

A ementa é bem antiga. Para entrada presunto e chouriça de barros, como prato principal bifes de presunto refogado com cebola na sertã, acompanhados com batata cozida e para sobremesa doce de abóbora com amêndoa, repasto que foi degustado por mais de 60 pessoas.

A animação foi de grande nível cultura, recordando histórias do contrabando e das guerras com os “noestros hermanos” Galegos. Foram leiloados diversos quadros de fotos antigas de Montalegre e também alguns postais. Houve tempo para ouvir algumas músicas tocadas ao acordeão, por um convidado flaviense.

Em Julho de 2005 teve lugar o Jantar Celta, dentro das muralhas do castelo de Montalegre, ficando a animação a cargo do grupo de teatro Viv’Arte, que tiveram como público 200 comensais bem divertidos e animados.

12.6. Encontro de cogumelos

Este evento é realizado todos os anos, no mês de Outubro, altura de maiores chuvas, com algumas abertas de sol, o que proporciona as melhores condições para o aparecimento de deste tipo de fungo.

Este encontro, começa por uma saída de campo, que serve para recolha da maior quantidade possível de diferentes espécies cogumelos silvestre, para posterior identificação. A exposição é desejável que se faça por grandes grupos: “bons comestíveis”, “sem valor gastronómico”, “venenosos” e “mortais”.³⁸ A degustação desta iguaria oferecida pelos deus, é o ponto alto do encontro que termina com uma apresentação de uma ou duas comunicações, sempre subordinadas ao tema do encontro.

O objectivo de reunir centenas de pessoas nestes encontros, não é apenas promover turisticamente a região, mas sobretudo fazer despertar os habitantes locais para a riqueza que todos os anos deixam escapar, quando seria tão fácil fazer uma recolha selectiva e organizada, para colmatar as necessidades dos restaurantes locais. Se a ambição for maior, a qualidade dos cogumelos desta região é tanta que poderão ser vendidos para o mercado espanhol e depressa os introduzem nos circuitos franceses. Os mesmos “*Boletus Edulis*” que

³⁸ Vide anexo VI.

saem de Montalegre a oito euros o quilo, depois de uma pequena transformação podem ser vendidos a cinquenta euros o quilo, ao consumidor final. Este é uma possibilidade de negócio que desejamos que seja agarrada por um conjunto de habitantes locais, para que sirvam de motor de arranque.

Um outro objectivo, na organização deste evento, que conta com a parceria do Clube de Montanha Papaventos, é levar os restaurantes locais a oferecerem os seus clientes, clientes com cogumelos locais, que são de excelente qualidade.

O desenvolvimento de uma região só se consegue concertando esforços para que todos em conjunto dinamizem a máquina económica, que põe em funcionamento todos os agentes que façam parte desta cadeia. Parece-me que uma zona deprimida e afastada dos grandes centros terá de saber aproveitar muito bem os seus recursos e não ser permeável a produtos que venham de fora, quando têm os seus de tão boa qualidade.

12.5. Encontro de Museologia do MINOM

As XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu³⁹, com o tema “Ecomuseologia – Identidade e desenvolvimento” decorreram nos dias 28, 29 e 30 de Outubro de 2005, em Montalegre e foram um momento privilegiado de reflexão e de apresentação pública do Ecomuseu de Barroso.

O encontro teve início no dia vinte e oito, pelas dez horas da manhã, com os discursos do representante do MINOM⁴⁰ (movimento internacional para uma nova museologia) e do vice Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, professor Orlando Alves, que fez uma apresentação da região salientando os seus estrangulamentos, as oportunidades e a falta de ambição dos locais.

De seguida, o fiz uma apresentação do Ecomuseu de Barroso, os projectos em curso e os pólos que estão, já em obra. De tarde foi feita a apresentação dos temas e a discussão por grupos. A noite terminou com um jantar no hotel do Padre Fontes, animado por um serão de contos à lareira contados pelo anfitrião, pelo Dr. José Batista e pelo Sr. Fernando do Barracão.

No sábado visitamos e reflectimos sobre os pólos de Salto, Pitões das Júnias e também Vilar de Perdizes, fonte das medicinas alternativas. No domingo foi feito o debate e apresentadas as conclusões.

³⁹ Ver Anexo III

⁴⁰ idem

14. Projectos Similares

14.1. Ecomuseus Franceses visitados

14.1.1. Ecomuseu de Margeride

Na Aldeia de Loubaresse:

Visita ao Polo da Casa Agrícola típica:

Casa feita de granito trabalhado do Séc. XVIII, onde animais e pessoas vivem partilhando o mesmo espaço apenas dividido por madeira (caixa de madeira ao entrar a porta – os porcos ficavam fora desse espaço); depois ampliada no Séc. XIX pelo filho Pierre Alegre, que separa a habitação dos agricultores dos espaços dos animais, os avós em baixo e o casal novo em cima.

Esteve ocupada até 1950, desenvolvendo-se todas as actividades tradicionais.

Em 1972 Guy Brun - foi o homem que começou a ideia de Ecomuseu, pessoa vulgar que ainda hoje participa no apoio ao ecomuseu. O povo da aldeia é que decidiu que esta casa devia ficar para lembrar o tempo passado.

A estrutura do Ecomuseu está baseada numa Associação com 5 pessoas, os restantes membros são funcionários da Câmara; os pólos apenas abrem de Maio a Setembro.

Há um espaço de carpintaria que era usado pelos carpinteiros da terra durante o Inverno pelo facto de estarem mais quentes.

Há um pequeno jardim de plantas aromáticas, medicinais e para compotas do museu. O forno da casa, que se situa em frente da casa tradicional, foi também musealizado

A casa tem dois funcionários: Jardineiro e Animadora (guias de grupos visitantes).

No verão, o pastor da casa levava o gado para a montanha e tinha uma cabana em cima de um carro de vacas (roulote). Na montanha tinha um abrigo onde fazia o queijo.

No piso superior, por cima dos animais, fica o celeiro onde hoje estão musealizados os ciclos do Centeio e do linho.

Na casa de habitação encontramos:

Lareira, burra, cremalheira, mesa, leiteira e canto para fazer o queijo, espaço escuro para conservar os alimentos, uma cama pequena onde o dono da casa dormia quase sentado porque o dormir deitado era sinónimo de morte.

No núcleo central encontramos uma Torre Medieval, com:

Jardins muito bem tratados, com plantas da região, quer medicinais, quer selvagens.

Exposição sobre as colheitas, desde a era nómada. Um Título das Exposição: “ As giestas uma planta com muitos usos”, As plantas medicinais e alimentares, Os comúmelos, os licanes, Jornais antigos, paisagem com neve. Caixa com cheiros para identificar a planta...

Nos Jardins foram reconstituídas as paisagens selvagens, o que facilita a explicação sobre as alterações que a região sofreu comparando com a paisagem actual do outro lado do vale. Aqui se encontram pequenas caixas com um texto a enquadrar o tema, perguntas mais usuais e as respostas. Os pequenos canteiros de flores pululam por tudo o lado e além da beleza preservam o tipo de canteiros usados na região.

No Pólo - Escola Primária

Até ao ano 1983 era uma escola normal, que ficou sem alunos e daí começaram a reunir acervo.

1930 foi a época que quiseram musealizada. Começaram com a recolha de testemunhos dos antigos alunos e ainda hoje apoiam as visitas, recordando a sua história.

Tem a sala de aula pronta para leccionar (nessa época), mesas com material escolar em cima, tinteiros, lavabo das mãos, pequena biblioteca. Todos os dias o professor escrevia um pensamento no quadro que depois era fixado em papel na sala.

Há uma pequena loja de venda de produtos turísticos, ligados à realidade escola.

Vão inaugurar Percursos pedestres dos caminhos pedestres que os alunos faziam para ir às suas escolas.

Este pólo está aberto de Junho a Setembro, depois as visitas apenas se realizam por marcação prévia.

No 1º andar deste edifício há:

Uma exposição intitulada: “*As mudanças dos caminhos de acesso à Escola*”

A exposição incorpora: Objectos que os alunos levavam, as roupas, os livros, o calçado, o autocarro, fotos antigas, uma foto da fachada (Escala quase normal) e por detrás há uma pequena sala de aula, uma mesa e um quadro.

Fizeram rotas dos caminhos de acesso às escolas e editaram um guia que fala das escolas, da arquitectura, das histórias interessantes (lendas).

Têm um conselho de administração com sete membros que decide os destinos do Ecomuseu e é quem financia: Governo Cultura, departamento, concelho, comunidade, associação...

Têm uma verba por ano e tem um contrato por objectivos para 3 anos.

As visitas não mostram só como se fazia no passado mas com marcação pode-se acompanhar um agricultor para que se veja a evolução da técnica.

30% do orçamento vem das receitas das lojas nos pólos musealizados.

Este Ecomuseu, situado numa zona montanhosa, perto dos grandes centros populacionais, também tem dificuldades de acessibilidades, e dificuldades de orçamentação. Tem um bom funcionamento em rede, com os pólos e a garantia do seu funcionamento está dependente do financiamento do governo. Os pólos são iniciativas bem enquadradas na comunidade local e apenas se destaca como ponte negativo a falta de sinalização.

Comparando com o Ecomuseu que se segue, de Bresse, as coisas mudam de situação. Este é um museu instalado num Castela, com muito dinheiro para gastar e com uma estrutura de pólos muito bem montada. Os desdobráveis temáticos muito apelativos, embora as secções que no núcleo sede têm a obrigação de promover os pólos não sejam muito motivantes.

A sede funciona muito bem, tem uma boa exposição sobre a identidade da região. Tem uma equipa de voluntários guias interessante, preocupam-se em rentabilizar todos os espaços, criando albergues para grupos, tendo todas as condições para a realização de grandes eventos. É um exemplo a seguir, tanto na filosofia de museu poli-nucleado, como na dinâmica cultural conseguida, para divulgação e rentabilização económica do projecto.

Uma sugestão apenas, este ecomuseu merece um plano de marketing a sério, desenvolvendo mais a atractividade dos temas dos pólos representados no castelo, e se possível aumentar a possibilidade de tocar as coisas, aos visitantes.

14.1.2. Écomusée de la Bresse bourguignonne

A sede é um Château de 1671 – monumento nacional em Pierre-de-Bresse:

31 anos de construção, propriedade de uma família nobre do tempo de Luís XIV.

Desde o ano 2000 há 3 anos para cá, anualmente faz-se a reconstituição sobre a História da Família e logo a História de França.

É gerido por uma Associação criada para o efeito:

O Conselho de Administração é o conjunto de todas as forças vivas da região e do estado central; por exemplo o conselho Geral, o Distrito, o departamento...

O Projecto tem 7 Pessoas a tempo Inteiro: o Conservador é do Estado-Director, informático, Recherche (recolhas), documentalista, ...

Temporariamente tem 5 pessoas no acolhimento (de Maio a Setembro)

Os Funcionários gerais são pagos pelo Distrito (ex. jardineiros)

Financiamento: Ministério da Cultura, Con. Geral, Con. Regional, Comuna.

Há Voluntários que pagam uma quota anual para ser Sócio do Ecomuseu; estes assumem os Pólos aos Domingos; tudo que é organizado pelo Ecomuseu são convidados (incluindo edições) e sempre que visitam a exposição permanente – Castelo com outras pessoas elas têm desconto. Uma vez por mês há uma reunião para calendarizar as actividades. São ouvidos para as grandes decisões. É feito todo um trabalho de mentalização das vantagens do Ecomuseu e de cada decisão – para que eles sejam os difusores dessas ideias.

O Núcleo central nasceu em 1981 e abre em 1983.

Em cada exposição os artesãos pagam para expor e ainda deixam algumas peças para o museu, como forma de financiamento.

O Edifício – O Castelo - é do Departamento, o acervo é da Associação, porque vai sendo incorporado pelos técnicos de museologia a trabalhar.

1ª SALA

História da Família, do Castelo e de França

Maqueta, Fotos antigas, pedaços de uma antiga escada. Explica como se fazia as folhas de decoração das paredes (com moldes de plástico e cada cor é adicionado por sua vez.

Têm uma sala sobre o membro da Família que ficou pobre pois a Mina de carvão na Bélgica fechou. Apareceram livros com o brasão da família em Paris, que foram comprados para o museu.

A Família do Castelo – THIARD

2ª SALA da REGIÃO

Mostra de argila. Forma de divisão dos terrenos. Forma de drenagem dos lagos.

Há m3 Rios isso cria vários lagos. Os lagos todos os anos são esvaziados e leiloados os peixes

As florestas – apenas plantavam madeiras úteis carvalho – Móbilias; vidueiro – socos e os arbustos para o aquecimento.

3º SALA História da Região

Apresenta móveis construídos na região.

Apresenta os Pólos (acervo oferecido) cadeiras de palha, Florestas – cortes, telhas – cerâmica, milho, pão;

Haverá pólos futuros – Música, moinhos

O Soqueiro além da sua função, tem uma réplica da construção, onde a estrutura de madeira que o enquadra, representa a estrutura base das casas do Séc XVII, XVIII, e XIX.

Aparecem coisas típicas da Quinta (tarefas e objectos) ligados ao leite e às actividades.

O Termo Ecomuseu neste museu surge do envolvimento da população (testemunhos) e das suas ofertas.

Na Sala do Mobiliário, os enfeites surgem do uso de madeiras diferentes na mesma peça.

A Sala da evolução da região tem uma pequena casita com aparecimento das torneiras, luz e aparelhos.

Fotos de ordenhas, máquinas agrícolas, possilgas em grande escala

Novas técnicas: uso do plástico, máquina de depenar, produção de móveis hoje.

Na Sala de áudio visual há um painel com 7 possibilidades:

Milho, cavalos, matança, abate de arvores, ferrar cavalos, um pais Braise... que os visitantes escolhem e assistem ao comentário.

Tem um albergue com 31 camas, sala de reuniões, biblioteca, pequena lavandaria, cozinha industrial, 2 salas almoço, jogos antigos. O preço é de 14 Euros por pessoa.

n.b. ver a folha de condições de acesso a sócios voluntários do Ecomuseu

Os pólos apenas abrem de Maio a Setembro.

Os técnicos dos pólos são colocados pela câmara, o problema é quando essas pessoas são sempre diferentes.

Há possibilidade de comprar um passe único para visitar todos os pólos.

O museu está a tentar recuperar a raça de porco autóctone, à semelhança qo que cá se anda a fazer em relação à raça Bisara, ou porco celta, como lhe chamam vulgarmente os mais velhos e os galegos. Esta é uma medida que visa a preservação do património genético de uma região e que vai permitir fazer a certificação de produtos com denominação de origem, o que será uma mais vali para a região.

14.2. Ecomuseus Espanhois Visitados

14.2.1. Ecomuseu de Saja-Nansa, na Cantábria

É um projecto com características muito próprias, devido à especificidade do sítio em que se localiza, “a Catária”, entre os rios Saja e Nansa. Este Ecomuseu abarca a comarca de Saja-Nansa, com quase 1.000 km quadrados, em que a paisagem varia desde o nível do mar, até aos 2.000 metros de altitude. É de salientar que nesta comarca há diversos pequenos Parques Naturais. O Ecomuseu é gerido por uma Associação que tem os Alcaldes da comarca como conselho de administração, a definir-lhe as linhas orientadoras e subsidiando uma estrutura mínima que garanta a divulgação dos materiais produzidos por cada um.

A missão deste Ecomuseu é divulgar os pólos municipais que se enquadram neste espírito de recuperação e preservação do património, mas não têm qualquer responsabilidade de manutenção nem de acompanhamento nas visitas.

Este Ecomuseu adoptou como seu símbolo uma “canga” artefacto de madeira que serve para prender as vacas pela cabeça, nas manjedouras, o que só por si lhe confere um espírito popular e de atenção constante à população local. Também eles sentem a falta de população jovem e fazem todos os possíveis por acarinhar os maiores e os emigrantes no verão para este projecto.

Tem dois edifícios da responsabilidade do Ecomuseu. O pólo de recepção do Ecomuseu situado no núcleo de Puente Pumar, num vale paradisíaco que pretende ser a porta de acesso ao Ecomuseu. Este centro é um edifício antigo reconstruído, muito bonito, onde apresentam a região e a sua identidade, têm também um espaço para exposições temporárias, no momento estava patente uma exposição de pintura de um artista da região, Ángel Valdés, uma recepção e um espaço para venda de produtos da região. Além disto tem um Bar, um restaurante e 4 quartos para turismo rural, procurando ser auto suficiente. Nas redondezas há vários percursos pedestres que alguns populares da aldeia percorrem com frequência, por vezes como guias responsabilizando-se pela sua manutenção.

Em Cuevas (Roiz) está situado um pólo – El molino, que devido á sua localização central está a funcionar como centro administrativo e de decisão.

Muitos dos elementos do Ecomuseu são visíveis pelo simples facto de existirem na natureza, mas outros que já caíram em desuso tiveram de ser recuperados, como é o caso da “Ferraria de Cades” o ferreiro da zona, um exemplo de uma antiga actividade industrial, que apenas

se pode visitar aos sábados no verão, podendo desfrutar de uma demonstração por volta das 12 horas.

14.2.2. Ecomuseu de Somiedo, nas Astúrias

É o projecto que mais se assemelha ao Ecomuseu de Barroso. É um Ecomuseu Municipal, o primeiro que visitei até hoje. Foi criado numa área em que já existe um Parque Natural de Somiedo, o que lhe confere mais uma semelhança com a nossa realidade e do Parque Nacional da Peneda Gerês. O Urso ocupa o lugar central no esforço de protecção dos asturianos, enquanto nós, no Gerês preocupamo-nos com o Lobo Ibérico, a Águia Real e a Cabra do Monte. Em ambos os parques há lagos glaciares, só que lá estão rentabilizados, podem visitar-se acompanhados de guias, e criaram um conjunto de material de divulgação, com muita qualidade, que provoca uma entrada de receita.

A realidade humana é semelhante, aldeias muito envelhecidas, inexistência de industrialização, o investimento turístico timidamente a dar os primeiros passos, os eventos culturais de qualidade distavam cerca de 100 km na cidade que atrai toda a juventude aos fins de semana, Oviedo.

O Logotipo do Ecomuseu de Somiedo é inspirado nas antigas casa de “escoba” – cobertas de giestas, casas que agora apenas servem para currais de gado na montanha e as conservadas pelo Ecomuseu, que dão aos visitantes uma ideia da evolução da casa somedana ao longo dos tempos. Estas casa fizeram uma evolução em tudo idênticas às de Montalegre, de espaço amplo, para a divisão do quarto e posteriormente para a evolução para dois pisos, um para os donos outro para o gado, a única diferença é que as nossas casas são cobertas de colmo, a palha de centeio maior e mais perfeita.

Como museu tem um edifício, em Somiedo onde apresentam os artesãos e a sua arte e que funciona como cérebro de toda a organização de qualquer visita guiada aos lagos ou às pequenas aldeias em que recuperaram os moinhos ou os locais onde colocavam as leiteiras, e que como nós criaram pequenos percursos pedestres, com um ou dois painéis informativos. As dificuldades financeiras são desvendadas pela evidente falta de espaço, pela falta de equipa técnica permanente e exclusiva, mas nunca no discurso das pessoas que nos acompanham, estas projectam as dificuldades em projectos futuros e objectivos a alcançar.

Têm uma grande vantagem, em relação a nós, o trabalho diário é feito em perfeita sintonia com o parque natural, inclusivamente no uso de parte a parte das instalações e da

informação sobre Somiedo, exposição permanente que o parque tem patente, com grande qualidade e do museu dos ofícios tradicionais do Ecomuseu.

É um projecto que tem todo o sentido e que espero que venhamos a criar uma parceria e que nós poderemos contribuir com a nossa experiência de certificação de produtos locais, que contribua como uma mais valia para os produtores e que eles necessitam.

Em jeito de conclusão, saliento a maior semelhança do ecomuseu com o ecomuseu de Somiedo, a região também é muito semelhante, a agricultura é semelhante, os telhados das casas são semelhantes, embora nós usemos palha e eles giestas, nós preservamos o lobo ibérico, eles o urso. Os dois projectos estão inseridos em locais classificados, só que em Somiedo ecomuseu e parque natural confundem-se, porque convergem nos objectivos a alcançar, que é a preservação do território, a fixação das gentes e a necessidade de uma estruturação forte para atrair turistas, que justifiquem a existência deste projecto.

A grande lição é a interacção e a capacidade de conjugação de esforços conjunta, numa região deprimida e em risco de passar ao lado do desenvolvimento.

Conclusão

Analisando as características do segundo maior concelho, em área do país, com oitenta por cento da população com um estilo de vida essencialmente agro-pastoril, e o nível etário médio a aumentar vertiginosamente, o desenvolvimento local está no mínimo hipotecado. É urgente sensibilizar a população local para os riscos de desertificação, de aumento de pobreza e mesmo de uma mais do que possível “desinculturação” das nossas aldeias, que em cada dia vêem as suas casas antigas compradas por urbanistas sem qualquer ligação à terra, mas sedentos de uma reforma tranquila e relaxada.

Esta região, só tem duas possibilidades de inverter esta situação. A primeira é uma valorização imediata do seu património natural e cultural, vendo nele o seu melhor investimento a prazo. Claro está que esta valorização, tem de ter a coragem de aplicação de um preço, porque a cultura tem um custo em qualquer parte do mundo, menos no mundo rural e aqui esbarramos, por vezes na falta de ambição monetária que os barrosões sofrem desde há muitos séculos. Preferem oferecer o presunto do que por um preço para um lanche regional. Exemplo disso é a actual feira do fumeiro, que nas suas primeiras edições, a câmara como organizadora, teve de pagar aos lavradores para exporem simplesmente o seu fumeiro durante três dias. Hoje, catorze anos depois, são vendidas na feira mais de cinquenta toneladas de fumeiro (presunto, chouriça, chouriço, alheiras, farinhotas e sangueiras), fora o que sai directamente de casa dos produtores, para aqueles clientes já fidelizados. Mas, a falta de capacidade de empreendedora tem impedido os produtores de se associarem e de criarem uma casa de fumeiro, onde teriam todas as condições para vender fumeiro todo o ano e daí lançar os primeiros passos para a criação de canais de comercialização, sem intermediários avarentos.

O recurso turístico mais explorado em Portugal é indubitavelmente o sol e mar, proporcionado por um clima aprazível e uma faixa costeira extensa e diversificada. No entanto, o nosso país tem uma diversidade imensa de outros recursos que podem constituir-se em segmentos de mercado importantes, se adequadamente promovidos e dotados das necessárias infra-estruturas, como prova o estudo de mercado deste trabalho.

Assim, estes recursos passam por aldeias preservadas, com valores paisagísticos e culturais únicos; casas senhoriais recuperadas que permitem o turismo de habitação, bem como a prática de desportos em contacto com a natureza; estâncias termais de diversos tipos e diversas localizações. Uma grande vantagem que Portugal apresenta enquanto destino turístico é o facto de ser possível, num espaço geográfico pequeno, e percorrendo

pequenas distâncias, responder a motivações turísticas muito diferenciadas, beneficiando em todos os pontos do país de uma cultura rica, uma gastronomia única e património religioso.

O Barrosão é solidário, gregário, social. O comunitarismo agro-pastoril é disso um exemplo; assim como as «instituições» criadas para reger a vida em comunidade, apoiadas em fortes laços de solidariedade. A cultura barrosã assenta nesta interajuda entre vizinhos, desde os trabalhos no campo, à partilha dos momentos bons e maus. A vida social dos barrosões, mercê das condicionantes económicas e ambientais, cimentou estes laços, criando regras, respeitando costumes e tradições que resistem às exigências e mentalidades modernas.

Esta realidade está a ser alvo de uma atenção especial: investir nos equipamentos estruturantes e apoiar fortemente a criação da estrutura hoteleira de cariz turístico é o objectivo fundamental da Câmara Municipal através do projecto Ecomuseu de Barroso que tem no turismo um poderoso recurso para o desenvolvimento económico e social do concelho.

Trata-se, no fundo, de aproveitar os enormes recursos do concelho, na área do turismo em espaço rural, ecoturismo, turismo de habitação, gastronomia e agro-turismo, turismo desportivo de natureza, criando uma nova imagem aos produtos regionais, áreas onde a criação de riqueza é compatível com a manutenção do equilíbrio ambiental e a preservação da identidade do seu povo e respectivas tradições.

O Ecomuseu de Barroso está no momento da sua afirmação local, porque ao fim de quatro anos em que o projecto não foi usado como bandeira política, todos os pólos estão em obra, esperando-se inaugurar, até ao final do ano o pólo de Salto. Uma das grandes vantagens deste projecto é ser municipal, porque todas as experiências que conheço, que tinham associações de desenvolvimento local, a gerir, vêem o final dos quadros comunitários com grande apreensão, pois estas iniciativas demoram muitos anos até serem auto suficientes, exemplo disso são alguns projectos já não têm dinheiro para pagar aos seus técnicos.

Sendo um projecto municipal, o ecomuseu não está isento de dificuldades, essencialmente económicas. Usamos o carro da divisão sócio-cultural, o que significa que é usado por cerca de dez pessoas. Apenas estão contratados dois técnicos superiores, nos quadros do museu, os restantes colaboradores têm sido estagiários, para estágio curricular e para estágio profissional, nas áreas da arqueologia, biologia, turismo e antropologia. Isto dificulta imenso a divisão de tarefas e a estruturação do trabalho a médio prazo. Uma outra dificuldade é o esforço físico que vaias actividades acarretam, como é o caso da marcação dos percursos pedestres e as actividades tradicionais como a malhada e a cegada, em que faltam os colaboradores mais robustos.

Estamos a viver o início de mais uma grande dificuldade, que será a abertura dos pólos temáticos, com a já anunciada dificuldade de contratação de administrativos. Teremos de partir para a marcação prévia de visitas durante o ano e durante os meses de verão recorrer a OTLs e a parcerias com as juntas de freguesia para facilitar o acesso aos pólos. Mas como a nossa ideia é fazer de todos os habitantes da aldeia, onde o pólo está, guias do museu, e para isso quem for acompanhado com os habitantes locais não irá pagar entrada no museu, porque o museu é deles e ninguém falará melhor das suas experiências de vida do que eles próprios.

Um lamento em relação às denominações de origem e às certificações dos produtos locais que são de excelente qualidade, mas que deviam reverter para o produtor, como maior receita e infelizmente representa mais um custo e não se vislumbram canais de comercialização sérios, que incentivem o aumento de produção animal e agrícola. Fica a dúvida para a real importância da cooperativa dos produtores de batata de semente do barroso, para os agricultores do concelho.

Um segundo lamento para a falta de visão de futuro, com o não aproveitamento da marca Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG) nos produtos de qualidade que são cultivados, nos concelhos que integram o parque nacional. Esta deverá ser a imagem de pureza e sanidade de tudo que tem origem nesta região. Claro está, que terá de haver uma ou mais equipas de verificação da qualidade dos produtos, que se funcionassem poderiam ser as cooperativas.

Montalegre enquadra-se na região chamada "Terra Fria", zona de profundos contrastes com Verões quentes e Invernos rigorosos. Diz o ditado popular "nove meses de Inverno e três de Inferno". Uma mais-valia muito importante desta região, foi o contrabando que originou uma fácil ligação com as terras Galegas e com os grandes centros de Chaves e Braga, com os quais há um grande intercâmbio de pessoas, bens e serviços.

As gentes são hospitaleiras e trabalhadoras, espontâneas no trato e solidárias entre si e com quem as visita, pouco desconfiadas e muito justiceiras. Zona de uma pureza quase intocável, oferece aos visitantes paisagens de um colorido intenso, mas breve, produzido pelo curso das estações.

É deslumbrante o esplendor dos seus carvalhais seculares, o urzeiral intenso, os giesteiros garridos - refúgio de uma fauna ímpar e variada, que povoa os cabeços castigados pela neve do Inverno e do calor do "Inferno". Nas zonas mais baixas e planas estendem-se ladrilhos de mil verdes, recortados por muros de pedra solta, onde o Barrosão produz o essencial para a sua alimentação, sobretudo as manadas de vacas, rebanhos, garranos. No

Outono apanha a delícia dos cogumelos e miscaros tão abundantes. São 805 Km² repletos de variados ecossistemas e paisagens, que surpreendem todos os visitantes.

Subir às serras do Larouco, Barroso, Mourela, Leiranco ou Gerês é descobrir um «país maravilhoso» construído e conservado pelos Barrosões ao longo de séculos, havendo fartos vestígios antiquíssimos em cada pedaço de terra. A imponência destas serras oferece outro tipo de aventuras e emoções, que começam a ter a sua expressividade, com as iniciativas dos grupos mais radicais. Também a paisagem se vende e tem cada vez mais clientes à procura de qualidade.

Penso que há novos empregos que o ecomuseu está a provocar, há um turismo crescente, que não se pretende de massas, mas que deixe de ser tão sazonal. O futuro desta região não passa pelo abandono da pastorícia nem da agricultura mas elas são essenciais para a preservação deste tipo de paisagem, claro está, acrescidas de um extra que virá da procura turística.

Na minha opinião pessoal, fica bem definida a diferença entre a museologia clássica e a ecomuseologia, bem como o papel da comunidade na criação deste projecto de desenvolvimento local, que será tão forte quanto o empenho que os Barrosões puserem nas tomadas de decisão que forem necessárias.

Termino com uma frase do amigo pessoal e do Ecomuseu de Barrosos *Hugues de Varine*: “Os processos e métodos de desenvolvimento local apoiam-se, necessariamente, sobre a cultura viva dos cidadãos: nenhum desenvolvimento pode ser sustentável sem uma participação dos cidadãos, participação essa que deve fazer-se na linguagem da cultura”.(...)

Parece que a máxima bem conhecida em Portugal que “para lá do Marão mandam os que lá estão” continua a ter ser actual.

VIVA BARROSO.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arte em Portugal*. Vol.2, Alfa. 1986. Lisboa.

ALVES, Jorge Fernandes - *Cadernos Culturais 5*. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre, 1985.

ARCOS, Paulina; Malara, Margherita. 1987. Etude comparative des statuts et modes de gestion des écomusées, (Paris), (Ecole du Louvre), (var. pagings). (fre). Monographie proposée par M. Christian Pattyn dans le cadre de l'année de Muséologie, Ecole du Louvre, 1986-1987. Incl. bibl., ann.

BAPTISTA, José Dias - *Cadernos Culturais 14 e 15*. Montalegre: Edição de Câmara Municipal de Montalegre, 1992 e 1993.

BAPTISTA, José Dias - *O Castelo de Montalegre*. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre, 1996.

BAPTISTA, José Dias - *O País Barrosão, Montalegre e Terras de Barroso*. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre, 1991.

BÉRARD – Laurence et MARCHENAY, Philipe – *Les produits de terroir. Entre cultures et réglemets*. Paris : CNRS Editions, 2004.

CABELLO, Jorge (Coord.) – *Grandes Museus de Portugal*. Presença/Público. 1992. Lisboa.

Comissão Europeia - “*Panorama da Indústria Comunitária*” Comissão Europeia (1998), “*A European Community strategy to support the development of sustainable tourism in the developing countries*”. Comissão Europeia, 1997

Conclusões da Reunião de Responsáveis Governamentais de Turismo da EU. Vilamoura Portugal, 11 de Maio de 2000

COSTA, João Gonçalves de - *Montalegre e Terras de Barroso*. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre, 1968.

Decreto de Lei n.º 47/98 de 16-02- 1998

DGT - “Breve Análise da Frequência das Termas 1995/1999”. “As Férias dos Portugueses em 1999”. DGT, 2000.

DUARTE, Ana – *Educação Patrimonial*. Guia para Professores e educadores e Monitores de Museus e tempos livres. 2ª ed. Texto Editora. 1994. Lisboa.

DUPRÉ, Lucie – *Du Marron à la Châtaigne d’ardèche. La relance d’un produit régional*. Paris, editions du CTHS. 2002.

FERNÁNDEZ, Luis Afonso – *Museologia, Introducción a la Teoría y Práctica del Museo*. Istmo, 1993. Madrid.

FILIPÉ, Maria da Graça da Silveira – *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da musealização contemporânea em Portugal (1979-1999)*. Dissertação de mestrado. Universidade Nova de Lisboa. 2000.

FONTES, António Lourenço- *Etnologia Transmontana*. Lisboa: Editorial Domingos Barrira, 1992.

FREIRE, Adriano - “*Internacionalização Desafios para Portugal*”, Editorial Verbo. 1998, Vol.I.

GIL, Júlio – *As mais belas Vilas e Aldeias de Portugal*. Verbo, 1994. Lisboa.

GUIMARÃES, Rui Dias – *O Falar de Barroso. O Homem e a Linguagem*. João Azevedo Editor. 2002.

GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Património e Museus Locais*. Nº 1/2, II Série, Junho e Dezembro, 1992. Instituto Rainha D. Leonor. Lisboa.

GOUVEIA, Henrique Coutinho – *Património e Museus Locais*. Nº 4 e 5 Setembro e Dezembro, 1991. Instituto Rainha D. Leonor, Lisboa.

Guia turístico de Portugal de A a Z, Circulo de Leitores.

INE - Censos 1991 / 2201: Resultados preliminares, Concelho de Montalegre

La muséologie selon Georges Henri Rivièrè. Textes et témoignages. Paris, Dunod.1989.

LIMA, Silvestre bernardo – “Bovídeos e suídeos” Boletim do Ministério da Agricultura. Direcção da Instrução agrícola. Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra. Ano 1 – nº7. Janeiro de 1919.

MARTINEZ Adolfo García – *La casa Somedana*. Ecomuseu de Somiedo I. KRK Ediciones, 2000. Oviedo.

Mc Intosh, R. W., Goeldner C. R. E Ritchie J. R. B. - *Tourism Principles, Practices, Philosophies.*, EUA: (17ª ed.) 1995.

NABAIS, António José – *Le Musée Municipal de Seixal: Un Ecomusée de Développe*. In *Muséum International*, nº 142, pp71-4, UNESCO, 1984. Paris

NABAIS, António José – *Musealização de espaços urbanos*. In actas do Colóquio APOM 89 – *Arquitectura de museus. Museus e Formação proficional* (Museu de Aveiro, 4/7 Fevereiro de 1989), pp. 47 - 49

OCDE - “*Measuring the Role of Tourism in OECD Economies*”. 2000.

OMT - “*Tourism Economic Report*”. (First edition) 1998.

OMT - “*Tourism Highlights 2000*”, (First Edition) March 2000.

OPPERMAN, M. E Chon K.- *Tourism in Developing Countris*. London: Internatonal Thomson Business Press. 1997.

PESSOA, Fernando – *Museologia nas Áreas Protegidas*.in *Correio da Natureza*, nº 17, pp. 38-39, Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza. 1992. Lisboa.

Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), Diagnóstico Prospectivo. Universidade do Algarve (Dez. 1999) - *O Impacto do Turismo na Economia Portuguesa*.

RIBEIRO, Maria Manuela Macedo – *Estratégias de Reprodução Socioeconómica de unidades familiares camponesas em Região de Montanha (Barroso 1940-1990) um estudo de sociologia em que as mulheres também contam*. Vila Real: UTAD, 1992.

RIVIÈRE, Georges Henri – *La Muséologie selon Georges Henri Rivière, Cours de Muséologie/Textes et Témoignages*. Dunod, 1989. Paris.

RODRIGO, João Martins - *O Presunto e Fumeiro em Barroso*. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre.

SAUT, François – *Écomusées et musées de société au service du développement local, utopie ou réalité ?* n°3, collection « Jeunes auteurs » 2001.

TORRES, Cláudio et al – *Museu de Mértola, Basílica Paleocristã*. Campo Arqueológico de Mértola, 1993. Mértola.

Turismo – *Uma Actividade Estratégica*. Revista Economia e Prospectiva, Vol. I, n°4, Jan./Mar. 1998, GEPE, Ministério da Economia

Viagens, Gente (1999) Distrito de Vila Real, Gente e Viagens, n.º 49. Mensal. Junho e Agosto.

VARINE, Hugues de. 1987. *O Tempo social*, Rio de Janeiro, Livraria Eca Editora, 207 p., tables. (Colecao Eleutherias; 3) (por). Tradução e coordenação Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes.

VARINE-Bohan, Hugues de. 1991. *L' Initiative communautaire: Recherche et expérimentation*, Nacon, Ed. W; Savigny-le-Temple, MNES, 265 p. Collection Museologia) (fre). Publié en portugais (brésilien) sous le titre "O tempo social", moins les chapitres spécifiquement muséographiques.

VARINE, Hugues de. *Lokalmuseet som process*. Nordisk Museologi 1996. pp 61-66.

Pág. Web

www.saja-nansa.cantabriainter.net

Anexo I – Comissão Local para o Património e Ecomuseu

ECOMUSEU DE BARROSO

Regulamento Interno

Comissão Local para o Património e Ecomuseu

Montalegre
Aprovados Maio de 2002

Comissão Local para o Património e Ecomuseu

Preâmbulo

A constituição de um grupo de personalidades locais que se designa “Comissão Local para o Património e Ecomuseu”, considera-se fundamental pelo valor acrescentado que algumas pessoas, residentes ou não no concelho, podem trazer para o processo de criação e consolidação do Ecomuseu do Barroso. Esse contributo pode derivar das suas próprias experiências profissionais e pessoais, como garantia acrescida da sua participação no processo de desenvolvimento deste território e das oportunidades criadas de relacionamento desse grupo de pessoas com os pólos territoriais e com os grupos locais.

*Esta Comissão deverá assumir um estatuto de *órgão consultivo* municipal e de sensibilização da população para as temáticas do património e para o projecto do *Ecomuseu do Barroso*.*

*Deverá ser composta por pessoas com forte ligação ao território, com o estatuto de voluntários, que possuam conhecimentos e uma experiência de terreno em matéria de património, podendo ser envolvidos em proveito do projecto e do desenvolvimento da população local. Poder-se-á comparar este grupo de pessoas a uma “Academia do Barroso”, uma estrutura prestigiada que contribua para aconselhar, desenvolver iniciativas, ser referência para o *Ecomuseu* e servir de intermediação com outras pessoas ou grupos de pessoas distribuídas pelo território.*

Será conveniente, por outro lado, que se venham a representar nesta Comissão as várias dimensões do desenvolvimento e do projecto do Ecomuseu, especialmente numa relação com o património do território de referência, designadamente as áreas da ecologia, da agricultura, da história local, da economia, do desporto, das artes e artesanato, das tradições, da linguística, do turismo, etc.

Regulamento Interno

Designação

“Comissão Local para o Património e Ecomuseu”

Âmbito

A Comissão Local para o Património e Ecomuseu tem um âmbito municipal.

Objecto

A Comissão tem por objecto:

- a) o aconselhamento e acompanhamento da acção do Projecto do Ecomuseu do Barroso, desenvolvido pela Câmara Municipal em matéria de preservação, valorização e divulgação do Património de todo o concelho de Montalegre,
- b) a sensibilização da população do concelho de Montalegre, de instituições sediadas no concelho e de outras entidades (públicas e privadas) que intervenham no concelho com o objectivo de promover o conhecimento, o estudo, a recuperação e a valorização do património local (nas suas diversas vertentes, imóvel, móvel, imaterial e fungível),
- c) a divulgação e promoção no exterior dos valores patrimoniais e da cultura do Barroso, nomeadamente, suportando a sua acção na estrutura do próprio Ecomuseu do Barroso,
- d) a representação da sociedade civil local em matéria de manifestações e outros eventos que se venham a realizar dentro destas temáticas, do Património e da cultura Barrosã, dentro ou fora do território municipal.

Formas de intervenção

Para a prossecução dos seus objectivos, a Comissão poderá / deverá recorrer a diversas formas de intervenção, nomeadamente:

- a) a elaboração de contributos de reflexão e opinião sobre projectos do Ecomuseu em matéria de Património natural e cultural;
- b) a promoção ou participação em debates públicos, seminários, colóquios, reuniões, nomeadamente de natureza temática, sobre o Património do Barroso e sobre o Ecomuseu;
- c) o apoio a campanhas de sensibilização local para o Património;
- d) o patrocínio institucional de eventos e de iniciativas particulares relacionadas com o património do Barroso;
- e) a dinamização ou apoio a grupos locais vocacionados para a intervenção no campo da defesa, preservação e valorização do Património, incluindo a sua articulação com a acção do Ecomuseu;

- f) o apoio na promoção de estudos, documentação e publicações sobre o Património e a cultura local;
- g) a participação noutras actividades ou eventos de natureza mais alargada, dentro das mesmas temáticas de abordagem ao Património e cultura local;
- h) o apoio na representação do Ecomuseu no exterior;
- i) o intercâmbio com outras entidades exteriores com vista a dar a conhecer o projecto e a facilitar potenciais parcerias ou outro tipo de colaborações com o Ecomuseu.

Composição

A Comissão deverá ser composta por personalidades que demonstrem interesse, apreço e conhecimento em matéria do Património e da cultura local e, que no seu conjunto, abarquem um leque alargado de temáticas disciplinares, incluindo a história (local), a economia, a antropologia, a ecologia, o desporto, a agricultura, as artes e tradições, a linguística, etc.

O número de pessoas a integrar esta Comissão deverá ser limitado, por razões que se prendem com a sua funcionalidade⁴¹.

Integração de novos membros

Os membros da Comissão Local devem ser convidados pelo Ecomuseu do Barroso para integrarem esta Comissão.

Os membros fundadores (no máximo de 10/15 pessoas), devem assumir como prioridade a revisão do Regulamento Interno e a elaboração de um “Documento Fundador” da *Comissão Local para o Património e Ecomuseu*.

Quanto à integração ou saída de qualquer membro, o processo poderá ser suscitado, quer pela equipa do Ecomuseu, quer pela própria Comissão, e deverá ser apreciada pela Comissão e consequentemente, comunicada à Câmara Municipal de Montalegre.

Direitos dos membros

Os membros pertencentes à “*Comissão Local para o Património e Ecomuseu*” têm os seguintes direitos:

- a) Ser informados e ouvidos sobre projectos e acções do Ecomuseu do Barroso, no âmbito do património natural e cultural do concelho de Montalegre;

⁴¹ A Comissão poderá futuramente vir a integrar, a nível de freguesia, grupos locais de acção patrimonial, desde que as suas funções sejam similares.

- b) Ser informados sobre outros projectos e acções da Câmara Municipal, no âmbito do Ecomuseu, cujo impacto sobre o património cultural e natural local seja significativo, podendo traduzir-se em situações de conflitualidade com os objectivos do Ecomuseu;
- c) Usufruir de actividades do Ecomuseu desde que necessárias para o cumprimento da sua actividade, dentro das competências que lhe são atribuídas, e desde que compatíveis com o plano de actividades e orçamento afecto ao Ecomuseu.

Deveres dos membros

Os membros pertencentes à Comissão Local para o Património e Ecomuseu têm os seguintes deveres:

- a) Desempenhar todas as tarefas que decorrem das suas competências e funções enquanto membros desta Comissão, salvaguardando os interesses da população de Montalegre e das instituições que a representam, nomeadamente, as instituições autárquicas;
- b) Informar a Câmara Municipal sobre qualquer assunto respeitante à sua actividade enquanto membro desta Comissão Local, desde que para isso seja solicitado;
- c) Informar previamente o Ecomuseu do Barroso sobre actividades ou plano de acções que venham a ser elaborados, desde que estes assumam carácter público.

Orgânica

A Comissão terá uma Direcção, composta pelos técnicos do Ecomuseu, a qual fica responsável por fazer a ligação com a Câmara Municipal e os restantes membros que serão o plenário.

A direcção é responsável pela apresentação junto da Câmara Municipal de planos e propostas de actividades, bem como pela sua execução.

Os restantes membros da Comissão (plenário) deverão, sempre que possível acompanhar a execução das actividades por si propostas.

Funcionamento

A Comissão funciona em instalações do Ecomuseu do Barroso, segundo um regulamento que deverá ser estabelecido no início de cada ano, entre a Comissão e o responsável do Ecomuseu do Barroso.

Os membros da “Comissão Local para o Património e Ecomuseu” concordam e subscrevem os termos deste Regulamento Interno:

Dr. José Dias Baptista
Dr. Francisco Álvares
Eng. Agrónomo Alberto José Vilhena Gusmão
Dr. Bento da Cruz
Prof. José António Carvalho de Moura
Padre Dr. António Lourenço Fontes
Padre João Gonçalves Costa
Eng. Agrário Fidalgo
Sr. José Manuel Arantes
Prof.^ª. Maria do Carmo
Eng. Lúcia Araújo Jorge
Dr.^ª Irene Esteves Alves
Sr. João António Machado
Representante da Associação dos antigos Mineiros da Borralha
Prof. Doutor Helder Fernando Vilamarim do Alvar
Dr. João Carlos Azenha
Dr. David José Varela Teixeira

Montalegre, 03 de Maio de 2003

Anexo II - Rede de Percursos Pedestres de Barroso

Os percursos Pedestres

A criação de uma rede de percursos pedestres, no concelho de Montalegre, foi um momento importante para a afirmação das potencialidades desta região no âmbito do turismo activo.

O pedestrianismo, ou caminhada, é tão antigo como o homem. Praticar pedestrianismo é andar, algo que o ser humano teve de fazer desde sempre para se deslocar de um lugar para outro. Na verdade, muitos dos caminhos que se percorrem na prática do pedestrianismo parecem ter sempre existido, para ir de uma aldeia para a outra, para chegar a uma pequena ermida ou para aceder a velhas ruínas.

As calçadas romanas poderiam ser um primeiro e claro antecedente do pedestrianismo. Outros antecedentes encontram-se nos famosos Caminhos de Santiago, um longuíssimo caminho que passou a fazer parte dos percursos catalogados e que só em Espanha conta com mais de 800 km.

Esta actividade nasceu em França há quase cinco décadas. Ali começaram a criar-se os Percursos de Grande Rota (GR). Pouco depois outros países europeus seguiram o exemplo francês, e em alguns ocorreu um espectacular desenvolvimento dos GR. Na actualidade a Alemanha conta com mais de 210 000 km sinalizados.

Características essenciais do pedestrianismo:

- Consiste em percorrer a pé os Percursos de Grande Rota;
- Não se trata de um desporto de competição – não há meta a alcançar;
- O caminho é um meio, não um fim;
- Embora se considere um desporto de aventura, o pedestrianismo não inclui o factor risco;
- Os percursos, salvo raras excepções, não acarretam grandes dificuldades;
- Para a sua prática não se requer treino nem conhecimento de técnicas especializadas, podendo ser praticado por pessoas de todas as idades;
- As rotas abrangem locais de interesse paisagístico ou cultural;
- É uma mistura de desporto e turismo;
- Não existe um meio ambiente específico para praticar o pedestrianismo, que inclui rotas por todas as zonas: litoral, montanha, campo, etc.;
- Evitam-se, sempre que possível, as estradas e as vias muito frequentadas.

O risco e a emoção são o denominador comum de todos os desportos de aventura. No entanto, o risco vivido em cada desporto de aventura é desigual.

Não se pode dizer que o pedestrianismo é um desporto arriscado. Salvo alguns cominhos de alta montanha, os Percursos de Grande Rota não implicam perigo algum, nem exigem uma forma física de alto nível. Trata-se de uma actividade simultaneamente agradável e relaxante. E, embora seja incluída nos desportos de aventura, esta actividade é adequada a todas as pessoas, sem grandes riscos. Para o caminheiro a aventura pode consistir em preparar uma longa viagem a pé que o permite atravessar a Europa ou simplesmente descobrir e realizar um curto percurso a poucos quilómetros de casa.

Do ponto de vista desportivo o pedestrianismo é um desporto não competitivo nem agressivo praticado em plena natureza, e que não requer um equipamento sofisticado, material técnico ou conhecimentos prévios de cartografia.

O pedestrianismo no aspecto ambiental e de protecção da natureza permite o conhecimento e a sensibilização ambiental promovendo a protecção da natureza; é um pretexto para a conservação dos caminhos, das fontes, calçadas, lugares de interesse histórico, etc.; estimula a observação do meio natural e, a observação da fauna e flora, promovendo o seu respeito e admiração e influencia a conservação e protecção do meio rural cujas pessoas e modos de vida são o nosso património mais importante.

As novas tendências turísticas estão cada vez mais viradas par um turismo mais activo, mais verde e mais natural, sendo o pedestrianismo um elemento muito forte. No aspecto do turismo cultural o pedestrianismo aproxima as pessoas ao meio rural, promovendo-o; recupera os caminhos antigos para novos usos podendo revitalizar a economia das regiões rurais e de montanha; pode dinamizar iniciativas que complementam a economia ligada às actividades tradicionais, fomenta o intercâmbio cultural e contribui para a rentabilização da oferta hoteleira, restauração, alojamento rural, turismo de habitação, campismo, etc.

Os Percursos

Os percursos pedestres são, segundo Clawson, recursos turísticos orientados para o recurso. Aqui o ponto primordial é a qualidade do recurso: o nível de desenvolvimento é muito baixo e as facilidades criadas pelo Homem são muito poucas.

De acordo com a Federação Portuguesa de Campismo(FPC) um Percurso Pedestre “É um percurso previamente sinalizado, com marcas próprias, que tem por objectivo fazer-nos chegar àqueles lugares que pela sua singularidade paisagística, riqueza arquitectónica, cultural ou outra, são dignos de visitar e contemplar. Os percursos pedestres podem ser (são) infra-estruturas de desporto e de lazer que poderão prestar um forte contributo para o

desenvolvimento sócio-económico das zonas rurais, sendo ainda um meio de conhecimento e de protecção da natureza numa perspectiva de educação ambiental na formação das gerações actuais e formas de testemunho para as vindouras. São ainda uma ferramenta para a preservação e conservação de caminhos antigos, históricos, públicos e tradicionais.”

No pedestrianismo foram aparecendo pequenas variações dos Percursos de Grande Rota: de pequena rota, circulares, ecológicos e os internacionais europeus. Em seguida enumeram-se os pormenores que os diferenciam:

Percursos de Grande Rota – são os percursos com extensão igual ou superior a 50 km. Poderiam definir-se como os percursos principais em redor dos quais se estendem todos os restantes. Os Percursos de Grande Rota identificam-se pelas letras GR e um número (e.g. GR-6). Se existir alguma variante, esta identifica-se como outro número depois de um ponto (e.g. GR-8.1).

Percursos de Pequena Rota – costumam estar ligados aos GR, criando em redor destes uma rede de caminhos locais. A sua extensão raramente alcança os 50 km. Os Percursos de Pequena Rota têm a numeração correspondente precedida da sigla PR. Quando se trata de um percurso circular, acrescenta-se a letra C (e.g. PRC-1).

Percursos de Pequena Rota Circulares – este tipo de caminhos, também chamados simplesmente Percursos Circulares, caracteriza-se por começar e terminar num mesmo ponto.

Percursos Internacionais Europeus – são aqueles que têm continuidade em países vizinhos e chegam a alcançar extensões realmente espectaculares. O seu traçado costuma coincidir, nas passagens pelos diversos países, com a GR de cada um deles. Identificam-se com a letra e um número atribuído (e.g. E-8).

Os percursos pedestres de Grande Rota têm mais de um dia de jornada e são sinalizados a branco e vermelho. Os Percursos Pedestres de Pequena Rota são até um dia de jornada e não mais de 30 Km e são sinalizados a amarelo e vermelho.

Desenho e Planificação dos Percursos

Fase precedente à ida ao terreno

O primeiro passo para elaborar qualquer trabalho é a *definição de objectivos* a atingir. Ou seja, saber com que intenção e para quê se desenham os percursos.

Deve-se definir o *público-alvo* que pretendemos atingir, mesmo que seja o público em geral, desde caminhantes ocasionais até caminhantes experientes que tenham sensibilidade ambiental.

Deve-se atribuir uma *tipologia dos percursos*: de Pequena Rota(PR) ou de Grande Rota (GR).

Tem que se definir a *forma como os percursos irão ser apresentados ao público*: através de sinalização no terreno ou numa publicação.

Deve-se fazer uma *pesquisa e definir um tema para cada percurso*. Esta temática pode revelar-se muito importante como factor motivacional para o potencial realizador de um percurso. Assim, ao estabelecermos elementos dentro de uma ou mais áreas de interesse ao longo do percurso, pode fazer com que um indivíduo que pouco se interesse pela actividades físicas em si possa sentir-se motivado para as realizar.

Deve-se *analisar o mapa de forma a identificar os pontos de interesse por onde os percursos possam passar*, privilegiando caminhos de terra batida e calçada de modo a evitar, sempre que possível, o alcatrão. Tem de se saber se os caminhos são públicos ou de serventia, para passar nos que não são será necessário obter uma autorização para poder passar neles. Deve-se traçar o percurso seguindo o modelo ideal, ou seja, que conseguisse garantir a máxima segurança para os seus executantes, tendo inicialmente uma zona plana de aproximadamente 500 metros considerada como área de aquecimento, onde o executante teria a possibilidade de adaptar e preparar o seu organismo para o esforço, de seguida apareceria o maior desnível do percurso de declive positivo (subida), seguindo de uma zona relativamente plana que permitisse a recuperação. Após esta zona de restabelecimento, viria a parte do percurso de declive negativo (descida) que culminaria com uma zona plana.

Deve-se fazer uma *estimativa da duração e extensão do percurso*, ou seja tempo que demora a realizar o trajecto e a distância real percorrido e respectivas paragens, tendo por base que por hora podem-se fazer 3 quilómetros.

Deve-se definir a *orientação do percurso*: se é circular (o ponto de a partida e de chegada coincidem) ou linear (se o ponto de partida e chegada diferem).

Reconhecimento dos Percursos no Terreno

Aquando da ida ao terreno, deve ser feita a *medição da distância real e a duração do percurso*.

Deve ser feito o *levantamento das características do piso e do relevo* ao longo do trajecto do percurso. Confirmando, posteriormente, o sentido para a realização do percurso, uma vez que só neste momento temos a percepção do esforço realizado nas subidas, quais as paisagens mais interessantes e qual o tipo de piso que encontramos.

É nesta altura que também se devem *identificar todos os pontos de água potável* encontrados ao longo do percurso.

Depois da Visita ao Terreno

Devem ser *definidos os traçados definitivos do percurso no mapa*.

Devem ser *calculados os desníveis acumulados e feita a representação gráfica* ao longo do percurso, sendo esta informação muito importante para que o utilizador saiba quantas subidas e descidas irá ter de realizar e o grau de inclinação que apresentam.

É também nesta altura que se decide quais serão os *melhores meses do ano para a realização do percurso*, ponderando qual a altura de maior beleza, qual a época de menos chuva, etc.

De seguida deve ser elaborada uma pequena lista do *equipamento necessário* para a realização do percurso, para que os caminhheiros não sejam apanhados desprevenidos.

Deve ser *elaborado um pequeno texto de apresentação do percurso*, resumindo o que poderá ser encontrado ao longo do trajecto.

Deve ser *elaborada uma lista de algumas regras de conduta* a ter em consideração.

Deve ser feita uma *reunião e compilação de toda a informação a disponibilizar ao utente*. Esta deve ser o mais clara, concisa, suficiente e útil possível, de forma a que o utilizador se sinta apoiado e acompanhado na sua actividade física, sentindo-se, assim, em *segurança* para os requisitos físicos necessários e o nível do percurso.

É nesta fase que é *elaborada a proposta de homologação* do percurso, que é posteriormente enviada à Federação Portuguesa de Campismo. A homologação do percurso pedestre significa torná-lo oficial perante o organismo que tutela o pedestrianismo em Portugal, passando pelo seu registo oficial e pela sua marcação no terreno através das marcas utilizadas a nível de Pequena Rota ou de Grande Rota.

Devem ser identificadas estruturas físicas de apoio à caminhada, tais como:

- ➔ Parque de estacionamento – condicionado e bem controlado, sem agredir o meio ambiente e com o objectivo de proporcionar alguma comodidade aqueles que se desloquem em veículo próprio até ao início do percurso;
- ➔ Balneários ou fontes de água – é necessário proporcionar locais onde as pessoas possam cuidar da sua higiene e hidratação;
- ➔ Locais de exposição, museus ou pontos de interpretação – como forma de ajuda à melhor compreensão do meio e afins;

- Alojamentos adequados – num cenário que cada vez se torna mais frequente no estrangeiro, existe muita oferta de alojamento do mais variado para apoio aos percursos que durem dias ou temporadas incluindo estruturas autorizadas de apoio ao campismo;
- Pontos de venda de material específico ou outros – para os mais desprevenidos e como local de distribuição de documentação alusiva ao local e ao percursos;
- Local de telefone de emergência – para uma eventualidade.

Marcação no Terreno

Nesta fase é necessário adquirir material para a marcação do percurso. Os materiais necessários são os seguintes:

- Número de postes de conflagem de pinho recomendados pela F.P.C. (utilizados com postes de suporte à marcação);
- Tinta plástica nas cores vermelha e amarela (PR) ou vermelha e branca (GR);
- Pincéis nº 4 e nº 16;
- Escova de aço;
- Poda;
- Tesoura de Poda.

Como Sinalizar um Percurso

As normas para a marcação de percursos foram publicadas em “Percursos Pedestres – Normas Para Implantação e Marcação” editado pelo Centro de Estudos e Formação Desportiva, ISBN 972 – 8460 – 23 – 6, Depósito Legal 163342/01. É segundo estas normas que os percursos pedestres são registados e homologados.

Para o efeito, foi criado o Registo Nacional de Percursos Pedestres, serviço da Federação Portuguesa de Campismo, que tem por finalidade registar os percursos pedestres de todas as entidades que a ele recorram, atribuir-lhe a numeração, fazer a sua

homologação de acordo com os pré-requisitos estabelecidos e fazer a sua divulgação a nível nacional e internacional.

O pedido de registo é feito em impresso próprio a fornecer pela Federação, ficando a sua homologação condicionada pelo seguinte:

- O percurso pedestre tem de estar implantado de acordo com as normas, especialmente no que diz respeito às marcações e cores utilizadas;
- Tem que reunir condições de segurança e os trilhos devem estar transitáveis;
- Não pode ser implantado em cima de outro percurso registado e homologado anteriormente;
- O percurso pedestre deve estar tão bem marcado que possa ser percorrido por qualquer praticante, mesmo o menos experiente, sem recurso a guia, mapa, bússola, roteiro, etc.;
- A entidade promotora terá que assumir a sua manutenção durante, no mínimo, 5 anos;
- Terá de ser editado um folheto promocional e de informação.

A homologação é feita após visita técnica aos trabalhos de implantação, a pedido da entidade promotora, sendo confirmada através da atribuição da Carta de Homologação devendo esta ser entendida como um certificado de qualidade.

São registados por concelhos sendo-lhes atribuída uma numeração que inicia no nº 1, constituindo redes concelhias. Se um percurso percorre no espaço de divisão territorial de dois concelhos, é-lhe atribuída a numeração do referente ao concelho com mais território abrangido.

A numeração pode ser acompanhada com as letras designativas do concelho ex: PR1 – MTR. (Pequena Rota; numeração concelhia; letras designativas do concelho[facultativo]).

Actualmente existem várias soluções de sinalização que satisfazem praticamente quase todas as necessidades. De acordo com o objectivo do percurso e com aquilo que se quer assinalar, podem aplicar-se placas de maiores ou menores dimensões ou caso se pretenda apenas marcar o trajecto pode recorrer-se às marcas de tinta.

Infelizmente, não existe ainda, a nível europeu uma política comum de marcação de percursos pedestres. Por isso cabe às organizações nacionais de cada país ou região autónoma, a sua regulamentação (sendo a região autónoma da Madeira a única em Portugal com regulamentação própria).

A sinalização com pintura é a base para a orientação do caminheiro. Neste caso específico desenham-se marcas nas vedações, postes de electricidade ou telefone, muros,

penedos, etc. e utilizam-se setas e placas como complemento. O número de marcas a colocar deve ser o suficiente para que o caminheiro as consiga seguir, devendo-se sempre ter em atenção que o caminheiro desconhece a região. A marca deve saltar à vista e ter em conta que as diferentes condições climatéricas como a chuva, o nevoeiro ou a neve, podem dificultar a sua visibilidade. As marcas devem-se avistar de umas para as outras, nos dois sentidos de marcha, à excepção de caminhos bem marcados, onde poderão estar mais distanciadas.

Para a sinalização complementar utilizam-se as placas de forma quadrada (15cm lado), que devem ser feitas de material resistente e pintadas a vermelho com indicações a amarelo, caso seja PR.

As placas com forma de seta têm o objectivo de informar a proximidade de uma povoação, miradouro, fonte, etc. Deverão ser rectangulares de 12 centímetros de largura por 40 centímetros de comprimento, com um dos lados em forma de seta que indica a direcção do local. Devem ser pintadas de branco com uma bordadura com cerca de 2 centímetros a azul. Na cauda da seta está um quadrado com fundo vermelho e a indicação da rota a que pertence. Todas as outras indicações são em azul.

As placas devem ser enterradas com um sistema anti-arranque, ficando cerca de 1,5 metros acima do solo.

Os painéis, de formas e tamanhos diversos, devem apresentar um esquema aproximado do percurso pedestre e informações gerais sobre os locais por onde passa.

Embora existam muitos troços sem sinalização, ao longo de um percurso pedestre encontra-se uma série de sinais, baseados num código internacional adoptado por todas as organizações europeias que se dedicam ao pedestrianismo. Estas marcas podem indicar que se trata de um percurso de pequena ou grande rota, que se está a seguir o caminho correcto ou que há uma mudança de direcção nos próximos metros.

- As cores: vermelho associa-se aos GR, o amarelo aos PR.
- Onde encontrá-las: em rochas, troncos de árvores, postes, marcos e montículos de pedras.
- Sinais complementares: placas e flechas
- A informação: indica a direcção a seguir, a sigla e o número do percurso, a distância e o tempo de marcha até ao seguinte ponto de interesse e os serviços que se vão encontrar.

Manutenção dos Percursos

Com o tempo, as alterações climáticas, o aumento do coberto vegetal de uma zona, as transformações induzidas pelo homem, é natural que as marcas ou placas sofram algum desgaste, deixando de se ver ou desaparecendo. É por isso necessária a visita periódica ao terreno e a manutenção para assegurar que todas as marcas se encontrem visíveis e nos correctos sítios. E também a manutenção dos percursos que assegura a segurança dos seus utilizadores. A manutenção deve ser assegurada pela entidade responsável pelo percurso, durante, no mínimo, 5 anos.

Conselhos Úteis Para Praticantes de Pedestrianismo

Ao contrário de outros desportos não existe uma tabela oficial ou um critério preestabelecido de *dificuldade* para os Percursos Pedestres. Para conhecer a dificuldade de um percurso é preciso obter informações complementares sobre as características da rota e deduzir a sua dificuldade.

Dispondo de dados suficientes, pode partir-se de três factores básicos para estabelecer o grau de dificuldade. Estes são a extensão, o tipo de terreno e o desnível. A climatologia também é importante.

As rotas bem sinalizadas são mais seguras, no sentido de que é menos provável uma pessoa perder-se. Em rotas com sinalização deficiente ou inexistente, ter-se-á de compensar esta lacuna mediante bons conhecimentos de orientação.

Equipamento

O *calçado* – Os pés são o elemento básico a proteger e como o pedestrianismo é, acima de tudo, caminhar, a escolha correcta do calçado torna-se, pois, fundamental. O tipo de sapato escolhido tem de ser cómodo: será preciso andar muitas horas. O isolamento é também um factor primordial. Para otimizar o conforto e o isolamento, o uso de peúgas apropriadas é tão importante como a escolha do calçado adequado.

Trata-se de uma combinação entre as resistentes e rígidas botas de montanha e as cómodas e anatómicas sapatilhas desportivas. Costumam ser confeccionadas em lona grossa e forradas com *gore-tex* (um tecido sintético microporoso impermeável que permite a transpiração). Têm grandes vantagens: são resistentes, impermeáveis e cómodas. São mais seguras e resistentes do que o calçado desportivo e, apesar de terem uma sola rígida e cano alto para protecção dos tornozelos, são também muito mais cómodas do que as botas de montanha. São apropriadas para qualquer tipo de terreno.

A bengala – Não é apenas um instrumento para a terceira idade ou para turistas de férias na montanha. Uma boa utilização da bengala de marcha faz com que a performance do caminhante melhore incrivelmente. É também muito útil para conservar o equilíbrio quando andamos em solo íngreme.

O vestuário – Na escolha do vestuário há que esquecer as modas e a estética e ser completamente prático. Comodidade, pouco peso e protecção contra o frio, a humidade e o vento. É isto, em geral, o que se deve exigir aos artigos e vestuário para a prática do pedestrianismo.

A roupa tem de estar em consonância com as condições climatéricas. Há que prever que o tempo pode mudar durante o percurso.

Com o exercício, o corpo vai ficando mais quente. Por conseguinte, é preciso adoptar um vestuário que permita pôr ou tirar roupas de modo a regular a temperatura do corpo, para garantir o conforto e não acabar banhado em suor. Vestir várias camadas de roupa também assegura uma melhor protecção contra o frio. As roupas em si não produzem calor, a única coisa que fazem é manter o calor libertado pelo próprio corpo e evitar a entrada do frio. O melhor isolamento térmico consegue-se quando se forma uma camada de ar quente em volta do corpo. Por isso, duas camisolas finas, por exemplo, resguardam mais do que uma mais grossa.

Em geral, é recomendável que se vistam três camadas. Mas são as condições climatéricas que determinam qual o vestuário mais adequado e quais os materiais mais apropriados.

Como vestir-se no Inverno – nesta estação do ano, o objectivo principal será proteger-se do frio. Mas é necessário sublinhar que a sensação da temperatura não se relaciona apenas com os graus que o termómetro marca. O vento e a humidade aumentam bastante a sensação de frio. Há que procurar um vestuário que proteja de ambos os factores.

A roupa interior – o tronco é protegido por várias peças visto que se trata da parte do corpo que mais necessita de regulação térmica. Convém que as peças que estão em contacto com a pele sejam de um material que não absorva a humidade, como o plipropileno e a clorofibra, que a expulsam das roupas. No inverno há que evitar as camisolas interiores de algodão, embora se tenha de reconhecer que este material é talvez mais confortável e agradável ao tacto do que os materiais sintéticos. A lã também absorve a humidade, mas não perde, como o algodão as suas qualidades térmicas. As peças de angora são especialmente recomendáveis.

A camada intermédia – para a segunda camada, sem dúvida alguma, o material mais adequado é a chamada “fibra polar”. Este tecido proporciona o mesmo isolamento térmico que a lã, mas tem metade do peso. O único inconveniente é o preço um pouco mais elevado.

As peças exteriores – para a camada exterior, há que escolher uma peça isoladora que proteja também do vento e da chuva. O gor-tex é a melhor opção. Impede a passagem das gotas de água, mas permite que o suor, em forma de vapor de água, possa sair. Quase todos os modelos têm um capuz incorporado.

As calças – há que vestir, evidentemente, calças compridas, para protecção não só do frio, mas também de possíveis arranhões causados por ramos, pedras, etc. esta peça deve ser, acima de tudo cómoda.

Complementos – algumas partes do corpo, como os pés e as mãos, são mais propensas a esfriarem. Nos dias frios serão imprescindíveis uma boas luvas; podem ser de lã ou de fibras sintéticas. Para os pés, aplica-se também o princípio das camadas múltiplas. O complemento ideal para umas botas de pedestrianismo é um par de meias de esqui (não têm calcanhar nem costuras), com peúgas finas de algodão por baixo. É preferível que não sejam 100% algodão, já que com o suor se enrugam e podem causar bolhas.

Para proteger a cabeça e o pescoço das baixas temperaturas, deve usar-se um cachecol e um bom gorro de lã que cubra as orelhas.

Óculos de sol são a melhor protecção para os olhos quando o vento é frio e intenso.

Como vestir-se no verão - Os conselhos para o vestuário em época estival são muito mais simples. Pouco se pode fazer para a protecção do calor, além de vestir roupas leves e frescas. O material mais apropriado é o algodão.

O uniforme estival do caminheiro é composto por uma simples camisola de manga curta em algodão e uns calções. No entanto, caso se siga por carreiros muito estreitos entre vegetação, será aconselhável vestir calças compridas.

O pior inimigo, nesta época do ano, é o sol. O mais importante é proteger a cabeça. Um boné com pala, um chapéu de linho ou palha, ou um lenço. Os óculos de sol e um creme protector solar também são imprescindíveis.

A mochila – existe uma grande variedade de modelos, de qualidades muito diversas e com diferentes capacidades.

Como critério geral, qualquer que seja o tipo de mochila que se adquira, é necessário avaliar a sua resistência e impermeabilidade. Materiais como a lona ou a fibra de nylon impermeabilizada satisfazem ambas as exigências.

Não é recomendável utilizar uma mochila muito grande quando se transporta pouco peso. E nem sempre se fazem saídas de vários dias que exijam levar muito material. O normal é ter duas mochilas e utilizar a mais conveniente. Para as excursões de um só dia, uma mochila de 30 litros de capacidade é mais do que suficiente, ao passo que para uma saída de vários dias será necessária uma mochila de 40 a 60 litros.

A parte rígida que se apoia directamente sobre as costas é a armação. A sua forma é importante. Visto que distribui o peso de maneira uniforme entre a zona lombar e dorsal. Uma placa de poliuretano cosida na parte de trás é suficiente. Um alcochoado exterior tornará mais cómodo o seu transporte.

O *ritmo da marcha* – neste desporto não existe nenhuma lei universal que determine qual o ritmo de marcha apropriado. Cada um deve encontrar a sua regra pessoal. O ritmo dependerá não só da forma física da pessoa, mas também de factores externos, que tornem o percurso mais ou menos duro, como as condições climatéricas e, principalmente, a inclinação do terreno.

Embora cada desportista possa avançar como o seu próprio ritmo, o importante é manter uma marcha constante. As frequentes mudanças de ritmos só aumentam o cansaço. Como regra prática, a velocidade de marcha é a adequada quando se pode avançar respirando pelo nariz.

Deve começar-se com um ritmo suave, dando tempo para que o coração e os músculos e adaptem ao exercício. Passados cerca de vinte minutos de marcha, o corpo já aqueceu. Pode fazer-se então uma pequena paragem para adaptar o vestuário à nossa temperatura e retomar o caminho com um pouco mais de energia.

Se não existirem circunstâncias especiais que aconselhem um início do percurso mais tarde, o melhor é partir de manhã cedo.

Num terreno plano ou com desníveis muito suaves, o melhor é avançar cerca de 3 ou 4 km por hora. Para calcular o tempo total que se gastará num percurso, há que ter em conta que também se demorará muito tempo em paragens quer para descansar, comer, observar a paisagem ou tirar fotografias. Um cálculo bastante aproximado obter-se-á somando mais 30 ou 40% do tempo previsto de marcha.

Quando é necessário efectuar uma jornada muito longa, torna-se conveniente moderar as forças para chegar até ao fim. Se o que conta é avançar, um bom ritmo de marcha assume então maior importância. Há que evitar as aragens muito frequentes. Quando se sente cansaço é preferível não parar, mas sim diminuir a velocidade. Se faz muito calor e se se caminha ao sol, não é necessário que os descansos sejam muito longos: cinco minutos bastam. Convém parar em lugares onde haja sombra e, sobretudo, aproveitar cada descanso para beber.

Beber – quando se realiza qualquer tipo de exercício continuado, é preciso ingerir líquidos para evitar a desidratação. Na verdade, quando surge a sensação de sede, o corpo já perdeu grande quantidade de água.

As perdas de água serão maiores no verão do que no inverno. Embora também se possam tomar refrescos ou sumos, as bebidas doces causam mais sede. Deve beber-se água. Se faz calor, há que levar uma provisão de um litro de água por cada 3Km a percorrer e beber o equivalente a um copo de água de meia em meia hora. No inverno, o consumo reduz-se para metade: meio litro para cada 3km. Com baixas temperaturas será bom tomar uma bebida quente.

Comer – deverão transportar-se na mochila pequenas provisões, além dos alimentos principais, como frutos secos, bolachas, barras de cereais, etc. o chocolate também poderá incluir-se na lista, mas derrete com muita facilidade. Estes alimentos energéticos serão uma boa ajuda durante o caminho, já que o organismo assimila rapidamente. Quando sentimos uma “fome canina” é já demasiado tarde para se ultrapassar o défice.

Devemos obrigar-nos a, no início de uma marcha, termos o estômago apenas o suficiente cheio.

Problemas mais frequentes

Com os pés – os pés merecem uma atenção especial. Se doerem, o pedestrianismo deixa de ser uma fonte de divertimento ou de sensações agradáveis, e cada passo pode tornar-se uma pequena tortura.

Deve cuidar-se regularmente dos pés para prevenir a formação de bolhas. Antes de iniciar uma excursão, faça-se uma revisão geral e cubra-se com adesivo os pontos mais sensíveis onde podem produzir-se feridas ou irritações. Também, é importante verificar se as unhas dos pés estão bem cortadas.

Levar calçado cómodo e já usado, acompanhando de meias absorventes, também ajuda a evitar problemas.

Por vezes, a prevenção revela-se insuficiente e acabam por surgir feridas e bolhas. Se a pele só está avermelhada pela irritação e ainda não surgiu a bolha, basta cobrir a parte afectada com um adesivo, bem esticado e sem almofada, e trocar de peúga. Se apareceu uma bolha, o mais apropriado é picá-la com uma agulha para extrair o líquido.

Dores musculares – surgem quando se realiza um esforço considerável ou quando se faz exercício sem estar bem trinado. No tecido muscular acumulam-se produtos metabólicos, como o ácido láctico, em virtude de uma irrigação sanguínea insuficiente. As dores musculares só se eliminam mediante uma melhor irrigação do sangue. O que se consegue fornecendo calor às partes afectadas através de massagens e continuando a marcha, embora a princípio seja doloroso.

Plantas e insectos – é muito frequente a presença de urtigas nos carreiros. Causam uma irritação ligeira e que leva várias horas a desaparecer. No verão, caso se usem calções, deve ter-se cuidado com estas plantas.

Durante o caminho, pode cair-se na tentação e comer bagas, como por exemplo amoras. Devem comer-se apenas aquelas que se conhecem perfeitamente.

Os insectos também constituem uma pequena ameaça. Em caso de picada, deve extrair-se com muito cuidado o ferrão, para que não rebente a pequena bolsa de veneno que contém na sua base. Aproximando um cigarro ou uma brasa várias vezes, mantendo o calor o mais junto possível da pele durante alguns minutos, destrói-se o veneno. Para prevenir as picadas dos mosquitos aplicar uma loção repelente quando for necessário.

Orientação e informação –

Mapas – um mapa é a representação gráfica de uma extensão de terreno sobre um plano. Sob este conceito geral, podem encontrar-se diferentes tipos de mapas: estradas, temáticos, topográficos, de orientação, entre outros. Para a prática do pedestrianismo utilizam-se principalmente os topográficos e os de orientação.

Como interpretá-los – a escala – expressa a proporção em que se reduziu a realidade para a representar no mapa. Ao consultar um mapa à escala de 1 : 25 000, cada unidade de medida que se considerar no mapa é 25000 vezes maior na realidade. Por exemplo, um centímetro equivalerá a 250m.

Utiliza-se este tipo de mapas para o pedestrianismo porque são os que oferecem uma reprodução mais parecida do terreno.

As curvas de nível – num mapa aparecem geralmente linhas de cor avermelhada, de formas sinuosas: são as curvas de nível. Estas linhas unem pontos situados a uma mesma altitude acima do nível do mar.

Não é fácil imaginar como são os relevos que representam na realidade. Tem de se pensar que cada linha é uma “talhada horizontal” do relevo. Consoante a escala do mapa, varia a equidistância das curvas. Num mapa á escala de 1 - 25 000, a equidistância nas zonas de montanha é de 10m.

Uma referência prática para interpretar o mapa é a seguinte: quanto mais apertadas estão as linhas, mais acentuado é o desnível. Em contrapartida, se as curvas estão muito afastadas entre si, isso significa que os declives são mais suaves.

Para calcular uma distância em linha recta, basta medir com uma régua o espaço entre dois pontos e multiplicar os centímetros pelo valor da escala numérica, por exemplo, para encontrar a distância correspondente a 3 cm num mapa à escala de 1 : 25 000, há que

multiplicar 3 por 25 000, a distância real é de 75 000 cm, o que equivale a uma distância de 750 m.

Se é necessário calcular uma distância com curvas, torna-se muito prático fazer coincidir um cordel como desenho do troço e medir. Depois, estende-se o cordel, obtendo assim a distância equivalente em linha recta. Mede-se o cordel com uma régua e multiplica-se os centímetros pela escala numérica do mapa.

Os *topoguias* ou *roteiros* – estes livros, de pequeno formato, incluem todo o tipo de informações sobre cada percurso pedestre. Há topoguias de quase todos os GR que existem actualmente. No canto superior direito da capa aparece um quadrado com as letras GR e o número do percurso pedestre correspondente em cor branca sobre fundo vermelho.

Os topoguias oferecem uma descrição do itinerário, com os mapas correspondentes, também costumam incluir um perfil do percurso pedestre, onde se indicam os desníveis a superar.

Também se incluem desenhos ou fotografias dos lugares mais importantes, assim como todo o tipo de dados e informações sobre a região.

Percursos Pedestres Existentes na Região

No concelho não existem percursos pedestres homologados pela Federação Portuguesa de Campismo. O Parque Nacional da Peneda Gerês tem dois percursos pedestres, na área deste concelho, que estão em fase de homologação. Um destes percursos é uma Grande Rota que atravessa toda a área do Parque e o outro é uma Pequena Rota perto da aldeia de Pitões das Júnias até á cascata da mesma aldeia.

Futuramente, e com a aprovação da candidatura efectuada ao programa INTERREG III A, irá haver um percurso de Grande Rota da antiga estrada romana – A Via XVII e outro dos caminhos de Santiago.

Surgimento dos Percursos Pedestres no Âmbito do Ecomuseu

Estes percursos pedestres surgem no âmbito do estudo efectuado pela empresa Quaternaire Portugal, onde foi sugerida a criação dos mesmos. Esta sugestão consistia na criação de sete percursos pedestres distribuídos pelas várias áreas do concelho, o que serviu de base para a elaboração do plano deste trabalho. Depois chegou-se à conclusão que o melhor seria, numa primeira fase, implementar apenas cinco.

Foram tidos em consideração alguns princípios de desenvolvimento sustentável na elaboração destes percursos de modo a não existir uma colisão, nomeadamente:

- A manutenção física da herança no contexto da forma de vida dos locais em desenvolvimento;
- Permitir o máximo acesso a infra-estruturas disponíveis, sítios turísticos, parques ou outros espaços verdes;
- Consolidação da viabilidade cultural e social da comunidade local;
- Equilíbrio de interesses de residentes e visitantes;
- Viabilidade económica;
- Minimizar impactes ecológicos adversos dos locais resultantes dos transportes.

Para alcançar estes objectivos tivemos em consideração as parcerias que podem ser criadas para o desenvolvimento e promoção do turismo sustentável e os papéis dos governantes locais e de que forma estes podem apoiar o estabelecimento destas parcerias locais de acordo com o conhecimento dos seus próprios interesses.

Passos para a Elaboração do Projecto

Para os percursos serem homologados pela Federação Portuguesa de Campismo, têm que ter, cada um, um projecto que deverá ser enviado à mesma para apreciação e, posteriormente, ser dado o número do percurso. O projecto enviado foi basicamente a informação que se segue nas secções seguintes.

Como já foi dito anteriormente as populações locais são o elemento humano mais importante neste trabalho. Por conseguinte, escrevi uma carta ao pároco de cada aldeia e uma outra a cada presidente de Junta de Freguesia para que estes avisassem a população do que iria ser feito e foi elaborado um folheto para ser colocado nas aldeias por onde passaria o percurso

Fase precedente à ida ao terreno:

O primeiro passo neste trabalho foi a *definição de objectivos* a atingir. Ou seja, saber com que intenção e para quê se desenham os percursos. Estes objectivos foram iguais para todos os percursos da rede de percursos pedestres do Ecomuseu. Os objectivos definidos são os seguintes:

- Promover o Pedestrianismo na região do Barroso;
- Divulgar esta região;
- Descentralizar o turismo das áreas saturadas;

- Envolver a população local, na marcação e manutenção dos percursos;
- Incentivar a população local a fazer novos investimentos e/ou encontrar novas fontes de rendimento;
- Fomentar na população mais jovem um maior conhecimento e defesa do património;
- Reforçar a sua Identidade Cultural;
- Criar maior ligação entre as aldeias;
- Proporcionar à região uma maior dinâmica trazida pelos caminhantes;
- Diversificar a oferta de actividades de lazer.

O *público-alvo* que pretendíamos atingir era o público em geral, desde caminhantes ocasionais até caminhantes experientes que tenham sensibilidade ambiental.

A *tipologia dos percursos* é de Pequena Rota(PR) uma vez que são de pequena extensão, realizam-se num dia e têm o objectivo de conhecer e contactar com a região do concelho de Montalegre.

Foi definido que *a forma como os percursos iriam ser apresentados ao público* seria através de sinalização no terreno.

Foi feita uma *pesquisa e definido um tema para cada percurso*. Esta temática pode revelar-se muito importante como factor motivacional para o potencial realizador de um percurso. Assim, ao estabelecermos elementos dentro de uma ou mais áreas de interesse ao longo do percurso, pode fazer com que um indivíduo que pouco se interesse pela actividades físicas em si possa sentir-se motivado para as realizar. Foi definida uma temática segundo a classificação de percursos da Federação Portuguesa de Campismo. Portanto, tendo em conta que estes percursos proporcionam um contacto com o património natural através da paisagem; cultural através do contacto com as populações locais e histórico através do encontro de monumentos, construções comunitárias e caminhos antigos, a sua classificação seria de percursos histórico-ambientais.

Embora os percursos implementados tivessem sido primeiramente traçados no mapa pela empresa que elaborou o projecto para o Ecomuseu, o *mapa foi novamente analisado de forma a identificar mais pontos de interesse por onde os percursos pudessem passar*. Foram, então, identificados outros pontos de interesse no mapa e foi esboçado um desenho dos percursos, contudo este esboço ainda foi alterado mais vezes aquando do reconhecimento dos percursos no terreno. Foram privilegiados caminhos de terra batida e calçada de modo a evitar, sempre que possível, o alcatrão. Os caminhos são na sua grande maioria públicos ou de serventia. Em relação ao traçado do percurso, este foi feito seguindo o modelo ideal, ou seja, que conseguisse garantir a máxima segurança para os seus executantes, tendo inicialmente uma zona plana de aproximadamente 500 metros considerada como área de

aquecimento, onde o executante teria a possibilidade de adaptar e preparar o seu organismo para o esforço, de seguida apareceria o maior desnível do percurso de declive positivo (subida), seguindo de uma zona relativamente plana que permitisse a recuperação. Após esta zona de restabelecimento, viria a parte do percurso de declive negativo (descida) que culminaria com uma zona plana.

Quanto à *estimativa da duração e extensão dos percursos*, ou seja, o tempo que demora a realizar o trajecto e a distância real percorrida e respectivas paragens, serão apresentadas mais à frente na caracterização dos percursos, mas pode-se adiantar que foi feita tendo por base que por hora podem-se fazer 3 quilómetros.

A *definição da orientação dos percursos* foi três percursos circulares (uma vez que a partida e a chegada coincidem) e dois lineares (uma vez que a partida e a chegada diferem).

Reconhecimento dos Percursos no Terreno

Aquando da ida ao terreno, foi feita a *medição da distância real e a duração* de cada percurso, explicada mais adiante.

Foi feito o *levantamento das características do piso e do relevo* ao longo do trajecto de cada um dos percursos. Confirmando, posteriormente, o sentido para a realização do percurso, uma vez que só neste momento tivemos a percepção do esforço realizado nas subidas, quais as paisagens mais interessantes e qual o tipo de piso que encontrámos.

É nesta altura que também se *identificaram todos os pontos de água potável* encontrados ao longo de cada um dos percursos.

Como se *tratavam de percursos que iriam ser sinalizados* foram contabilizadas as unidades a utilizar e identificados os locais no mapa onde se iriam colocar placas.

Depois da Visita ao Terreno:

Foram definidos os traçados definitivos de cada percurso no mapa.

Foram calculados os desníveis acumulados e foi feita a representação gráfica ao longo de cada percurso, sendo esta informação muito importante para que o utilizador saiba quantas subidas e descidas irá ter de realizar e o grau de inclinação que apresentam.

Foi também nesta altura que decidimos qual seriam os *melhores meses do ano para a realização de cada um dos percursos*, ponderando qual a altura de maior beleza, qual a época de menos chuva, etc.

De seguida elaborou-se uma pequena lista do *equipamento necessário* para a realização dos percursos, de forma a que os caminheiros não sejam apanhados desprevenidos.

Elaborou-se um pequeno texto de apresentação para cada percurso, resumindo o que poderá ser encontrado ao longo do trajecto.

Elaborou-se uma lista de algumas regras de conduta a ter em consideração.

Foi feita uma reunião e compilação de toda a informação a disponibilizar ao utente. Esta foi o mais clara, concisa, suficiente e útil possível. De forma a que o utilizador se sinta apoiado e acompanhado na sua actividade física, sentindo-se, assim, em segurança para os requisitos físicos necessários e o nível de cada percurso.

É nesta fase que é elaborada a proposta de homologação dos percursos, que é posteriormente enviada à Federação Portuguesa de Campismo. A homologação dos percursos pedestres significa torná-los oficiais perante o organismo que tutela o pedestrianismo em Portugal, passando pelo seu registo oficial e pela sua marcação o terreno através das marcas utilizadas a nível de Pequena Rota.

Nesta fase foi elaborado um relatório progresso apresentado ao Presidente da Câmara Municipal.

Nesta fase é necessário adquirir material para a marcação do percurso, sendo que já existiam alguns na Câmara Municipal. O orçamento dos barrotes de caufragem de pinho recomendados pela F.P.C. (utilizados com postes de suporte à marcação) e a tinta plástica nas cores vermelha e amarela será apresentado mais á frente; os pincéis nº 4 e nº 16 já existiam no Clube Papaventos; a escova de aço adquirida foi de 2.50Euros; a podoa foi de 17.25Euros.

Entidade Promotora

A entidade promotora da rede de Percursos do Ecomuseu de Barroso é a Câmara Municipal de Montalegre, localizada na Praça do Município – Apartado 32, 5470 – 214 MONTALEGRE.

Justificação da Criação da Rede de Percursos Pedestres do Ecomuseu do Barroso

Os percursos pedestres contribuem para a divulgação e valorização da região, pois dão a conhecer o património natural, histórico e cultural do concelho.

Estes percursos pedestres são uma forma de aproveitar e reavivar caminhos tradicionais, que constituem um dos mais valiosos recursos existentes nesta região rural de montanha.

Dada a crescente procura por um turismo mais activo, esta rede de percursos constitui um meio de diversificar a oferta turística da região, permitindo combater a sazonalidade que afecta este sector.

A ideia da criação de uma rede de percursos pedestres no concelho de Montalegre, está integrada na criação do Ecomuseu do Barroso que neste momento contempla apenas este concelho, mas que futuramente se prevê o seu alargamento ao concelho de Boticas.

Os objectivos deste projecto são vários:

- Dar a conhecer os locais e as populações por onde passam cada um dos percursos;
- Promover e divulgar a prática do Pedestrianismo,
- Registar os Percursos Pedestres, na Federação Portuguesa de Campismo, permitindo que estes sejam feitos por qualquer praticante, mesmo o menos experiente, sem recurso a mapa, bússola ou roteiro;
- Aproximar as pessoas ao meio rural, promovendo o desenvolvimento sócio-económico das populações locais;
- Manter e preservar os caminhos rurais antigos, as aldeias, os costumes, o património natural e construído, a história e a cultura;
- Fomentar a comunicação e o intercâmbio cultural entre a população local e os caminheiros;
- Promover a protecção da Natureza, através da conservação e limpeza de caminhos, calçadas, fontes, etc.;
- Sensibilizar os praticantes desta modalidade para a importância dos valores naturais deste concelho;
- Despertar o interesse pela observação do meio natural envolvente em cada um dos percursos.

Apresentação da Rede de Percursos

A rede de percursos apresentada é constituída por um conjunto de cinco percursos que se encontram na área do Concelho de Montalegre. São eles: o Trilho do Leiranco, o Trilho do Ourigo, o Trilho da Serra da Vila, o Trilho do Rio e o Trilho do Rabagão.

A paisagem onde foram implementados cada um destes percursos é bastante diversificada e teve como principal preocupação a utilização de caminhos de terra batida, salvo raras excepções, onde foi impossível a sua utilização. Três dos cinco percursos são

circulares e dois deles são lineares, pretendendo-se com estes últimos obter, futuramente com o alargamento do Ecomuseu do Barroso ao concelho de Boticas, percursos transconcelhios de ligação dos dois concelhos integrados neste Ecomuseu. Estes percursos de Pequena Rota privilegiam o contacto com os valores naturais, históricos e culturais de cada área.

De seguida é feita a apresentação, sucinta, de cada um dos percursos.

PR1 - Trilho do Leiranco

Descrição Resumida do Percurso

O Trilho do Leiranco é um percurso de Pequena Rota (PR), com 11,750 quilómetros de extensão, de forma linear, de nível médio, com início na aldeia de Zebral (localizada a 932 metros de altitude) e fim na aldeia de Cervos (localizada a 854 metros de altitude).

Ao percorrer o percurso passa-se por diversos pontos de interesse, entre os quais caminhos antigos dos pastores e de ligação de aldeias, com passagem pelos núcleos rurais de Cortiço e Arcos.

Este percurso faz-nos entrar em contacto com a cultura local e a vivência quotidiana nas aldeias. Permite-nos atravessar paisagens verdejantes e paisagens de campos cultivados.

Este percurso inicia na aldeia de Zebral, situada no sopé Oeste da Serra do Leiranco, ao longo do vale do Beça.

Dentro das aldeias o piso é em geral asphaltado, mas ao longo do percurso de ligação de aldeias o piso é de terra batida e na sua maioria caminhos antigos de ligação de aldeias e caminhos antigos de pastores. Muitos troços dos caminhos são murados, o que embeleza o percurso.

Ficha Técnica do Percurso

Partida: Zebral

Chegada: Cervos

Âmbito: Cultural, ambiental e paisagístico

Tipo de Percurso: De Pequena Rota, por caminhos rurais e tradicionais

Distância a Percorrer: 11,750 Km em linha

Duração do Percurso: Cerca de 4 horas

Grau de Dificuldade: Médio

Desníveis: Mediamente acentuados, com um grande ascendente

Altimetria: **Ponto mais alto** – 976 metros
Ponto mais baixo – 830 metros

Época Aconselhada: Todo o ano

Pontos de Interesse

Aldeia de Zebral – lameiros ladeados de castanheiros, capela da Senhora a Natividade com Sepulturas Antropomórficas, cruzeiro, carvalhal;

Aldeia de Cortiço – portal do Lameiro a 100m, Rio Beça, Ponte Romana, Moinho no Rio Beça a 30m, Capela de Santa Barbara, Matos de Altitude;

Aldeia de Arcos – Forno do Povo, Fonte e lavadouro, moinhos junto à Ribeira da Portagem;

Aldeia de Cervos – Fonte e lavadouro, forno do povo, Igreja Matriz, casas de lavradores abastados.

PR 3 - Trilho do Ourigo

Descrição do Percurso

O Trilho do Ourigo é um percurso de Pequena Rota (PR), com 21.100 metros de extensão, de forma circular, de nível médio/alto, com início e fim na Vila de Montalegre (localizada a 1006 metros de altitude).

Passando por diversos pontos de interesse, entre os quais caminhos antigos dos pastores, com passagem pelos núcleos rurais de Torgueda, Castanheira e Cambezes. Este percurso faz-nos atravessar paisagens verdejantes, bonitas áreas de carvalhal e paisagens de campos de cultura.

Ficha Técnica do Percurso

Partida e Chegada: Montalegre

Âmbito: Cultural, ambiental e paisagístico

Tipo de Percurso: De Pequena Rota, por caminhos rurais

Distância a Percorrer: 21,1 Km - circular

Duração do Percurso: Cerca de 6 horas

Nível de Dificuldade: Médio/Alto

Desníveis: Mediamente acentuados, com um grande ascendente

Altimetria: Ponto mais alto – 1190 metros

Ponto mais baixo – 920 metros

Época Aconselhada: Todo o ano

Pontos de Interesse

Montalegre – Capela de São Sebastião, Casa do Cerrado, Carvalho da Forca, Carvalhal do Avelar, Fojo do Lobo do Avelar, miradouro e Capela da Senhora das Treburas;

Aldeia de Torgueda – conjunto de Fonte de Mergulho, Moinho e forno do Povo, capela;

Aldeia de Castanheira – antiga escola primária, Forno do Povo a 10 metros, Capela a 20 metros;

Antigas Casas dos Guardas Florestais no Ourigo

Aldeia de Cambezes – Forno do Povo, largo com construções rurais típicas, Igreja, parte da via sacra.

PR2 – Trilho da Serra da Vila

Descrição do Percurso

O Trilho da Serra da Vila é um percurso de Pequena Rota (PR), com 19.800 metros de extensão, de forma circular, de nível médio, com início e fim na Vila de Montalegre.

Passando por diversos pontos de interesse, entre os quais caminhos antigos dos pastores, com passagem pelos núcleos rurais de Donões, Padroso e Padornelos.

Este percurso faz-nos atravessar paisagens de campos de cultivo e manchas de carvalhal.

Ficha Técnica do Percurso

Partida e Chegada: Montalegre

Âmbito: Cultural, ambiental e paisagístico

Tipo de Percurso: De Pequena Rota, por caminhos rurais

Distância a Percorrer: 19,8 Km - circular

Duração do Percurso: Cerca de 5 horas

Nível de Dificuldade: Médio

Desníveis: Mediamente acentuados, com um grande ascendente

Altimetria: Ponto mais alto – 1100 metros

Ponto mais baixo – 900 metros

Época Aconselhada: Todo o ano

Pontos de Interesse

Montalegre - Castelo, Capela do Castelo, Capela de Santo Adrião com sepulturas antropomórficas, Capela da Senhora das Neves a 600 metros e capela de São Frutuoso a 450 metros;

Aldeia de Donões – Alminhas, Capela, Igreja a 15 metros;

Aldeia de Padroso – Igreja, alminhas; Forno comunitário;

Aldeia de Padornelos – Forno do Povo, corte do boi do povo, Serra do Larouco, pista de parapente e pista automóvel;

PR4 - Trilho do Rio

Descrição do Percurso

O Trilho do Rio é um percurso de Pequena Rota (PR), com 19.950 metros de extensão, de forma circular, de nível médio/alto, com início e fim na aldeia de Vilaça que fica localizada a 946 metros de altitude.

Passando por diversos pontos de interesse, entre os quais caminhos antigos dos pastores e de ligação de aldeais, com passagem pelos núcleos rurais de Paredes, Covelães, Travassos, Sezelhe, Frades e São Pedro.

Este percurso faz-nos entrar em contacto com a cultura local e a vivência quotidiana existente nas aldeias. Permite-nos atravessar paisagens verdejantes, bonitas áreas de carvalhal e paisagens de campos cultivados em volta do rio Cávado.

Dentro das aldeias o piso é em geral calcetado, mas ao longo do percurso de ligação de aldeias o piso é de terra batida e na sua maioria caminhos antigos de ligação de

aldeias e caminhos antigos de pastores. Muitos troços dos caminhos são murados, o que embeleza o percurso.

Ficha Técnica do Percurso

Partida e Chegada: Vilaça

Âmbito: Cultural, ambiental e paisagístico

Tipo de Percurso: De Pequena Rota, por caminhos rurais e de ligação de aldeias

Distância a Percorrer: 19,950 Km em circuito

Duração do Percurso: Cerca de 7 horas

Nível de Dificuldade: Médio/Alto

Desníveis: Mediamente acentuados, com um grande ascendente

Altimetria: Ponto mais alto – 1056 metros

Ponto mais baixo – 830 metros

Época Aconselhada: Todo o ano

Pontos de Interesse

Aldeia de Vilaça – Capela, alminhas;

Aldeia de Paredes – conjunto de moinho e pisão a 20 metros, Igreja e espigueiros a 15 metros, espigueiros com relógio de sol a 250 metros;

Aldeia de Covelães – Igreja, canastro recuperado pelo Parque Nacional da Peneda Gerês;

Aldeia de Travassos – Torre sineira do Boi, Ponte dos Galegos, Capela da Senhora da Vila de Abril a 600 metros;

Aldeia de Sezelhe – Casa Abrigo, Igreja, Forno do povo, Albufeira do Alto Cávado, Capela de Santa Luzia a 1 Km;

Aldeia de Frades – Igreja a 200 metros, Forno do Povo a 250 metros, Fonte de Mergulho a 300 metros;

Aldeia de São Pedro -

Anexo III - Encontro do MINOM

**XVI JORNADAS
SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE / ECOMUSEU DO BARROSO
MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia**



“ Ecomuseologia

- Identidade e Desenvolvimento”

SUB-TEMAS

**1ª Património Imaterial
e Museologia**

2ª Globalização e Museus

**3ª Patrimónios : Mineiro,
Arqueológico,**

Etnológico,

Natural

Remeter a ficha de inscrição para:

XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu

Ecomuseu do Barroso

Largo do Município

5470 - 214 Montalegre

Telef : 276 518 645

e-mail : ecomuseu@cm-montalegre.pt

Organização
Câmara Municipal de Montalegre / Ecomuseu do Barroso
MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia
Apoio: Centro de Estudos de Sociomuseologia - ULHT - FCT

**28, 29 e 30
Outubro de 2005
MONTALEGRE**

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome _____

Morada _____

Telefone: _____ Fax: _____

Email _____

Local de Trabalho _____

Preço da Inscrição:

Sócios do Minom 25€

Não Sócios do MINOM 40€

Estudantes de Museologia (mediante apresentação de documentos comprovativos) 25€

Tenciona apresentar poster?

Sim Não Se sim, indicar tema _____

Indique por ordem de preferência as visitas temáticas em que gostaria de participar:

Salto

(Mina da Borralha)

Pitões das Júnias

(Pastoreio em Regime Extensivo)

Vilar de Perdizes

(Medicina Popular)

PROGRAMA

SEXTA - FEIRA _ 28 de Outubro

09.00h - Abertura do Secretariado

10.30h - Abertura do encontro

Discursos de Boas Vindas : Presidente da Câmara Municipal de Montalegre

Representante do Ecomuseu do Barroso e Representante do MINOM - Portugal

Apresentação do Ecomuseu de Barroso

Apresentação do Arquivo Audiovisual do Ecomuseu de Barroso

13.00h - Almoço

14.30h - Apresentação de posters

15.00h - Apresentação dos sub-temas

Sub-tema 1 - "O Património Imaterial e a Museologia" - Fernando Pinéu e Nuno Miguel Marques

Sub-tema 2 - "A Globalização e os Museus - Relações Transfronteiriças" - Xerardo Pereiro

Sub-tema 3 - "Patrimónios: Mineiro, Arqueológico, Etnológico, Natural" - Jean Yves Durand

16.00h - Pausa

Apresentação de posters

16.30h - Divisão em 3 grupos de trabalho segundo os sub-temas

Debate

Jantar segundo de Tertúlia Cultural animada por contadores de histórias tradicionais

SÁBADO - FEIRA _ 29 de Outubro

09.00h - Divisão em grupos para a visita temática (dia inteiro)

(Salto, Pitões das Júnias e a Vilar de Perdizes)

18.00h - Debate sobre os pólos visitados

Jantar convívio (Visionamento de documentários temáticos produzidos pelo Ecomuseu do Barroso)

DOMINGO _ 30 de Outubro

09.30h - Mesa Redonda sobre o Projecto do Ecomuseu do Barroso com a participação de

Orlando Alves, Fernando Pessoa, Padre Fontes, José Dias Baptista, Bento da Cruz, Mário Moutinho

11.30h - Apresentação das conclusões dos grupos de trabalho

Debate

Encerramento das jornadas

13.00h - Almoço

14.30h - Visita à Vila de Montalegre

17.00h - Assembleia Geral do MINOM

**XVI JORNADAS SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU
“ECOMUSEOLOGIA – IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO”
MONTALEGRE 2005**

INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DO MINOM-Portugal

(na sessão de abertura do encontro)

Senhor Vice-Presidente e Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Montalegre; Senhor Dr. David Teixeira, representante do Ecomuseu do Barroso, Prof. JeanYves Durand da Universidade do Minho, caros membros do MINOM, caros amigos, Senhoras e Senhores.

Foi com prazer que o MINOM-Portugal aceitou o convite para que as XVI Jornadas sobre a Função Social do museu se realizassem em Montalegre. Queremos agradecer vivamente o acolhimento e o empenhamento do Ecomuseu do Barroso e do Município de Montalegre que viabilizaram a organização destas Jornadas. Também queremos agradecer e dar as boas-vindas a todos os participantes.

Ecomuseologia- Identidade e Desenvolvimento é um tema cujo debate nunca se esgota e que é particularmente caro a um Movimento como o MINOM- Movimento Internacional para uma Nova Museologia que se preocupa com a função social que os museus devem desempenhar no âmbito da construção do desenvolvimento.

Acreditamos que não há desenvolvimento sustentável sem auto-estima e consciência de identidade por parte das comunidades que o procuram construir. Todos sabemos que não há identidade sem memória e memória sem património. Conhecê-lo e compreender porque as comunidades o reconhecem como tal é, por isso, uma tarefa da maior importância.

Sendo o MINOM um espaço de debate, de reflexão e trocas de experiências em torno desta maneira de pensar o museu, as Jornadas sobre a Função Social do Museu são sempre um momento fundamental da sua actividade, inspirador de novas dinâmicas e novas perspectivas que vão dando corpo ao movimento para uma nova museologia.

Desejamos que as XVI Jornadas possam contribuir para o aprofundamento desse debate em torno dos patrimónios a que o Ecomuseu do Barroso se refere e sobre os quais reflecte e que esse debate seja proveitoso para os Barrosões e para os seus convidados.

Liliana Póvoas
em representação da Direcção
do MINOM- Portugal

Relatório da Sessão de Trabalho.
Montalegre – de 28 a 30 de Outubro 2005.

Sub-tema 1 – “O Património Imaterial e a Museologia”

Sub-tema 2 – “A globalização e os Museus – Relações Transfronteiriças”

De acordo com a metodologia de trabalho do MINOM – Portugal, reuniu-se em 28 de Outubro de 2005 em Montalegre, os grupos temáticos, supra citados, para um exercício de reflexão.

Da reflexão reconhece-se que:

- O processo de globalização implica uma nova postura social dos cidadãos;
- O processo de globalização não significa apenas um processo de dominação económica;
- A importância da postura política de cada indivíduo dentro dos processos museológicos, entendidos na sua complexidade, implica e condiciona as relações dos museus nas problemáticas da sociedade;
- O Museu como “espaço museológico” e “instrumento de comunicação” assume posturas diferentes na sociedade;
- Como instrumento de comunicação e mediador, o museu fomenta a relação entre os indivíduos e os patrimónios e, entre estes e o território;
- Historicamente os museus tratavam do Património material;
- As transformações sociais, profissionais e epistemológicas ao longo da segunda metade do século XX levaram a que estas instituições se voltassem para o estudo das relações entre as pessoas, das memórias colectivas e dos patrimónios imateriais;
- Uma das funções dos museus é o tratamento da carga simbólica do Património;
- A recolha oral e o tratamento dessa memória colectiva é uma obrigação dos museus;
- O isolamento da instituição museológica e das suas acções configura-se um perigo para a sua existência;
- A interdisciplinaridade na museologia torna-se essencial para garantir a “leitura”, “releituras” e tratamento transversal do bem cultural;
- Há incapacidade dos museus renovarem seus públicos envolverem a comunidade de vizinhança;
- Há incapacidade dos museus reconhecerem e distinguirem seus públicos: alvo, potenciais e efectivos;

- Há necessidade de aplicar metodologias de avaliação e auto-avaliação nos museus;
 - A inexistência de objectivos estratégicos previamente definidos condiciona a programação da instituição museal;
 - As políticas transnacionais influenciam directamente as políticas culturais de âmbito nacional, assim como as políticas e acções museológicas
 - O papel da Unesco tem sido um referencial para a mudança de atitude e mudança conceptual no campo conceptual da museologia e do património;
 - Há o perigo de estabelecermos fronteiras rígidas entre as categorias patrimoniais (tangível e intangível) se tomarmos como referencial teórico apenas as definições da Unesco;
 - Que a adopção exclusiva das definições da Unesco podem ser limitadoras da acção museológica, por conta do seu reducionismo;
 - Que a Unesco tem assumido a diversidade cultural e o património intercultural nas suas novas linhas de discussão;
 - Que a busca e valorização da “pureza” e “originalidade” do património podem ser limitadores da acção museológica;
 - É importante que os museus respeitem e divulguem a interculturalidade;
 - A musealização/ ecomusealização dos patrimónios (materiais, imateriais e humanos) pode ser um recurso (eco) museológico para a criação e disponibilização de serviços;
 - Os ecomuseus como um espelho no qual as populações se revêem.
 - A incapacidade, da generalidade dos museus, utilizar e apropriarem do audiovisual como instrumento de trabalho.
 - A identificação, reconhecimento e valorização dos Tesouros Humanos Vivos poderá ser uma base para a construção das identidades colectivas;
- Assim recomenda-se:
- A criação e definição de metodologias, técnicas e éticas para os processos de recolha, tratamento e divulgação dos patrimónios imateriais;
 - Normalizar os processos de recolha e tratamento, pelos museus, da história oral
 - O respeito pelas vontades das populações e actores sociais, em relação a comunicação/ divulgação das histórias orais;
 - Que os museus definam os seus objectivos estratégicos e procurem adequar suas programações de acordo com esses objectivos;
 - Que os museus, a partir da definição da sua missão, clarifiquem seus objectivos;
 - Que a missão dos museus deve ser divulgada/ partilhada com os seus utilizadores;

- Que os museus, a partir dos seus objectivos e missão, definam os serviços que estão capacitados a fornecer às comunidades;
- A criação de redes de parcerias entre os museus e instituições universitárias e de investigação para regular metodologias e garantir a plena interdisciplinaridade;
- A busca de novas soluções expográficas para que o processo de comunicação nos museus esteja mais próximo das necessidades dos seus utilizadores/beneficiários/visitante.
- A formação do museólogo nas áreas do marketing, gestão e comunicação para os capacitar a gerir os objectivos e a missão da instituição museal de forma articulada;
- A utilização da avaliação como ferramenta para o ajuste dos objectivos/missões e serviços prestados;
- A integração no processo de musealização das hibridações culturais como valor simbólico acrescentado;
- O respeito, tratamento e valorização museológica dos processos interculturais;
- A clara definição e divulgação dos objectivos estratégicos institucionais que insiram a avaliação como ferramenta que expresse os reais desafios do Museu;
- A releitura da definição do conceito de Ecomuseus desenvolvido por Georges Henri Rivière para o entendimento pleno das suas palavras e sua aplicação nos modelos museais que se auto intitulam ecomuseus;
- A utilização do audiovisual como ferramenta de recolha, inventariação, divulgação e comunicação que poderá ser produzido pelo Museu, pela comunidade e /ou pela parceria museu-comunidade.

O Grupo de trabalho reforça como recomendação:

- A necessidade de criar e definir metodologias, técnicas e éticas para sustentar e legitimar os processos de recolha, tratamento e divulgação dos patrimónios imateriais;
- Que os museus definam e divulguem aos seus utilizadores/ públicos/ vizinhança/ beneficiário, sua missão e os seus serviços.

**XVI JORNADAS SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU
“ECOMUSEOLOGIA – IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO”
MONTALEGRE 2005**

REFLEXÕES DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O SUB-TEMA 3:

“PATRIMÓNIOS – Mineiro, Arqueológico, Etnológico, Natural”

O grupo começou por debater questões suscitadas pela intervenção do Prof. Jean Yves Durand, respeitantes à definição de critérios que permitam aferir da genuinidade de património etnológico e, portanto, conduzir à sua certificação. A discussão desenvolveu-se em torno de aspectos do estudo em curso com vista à certificação dos lenços de namorados. O que aqui apresentamos são os traços que marcaram o debate, alguns dos quais suscitaram consensos.

Foi referido que processos de certificação de património etnológico não devem levar à cristalização de um paradigma de perfeição relativo a produtos artesanais num determinado momento histórico uma vez que, produtos culturais que são, estão em constante transformação acompanhando a evolução dos contextos sócio-culturais em que são produzidos; que a certificação não deve ser fossilização; que, quando procedemos à certificação, podemos estar a ser conservadores e paternalistas, salvo se a necessidade de certificação desse património emanar da comunidade que o produz.

Na sequência deste debate concluiu-se que os critérios de certificação se deverão centrar nos contextos de produção, nos conceitos e não nos objectos em si, ou seja, certificar a produção e não o produto, pois só a identidade cultural genuína manterá ou recriará, a autêntica memória.

Levantada a questão da produção industrial inspirada em artefactos tradicionais foi considerado que não é possível garantir o respeito pela genuinidade, mesmo quando houve recurso ao *design*, pois o contexto de produção é outro, e ainda que será a evolução do mercado e da actividade cultural que decidirá da sobrevivência desses produtos industriais.

Foi afirmado que, do ponto de vista da antropologia, o património deve-se observar, registar, mas não se deve cristalizar porque as próprias culturas não permanecem: nascem e morrem, dando lugar a outras. Foi, ainda, defendido que “não destruir património cultural é destruí-lo” uma vez que na essência do património cultural está a sua própria transformação.

Mas também foi referido que outros patrimónios há, como o natural ou o arqueológico, em relação aos quais o registo não é suficiente. É, mesmo, necessário preservar porque é preciso assegurar as novas leituras que, sabemos, serão possíveis no futuro graças à evolução da ciência e da técnica.

Na impossibilidade de se preservar tudo, ou mesmo de se registar tudo, foi reconhecida a necessidade de se seleccionar o que é necessário preservar para o futuro porque mais significativo ou representativo, mesmo sabendo-se que os critérios de selecção de hoje não serão, necessariamente, os de outras épocas. A selecção deveria implicar inventário prévio e definição de que entidades poderiam proceder a essa selecção.

Concluiu-se que diferentes patrimónios implicam diferentes soluções no que respeita a preservação. E foi igualmente afirmado que não é só para salvaguardar a memória do passado que se preserva mas, também, para não se perder saberes-fazer (muitos deles patrimónios imateriais) e manter vivos, e em condições de aplicabilidade, conhecimentos técnicos e científicos. Foi referido como exemplo o caso do património mineiro (geologia, arqueologia industrial, engenharia de minas, tradição oral) que, além do mais, pode constituir um recurso para a sustentabilidade económica e cultural das populações desses territórios.

Anexo IV - Estudo de Mercado

Caracterização do Inquérito

O Inquérito surge da necessidade sentida pelos vários agentes turísticos, a trabalhar no Concelho de Montalegre, de caracterizar correctamente o turista que os visita. A nível Autárquico tem-se notado um esforço enorme por colocar Montalegre no “mapa” e em todos os roteiros turísticos. Montalegre tem sido palco de grandes investimentos e de alguns eventos de interesse Nacional, quer seja a nível de Parapente, desporto Automóvel, corridas de Orientação, quer a nível de feiras como a do Fumeiro e da Vitela que só por si trazem a Montalegre milhares de Pessoas. No entanto, ninguém sabe muito bem quais as apostas que melhor irão responder ao turista que se desloca frequentemente a esta região.

Este inquérito foi realizado por 100 pessoas não residentes em Montalegre, entre os meses de Janeiro e Março de 2001 e teve dois locais que serviram de apoio; o restaurante Piano Bar – O Castelo e o Hotel Quality Inn****, dois agentes turísticos que abrangem turistas de diferentes níveis sociais.

O Inquérito anónimo divide-se em quatro grandes grupos, que são indispensáveis para bem caracterizar o visitante de Montalegre.

No ponto 1 – conhecem-se os dados pessoais (mantendo o anonimato):

A sua idade, o estado civil, se tem filhos, o seu grau de formação académica e a cidade donde se desloca.

No ponto 2 – Caracterizam-se os hábitos turísticos do visitante:

Qual a frequência com que costuma viajar, para onde se desloca frequentemente, os motivos que o levam a viajar e com quem o costuma fazer, como se desloca para férias, quanto gasta em média e a duração dessas viagens, que actividades gosta de experimentar, quais os serviços que mais utiliza e quais as características que mais valoriza.

No ponto 3 – Fixa o registo da sua opinião sobre a região do Barroso e mais especificamente de Montalegre:

Saber se é a primeira vez que vem a Montalegre e como conheceu esta região, o que mais admira nesta terra, como classifica os serviços a nível turístico, quais as maiores dificuldades com que se debateu nesta região, se deseja voltar e qual o motivo, que actividades gostaria de realizar ao voltar a Montalegre. No Concelho de Montalegre qual a zona que mais aprecia, que acontecimento associa ao Barroso e facilmente se torna ex-libris desta região.

No ponto 4 – breves questões sobre a empresa de Animação Turística – NaTurBarroso, que se preocupa com a preservação do ambiente, a divulgação e a promoção da região; terminando com uma questão aberta: “*Um desejo para a região*”

Objectivos a alcançar

Perfil do turista visitante de Montalegre

1 - Identificação:

Qual a Zona do País que mais visita Montalegre? Qual a sua idade média? Qual a sua formação académica?

Qual o seu estado civil? Saber o número de filhos deste turista?

2 – Caracterização de hábitos:

Saber a frequência das suas viagens de turismo? Saber para onde se desloca mais vezes?

Identificar os Motivos que o levam a deslocar-se a Montalegre?

Com quem costuma viajar? Quanto gasta habitualmente por pessoa? Qual a duração das suas viagens? (Cruzando as alíneas F e G temos o valor médio deixado pelo turista)

A alínea (H*) dá-nos aquilo que o turista faz habitualmente? (I*) mostra quais os serviços que normalmente utiliza? (J*) mostra como se desloca para férias?

(K*) mostra-nos o que este turista mais valoriza nos locais de visita?

3 – Opinião sobre a região do Barroso – Montalegre

Revela como conheceu Montalegre? Mostra se é a primeira vez que vem a Montalegre?

Na alínea:

D* mostra o que mais admira no concelho de Montalegre?

E* Classificação dos agentes turísticos de Montalegre?

F* identifica as dificuldades com que um turista se debate em Montalegre?

H* revela as razões que o fazem voltar a Montalegre?

I* Revela o que mais gostará de fazer quando voltar?

J* quais as zonas preferidas do visitante?

K* qual a realidade mais emblemática de Montalegre?

L* qual a palavra que melhor associa á região?

4 - A NaTurBarroso como empresa de Animação Turística e EcoTurismo, sabe se:

A sua existência é importante para a Região?

Como conheceu esta?

Inquérito

O Turismo Natureza em Montalegre

1. IDENTIFICAÇÃO

Cidade de Origem (morada): _____ Idade: _____
 Formação: _____

Estado Civil:

Casado
 Solteiro
 Viúvo
 Divorciado

Tem Filhos?

Sim
 Não

Quantos? _____

2. CARACTERIZAÇÃO DE HÁBITOS

a) COSTUMA FAZER VIAGENS DE TURISMO? Sim Não

b) SE SIM COM QUE FREQUÊNCIA?

Semanalmente	<input type="checkbox"/>
Mensalmente	<input type="checkbox"/>
2 x Mês	<input type="checkbox"/>
Semestralmente	<input type="checkbox"/>

1 por ano	<input type="checkbox"/>
Ocasionalmente	<input type="checkbox"/>
Sempre que possível	<input type="checkbox"/>
Férias	<input type="checkbox"/>

c) PARA ONDE SE DESLOCA MAIS FREQUENTEMENTE?

Dentro do seu Distrito	<input type="checkbox"/>
Região Norte	<input type="checkbox"/>
Trás os Montes	<input type="checkbox"/>
Montalegre / Barroso	<input type="checkbox"/>

Todo o país	<input type="checkbox"/>
Galiza	<input type="checkbox"/>
Espanha	<input type="checkbox"/>

d) MOTIVOS QUE O LEVAM A DESLOCAR-SE A MONTALEGRE:

Fugir ao stress
 Lazer
 Conviver com a natureza
 Passear com amigos
 Gastronomia

Desfrutar de novas actividades
 Novas sensações
 Conhecer novos locais
 Fumeiro

e) NAS SUAS VIAGENS DE LAZER, VIAJA:

Sozinho
 Casal

Com amigos
 Excursões

f) NAS SUAS DESLOCAÇÕES QUANTO GASTA, EM MÉDIA, POR PESSOA E POR DIA?

Menos de 5000\$00	
5000\$00 a 10000\$00	

Mais de 20000\$00	
10000 a 20000\$00	

g) NAS SUAS VIAGENS DE TURISMO E LAZER, QUAL A DURAÇÃO?

1 a 4 dias	
------------	--

1 semana	
Mais de 1 semana	

h) QUAIS AS ACTIVIDADES QUE REALIZA NAS SUAS VIAGENS TURÍSTICAS?

Visita a locais de interesse	
Visita Monumentos	
Health Club	

Desportos radicais	
Trilhos pela Natureza	

i) QUAIS OS SERVIÇOS QUE NORMALMENTE UTILIZA?

Hotel	
Restaurante	
Aluguer de carros	
Casa de Turismo Rural	
Residenciais	

Posto de Turismo	
Lojas de Artesanato	
Empresas de Desportos Radicais	
Outros; Especifique	

J) COMO SE DESLOCA PARA FÉRIAS?

Carro próprio				Comboio	
Jipe		Autocarro		Avião	
Outro; Especifique:					

K) QUAIS AS CARACTERÍSTICAS QUE MAIS VALORIZA NOS LOCAIS QUE VISITA

Simpatia	
Gastronomia	
Disponibilidade de guias	
Alojamento	
Natureza	

Afectividade da população local	
Paisagens	
Cultura	

3. EM RELAÇÃO A ESTA BELA REGIÃO DO BARROSO E Á SUA CAPITAL MONTALEGRE, EXPRESSE OS SEUS PONTOS DE VISTA:

a) JÁ CONHECIA MONTALEGRE? Não Sim b) Como a conheceu?

➤ Revistas e Jornais	
➤ Rádios e TV	
➤ Amigos	
➤ Eventos locais (Feira fumeiro e vitela, Congresso med. Popular, Pista)	
➤ Empresas Turísticas	
➤ Outro; Especifique	

b) JÁ CÁ TINHA ESTADO? Não Sim Quantos vezes?

c) O QUE É QUE MAIS ADMIRA NO CONCELHO DE MONTALEGRE?

Cultura	
Natureza	
Paisagens	

Gastronomia	
Fumeiro	
Artesanato	

Simpatia	
Desportos	
Outros:	

d) COMO CLASSIFICA NA REGIÃO OS SEGUINTES SERVIÇOS?

	Mau	M Bom	Bom	Razoável	Mau	M.
Alojamento						
Restauração						
Animação						
Guias						
Eventos						
Artesanato						
Recepção						
Posto de Turismo						
Desportos Natureza						
Outros:						

e) QUAIS SÃO AS MAIORES DIFICULDADES COM QUE UM TURISTA SE DEBATE EM MONTALEGRE?

Falta de Informação		Falta de profissionalismo	
Falta de animação		Falta o que Fazer	
Outros:			

f) ESTÁ A PENSAR VOLTAR? Não Sim

g) PORQUÊ?

Pelos Amigos	
Pelo Clima	

Pelos Desportos	
Pela Natureza	

Pela Gastronomia	
Outros:	

h) SE VOLTASSE A MONTALEGRE O QUE MAIS GOSTARIA DE FAZER?

Circuitos Ambientais	
Circuitos Culturais	
Circuitos Gastronómicos	
Circuitos TT	
Desportos radicais	
Outros; Especifique:	

Ver uma Chegas de Bois	
Passeios de Cavalo	
Corridas de Karting	
Pesca e caça	
Health Club	

i) DO CONCELHO DE MONTALEGRE, QUAL A ZONA DE QUE MAIS GOSTA?

Vila de Montalegre	
Vilar de Perdizes	
Barragem dos Pisões	
Cabril	

Salto	
Pitões das Junias	
PNPG	
Outro; Especifique	

j) A QUAL DOS SEGUINTE ITENS ASSOCIA O BARROSO?

Congresso Med. Popular	
Chega de Bois	
Feira do Fumeiro	
Paisagens Naturais	
PNPG	
Cultura Celta	
Outro; Especifique	

l) QUAL A PALAVRA QUE MELHOR ASSOCIA Á REGIÃO?

Natureza	
Cultura	
Simpatia	
Desportos radicais	

Misticismo	
Gastronomia	
Albufeiras	
Outro; Especifique	

4. SURTIU EM MONTALEGRE UMA NOVA EMPRESA QUE SE DEDICA Á ANIMAÇÃO TURÍSTICA, CUJO NOME É “NATURBARROSO” – ORG. E PROMOÇÃO DE EVENTOS

a) PENSA QUE SERÁ IMPORTANTE PARA A REGIÃO?

Não

Sim

b) JÁ TINHA OUVIDO FALAR DELA?

Não

Sim

c) SE SIM DIGA COMO?

Amigos	
TV	

Jornais	
Revistas	

Participou em eventos			
Internet		Outra:	

UM DESEJO PARA ESTA REGIÃO:

Linhas força da resposta aberta

“ Um desejo para esta Região”:

Preservar a Natureza e as Aldeias

Distinguir desenvolvimento de crescimento

Que se promova mais

Que mantenha a sua simpatia e o seu acolhimento

Que se desenvolva sem perder a sua Identidade

Que mantenha a Região Ordenada

Melhores acessos

Melhor sinalização

Mais animação

Mais desportos náuticos

Mais Turismo em Espaço Rural

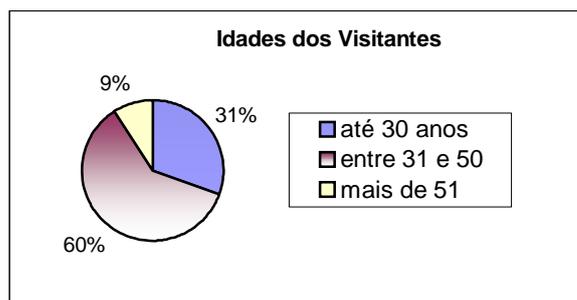
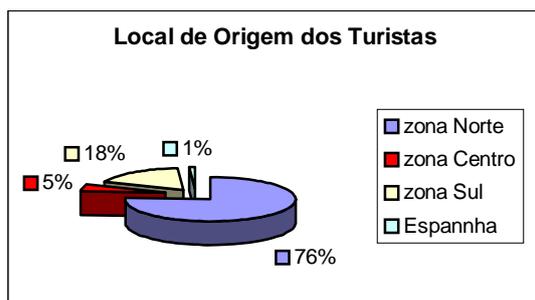
Mudança de mentalidades para um turismo mais inteligente

Desenvolvimento integrado, que satisfaça quem cá vive; o respeito pela Natureza, a divulgação de uma cultura que não pode extinguir-se, antes pelo contrário deve manter-se com os valores e o respeito de uma cultura multissecular, original, com grande potencial para o Turismo Natureza.

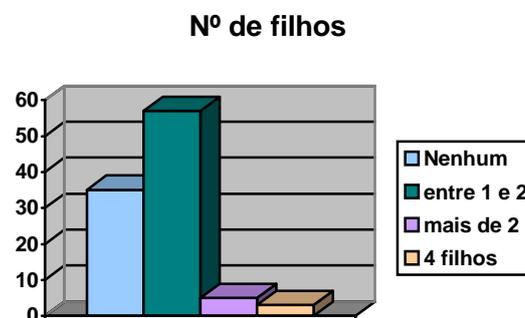
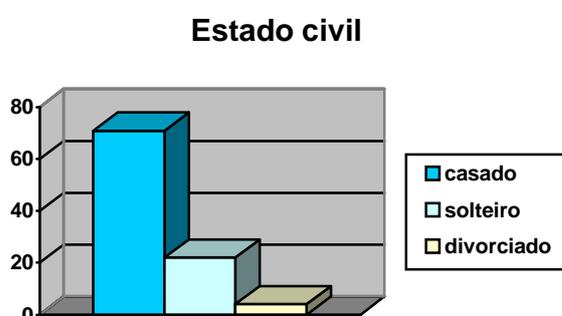
Estes desejos deixados de livre vontade, estão ordenados por ordem decrescente, sabendo que os quatro (primeiros) mais vezes expressos foram referidos por cerca de metade dos inquiridos, chegando mesmo a pedir para que a NaTurBarroso tome uma posição perante os respectivos responsáveis.

Análise dos dados do Inquérito

Observando os gráficos identificamos os locais emissores do turista que visita Montalegre, agrupando-o por idades: 76% destes visitantes deslocam-se da zona Norte, ou seja vêm de uma região relativamente perto. A grande surpresa são os 18% de visitantes que se deslocam da zona Sul e que supera de longe os 5% da zona Centro e a própria Espanha com apenas 1%, de visitantes, apesar de ter um poder de compra superior ao Português.



Caracterizando este visitante vê-se que a sua idade média são os 37 anos, podendo agrupar em três grandes grupos para simplificar a leitura dos dados. Constatamos que é um turista bastante jovem, o que já indicia alguns comportamentos que denotam uma maior capacidade de mobilidade e um espírito de descoberta muito grande.



Perante estes dois gráficos torna-se evidente que este turista se encontra no auge da sua vida, pessoal e profissional; está casado, tem entre 1 a 2 filhos, e um bom nível de formação o que lhe permite ter um bom emprego, logo um bom nível de vida:

- 60% tem formação de nível superior.
- 19% tem um curso médio, especialmente tirado há já alguns anos atrás.
- 18% tem formação até ao 12º Ano.

Estes dados estão intimamente ligados e influenciam as respostas dadas à pergunta sobre o valor que costuma gastar por dia (por pessoa) nos locais que visita:

- 36% afirmou gastar entre 10.000\$00 e 20.000\$00, pessoa dia
- 33% disse gastar entre 5.000\$00 e 10.000\$00, pessoa dia

- 17% afirmou gastar mais de 20.000\$00, pessoa dia
- Apenas 9% referiram gastar menos de 5.000\$00 por pessoa / dia

Uma vez que temos dados sobre a duração média das viagens podemos fazer uma previsão do valor deixado na região por este tipo de turista.

Frequência das Viagens de Turismo	%
Sempre que possível	28
Semestralmente	23
Mensalmente	21
2 vezes por mês	9
Semanalmente	7
1 vez por Ano	5
Ocasionalmente	2
Férias	2
Não viaja	3

Podemos aprofundar ainda mais estas percentagens, pormenorizando o primeiro item (*Sempre que possível*) que é muito amplo:

- 70% afirma que as suas viagens duram entre 1 a 3 dias
- 20% diz viajar de 3 dias a 1 semana
- 6% afirma que viaja mais de 1 semana.

Se tentarmos saber os ganhos directos para a região que recebe estes visitantes, temos de ter em conta a sazonalidade deste tipo de turismo.

O valor gasto por cada turista não é muito elevado, se comparado com o valor deixado, por cada membro de um *Congresso internacional*, que se realize na mesma região. Porém, os valores podem ser esbatidos uma vez que o Turismo Natureza que ocorre em Montalegre tem a possibilidade de se realizar continuamente, com o mesmo turista, com programas diferentes. Isto é, enquanto um congressista visita uma região uma vez na vida e sozinho, o Turismo Natureza tem a capacidade de atrair várias vezes o mesmo turista e a sua família elevando assim a receita económica para a região e tornando este visitante fiel à região incentivando investimentos, por vezes avultados, apostando no meio de publicidade mais importante.

Perante os resultados: 55% viaja com a família, 35% viaja com amigos, não especificando se o faz em casal ou pessoalmente. Apenas 9% é o chamado aventureiro solitário, temos de acreditar que este tipo de promoção em breve estará a dar os seus frutos.

Depois de conhecermos as características sócio - económicas dos nossos visitantes, vamos conhecer as suas preferências turísticas e as razões que os motivam a deslocar-se e a gastar o seu dinheiro.

Quais os Motivos que o levam a deslocar-se?

Motivos	Solteiros		Casados		Totais
	Sim %	Não %	Sim %	Não %	Sim
Pela Natureza	14	8	37	33	53 %
Pelos Amigos	9	13	32	37	44 %
Lazer	13	9	24	46	39 %
Pela Gastronomia	7	15	29	41	38 %
Fugir ao Stress	11	11	21	40	37 %
Novos Locais	9	13	27	43	37 %
Novas sensações	1	21	7	63	9 %
Fumeiro	1	21	8	61	9 %
Novas actividades	2	20	5	65	7 %

Este quadro é de extrema importância para melhor caracterizar o turista que visita Montalegre, podendo mesmo fazer uma distinção entre solteiros (mais novos) e casados (mais velhos). É de realçar neste quadro a ordem crescente das motivações. A maioria das pessoas sabe muito bem o que procura e elege os seus destinos de acordo com as suas preferencias. A Natureza é felizmente a grande vencedora desta lista de motivações, sendo a única a ultrapassar os 50% das opiniões expressas em todos os inquéritos.

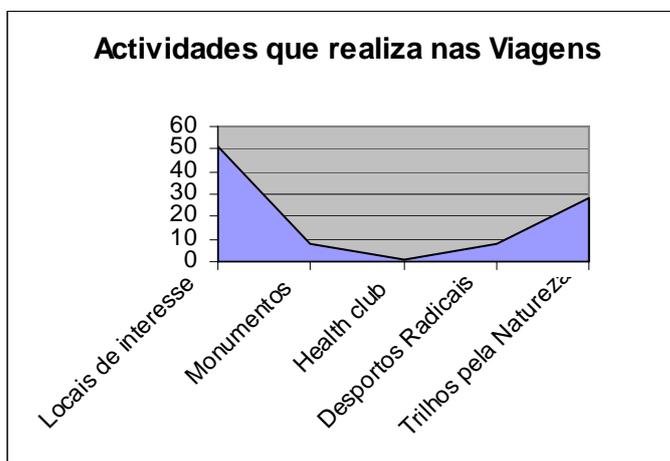
São merecedores de toda a atenção os valores expressos pelos solteiros em relação à busca de lazer e a fuga ao stress, que revelam que a próxima geração adulta saberá como pode conseguir equilíbrio e tudo fará para uma ligação regular ao mundo natural e rural.

Temos neste gráfico a percentagem obtida nos

inquéritos perante cinco actividades passíveis de serem utilizadas pelos turistas que nos visitam.

Os locais de interesse, nesta região são naturais: grandes paisagens, cascatas e albufeiras fazendo esquecer o mundo.

Do cruzamento de várias perguntas sabe-se que estes visitantes são amantes da natureza. Falta-nos saber que serviços costumam utilizar, para que possamos confrontar a



o seu
ter

sua expectativa no serviços que usa e os serviços disponíveis em Montalegre ficando claro o seu grau de satisfação e a sua fidelização a esta região ou não.

Serviços	Sim
Hotel	70 %
Restaurante	63 %
Casa de Turismo	37 %
Lojas de Artesanato	27 %
Residencial	11 %
Aluguer de carros	7 %
Empresas de Desportos Radicais	7 %

Depois de analisados os serviço mais usados nas viagens turísticas, são apresentadas as características que este tipo de turista mais valoriza nos locais que o recebe, para que seja possível aumentar o seu grau de satisfação. A forma de receber Barrosã, pura e sem receios é o que mais cativa as pessoas que nos visitam.

Características da Região	Sim
Simpatia	82 %
Paisagem	71 %
Gastronomia	62 %
Natureza	58 %
Alojamento	50 %
Afectividade da População	44 %
Cultura	42 %
Guias	15 %

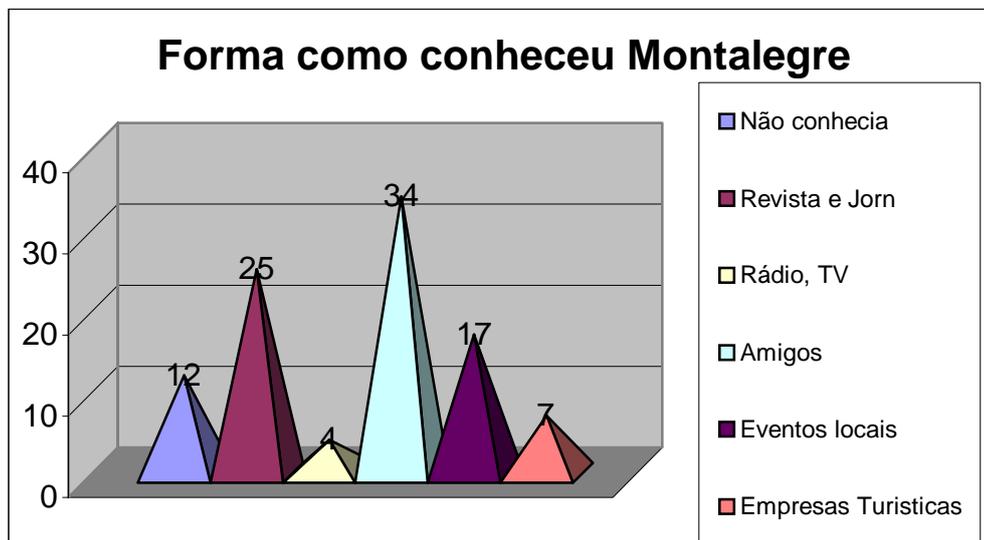
Os valores obtidos são no mínimo curiosos. A simpatia das pessoas é preponderante para que se criem laços e se construam amizades. A frase de acolhimento dos Barrosões, ainda tem todo o sentido: “*Entre quem é...*”

Tendo presente as preferências dos inquiridos, sabemos que quem se desloca a Montalegre o faz pela natureza, pela paz que aí encontra. Vem para descansar e para passar um bom bocado, logo gosta de se sentir bem tratado e de não ter pressão de guias, ou roteiros culturais previamente marcados. Usa os melhores serviços que encontra ao seu dispor sem fazer contas muito apertadas a quanto vai gastar. É o turista que vai á descoberta porque acredita que as suas expectativas não ficam defraudadas.

No ponto 3 do inquérito aprofunda-se a análise, tentando conhecer a imagem da região do Barroso, mais especificamente Montalegre, com os olhos do turista que nos visita, para que seja possível corrigir erros e alterar estratégias de venda da Região.

Sendo Montalegre uma Vila do interior onde só se vai quando se deseja lá ir, pois não fica a caminho de nenhum centro importante surge a primeira dúvida:

- Como conheceram os visitantes esta região?



Este gráfico é motivo de grande esperança, porque revela que Montalegre está a ser publicitado da melhor forma: os *amigos*. Este será o grande investimento que não poderá ser relegado para o esquecimento, pois tem muito mais peso numa decisão a opinião de um amigo que ficou satisfeito na sua estadia em Montalegre, do que muitas reportagens em revistas e jornais, embora todas elas tenham o seu publico alvo.

Estes valores têm mais sentido, ainda se tivermos em conta que:

- 36% dos inquiridos estava em Montalegre pela 1ª vez
- 40% dos Inquiridos veio menos de 3 vezes a Montalegre.
- 22% dos inquiridos já veio a Montalegre *mais de 3 vezes*.

Estes valores são a prova de que há uma grande rotação de visitantes, o que acarreta uma maior responsabilidade de fazer com que estes visitantes sintam vontade de voltar em breve.

O que Admira em Montalegre	Sim
Paisagens	81%
Natureza	77%
Gastronomia	70%
Simpatia	46%
Fumeiro	21%
Cultura	19%
Artesanato	13%

Esta tabela apresenta-nos uma lista do que mais admira, o visitante, em Montalegre. Se confrontarmos estes dados com os anteriores, vemos que coincidem com as respostas dadas na questão dos motivos que o fizeram sair de casa, e inverte um pouco a ordem de preferencias em relação às respostas ao pedido de caracterização da região.

Para uma melhor caracterização da região foi pedida uma classificação dos serviços que visita, pois eles são a razão de ser de todo este esforço e só com uma contínua predisposição de aperfeiçoamento se irá construindo uma região acolhedora capaz de movimentar pessoas desejosas de paz e de contacto relaxado com uma natureza pura e um ambiente familiar.

Distinguimos as respostas de solteiros e casados resultantes do pedido de classificação de vários serviços, na região e obtivemos os dados necessários para que possamos ter o grau de satisfação dos visitantes:

	Casados		Solteiros		Teste Estatístico	
	Média	D. P.	Média	D. P.	t	p
Alojamento	1.72	0.74	1.90	0.85	0.82	n. s.
Restauração	1.92	2.74	2.00	0.94	0.19	n. s.
Animação	2.41	1.19	3.06	0.77	2.04	0.046
Guias	1.79	1.07	3.13	1.46	2.05	0.004
Eventos	2.38	1.24	3.00	0.87	1.41	n. s.
Artesanato	2.44	1.24	2.60	0.97	0.37	n. s.
Recepção	1.58	0.85	1.94	0.97	1.41	n. s.
Posto Turismo	2.26	1.58	3.78	0.97	2.69	0.011
Desp. Natureza	1.97	1.08	2.33	1.07	1.01	n. s.

N.B. A graduação foi entre 5= Muito Bom, 4= Bom, 3= Razoável, 2=Mau e 1= Muito Mau

Foi feita uma correlação entre as respostas dos solteiros e dos casados, tendo concluído que as respostas não divergem muito, apenas há dados significativos em relação à animação, aos guias e ao Posto de Turismo, sendo os *mais jovens* a dar maiores pontuações; o que significa que estão mais satisfeitos com esses três serviços.

Perante a avaliação do quadro seguinte ficam patentes as maiores dificuldades sentidas pelos turistas que se deslocam a Montalegre; o resultado é elucidativo:

Dificuldades sentidas	Sim
Falta de informação	34%
Falta de Animação	20%
Falta de profissionalismo	9%
Falta o que fazer	4%
Não respondem	33%

São de salientar os 33% de inquiridos que não apontam nada que os deixe desgostosos. A Falta de informação está directamente relacionada com a falta de uma “Loja Turística” que congregue toda a informação de produtos turísticos, agentes turísticos a operar na região e a bibliografia das publicações, da região, para consulta. Esta falha poderia ser minorada pelo Posto de Turismo, mas este porque é de gestão Camarária, apenas está aberto aos fins de semana, no mês de Agosto. A sua localização embora à entrada da Vila, tem o seu acesso escondido, não sendo só por si tentador de uma visita.

A falta de animação tem duas explicações muito distintas: Por um lado Montalegre tem pouca gente nova e a sua maioria está a estudar ou a trabalhar fora o que provoca a sua dispersão, por outro as pessoas da terra ainda não vivem para o turismo e não gostam muito de “confusão” ou seja de estar com muita gente. Os Barrosões usam os fins-de-semana para ir até à barragem, ir às compras a Chaves ou a Braga ou mesmo divertir-se à vizinha Espanha.

As restantes falhas apontadas têm a sua razão de ser nas pessoas de Montalegre, que ainda não fizeram do turismo a sua forma de vida, o que iria provocar nelas um sentimento de obrigação, quer no receber “bem”, quer no servir “bem.”

Surge uma questão:

Será que estes inquiridos pensam voltar e quais as razões do seu regresso?

Os resultados mantêm-se fiéis ao que foi eleito como prioritário nas suas viagens turísticas e naquilo que mais apreciam em Montalegre:

Pensa Voltar?	Sim
Pela Natureza	74%
Pela Gastronomia	64%
Pelos Amigos	41%
Pelo Clima	17%
Pelos Desportos	15%

Qual a zona que mais gosta?	Sim
Vila de Montalegre	37%
Barragem dos Pisões	30%
Pitões das Júnias	11%
P.N.P.G.	7%
Vilar de Perdizes	3%
Salto	1%

Mais uma vez fica bem espelhada a imagem que Montalegre provoca nos seus visitantes e que deve ser uma mais valia, que não se pode deixar destruir, por ambiciosos sem escrúpulos, que põe em primeiro lugar o lucro rápido e fácil e não o bem da região, que acabará por ser o seu próprio bem.

Sendo o Concelho de Montalegre muito grande e tendo numerosas fontes de atracção, é imperioso saber qual a zona que mais impacto causou nos visitantes e a barragem dos

Pisões aparece como uma grande surpresa, superando mesmo a fama da Aldeia de Pitões das Júnias.

É de salientar que 30% de respostas foram para a Barragem dos Pisões ou Alto Rabagão; pois as várias barragens do concelho de Montalegre criam paisagens lindíssimas e ecossistemas únicos e não são muitas vezes reconhecidas como um polo de atracção de visitantes. A pesca é a única actividade que lhes trás alguma expressividade mas estas manchas de água com um potencial enorme estão sub-aproveitadas especialmente na vertente desportiva / aventura. O clima demasiado frio e ventoso ajudou a que todas as tentativas de aproveitamento desportivo da água não tivessem grande expressividade.

Tendo em conta a percentagem de inquiridos que desejam voltar, surge a dúvida: o que desejarão eles fazer?

Gostaria de Fazer	Sim
Circuitos Ambientais	55%
Passeios a Cavalo	40%
Circuitos TT	38%
Ver Chegas de Bois	30%
Karting	29%
Circuitos Temáticos	28%
Circuitos Gastronómicos	28%
Circuitos Culturais	26%
Desportos Radicais	24%
Jogos populares	22%
Caça e pesca	13%
Health Club	13%

A resposta, mais uma vez mostra a seriedade e a coerência das respostas, deixando bem vincado qual será o rumo que o turismo em Montalegre deve seguir. Há que salientar a boa posição conseguida pelo “Karting”, embora a pista ainda se encontra em projecto, é um sinal evidente de que o turismo activo e sobretudo o turismo motorizado consegue associar-se facilmente á imagem desta região. Não por uma semelhança de comportamentos mas porque os visitantes desta região desejam relaxar e o esforço físico é muitas vezes associado á facilidade de relaxamento.

A tabela que se segue regista a visão do visitante em relação ao termo “Montalegre”.

Ficam assim reunidos dados suficientes para uma boa leitura da realidade do Turismo.

Items que associa ao Barroso	%
Paisagens Naturais	45
Feira do Fumeiro	23
Chegas de Bois	10
Cong. Medicina Popular	7
P.N.P.G.	6

Palavra que é imagem da Região	%
Natureza	63
Gastronomia	11
Simpatia	9
Misticismo	8
Desportos Radicais	3
Albufeiras	2
Cultura	1

O isolamento geográfico a que as “Terras do Barroso” estiveram votadas até há algumas décadas atrás, devido aos difíceis acessos a esta região montanhosa, que fizeram com que um rico e bastante bem conservado património sobrevivesse até aos nossos dias.

Com efeito, no Barroso podemos encontrar vestígios arqueológicos e arquitectónicos de diferentes períodos da nossa história, aldeias de construção tradicional cujos habitantes ainda se dedicam a uma actividade agro-pastoril de montanha e manchas extensas de carvalhais autóctones que são abrigo de um grande número de espécies de plantas e animais raros a nível nacional e mundial.

Contudo, recentemente este património tem sido adulterado e ameaçado de forma crescente, na expectativa de obtenção de lucro rápido e fácil, apesar das suas potencialidades turísticas e económicas, bastante significativas numa área de montanha cujas populações ainda praticam uma economia de subsistência.

É neste sentido, que nos falta uma abordagem à única empresa do Concelho de Montalegre a trabalhar na Animação Turística e no Turismo Natureza.

É a NaTurBarroso, Promoção e Organização de Eventos, L.da, que tem um ano de existência. Esta empresa disponibiliza um conjunto de actividades em profundo convívio com a natureza, apostando e especializando-se no EcoTurismo ou Turismo Natureza como alguns preferem chamar-lhe.

Todas estas actividades estão enquadradas no ambiente típico da cultura local, com gastronomia regional, alojamento e animação local.

Este desafio de divulgação doseado de um enorme esforço de preservação acarretam por vezes mais prejuízos do que lucros. Mas para quem ama esta região o preço a pagar pela manutenção de tantos cenários idílicos, que muitos julgam apenas existir em contos de fadas, não assusta.

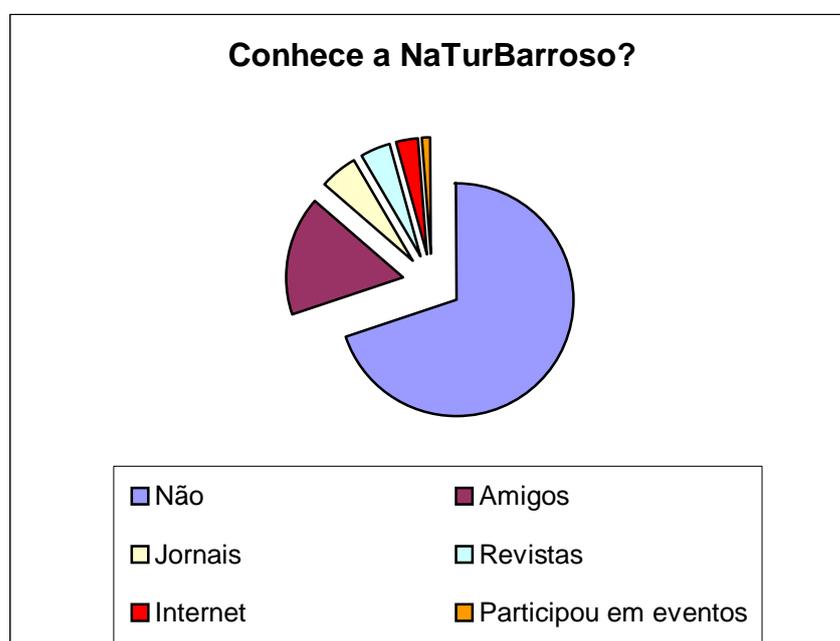
A NaTurBarroso pretende trazer a Montalegre apenas os verdadeiros amantes da Natureza e não todos aqueles que tendo dinheiro decidem comprar tudo que existe. Todas

as actividades têm um toque educativo e de sensibilização ambiental, para que cada pessoa que faz uma actividade, fique uma apaixonada pela Natureza e uma eterna defensora do ambiente.

É algo que vai sendo conseguido tendo em conta as frases abertas que cada inquirido escreveu no estudo de mercado que serve de base a este trabalho. As respostas não divergiram muito e todas tiveram em conta a vertente ambiental e a preservação da traça tradicional das aldeias do Barroso, como poderão ver na página 30.

Deixo-vos uma frase que ouvi a um casal numa das caminhadas organizadas pela NaTurBarroso: “ A vossa maior riqueza é o vosso atraso. “ Não se referiam à pobreza mas conseguiram entender que o isolamento a que esta região esteve votada, apenas permitiu o acesso a quem gostava de facto da natureza e não às avalanches de curiosos desejosos de levar uma recordação qualquer, mesmo que não fique nada para ver a quem passar depois.

Que projecção terá esta empresa:



Embora não seja muito conhecida pelos visitantes, pois tem um ano de idade, a NaTurBarroso está a fazer um grande esforço de promoção através dos clientes que trás a Montalegre, tentando que eles sejam os seus comerciais junto dos amigos e nos locais que frequentam.

Uma grande alegria é que dos que conhecem a NaTurBarroso 95% acha que ela é muito importante para a Região.

A nível local começa a ser reconhecida pela sua filosofia de actuação e os agentes turísticos começam a fazer contactos para usufruir dos seus serviços, porque é demasiado evidente que a vertente ambiental é o ex-libris desta região e a grande fonte de subsistência daqui a alguns anos, pois a agricultura e a pastorícia deixaram de fixar pessoas em Montalegre.

É uma região impar, com enormes potencialidades para o turismo, apenas terá de ter em conta que é de extrema importância a criação de uma estrutura capaz de coordenar as iniciativas turísticas. A estrutura que irá fazer interagir os operadores turísticos está a nascer e irá chamar-se o “Ecomuseu do Barroso” e se tudo correr como previsto dentro de alguns anos o Barroso será um Museu a céu aberto, pronto a ser visitado.

Anexo V - Janelas de Barroso para o Mundo

Janelas de Barroso para o Mundo

Câmara Municipal

www.cm-montalegre.pt/

Montalegre - Localização e caracterização deste concelho situado no Norte de Portugal. Desporto e gastronomia. Monumentos e feiras. Postais electrónicos. Fotos.

http://members.xoom.com/joao_xavier/

Concelho de Montalegre - Resenha histórica, património histórico-cultural, artesanato, economia, ensino, comunicação social e informações úteis.

<http://www.amvc.pt/Site/concelhos/montalegre/>

Estalagem Vista Bela - Montalegre - Sobre as paisagens agrestes da transição entre o Gerês e o Barroso, um lugar que convida ao descanso e à contemplação. Informações sobre a localização, reservas, restaurante e roteiro de lazer.

www.estalagemvistabela.co.pt/

Banda Musical de Parafita - Montalegre - Página elaborada por José Manuel Gonçalves Alves com informações sobre os elementos da banda e o repertório para o ano 2000.

<http://go.to/bandaparafita>

Chaves - Mapa dos concelhos de **Montalegre**, Chaves, Boticas, Valpaços e Vila Pouca

http://www.geocities.com/chaves_cidade/

Rui Ramos - Informações sobre Castro de S.Lourenço, Vila de **Montalegre**, Esposende. Rubrica dedicada a gente famosa.

<http://www.terravista.pt/ancora/3222/>

[João Miguel Sousa](#) - Apresentação e dados pessoais do autor e visita guiada a **Montalegre**: história, natureza, tradições e locais de divertimento da vila; de onde é natural o autor.

<http://www.alunos.ipb.pt/~ei5602/>

[Papaventos - Clube de Desportos de Montanha](#)

Clube fundado em Março de 1997 e sediado em **Montalegre** que se dedica à prática e ao ensino do Parapente e à promoção dos desportos de montanha.

<http://www.terravista.pt/nazare/3822/>

[Cristina Caldas](#) - Página pessoal de Cristina Caldas, natural de **Montalegre** e residente em Braga. É formada em Sociologia e actualmente frequenta um curso na área da multimédia.

<http://www.terravista.pt/ilhadomel/1671/>

[Património Natural - Montalegre](#)

Gorgulão. Paisagem humanizada

<http://www.uportucalense.pt/dh/Fotografias/patrimonio/montalegre.htm>

[Lista de Solicitadores](#)

Lista de Solicitadores - Círculo Judicial: CHAVES

<http://www.camara-solicitadores.pt/norte/montalegre.html>

[TVP: vila_real/montalegre/montalegre](#) - Vila Real/**Montalegre Montalegre** Províncias e Regiões Autónomas Trás-os-Montes

http://tvp.ua.pt/vila_real/montalegre/montalegre/index.pt.html

[TVP: vila_real/montalegre](#) - Vila Real, **Montalegre**, Freguesias. Cabril, Cambeses do Rio, Cervos, Chã, Contim, Covelães, Covelo do Geres, Donões, Ferral, Fervidelas, Fiães do Rio, Gralhas, Meixedo, Meixide, Morgade, Mourilhe, Negrões, Outeiro.

http://tvp.ua.pt/vila_real/montalegre/index.pt.html

[AUTARQUIAS - Município de Montalegre](#) - PortugalPress

Ex-libris : Castelo de **Montalegre**. - História : A vila de **Montalegre** nasceu e cresceu em redor do morro onde se situa

<http://www.portugalpress.pt/distritos/montalegre.html>

[Montalegre](#) Fonte: INE, DCI/Serviço de Coordenação Estatística - Vilas 1997

<http://infoline.ine.pt/inf/prodserv/nomenclaturas/refter/tema01/sb0104/htm/1997/013986.HTM>

[LN - Distrito de Vila Real - Montalegre](#)

Lazerres Nortenhos - Distrito de Vila Real – **Montalegre**

http://www.dwebd.net/lazerresnortenhos/distrito/vreal_montalegre.htm

[Centro Desportivo e Cultural de Montalegre](#)

Centro Desportivo e Cultural de **Montalegre**

Fundação:1964; Estádio Dr. Diogo Alves Vaz Pereira

<http://www.infoalgarve.com/montalegre/main.htm>

[VISITE MONTALEGRE](#) - **Montalegre**, capital da região de Barroso, situada entre o Minho e a cidade de Chaves vive cercada por várias serras: (Gerês,Larouco,Cabreira,Alturas)

<http://www.alunos.ipb.pt/~ei5602/montalegre1.html>

[Montalegre](#) - ALTO TRÁS- -OS-MONTESREGIÃO DO NORTEDEMOGRAFIA

<http://www.ccr-n.pt/municipios/montaleg.html>

Portugal Travel & Hotels Guide: Montalegre - Complete database of Portugal hotels & other lodging. Prices, e-mail addresses and secure discounted online reservations (instant confirmation thru one of the largest international services).

<http://portugal-hotels.com/movrmo1.htm>

Escalada no Larouco - Montalegre - FORUM MONTANHA Escalada no Larouco

Autor: Nelson Email: nelsonmbcunha@mail.pt clube

http://www.jba.pt/montanha/forum/_forum/000005e5.htm

MONTALEGRE, Visconde de

VISCONDE DE MONTALEGRE

Visconde Foi 1.º visconde Manuel Pinto de Morais Bacelar que nasceu em Vilar de Ossos, concelho de Vinhais, em 4.11.1742 e morreu em Lamego em 1.5.1816

<http://www.bragancanet.pt/filustres/vmontalegre.html>

Montalegre, Centro Integrado de Lazer do Barroso (Inatel)

Centro Integrado de Lazer do Barroso (Inatel) Endereço Penedones 5470-069 CHã

<http://www.malhatlantica.pt/turmasviajam/montalegre.htm>

Cartuja de Montalegre

Cartoixa de Santa María de **MONTALEGRE**

www.chartreux.org/maisons/Montalegre/Montalegre.htm

Montalegre

Montalegre ergue-se num morro granítico a 980 m de altitude no topo Norte de Portugal, abrange uma área 802 Km que se repercute por 35 freguesias e 135 aldeias

www.diariodetrasmontes.com/vilareal/montalegre.html

[Património Natural - Montalegre](#)

MONTALEGRE - Paisagem humanizada.

www.uportu.pt/dh/Fotografias/patrimonio/montalegre.htm

www.cm-montalegre.pt/

[L'Arxiu de la Cartoixa de Montalegre : evolució històrica, ...](#)

Handle: ReLIS:jul:rajcgq:y:1997:v:11:p:31-43. Title: L'Arxiu de la Cartoixa de **Montalegre** : evolució històrica, segles XVI-XIX. ...

dois.mimas.ac.uk/DoIS/data/Articles/julrajcgqy:1997:v:11:p:31-43.html

[International Civic Heraldry- Portugal - MONTALEGRE](#)

Portuguese Civic Heraldry. **MONTALEGRE**. District: Vila Real. Origin/Meaning: Unfortunately I have no background information on these arms. Any information is ...

www.ngw.nl/int/por/m/montaleg.htm

[Cantar dos Reis \(Donões, Montalegre\)//popular: Trás-os-Montes/ ...](#)

Trás-os-Montes : Cantar dos Reis (Donões, **Montalegre**).

shiva.di.uminho.pt/~jj/musica/html/popular-reisDonoes.html

[Serra do Larouco](#)

Orense e Portugal. Para lá chegar tem duas alternativas: Porto, Vila Real, **Montalegre**, ou, Porto, Braga, Barragem da Caniçada, da Venda Nova, do Alto Rabagão ...

www.nca.pt/havefun/plarouc.html

[Serra do Larouco - Montalegre](#)

SERRA DO LAROUCO, ...

www.nca.pt/havefun/elarouc.html

Montalegre

www.amvc.pt/Site/ingles/concelhos/montalegre/

Montalegre

www.amvc.pt/Site/concelhos/montalegre/

Quality Inn Montalegre - Montalegre, Portugal, Hotel

Montalegre, Portugal, Hotel

bestlodging.com/sites/33703/index.shtml

Guia de Viagens em Portugal: Montalegre

Montalegre, Perdido?

portugal-hotels.com/movrmo0.htm

Clix * Canal Viajar: Montalegre

Montanhas > Vila Real > **Montalegre**.

Clique no mapa para ampliar **Montalegre** [Dormir | Comer | Fazer | Chegar]

viajar.clix.pt/pt/dst3031.php3

Castelo de Montalegre

Castelos → Portugal → Vila Real → **Montalegre** → Castelo.
Montalegre planeta.clix.pt/castelos/vrl/mtr/montalegre.html

montalegre

Restaurantes

paginas.teleweb.pt/~redskull/Rest/montalegre.htm

[Roteiro Gastronómico de Portugal - Guia de Restaurantes](#)

Guia de Restaurantes por distrito >**Montalegre**. Restaurantes, Bares, Snacks, Pastelarias, Cafés...

www.informcomputadores.net/roteiro/pub/Vila_Real/Montalegre/

MONTALEGRE RELATÓRIO DO PROJECTO DE CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL CRIF-2 Fase. ... 11.2 Critério de Risco de Incêndio. ...

snig.cnig.pt/pub/cartas/crif/relatorios/montalegre/monta.html

[Fotos de Portugal](#)

Castelo de **Montalegre**

alfarrabio.um.geira.pt/vercial/fotos/vreal/mont01.htm

www.dgo.pt/oe/2000/Proposta/Mapas/map10a_vreal-2000.pdf

DE BASTO	Vilar de Ferreiros	7.474	MONDIM	DE BASTO	Total	55.132
MONTALEGRE	Cabril	7.906	MONTALEGRE	Cambeses do Rio		2.500
MONTALEGRE	Cervos	4.023				

BARREIROS, FB(1920). Materiais para a arqueologia do Concelho de **Montalegre**. Arqueólogo Português, 24, 1919-20, pp. 58-87

www.geira.pt/arqueo/html/biblio107.html

www.diariodetrasmontes.com

[Arqueologia...](#) Lugar : Capela da Senhora das Neves Freguesia : **Montalegre** Concelho : **Montalegre** Código Administrativo : 170615 Latitude : 542,2 Longitude : 230,3 Altitude ...

www.geira.pt/arqueo/html/sitio101.html

[Diario do Norte](#)

Protesto contra a utilização do terreno, que consideram indevida.

Montalegre Feira do Fumeiro conta com 158 produtores

www.diariodonorte.com/dn/seccaoc.asp?cod_seccao=4053

[Página Principal dos Sapadores Florestais](#)

Conselho Directivo dos Baldios de Couto de Dornelas, 1, Boticas. Conselho Directivo dos Baldios do Cabril, 1, **Montalegre**. ...

www.dgf.min-agricultura.pt/flor/sapador/disteq_2000.htm

Apresentação Gastronómica do Concelho de **Montalegre**, Pelo Dr. Fernando José Gomes Rodrigues, presidente da Câmara Municipal 6 de Junho de 2000 - SAPO

spg.sapo.pt/i85/

[SAPO - Portugal Online!](#)

Apresentação Gastronómica do Concelho de **Montalegre** Pelo Dr. Fernando José Gomes Rodrigues, presidente da Câmara Municipal 9 de Outubro, 2000 - SAPO

spg.sapo.pt/iH72/

[Night and Day - Vila Real- Bares/Pubs](#)

Montalegre. Bar Honoris Causa Rua Dr Vítor Branco Lj 5 - 5470 **MONTALEGRE**

Tel:276 - 511166 Disco Pub a Noite Praça Luís Camões

www.jre.pt/bares-pubs/vila-real/vreal_bar.html

Paço de Vilar de Perdizes

PAÇO DE VILAR DE PERDIZES São Miguel de Vilar de Perdizes 5470-461 **Montalegre**

www.uehha.org/po/Norte/perdizes_en-dt.htm

[EXPRESSO - Bruxas à la carte](#)

Em **Montalegre** e Vilar de Perdizes, contudo, essas ceias das bruxas ganham um aliado poderoso: são organizadas pelo padre Fontes

www.expresso.pt/ed1460/v171.asp?ls

O POVO DE BARROSO.

QUINZENÁRIO. 1.600. CORREIO DO PLANALTO. MENSAL.

www.publimpor.com/jornais_vreal.htm

[Antonio Fontes](#)

ANTÓNIO LOURENÇO FONTES. Nasceu em Cambezes do Rio, (**Montalegre**) a 22/02/1340; Terminou o curso de Teologia no Seminário de Vila Real em Junho de 1963
www.eixoatlantico.com/eixopor/paxinas/publicac/contos/alouren.htm

[Parque Nacional da Peneda-Gerês](#)

Delegações Técnicas: Arcos de Valdevez - Tel. (351)(258) 65338.

Caldas do Gerês - Tel. (351)(253) 391181. **Montalegre** - Tel. (351)(276) 52281.

www.icn.pt/antigo/parques/pnpg/f_tec.html

[Cabrito do Barroso](#)

Cooperativa Agrícola de Produtores de Batata para Semente de **Montalegre**

www.maff.gov.uk/foodrin/foodname/meatoff/portugal/cabrito.htm

[Presunto do Barroso](#)

COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE BATATA PARA DE MONTAELGRE, CRL. Address: 470 **Montalegre**

www.maff.gov.uk/foodrin/foodname/meatbase/portugal/barroso.htm

Empresa de EcoTurismo e Desportos de Aventura em Natureza

Contactos: naturbarroso@hotmail.com

Tel. 276 511237, Fax. 276 512302, Tm. 935663065

SPG.sapo.pt/programas.htm.

Anexo VI – Álbum de Barroso –memória e história

Retratos do Ecomuseu de Barroso



Exemplo de aplicação do logótipo do Ecomuseu de Barroso

Património Natural



Caminho rural – Travassos do Rio



Boqueiro de Lameiro – Travassos do Rio



Narcisos – Travassos do Rio



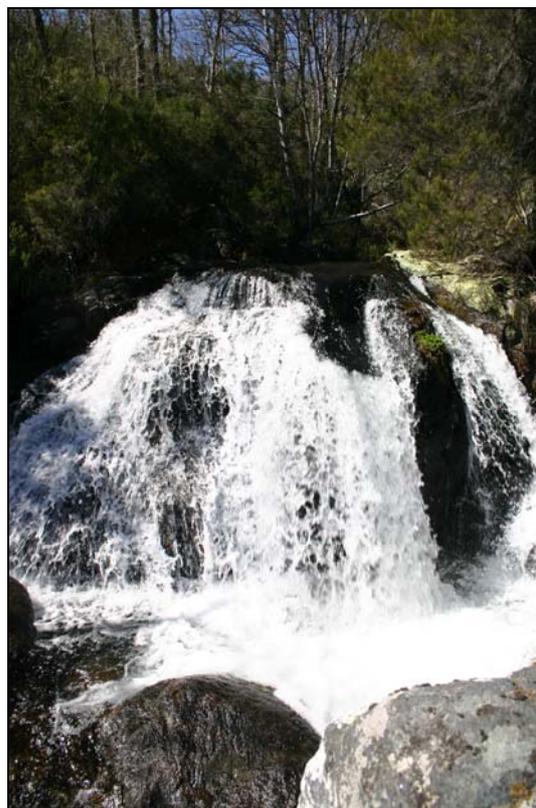
Barragem de Paradela



Vista sobre os lameiros



Vido – Travassos do Rio



Cascata – Travassos do Rio



Castro de S. Vicente – Montalegre

Património Construído



Relógio de Sol – Travassos de Rio



Torre do Boi – Travassos do Rio



Aldeia de Outeiro – Montalegre



Igreja Paroquial – Travassos do Rio



Mosteiro de St. Mª das Júnias (Pitões das Júnias)



Vacas Barrosãs – Salto



Obras no Núcleo Sede do Ecomuseu de Barroso



Canastro com milho



Canastro cobertura de colmo – Paredes do Rio



Milho



Alminhas de Sabzedo



Moinho (rodízio) – Paredes do Rio



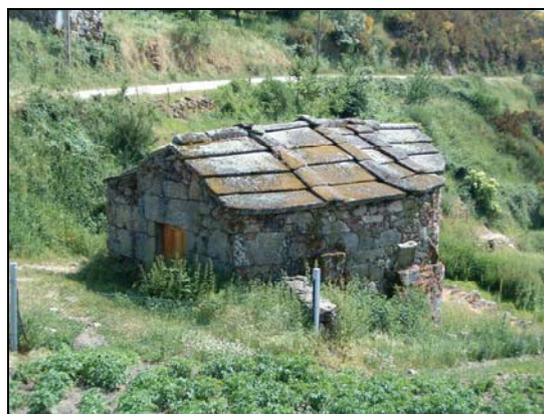
Interior de Moinho



Moinho – Donões



Fojo do Lobo do Avelar – Montalegre



Forno Comunitário – Travassos da Chã

Património Imaterial



Desfile Etnográfico – Montalegre



Chega de Galos – Vilar de Perdizes



Malhada do Centeio – Paredes do Rio



Segada do Centeio – Solveira



Malhada mecânica - Parafita



Bancelho do Centeio – Solveira



Fiadeira – Pitões das Júnias



VIII Encontro Micológico em Montalegre



Apanha de Míscaros



Licores de Vilar de Perdizes



Jogo do Pau – Salto



Apanha da Castanha (Magusto)



XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu em Montalegre (2005)



Grupo de Teatro “Carrada das Bestas”



Grupo de Teatro “Carrada das Bestas”



Carrilheiras de Barroso (2004)



Carrilheiras de Barroso (2004)



Prova de Parapente – Serra do Larouco



BTT – junto à aldeia de Vilarinho de Negrões



Todo o Terreno



Campeonato Nacional Eco Aventura



Canoagem – Rio Rabagão



Almoço Comunitário – Parafita



“Sopas de Burro Cansado” – Paredes do Rio



Tocadores Concertina – Montalegre



Cantadores ao desafio



Tocador de Acordeão –Sr. Fernando Moura



Pastores da Vezeira – Fafião



Vezeira das Vacas – PNPG / Fafião



Vezeira – Padornelos



Colmar do Pisão – Paredes do Rio



Colmar do Pisão – Paredes do Rio



Recolha de peças – Jugos



Jugo – Tourém



Ferreiro – Paredes do Rio



Crabunhador – Paredes do Rio



Trabalhos agrícolas – Paredes do Rio



Arranque da Batata – Padornelos



Padeiras – Santo André



Desfolhada do Milho



Sementeira do Linho – S. Vicente



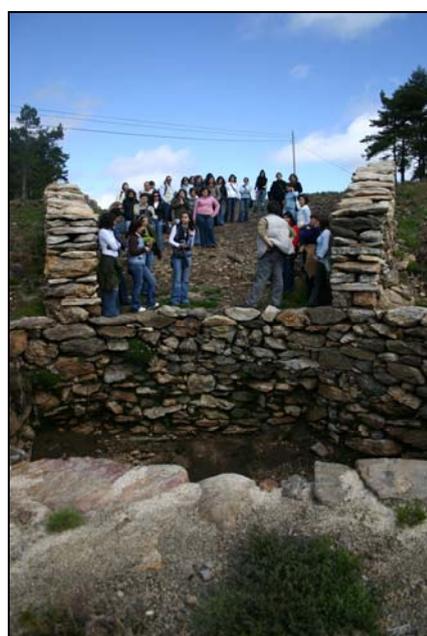
Entrudo – Vilar de Perdizes



Projecto com as escolas – Vilar de Perdizes



Recuperação da Forja do Vilarelho



Visitas Temáticas: PR2- Fojo do Lobo



Matança do Porco (2004) Paredes do Rio



Queima do Judas (2005) Montalegre



I Feira Celta – Montalegre



I Feira Celta – Montalegre



Cantar dos Reis – Covelães

Anexo VII - O Relatador das Chegas de Bois

|||||
MONTALEGRE

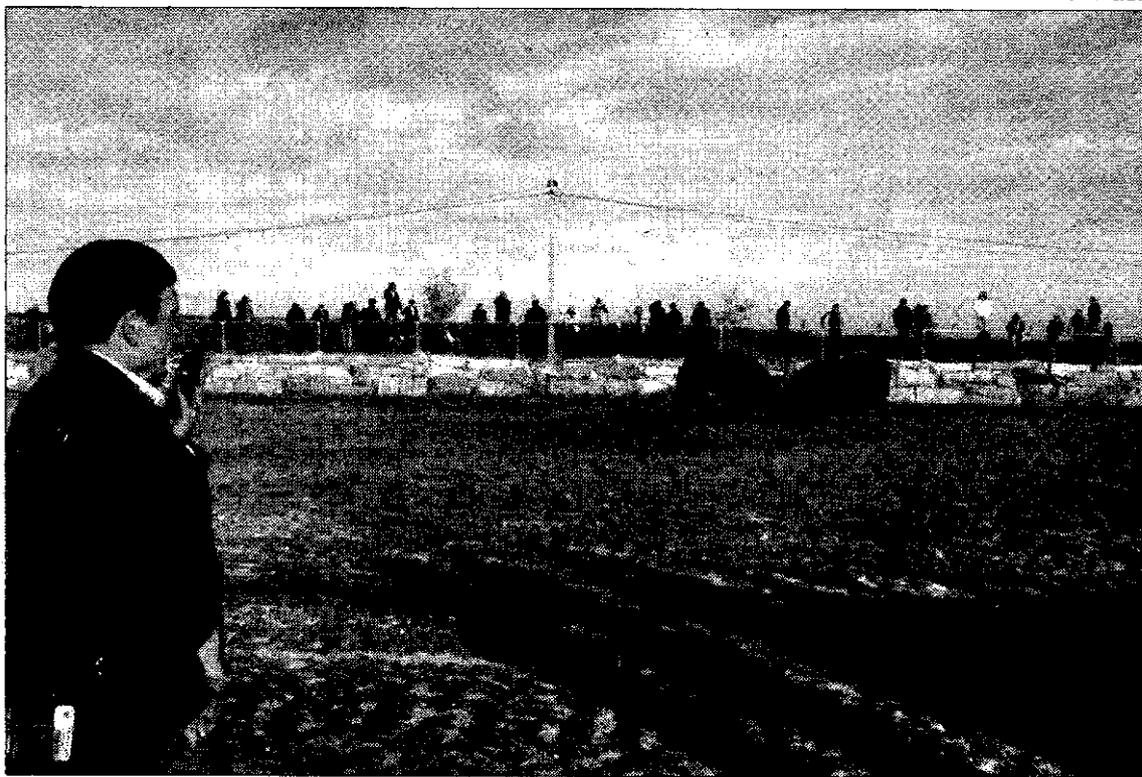
Chegas de bois têm relator no Barroso

TRADIÇÃO |||▶ Gravações passam na íntegra, num programa de rádio, aos sábados |||▶ Até já há campos especiais para o efeito, são os chegódromos

■ Margarida Luzio

“**O**ra bem, já temos o boi mirandês do Jorge do Antigo no campo.... está tratado (bem alimentado) e traz os cornos bem afiados... vai liar (lutar) com o rascalho dos Padeiros, não sei o que irá dar... este tem os cornos virados para o ar e o outro para a terra... vamos lá ver, vamos lá ver...”. Com uma mão no bolso e outra num pequeno gravador para o qual fala, arrastando as palavras, Fernando Moura vai dando pequenos passos para a frente e para trás. Entretanto, o boi rascalho chega ao campo. De rompante. Mas pára a escasos metros do adversário. Fernando volta a carregar no “rec”. “Eles aí estão com as cerimónias da praxe...”, relata para descrever a troca de olhares entre os animais. Em volta do terreno, numa espécie de campo de futebol, de terra batida, circunscrito por barras de ferro, por questões de segurança, as pessoas que assistem começam a emitir sons com os lábios para acirrar os animais. Alguns segundos depois... “Pronto! Já estão pegados!”, diz para o gravador Fernando Moura, cravando os olhos na luta que o rascalho e o mirandês protagonizam. O público grita. Pelo rascalho, uns. Pelo mirandês, outros.

Estas são cenas de uma chega de bois, que, ontem, teve lugar em Vilar de Perdizes, em Mon-



Fernando Moura tem 70 anos e todos os fins-de-semana não falha uma chega de bois

talegre, e Fernando Moura é o único relator de chegas da região. Em diferido. As gravações de Fernando Moura passam, na íntegra, no programa “Espaço Público-Chegas de Bois”, emitido, há cerca de três anos, em dois horários distintos, (8.30 e 19 horas), na Rádio Montalegre (RM), ao sábado. É um sucesso de audiências e a prova do peso que estes espectáculos têm na região. “Já tivemos pessoas de Chaves que vieram cá pedir-nos cassetes

com as gravações”, revela um jornalista da RM.

Desporto-rei

Considerado o desporto-rei do Barroso, as chegas de agora têm muito pouco a ver com as de antigamente, quando a luta se fazia entre os chamados bois do povo e num ano inteiro havia pouco mais de quatro ou cinco. Hoje, há chegas praticamente todos os fins-de-semana, os bois pertencem a privados e até foram criados cam-

pos especiais para o efeito (os chegódromos), onde a entrada, por pessoa, custa cinco euros. Fernando Moura está em todas. “Desde pequenino que sou apaixonado por isto!”, justifica este homem de 70 anos, que, em 1995, editou um livro onde relata “as 167 chegas da sua lembrança”.

Já agora, a chega entre o rascalho e o mirandês demorou três minutos e vencedor foi o rascalho. “Demorou pouco, mas foi boa!”, diz Fernando Moura.

MARGARIDA LUZIO